TIAGO BERNARDON DE OLIVEIRA (ORG.)

TRABALHO E TRABALHADORES NO NORDESTE

ANÁLISES E PERSPECTIVAS DE PESQUISAS HISTÓRICAS EM ALAGOAS, PERNAMBUCO E PARAÍBA

NDH-CH
UEPB
eduepb

Tiago Bernardon de Oliveira (Org.)

Trabalho e trabalhadores no Nordeste

Análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba

eduepb

Campina Grande - PB
2015

A EDUEPB segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba
Luciano do Nascimento Silva | ***Diretor***
Antonio Roberto Faustino da Costa | ***Diretor-Adjunto***

Design Gráfico
Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Lediana Costa Frutuoso
Leonardo Ramos Araujo

Divulgação
Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística
Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica
Jane Pompilo dos Santos

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

900
T758 Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [recurso eletrônico]./ Tiago Bernardon de Oliveira (Organizador). – Campina Grande: EDUEPB, 2015.
8557 kb. 441p.

Modo de acesso: World Wide Web
http://redesignportal.uepb.edu.br/ebooks/

ISBN 978-85-7879-290-9
ISBN EBOOK 978-85-7879-289-3

1. História. 2. História do Brasil. 3. História social do trabalho. 4. Trabalho e trabalhadores do Nordeste. 5.Classe trabalhadora. I. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. II. Título.

21. ed. CDD

Sumário

Apresentação: capítulos de história do trabalho e dos trabalhadores no Nordeste e o NDH-CH/UEPB

Para Marisa Tayra,
com amor, carinho e gratidão.

Tiago Bernardon de Oliveira

A história social do trabalho se constituiu como um dos campos mais consolidados da historiografia brasileira, com fortes repercussões internacionais. Desde o final da década de 1970, a história do trabalho e dos trabalhadores passou a ser uma das principais questões a serem tratadas por historiadores do Brasil, especialmente em meio à efervescência política e social do ocaso da ditadura e às expectativas em torno das possibilidades de 'redemocratizar' do país. Naquele contexto e nas décadas seguintes, historiadores, assim como outros cientistas sociais, de um modo ou de outro, buscavam contribuir com os debates relacionados a impasses e a dilemas de ação e organização que os trabalhadores encontravam naquele presente, com vistas à construção de um futuro novo, autônomo em relação às outras classes sociais.

Tal qual em outras partes do mundo, essas questões emergiram na academia brasileira a partir das inquietações próprias da militância dos trabalhadores em seus movimentos organizados. Os próprios militantes, em decorrência das necessidades de compreender os rumos e as perspectivas possíveis de ação, foram os primeiros a fazer apanhados das trajetórias de suas associações e das determinações das classes, em luta em alguma escala espacial,

fosse local, regional, nacional ou internacional[1]. Primeiramente, foi por meio das Ciências Sociais, notadamente da Sociologia[2], que o trabalho e os trabalhadores passaram a ser tema de interesse acadêmico.

Muitas das interpretações fornecidas por esses pioneiros, com certa tendência a produzir pretensas sínteses generalizantes, só puderam ser complexificadas, ou mesmo contestadas, através de análises que levassem em conta a dinâmica histórica fundamentada em mananciais empíricos substanciais e arcabouços teóricos renovados, cujos conceitos e categorias fornecessem elementos que priorizassem a dinâmica histórica, e não, retratos estáticos de realidades que, por serem formuladas como estanques, nunca existiram[3].

Assim, os primeiros estudos sobre a história do trabalho no Brasil trataram de abordar, prioritariamente, as questões relativas às experiências sindicais de trabalhadores urbanos, sobretudo dos primeiros anos da Primeira República. Contudo, com o aprofundamento das pesquisas e das questões que as orientavam novos objetos vieram à tona, o que alargou a compreensão da realidade da classe trabalhadora para âmbitos mais amplos do que a da militância, como as relações sociais cotidianas, onde se processam, de fato, as formas, silenciosas ou explícitas, de dominação e de

---

1 Cf. HOBSBAWM, Eric J. História operária e ideologia. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: 3.ed., Paz e Terra, 2000, p.15-31.

2 Sobre um panorama da trajetória, tendências e desafios da historiografia brasileira, ver: BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **A historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: 5. ed., Contexto, 2003, p. 145-158; FORTES, Alexandre e FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil. In: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz (orgs.). **Cruzando fronteiras**: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 17-28.

3 O inglês E. P. Thompson foi o grande referencial teórico adotado por essa historiografia, principalmente a partir da tradução, no Brasil, de **A formação da classe operária inglesa**, editada em três volumes pela editora Paz e Terra em 1987. Da vasta bibliografia traduzida para o português sobre o enfrentamento, que o marxista Thompson travava com perspectivas que considerava a-históricas e anti-históricas, na própria tradição marxista, destaca-se **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser (Rio de Janeiro: Zahar, 1981). Sobre seu impacto na historiografia brasileira, recomenda-se MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. **Outubro**, v.14, n.6, p. 81-110, 2006.

resistência, ou as interfaces da exploração da força de trabalho permeadas ou ampliadas por múltiplas formas de opressão sobre gênero, raça, nacionalidade, sexualidade, faixa etária etc.

Concomitantemente, desenvolveram-se novos objetos, novas temporalidades e relações que viriam a confrontar e superar dicotomias estabelecidas que, embora permaneçam sendo importantes referenciais analíticos, poderiam obstruir a percepção de interações substanciais. Assim, a historiografia vem desenvolvendo análises que questionam cortes profundos, como Primeira República X pós-1930; pré-abolição X trabalho no período republicano; trabalho livre X trabalho compulsório; trabalho urbano X trabalho rural; imigrantes X nacionais; revolucionários X reformistas.

Mitos, preconceitos e concepções cristalizadas por correlações de forças políticas produzidas no processo histórico e que incidiram no próprio fazer historiográfico puderam ser desfeitos, através do redimensionamento da percepção das múltiplas resistências dos trabalhadores, distantes, muitas vezes, dos atributos idealizados por observadores acadêmicos[4].

Não obstante certas perspectivas teóricas terem se erigido de modo a negar a centralidade do trabalho na totalidade das relações sociais em sociedades de classes, outras insistem em recusar essa negativa, considerando impossível qualquer tentativa de compreender a realidade histórica sem levar em conta a dimensão do trabalho. E isso os autores desta obra coletiva, constituída, também, por referências e perspectivas heterogêneas, têm em comum.

Essa 'unidade na diversidade' esteve presente nas discussões travadas durante o *I Ciclo de Debates sobre História do Trabalho – NDH-CH/UEPB*, realizado entre 12 e 14 de agosto de 2013, no Centro de Humanidades, Campus III, da Universidade Estadual

---

4 Críticas gerais feitas a mitos presentes na historiografia podem ser conferidos em: HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Coleção Remate e Males**, n. 5, 1985; CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v.14, n.26, p. 13-46, 2009.

da Paraíba, localizado no município de Guarabira[5]. Durante esses dias, cerca de 300 estudantes e professores dos cursos de Licenciatura em História, Geografia, Pedagogia, Letras e Direito debateram perspectivas de análise histórica sobre o trabalho e os trabalhadores do Nordeste com painelistas vindos da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas, que se dirigiram ao Brejo paraibano com recursos praticamente inexistentes e desprendida generosidade, baseada no compromisso de fazer expandir o conhecimento histórico como forma de ação política. Tratou-se de um evento resultante de diversas colaborações e trocas de experiências estabelecidas anteriormente entre a maioria dos participantes, relacionadas também às tentativas comuns de salvamento e manutenção de acervos que permitissem a escrita de uma história social do trabalho.

Neste sentido, o Ciclo de Debates foi motivado por questões relativas ao difícil – e ainda longe de ser concluído – processo de estruturação do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da UEPB (NDH-CH/UEPB), cujo início remonta a meados de 2010, quando começaram as negociações que resultaram em um convênio firmado entre a UEPB e o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13), em agosto de 2011. O objetivo desse acordo era encaminhar uma solução – ainda que paliativa – às ordens de descarte dos autos findos arquivados por mais de cinco anos pelas instâncias superiores daquele tribunal, que possuíam (e ainda possuem) amparo na Lei 7.627 de 10 de novembro de 1987.

As tratativas para a remoção dos autos findos das Juntas de Conciliação e Justiça de Guarabira, Sousa e Areia para a limitada estrutura do Centro de Humanidades da UEPB resultaram na doação desses processos judiciais à UEPB pelo TRT-13, sob a contrapartida de viabilizar sua consulta pública, principalmente voltada para fins didáticos. Essa proposição inspirou-se diretamente em modelos desenvolvidos em todo o território brasileiro, a partir do convênio pioneiro estabelecido em 2004 entre a

5 A programação desse evento encontra-se no final desta obra.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o TRT-6, sob coordenação, à época, das Professoras Christine Dabat e Maria do Socorro Abreu e Lima, ambas participantes deste livro e do evento que lhe deu origem. Seguindo esta mesma linha, mais recentemente, em 2014, a UFAL e o TRT-19 também passaram a realizar uma aproximação, através de um projeto de pesquisa coordenado pelo Professor Osvaldo Acioly Maciel – outro autor de um capítulo deste livro –, que trata de avaliar as possibilidades de pesquisa a partir do acervo do Memorial Pontes de Miranda.

Durante o último decênio, historiadores de vários horizontes teóricos e geográficos empenharam-se em aproveitar as possibilidades de pesquisa nos arquivos da Justiça do Trabalho na medida em que se tornavam acessíveis. Antes inacessível ou desconsiderada como fonte de investigação por ser percebida, grosso modo, como um aparelho de dominação que pouco poderia falar sobre os trabalhadores que a procuravam, a Justiça do Trabalho passou a ser compreendida, a partir de análises revigoradas pelos aportes teóricos de Thompson, como uma das arenas de luta de classes, onde as contendas judiciais são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras do redimensionamento dos conflitos de classe[6].

Além disso, essas fontes permitem acompanhar, entre inúmeras possibilidades, concepções de justiça desenvolvidas e disseminadas pelas classes populares; formas de exploração praticadas dentro e à margem da regulamentação da lei; estratégias de enfrentamento e resistências forjadas contra o capital etc. De outra parte, os processos movidos na Justiça do Trabalho também podem servir de subsídio para outros objetos, tais como: a história do Direito e das instituições e dos poderes constitutivos do Estado no Brasil republicano; as dinâmicas de funcionamento da Justiça do Trabalho e seus posicionamentos em diferentes contextos

6 Dentre a ampla bibliografia que vem sendo produzida a partir dos acervos dos Tribunais Regionais do Trabalho em todo o Brasil, destacam-se: CORRÊA, Larissa Rosa. **A tessitura dos direitos**: patrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964). São Paulo: LTr, 2011; SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1950). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014. Outras obras que se valem dessas fontes serão referenciadas ao longo dos diversos capítulos que compõem este livro.

históricos; o estudo de posicionamentos e decisões de determinados magistrados; e análises comparativas entre diferentes estados da Federação. Essas e muitas outras questões ainda não vislumbradas podem ser pensadas por historiadores de um futuro próximo ou remoto. Embora ainda pouco exploradas, pode-se afirmar que as possibilidades de análise a partir dessas fontes são imensas.

Como em outras partes do país, em Guarabira, começou-se a efetuar a transferência de um acervo em condições de conservação ainda muito aquém do adequado[7]. Porém, ou se fazia imediatamente o resgate dessa documentação, mesmo em condições precárias, ou, como foi dito, esses processos teriam se perdido para sempre, enviados como doação a instituições filantrópicas como papel a serem reciclados. A principal razão para tentar justificar a adoção de práticas de descarte remete à falta de espaço nas estruturas físicas dos Tribunais Regionais. Porém, se quem produziu esses autos afirma não poder mantê-los, o que dirão as universidades que se prontificaram a acondicioná-los, cujas insuficiências físicas são gritantes para suas funções mais elementares? Apesar disso, esses convênios, que, na maior parte das vezes, são feitos na modalidade de comodatos, têm sido o paliativo a evitar sua destruição com resultados bastante frutíferos[8].

Sublinha-se, aqui, o uso do termo “paliativo”, pois propõe-se a convencer o próprio Poder Judiciário de que devem ser de sua responsabilidade a guarda permanente e a disponibilização à consulta pública desse tipo de acervo em conformidade com as normas constitucionais do Estado em matéria de conservação

7 Narrativas mais detalhadas da trajetória de estruturação do NDH-CH/UEPB, em que se remete também a outras experiências pioneiras no país que a inspiraram, podem ser conferidas em: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A estruturação de um arquivo da Justiça do Trabalho no Brejo paraibano na perspectiva de uma história geral do trabalho In: DABAT, Christine; ABREU E LIMA, Maria do Socorro (orgs.). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos - Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013, p. 105-135; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A constituição de um acervo com processos da Justiça do Trabalho no e sobre o interior da Paraíba. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (orgs.). **Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015, p. 139-157.

8 Dos diversos exemplos proliferados pelo país, três se destacam: o já referido convênio pioneiro entre a UFPE e o TRT-6; o Laboratório de História Social da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UNESB), cujos esforços hercúleos foram nacionalmente reconhecidos, e o Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

da documentação que produz. O que se deveria esperar, na realidade, seria a reversão da Lei 7.627/1987 e a adoção de práticas permanentes, como as que vêm sendo adotadas no Pará (TRT-8) e no Rio Grande do Sul (TRT-4), onde, por decisões políticas internas, suspendeu-se por completo a eliminação dos autos findos e arquivados e constituíram-se condições de preservação permanentes. A luta por manter esses acervos intactos contra a possibilidade de descarte parcial ou total ganhou reforço a partir da atribuição do Selo Memória do Mundo, conferido pela UNESCO, aos acervos do TRT-6 e do TRT-4, respectivamente nos anos de 2012 e 2013. Porém, a situação ainda é instável e depende mais da boa vontade dos gestores de turno e de alguns magistrados e funcionários dos Tribunais Regionais do que de uma política pública efetiva.

Nesse processo de resgate do que ainda não foi destruído, os envolvidos no NDH-CH/UEPB, por exemplo, desde 2010, abriram mão de uma série de atividades mais interessantes e usuais para um historiador e passaram a maior parte do tempo em contendas sobre espaço físico, infraestrutura, projetos para financiamento, relatórios e muita burocracia. Esse esforço, porém, tem suas razões de ser e reside, substancialmente, na disposição de se efetuarem combates pela história. Há muito ainda a ser feito, em termos de investigação histórica e produção de sentidos de historicidades.

Na contraface de silenciamentos e narrativas laudatórias a personagens da política tradicional, as ruas e estradas das regiões do Brejo e Agreste da Paraíba, onde se localiza o município de Guarabira, vertem o sangue dos conflitos de classe ao longo de séculos. Entre as intensas e diferentes formas de repressão, forjaram-se resistências, explícitas ou silenciosas, de trabalhadores escravizados e livres, a Revolta de Quebra-quilos, as Ligas Camponesas, o Sindicalismo Rural, o Sindicalismo Fabril, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Serviço de Educação Popular (SEDUP), movimentos por moradia, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e tantas outras manifestações de ação coletiva dos trabalhadores que emergiram desse solo, por onde militaram trabalhadores reconhecidos nacionalmente, como João Pedro e Elizabeth

Teixeira, João Alfredo, "Nego Fuba" Dias, Pedro "Fazendeiro" Inácio de Araújo e Margarida Maria Alves.

Contudo, apesar da intensidade desses conflitos, faltam estudos históricos que abarquem esses movimentos e permitam compreendê-los como integrantes de processos mais amplos do que encerrados em si mesmos ou em perspectiva meramente local ou regional – paraibana ou nordestina[9]. É preciso fazer avançarem estudos em casos como esses aqui investigados e suas interações ou comparações com os de outros espaços ou mesmo temporalidades, a fim de se conhecerem as raízes de um Brasil profundo que, muitas vezes, permanece relegado como distante dos grandes "centros definidores de sentido" e sobre o qual recai toda sorte de preconceitos.

A história da classe trabalhadora brasileira precisa, portanto, levar em conta processos como os que envolveram essa região, que ainda estão por ser analisados. Nesse sentido, este livro tem a preocupação de fornecer elementos de estímulo à pesquisa por parte de estudantes de graduação dos cursos de História da região, a partir de uma série de estudos que se detiveram sobre casos na Paraíba, em Pernambuco e em Alagoas e que têm vários matizes de interlocução. Afinal, a história pode e deve ser um importante instrumento de empoderamento por parte daqueles que vivem em seu cotidiano a dor da exploração e da opressão. Caberão a esses profissionais de História em formação as escolhas por fazer emergir uma história que dê conta dos processos dos quais são integrantes e que lhes permita dialogar com suas comunidades, dentro e fora dos espaços formais de ensino, sua historicidade e os debates políticos sobre possíveis projetos autônomos de futuro.

Assim, devido à necessária tendência de se compreender a história social do trabalho do Brasil como uma forma mais ampla de relação e exploração não reduzida apenas ao trabalho assalariado ou ao período republicano, o primeiro capítulo, escrito,

9 Sobre a necessidade de se efetuarem análises que superem os recortes espaciais centrados em fronteiras políticas que dificultam a percepção de processos mais amplos da história da classe trabalhadora, a principal referência da discussão no Brasil permanece sendo PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, n. 3, p.129-153, maio,1995.

em conjunto, por Solange Pereira da Rocha e Matheus Silveira Guimarães, traça um breve panorama geral sobre a escravidão indígena e a africana nos princípios da colonização do território que viria a se tornar o Brasil, conferindo especial atenção a aspectos da exploração do trabalho cativo na Parahyba dos séculos XVI e XVII.

A seguir, o texto de Cristiano Luís Christillino desempenha função semelhante, ao tratar de um agente histórico esquecido por muito tempo pela historiografia brasileira, o homem livre pobre do oitocentos, ou seja, dos pobres e livres que viviam de seu trabalho em uma sociedade estruturalmente escravocrata. Na primeira parte de seu artigo, o autor aborda o caso dos produtores de erva-mate no Rio Grande do Sul, objeto de suas pesquisas anteriores. A partir dessa análise mais verticalizada, passa a indicar acervos e documentos que podem servir como fontes de pesquisas sobre o tema dos homens livres e pobres no Nordeste, especialmente na Paraíba, a fim de instigar os historiadores em processo de formação – especialmente, estudantes de graduação – a se debruçarem no estudo desse importante, porém nem sempre lembrado, agente histórico.

Após esses dois primeiros capítulos, inicia-se, então, a exposição de análises e sugestões de perspectivas de pesquisas referentes ao período republicano, demarcado sob diferentes temporalidades, temas e referenciais teóricos e metodológicos.

Fruto de pesquisas bastante consistentes sobre as associações de mútuo socorro, cujas primeiras experiências remontam ainda ao Século XIX, Osvaldo Acioly Maciel faz uma análise minuciosa do caso de Alagoas, sobre o qual discute o processo de bifurcação/ruptura do mutualismo para o sindicalismo. Entre outros elementos, o autor discute que teria havido neste processo um forte componente de conflitos geracionais nos enfrentamentos que suscitaram críticas e, em parte, esgotamento do assistencialismo para a constituição de táticas e estratégias de combate político explícito ao capitalismo através da luta sindical.

No capítulo escrito por Frederico Duarte Bartz, são abordados os conflitos e as rivalidades entre grupos e indivíduos militantes

no Recife da virada da década de 1910, quando as perspectivas revolucionárias, impulsionadas fortemente pelo sucesso da Revolução Russa e sua expansão rumo ao Ocidente, confrontaram-se com as concepções reformistas.

Enquanto os debates acerca de correntes políticas do movimento operário urbano foram as preocupações centrais dos dois últimos capítulos, Waldeci Ferreira Chagas enfatiza os aspectos de uma resistência cotidiana nem sempre explícita, porém silenciosa, relacionada às formas de sociabilidade dos trabalhadores ocorridas em meio às transformações modernizantes e, ao mesmo tempo, conservadoras do traçado urbano do Brasil do início do Século XX. Os impactos dessas transformações sobre os setores populares, debatidos amplamente pela historiografia dedicada aos casos tomados por centrais no país, são analisados aqui a partir do caso particular da capital do estado da Paraíba.

Sob a perspectiva da disposição do traçado urbano Eltern Campina Vale também trata dos conflitos de classe no ambiente da cidade-fábrica de Rio Tinto, na Paraíba, em fins da década de 1950. Sua abordagem tenta dar conta das formas de controle social definidas pelos proprietários da fábrica e, consequentemente, pelos gestores da própria cidade fundada para atender às demandas dessa unidade produtiva, e as formas de resistência e solidariedade dos trabalhadores, vigiados dentro e fora do ambiente fabril.

Da vigilância e controle social no chão da fábrica (e na cidade-fábrica), passa-se às formas de controle social e repressão política hipertrofiada perpetrada pelo Estado durante a ditadura inaugurada pelo golpe de 1964. Paulo Giovani Antonino Nunes, que, entre outras atividades acadêmicas, preside a Comissão da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, dedicou seu texto à análise dos efeitos repressivos do golpe sobre os trabalhadores paraibanos do campo e da cidade, demonstrando o comprometimento explícito da ditadura militar com a conservação da sociedade de classes através do amplo uso de instrumentos de violência sem limites.

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva também trata da violência como instrumento de controle social para conservação da

sociedade de classes. Contudo, sua análise não recai sobre a violência manipulada pela repressão política aberta, mas sobre a violência intrínseca à exploração da força de trabalho no capitalismo, cujo auge se materializa nos acidentes de trabalho e nas doenças ocupacionais desenvolvidas nas atividades produtivas. A autora faz uma abordagem geral da questão, tratada por clássicos como Friedrich Engels, na Manchester da Revolução Industrial, que chama à atenção para os historiadores em formação sobre a necessidade de se efetuarem pesquisas históricas relacionadas ao tema no Brasil, a fim de observar o quanto as relações sociais de exploração de classes afetam o próprio corpo de quem não tem nada a vender no mercado para sobreviver a não ser a própria força de trabalho.

Com essas mesmas preocupações, José Marcelo Marques Ferreira Filho expôs uma consistente investigação sobre as doenças ocupacionais e os acidentes de trabalho provenientes da exploração nas *plantations* canavieiras da Zona da Mata de Pernambuco entre 1963 e 1973. Sua análise abarca, portanto, o período do chamado "milagre econômico" brasileiro, garantido através da repressão política que mantinha mecanismos de sobre-exploração da força de trabalho fundados em extenuantes jornadas e em degradantes condições de trabalho.

Partindo da questão do controle social do corpo do trabalhador submetido ao ritmo da produção capitalista, Mariângela de Vasconcelos Nunes confere sentido às formas de resistência dos trabalhadores da manufatura do agave na região dos Velhos Cariris, no sertão da Paraíba. Através de elementos fornecidos pela pesquisa baseada, substancialmente, em depoimentos orais, ela apura sua percepção sobre as táticas desenvolvidas pelos trabalhadores da região para que eles tivessem um mínimo de controle sobre seus horários, especialmente nas segundas e nas sextas-feiras. A autora demonstra que, apesar de se constituir uma relação assimétrica, em que, no final das contas, há um efetivo controle dos patrões sobre os trabalhadores, cujos corpos deveriam estar subsumidos aos ritmos e à divisão das tarefas de transformação do agave, os trabalhadores dos Velhos Cariris forjaram formas sociais

de resistência cotidiana que resultaram na imposição – velada – de negociações acerca da jornada de trabalho.

Maria do Socorro de Abreu e Lima, por sua vez, dedica-se a analisar o amplo uso da violência dos latifundiários e do Estado no combate às mobilizações e às ações coletivas dos trabalhadores rurais no Nordeste, em especial, em Pernambuco, entre a década de 1960 e fins da década de 1980. A autora procurou demonstrar que, apesar da intimidação constante e da falta, muitas vezes, de visibilidade para o conjunto da sociedade civil, os trabalhadores rurais conseguiram forjar formas de organização e de luta capazes de se contrapor aos ditames unilaterais de quem vive e acumula grandes quantidades de capital através da exploração da força de trabalho nos latifúndios monocultores. Nessa trajetória de combates, ela traz à tona, também, os conflitos sobre as concepções e as condutas no interior do sindicalismo rural pernambucano do período.

Em diálogo com essa abordagem, Marcela Heráclio Bezerra faz uma minuciosa análise acerca das lutas empreendidas pelos trabalhadores canavieiros do estado de Pernambuco, durante a década de 1980, em um contexto de efervescência política nacional em que se discutia sobre a viabilização de uma redemocratização efetiva. A autora traça um panorama geral das principais bandeiras de luta das greves dos trabalhadores rurais e os usos que faziam dos aparatos legais, suas redes de solidariedade e capacidade organizativa. Nesse capítulo, destacam-se as lutas e bandeiras que as mulheres trabalhadoras fizeram emergir, nos combates de classe, contra as formas de opressão a que eram submetidas pelo patronato ou pelos próprios companheiros.

Essas questões relacionadas aos modos de percepção da historiografia sobre os trabalhadores rurais como agentes históricos, a luta por direitos, as resistências políticas e cotidianas e a mediação do aparato jurídico nos conflitos de classe são abordadas no capítulo escrito por Christine Rufino Dabat, dedicado a fazer um balanço introdutório aos novos historiadores sobre o estado da arte das pesquisas nesse campo. Seu balanço traça linhagens entre as questões da historiografia internacional para apresentar os trabalhos acadêmicos realizados ao longo da última década,

especialmente por historiadores que formam o Grupo de Estudos "Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras – UFPE", coordenado pela autora, em conjunto com Maria Socorro de Abreu e Lima.

Por fim (mas não por último), Francisco Fagundes de Paiva Neto analisa aspectos da trajetória biográfica do Monsenhor Luigi Pescarmona, sacerdote italiano que veio ao Brasil e, depois de ter sua vida ameaçada por seus envolvimentos em defesa dos trabalhadores no interior de Minas Gerais, estabeleceu-se na Diocese de Guarabira, onde, junto com outros clérigos, enfrentou posições diversas no interior da própria Igreja, a fim conferir apoio às lutas sociais dos trabalhadores das regiões do Brejo e do Agreste da Paraíba. Esse capítulo traz aspectos fundamentais para serem discutidos pelos historiadores em formação do Curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da UEPB, porquanto trata da história da própria região e dialoga diretamente com a documentação do NDH-CH/UEPB, composta de autos findos da Justiça do Trabalho, acionada, frequentemente, naquele contexto, através de apoio organizativo da Diocese.

Esse é o quadro geral deste livro, que, conforme apresentado, traz um amplo leque de análises desenvolvidas sobre diversas questões relacionadas ao mundo do trabalho nesses três estados do Nordeste, cuja distribuição, porém, é bastante desigual. Espera-se que esta contribuição converta-se em mais um passo a mais no sentido de se congregarem esforços para novas empreitadas semelhantes e maiores amplitudes num futuro não muito distante.

Almeja-se, enfim, que este livro, pequena materialização de um esforço coletivo que continua a persistir, estimule novos desdobramentos, com novas pesquisas e debates com quem se dispõe a pensar e a fazer a própria história.

* * * * *

O I Ciclo de Debates sobre História do Trabalho – NDH-CH/UEPB não poderia ter se realizado sem o apoio do Departamento de História e, principalmente, sem a participação decisiva dos

estudantes envolvidos na organização do acervo e da arquivista Katiane Vieira. É preciso, portanto, registrar um agradecimento especial a Amanda Milka Xavier Soares, Aline Pereira Santiago, Annyeli dos Santos Lima, Camila da Silva Nascimento, Daniel de Oliveira, Diognnys Cardoso Estevam, Emanuella Bezerra de Oliveira Araújo, Francielly Morgana Trindade Silva, Glaucenilda da Silva Grangeiro, Jacson Daniel da Silveira, Lidineide Vieira da Costa, Maria Marta da Silva Cruz, Mayandson Tomaz Oliveira, Raquel Rocha da Silva, Roseane de Lima Santos, Renata dos Santos Cavalcanti, Sabrina Rafael Bezerra, Sanúbia da Silva Bezerril, Velbiane Luzia da Silva Chaves, Viviane Camelo do Nascimento, Waléria Kássia Martins da Silva, Walquiria Cunha e Yvanna Kelly Farias de Oliveira. Seus esforços estão tornando possível a construção de um local de preservação de fontes para a história da própria região. Sigamos em frente!

* * * * *

Quando este livro já se encontrava em fase avançada de editoração, ocorreu o súbito e precoce falecimento de Marisa Tayra, professora do Departamento de História do Centro de Humanidades da UEPB. Muito mais do que uma colega, uma companheira de trabalho e de luta, era, sobretudo, uma grande amiga, de um coração extremamente generoso, conforme reconhecido por todos os que conviveram com ela. Marisa foi decisiva para o desenvolvimento do projeto de estruturação do NDH-CH/UEPB. Sua conduta profissional era coerente com a consciência que tinha da importância das intrínsecas atividades de pesquisa, ensino e extensão, que, apesar de todas as dificuldades, justificam a existência de um campus de uma universidade pública no interior da Paraíba. Embora não tivesse se dedicado a pesquisas diretamente relacionadas à história social do trabalho, por estar ocupada com as estafantes atividades de coordenação do Curso de Licenciatura em História e a área de Prática de Ensino, apostava que o desenvolvimento de pesquisas sobre aspectos da realidade local, mais ou menos relacionadas à centralidade do trabalho

e das relações de classe, teria potencial para impulsionar novas perspectivas de ensino de História na Educação Básica e formas de consciência histórica nas regiões do Brejo e do Agreste paraibanos, tanto nas esferas do ensino formal quanto do informal.

Por isso e muito mais, este livro é dedicado à sua memória. Uma pequena homenagem a quem fez tanto pelo Curso de História em Guarabira e pelos combates sociais através do Ensino de História.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **A historiografia brasileira em perspectiva**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.145-158.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v.14, n.26, p.13-46, 2009.

CORRÊA, Larissa Rosa. **A tessitura dos direitos**: patrões e empregados na Justiça do Trabalho (1953-1964). São Paulo: LTr, 2011.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil. In: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz (orgs.). **Cruzando fronteiras**: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, p.17-28.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. **Coleção Remate e Males**, n.5, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. História operária e ideologia. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.15-31.

MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. **Outubro**, v.14, n.6, p. 81-110, 2006.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A estruturação de um arquivo da Justiça do Trabalho no Brejo paraibano na perspectiva de uma história geral do trabalho In: DABAT, Christine; ABREU E LIMA, Maria do Socorro (orgs). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos - Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013, p. 105-135.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. A constituição de um acervo com processos da Justiça do Trabalho no e sobre o interior da Paraíba. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (orgs.). **Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015, p.139-157.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, n.3, p.129-153, maio 1995.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1950). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

O mundo do trabalho na sociedade escravocrata brasileira: um panorama sobre a Paraíba escravista

Solange Pereira da Rocha
Matheus Silveira Guimarães

INTRODUÇÃO

O presente texto consiste num estudo de sistematização histórica do tema 'trabalho', na sociedade escravocrata da Paraíba colonial (Séculos XVI e XVII). Para isso, baseou-se em fontes primárias manuscritas (documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa) impressas e publicadas, por exemplo, relatórios de governantes da 'capitania holandesa da Paraíba', como os de Servaes Carpentier[1] (1636), Elias Herckmans[2] (1639), e o de Adriaen van der Dussen[3] (1639), entre outros documentos do período em estudo, nos quais procuramos evidenciar o processo de colonização e de formação do território paraibano com ênfase no tema 'trabalho'.

---

1 CARPENTIER, Servaes. Relatório sobre a capitania da Paraíba em 1635, escrito pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, conselheiro político e diretor da mesma capitania. In: MEDEIROS, Manuel Batista de. **Capitania holandesa da Paraíba**: o condado dos pães de açúcar numa visão do Século XVII. 2. ed. João Pessoa: Editora Unipê, 2004, p. 111-131.

2 HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da Paraíba.** Tradução José Hygino Duarte Pereira. João Pessoa: Editora A União, 1982 [1639].

3 DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais. In: GONSALVES DE MELLO, José Antônio (org.). **Revista do Instituto do Açúcar e do Álcool**, Rio de Janeiro, 1947.

Como se sabe, o tipo predominante de trabalho nesse período, na Paraíba, como no conjunto do território que constituiria o atual Brasil, foi o compulsório, cuja mão de obra mais escravizada era a de gente "negra da terra", isto é, os "brasilianos"/ povos indígenas[4] e gente negra oriunda da África atlântica e de seus descendentes nascidos no espaço paraibano. Estava, assim, a Paraíba desde a sua formação vinculada à escravidão moderna e atlântica, iniciada no começo do Século XVI e que se estendeu até a metade do Século XIX, que resultou na escravização de cerca de 11 milhões de africanos nas Américas e no crescimento e fortalecimento do capitalismo, tanto quando ele surgiu (fase comercial), quanto no seu fortalecimento (estágio da industrialização), conforme estudado por Eric Williams[5].

Assim, procuramos mostrar as ações de colonização, a formação do território paraibano e a participação dos trabalhadores, sobretudo os de condição escravizada, nas atividades produtivas como as agrícolas, que se desenvolveram nos primeiros dois séculos da presença de europeus – lusos, holandeses, entre outros – que estabeleceram uma sociedade cujas relações sociais de produção estiveram alicerçadas no escravismo, no qual os meios de produção e os trabalhadores escravizados estiveram vinculados a uma coerção violenta (física e simbólica) para desenvolverem uma economia voltada para a agroexportação de diferentes produtos, sobretudo agrícolas. Esse sistema social escravista perdurou um longo período, superando o tempo de 350 anos, sendo extinta somente em 1888, com a abolição da escravidão. Entretanto, no Brasil contemporâneo ainda permanece um legado de desigualdades sociais e raciais. Longe estamos, portanto, de ultrapassar o

---

4 Adrian van der Dussen (*op. cit.*, p. 87 e p. 91) reconheceu os indígenas como os "primitivos senhores" da Paraíba e conseguiu mapear a existência de seis aldeias com 620 "brasilianos", na década de 1630. Envolvendo as quatro capitanias do Brasil Setentrional (Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande), somavam 1.923 "homens", sendo que 1.000 podiam "ser reunidos para a guerra". Entre os restantes, estavam os "velhos e incapazes", que permaneciam nas aldeias junto com "as mulheres e os meninos". Esses últimos também podiam seguir para a guerra ou ficavam nas aldeias trabalhando na produção de alimentos, como a mandioca e variados tipos de tubérculo.

5 WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão.** Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia da Letras, 2012 [1944].

passado escravista tão presente em imaginários e práticas sociais nesse início de Século XXI na sociedade brasileira[6].

A Capitania da Paraíba na economia colonial

> "Os habitantes da capitania são livres ou **escravos**. [...] os escravos são **brasilianos nativos** ou **negros** trazidos de **Angola** ou **Cabo Verde**"[7].
> "Quem quiser tirar proveito dos seus **negros** deve dar-lhes muita comida, **muito trabalho** e muitos açoites"[8].

No Século XVII, o Brasil era a principal colônia lusitana e responsável pela produção da maior parte da riqueza desse império. Esse foi um fator decisivo para que existisse um projeto de colonização que resultaria em sua ocupação a partir de 1535, em terras onde se formou Pernambuco. Contudo, não era essa a posição do Brasil no cenário inicial da expansão europeia. Suas terras, a princípio, não despertaram o interesse português. Até por volta da década de 1530, o contato entre europeus e nativos na América portuguesa era pontual e se restringia aos interesses pela extração de madeira, em especial, o pau-brasil, concentrada na região litorânea. A atenção da Corte de Lisboa voltava-se para as bandas orientais, em que movimentações avultosas de mercadorias e metais preciosos aumentavam as rendas reais.

Com o tempo, a postura de Portugal em relação às suas terras na América precisou alterar-se. A presença constante de outros povos europeus, sobretudo dos franceses, que estabeleceram contato com os indígenas e passaram a extrair madeiras da terra, fez com que Lisboa se preocupasse em se tornar mais presente. Era preciso colonizar efetivamente o Brasil para que se afastassem as ameaças estrangeiras concorrentes. A solução encontrada foi dividir a colônia, na América, em capitanias hereditárias, instituídas

---

6 Acerca do escravismo vale consultar Gorender (1978).
7 CARPENTIER, Servaes, *op.cit*, p. 117. (Grifos nossos).
8 Ibidem, p. 119. (Grifos nossos).

na década de 1530. A partir de então, o passo seguinte seria incentivar a produção econômica para se fixar no território americano. A economia de circulação em que se baseou Portugal, em suas relações com a Ásia, já não conseguia dar os resultados antes conquistados. A alternativa foi investir na economia de produção, "dando origem a uma forma mais avançada de exploração colonial"[9].

A experiência exitosa dos portugueses com a produção canavieira nas ilhas atlânticas, desde o final do Século XV, fez com que a Coroa incentivasse essa atividade no Brasil. Já na primeira expedição de 1532, com o intuito de colonizar as terras da América portuguesa, havia a presença de especialistas na produção de cana-de-açúcar. Vários fatores, porém, levaram a um fracasso inicial do modelo de plantação canavieira. Apenas duas capitanias obtiveram sucesso: Pernambuco e Bahia. Ainda assim, desde meados do Século XVI, já podemos falar em um sistema de *plantation* no Brasil. Por exemplo, "na década 1580, Pernambuco já possuía mais de sessenta engenhos fabricando açúcar para o mercado europeu, e nos últimos decênios do Século a província tinha fortes ligações com o mercado da Antuérpia"[10]. Foi exatamente nessa década que se fundou a Capitania Real da Paraíba, que iniciou o processo de conquista dessa região.

A Capitania da Paraíba, então, estava inserida no contexto da economia de exportação. Sua colonização foi realizada por portugueses que haviam se estabelecido em Olinda (Pernambuco), desde 1535, e que vinham explorando madeiras existentes na costa do que se tornou a Capitania da Paraíba, a partir de 1585. Nessa atividade, estava envolvido o português Frutuoso Barbosa, que, mesmo antes de obter, em 1579, autorização real para "fazer à sua custa a conquista e o povoamento da Capitania", já vinha negociando com os povos indígenas, com acordos vantajosos[11]. Todavia, quando as expedições de conquistas avançaram no

---

9 ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O Trato dos Viventes:** a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 30.

10 LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravismo no Brasil.** São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 36.

11 ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978, p. 64.

território, muitas batalhas foram travadas contra os "índios bravios" do litoral da Paraíba até que, em 1585, os portugueses conseguiram erguer fortalezas militares para se proteger e iniciaram a construção dos primeiros engenhos. Mesmo após a conquista e a ocupação de algumas faixas de terras no litoral, os conflitos entre indígenas e portugueses continuaram, nos Séculos XVI e XVII, com a entrada em direção ao interior no Século XVIII[12].

Ao deslocarmos o olhar do local para as conjunturas políticas e econômicas mais abrangentes do Século XVI, observamos que o processo de ocupação da Paraíba esteve relacionado à necessidade de a monarquia portuguesa garantir a posse e a expansão da economia canavieira na América portuguesa. As tentativas de conquista de território da futura capitania da Paraíba ocorriam quando a colonização havia completado pouco mais de meio século, e os colonizadores não viviam de forma estável. Pelo contrário, defrontavam-se com o fato de outros europeus tentarem ocupar o território, como os franceses, efetivamente expulsos do Maranhão, em 1615, e os holandeses que, no Século XVII, que ocuparam áreas do Norte, inclusive na Paraíba, mas só foram afastados da América portuguesa em 1654. Portanto, nesse período, os portugueses precisavam (re)povoar o território e fixar suas instituições – administração, língua, religião – para consolidar a colonização[13].

Como há muito se sabe, Pernambuco foi uma das capitanias que tiveram êxito no desenvolvimento da lavoura canavieira, o que a levou a ser a capitania-base da expansão da colônia. Assistia-se, nesse período, a "um constante movimento português em direção ao Norte". Esse movimento de ampliação de território atingiu também a Bahia, o que resultou na fundação da capitania de Sergipe. Mais ao norte instituíram-se as capitanias do Piauí,

---

12 O acordo entre os potiguaras e os portugueses ocorreu apenas em 1599, quatorze anos depois da fundação da Cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, capital da capitania. Para saber mais sobre os conflitos com a população indígena no processo de conquista da Paraíba, ver GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares**: política e economia na Capitania da Parayba (1585-1630). Bauru: EDUSC, 2007.

13 MEDEIROS, Maria do Céu. O trabalho na Paraíba escravista. In: MEDEIROS, Maria do Céu e SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba**: das origens à transição para o trabalho livre. Editora Universitária/UFPB, 1999, p. 17-99.

do Maranhão e do Pará. Portanto, pode-se compreender que a criação da capitania da Paraíba, no final do Século XVI, estava inserida na política de domínio português e de sua expansão geográfica na América.

No caso da capitania de Pernambuco, competiu aos lusos aí residentes não só a luta contra os povos nativos (os indígenas) e os demais europeus que procuravam se apropriar do território ocupado no início do Século XVI, como também a organização e a administração das colônias formadas em suas vizinhanças, como a da Paraíba (1585), do Rio Grande (1599) e do Ceará (1603), para consolidar o processo de colonização da América lusa[14]. Nesse sentido, em Olinda, formou-se um núcleo central da administração colonial, com a função de conectar as demais capitanias vizinhas ao poder metropolitano. Alguns dos órgãos administrativos ficaram centralizados em seu território, como o bispado, criado em 1676, que agregou várias capitanias do Norte. O porto de Pernambuco, como mencionado, também era intensamente frequentado pelos negociantes portugueses, que comercializavam tanto os produtos necessários para a montagem de engenhos quanto a mão de obra fundamental africana para o desenvolvimento das atividades econômicas, visto que as rotas do comércio de 'almas' tinham como ponto de partida essa capitania, que se configurou como 'central' para a Corte portuguesa. Coube às autoridades locais administrarem não só os seus negócios como também os das capitanias denominadas de 'periféricas', 'residuais' ou 'subordinadas'.

Vale assinalar, ainda, que, na formação da sociedade do açúcar, na Paraíba, os engenhos foram beneficiados pelas férteis várzeas

---

14 John Russel-Wood (Centro e Periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p. 223) destaca que, como resultado da expansão territorial da Coroa portuguesa, no Século XVIII, havia, na América portuguesa, nove capitanias "centrais": Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e oito "subalternas", todas vinculadas a uma das ditas centrais: a do Rio Negro pertencia à esfera do Pará; a do Piauí, ao Maranhão; três, do Norte, Rio Grande [do Norte], Paraíba e Ceará, a Pernambuco; duas do Sul: Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, à do Rio de Janeiro; e, finalmente, o Espírito Santo, que foi dependente da Bahia e, depois, do Rio de Janeiro. Cf. também BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 13, jul., 2002, p. 82.

do rio Paraíba[15]. Um rio extenso, com cerca de 480 km, com a nascente no atual município de Monteiro[16], e findando num encontro com o oceano Atlântico, na cidade de Cabedelo. Nas proximidades desse curso d' água, havia uma opulenta vegetação, flora rica e abundância de água que, nas frequentes cheias, formavam um solo rico para a agricultura, local em que se instalaram os primeiros núcleos de povoamento da capitania.

Além da plantação de açúcar, as matas ofereciam a retirada do "melhor pau-brasil" e de outras madeiras, que foram usadas como lenha nos engenhos, em construção de casas, em navios e em móveis, não só na Paraíba, mas também 'sustentaram' a capitania de Pernambuco, os reinos de Portugal e da França[17]. Outros rios, como o Gargaú, o Marés, o Inhobim e o Una, que se encontravam com o Paraíba, foram importantes para o desenvolvimento dos engenhos de açúcar, pois era por meio deles que se escoavam as safras de açúcar e as madeiras e se transportavam alimentos e gêneros manufaturados de outras capitanias para os moradores locais.

Com a efetiva posse da costa litorânea da Paraíba, teve início a formação da agricultura de exportação e de economia interna, como a lavoura de subsistência (mandioca, milho, arroz, frutas e legumes)[18] e a exploração de produtos subsidiários (couro, algodão, tabaco, criação de gado e outros animais), que tanto eram usados no consumo da população quanto remetidos à exportação. A base da exploração, como exposto na epígrafe deste item, de autoria de Carpentier, foi o trabalho dos 'negros', entre os quais

---

15 O rio Paraíba fora batizado de São Domingos, em 1506, quando uma armada portuguesa passou pela costa, na qual se formou a Paraíba. Cf. PINTO, Irineu. **Datas e notas para a história da Paraíba** – Vol. 1. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977 [1908], p. 10 e MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. (Edição fac-similar de 1912).

16 O rio nasce no atual município de Monteiro, localizado numa região de escassas precipitações pluviométricas. Já no baixo Paraíba, ou seja, na faixa mais úmida do litoral, formaramse os engenhos de açúcar da Paraíba. No fim do Seiscentos, estavam edificados ali cerca de quarenta engenhos/fábricas, conforme assinalou ANDRADE, Gilberto O. de. **O rio Paraíba do Norte**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC, 1997 (Edição Fac-similar de 1957), p. 23-25 e 43.

17 Ibidem, p. 25-33.

18 DUSSEN, Adriaen van der, *op. cit*, p. 109.

estavam, “em primeiro lugar, os índios aprisionados pelos tapuias e vendidos aos portugueses”; em seguida, os que foram “aprisionados na Baía da Traição [que,] por terem se aliado ao General Boudewijn Hendricksz, foram **escravizados**”[19], mas os holandeses “os declaravam livres por público pregão”. Ainda entre os cativos, encontravam-se os “tapuias do Maranhão, aprisionados ali em guerra e pelos portugueses vendidos e mandados para cá” [Paraíba] e os “negros de África, especialmente de **Angola**; essa gente faz todo o serviço da terra [...] sempre mantidos com muito açoites. Os de **Guiné** são muitos bons, mas não tão fortes [...]”; e “os de **Cabo Verde**” que “são os melhores e os mais robustos de todos e são os que custam mais caro aqui”[20]. Dussen[21] também avançou na identificação e na qualificação dos que foram trazidos da Costa d´África, os **ardra**, ditos como “obstinados, maus e preguiçoso”;[22] os **calabares**, que, segundo sua avaliação, não tinham “nem interesse, nem coragem e nem trabalho”. Porém, os “melhores” e laboriosos eram os escravizados vindos da Guiné e de Cabo Verde. Quanto às mulheres africanas, na perspectiva desse governador, eram compradas para “trabalhar em suas casas”, ou seja, eram cativas no espaço doméstico.

Enfim, como muitos outros colonizadores que escreveram sobre o Brasil Colonial, Adriaen van der Dussen salientou que “os que pretenderem fixar-se no país devem trazer alguns bens, **e para serem bem sucedidos, devem comprar alguns negros, porque, sem negros, não se pode cultivar ali nada**”[23].

Ao organizar a publicação do relatório de Dussen, José Antônio Gonsalves de Mello[24] sintetizou as informações de Dussen sobre o trabalho nas plantações de açúcar destacando que, tanto

---

19 O termo escravizado consta no texto publicado por Manuel Batista de Medeiros (**Capitania holandesa...**, *op. cit.*). Todos os grifos desse parágrafo são nossos.

20 DUSSEN, Adriaen van der, *op. cit.*, p. 92.

21 Ibidem.

22 Ainda sobre os ardras, Dussen também mencionou as formas de resistência à sua escravização sobre as quais afirmou: “eles revoltam-se contra os que os dirigem e muitos fogem para as matas e fazem muitas maldades; são audaciosos e valorosos, não respeitam ninguém”. Ibidem, p. 92.

23 Ibidem, p. 85. Grifos nossos.

24 GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **Revista do Instituto do Açúcar e do Álcool**, Rio de Janeiro, 1947, p. 21.

os senhores de engenho quanto os lavradores, contavam com trabalhadores escravizados, ferramentas e meios de transporte. Os cativos eram, enfim, os responsáveis pelas variadas tarefas na produção do açúcar. Assim, o "fornecedor devia possuir escravos para a limpa, trato e corte dos canaviais", que usavam carros e bois para conduzir a cana até as instalações dos engenhos, onde estavam os maquinários que produziam o produto final. No cotidiano do labor, podiam contar com "ferramentas necessárias ao trabalho agrícola: enxadas, foices e machados; [e] as caixas para acondicionar a sua porção de açúcar". Depois de todas essas etapas, o produto valioso - o açúcar - era transportado para os portos de Pernambuco. Como se percebe pelo discurso citado, lusos e holandeses estavam em consonância ao considerar fundamentais a escravização e a exploração tanto dos povos indígenas quanto os da Costa da África atlântica.

No que diz respeito à economia da Paraíba Colonial, vale reportar-se a um relato escrito por um importante senhor de engenho da cidade da Paraíba, Ambrósio Fernandes Brandão, de 1618. Trata-se de uma obra que se tornou fonte riquíssima para se compreender as primeiras décadas da colonização da Paraíba: os *Diálogos das Grandezas do Brasil*[25]. Ambrósio Brandão conseguiu construir redes comerciais com Pernambuco e na Bahia e com um consórcio de cristãos-novos que negociavam na Ásia, chamado de "Consórcio Brandão". Ambrósio era um "genuíno representante do capitalismo comercial: como um mercador-empresário em busca de investimentos geradores de negócios"[26]. Ao vivenciar os anos iniciais do Século XVII, quando a colonização portuguesa dava seus primeiros passos, afirmou:

São tão grandes as riquezas desse Novo Mundo e

25 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977 [1618].

26 ALENCASTRO, Luís Felipe, *op. cit.*, p. 102. Horácio de Almeida (*op. cit.*, p. 184) afirmou que Ambrósio Fernandes Brandão vivia em Pernambuco quando houve a conquista da Paraíba, acompanhando a expedição organizada por Martim Leitão. Por volta de 1607, depois de um tempo em Portugal, retornou ao Brasil para viver na Paraíba. Em 1613, possuía dois engenhos nessa capitania e organizava-se para montar o terceiro.

> da mesma maneira sua fertilidade e abundância, que não sei por qual das cousas comece primeiramente [...]. Pelo que, começando, digo que as riquezas do Brasil consistem em seis cousas, com as quais seus povoadores se fazem ricos, que são essas: a primeira lavoura do açúcar, a segunda a mercancia, a terceira o pau a que chamam do Brasil, a quarta, os algodões e as madeiras, a quinta, a lavoura de mantimentos, e a sexta e última, a criação de gados. De todas essas cousas o principal nervo e substância da riqueza da terra é a lavoura dos açúcares[27].

Essa organização econômica orientou o esforço dos primeiros colonizadores portugueses. A Paraíba era um ponto importante para esse projeto. Estrategicamente, a conquista do rio Paraíba levaria a uma maior proteção em relação aos ataques indígenas e serviria como importante espaço para a produção do açúcar, devido às suas terras férteis.

Dentre as condições que possibilitaram o contexto favorável à produção canavieira, nas primeiras décadas do Século XVII, encontrava-se a relativa paz estabelecida com os potiguaras, a partir de 1599, o aumento dos preços e a expansão do mercado do açúcar, conforme salientou Regina Célia Gonçalves:

> Assim, não só a conquista da Paraíba, mas também o início da instalação da agromanufatura açucareira em seu território ocorreram justamente nesse período em que cresciam as condições favoráveis para o incremento da produtividade açucareira nas Capitanias do Norte. Tais fatores eram a disponibilidade de capital, a expansão das terras cultivadas, o aperfeiçoamento da capacidade administrativa, uma produtividade maior

---

27 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *op. cit.*, p. 115.

> de força-de-trabalho e, desde o início do Século 17, a introdução de melhoramentos técnicos, que também aumentaram a produção global[28].

Essas condições favoráveis ao desenvolvimento produtivo do açúcar, nas terras da capitania da Paraíba, nesse período, são expressas, por exemplo, no número de engenhos da região na virada do Século XVI para o XVII. Dois anos depois da conquista da Paraíba, em 1587, em seu território, havia dois engenhos funcionando. Em 1601, quando a capitania já contava com quinze anos de presença efetiva dos portugueses, havia cerca de quatorze ou quinze engenhos. Em 1630, havia 18 ou 19 engenhos Gonçalves[29]. Para Ambrósio Fernandes Brandão, "a Paraíba, por fertilíssima e lavrar muitos açúcares nos engenhos, em que se fazem, que no seu distrito estão situados não poucos em número, ocupa o terceiro lugar em grandeza e riqueza das demais capitanias desse Estado"[30].

A interessante posição da capitania da Paraíba, no cenário econômico da colônia, logo despertou interesses de outras nações. Devido a várias questões de âmbito político e econômico, o início do Século XVII foi marcado pela intensificação das disputas por mercados tanto na Ásia, quanto na América. Os holandeses despontaram, nesse contexto, como os principais rivais do Império Ibérico[31]. E como Pernambuco era uma das capitanias mais bem sucedidas da América, logo foi alvo das investidas militares holandesas. A Paraíba, por sua vez, ao ser uma extensão das atividades produtivas de Pernambuco e em pleno desenvolvimento econômico, também foi atacada pelos batavos, cedeu ao seu domínio em 1634 e permaneceu assim até 1654.

Toda a produção açucareira desenvolvida nos anos iniciais da

---

28 GONÇAVES, Regina Célia, **Guerras...**, *op. cit.*, p. 183.
29 Ibidem, p. 186.
30 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *op. cit.*, p. 43.
31 Vale lembrar que, de 1580 a 1640, Portugal esteve submetido à Coroa Espanhola, devido a problemas de sucessão do trono. Essa situação se estendeu até 1640. Os conflitos entre espanhóis e holandeses foram uma dos principais motivos que levaram a Holanda a invadir algumas capitanias no Brasil.

ocupação e colonização da América portuguesa e, em especial, da Paraíba, não seria possível sem a força de trabalho indígena e africana. Até a década de 1530, os europeus estavam presentes em apenas alguns pontos do litoral do Brasil extraindo madeiras. Essa atividade era feita por intermédio do escambo e em relações menos conflituosas com os nativos. Com o desenvolvimento do sistema de *plantation*, impôs-se a exploração do trabalho compulsório de indígenas e de africanos. De acordo com o personagem Brandônio, criado por Ambrósio Fernandes Brandão, em seus *Diálogos das grandezas do Brasil,* para um engenho que produzisse muito açúcar, seriam necessárias "50 peças de escravos de serviço, bons"[32], que, segundo ele próprio, era constituídas pelos elementos oriundos dos povos nativos da América e por africanos e seus descendentes.

Esse quadro geral seria permanente nos séculos subsequentes. Porém, apesar de todas essas características geográficas favoráveis ao desenvolvimento da agricultura de exportação e da boa qualidade do açúcar produzido na várzea do rio Paraíba, os colonizadores lusos findaram o Século XVIII com um quadro econômico deficiente, depois de mais de quarenta anos de anexação a Pernambuco, entre 1755 e 1799, com a necessidade de fazer reformas para estimular o crescimento econômico. Um dos seus últimos governadores, o representante da Coroa portuguesa, Fernando Delgado Freire de Castilho, chamava à atenção para problemas de toda ordem na esfera econômica, que iam desde a administração das rendas da Coroa e dos engenhos até a falta de infraestrutura e de recursos humanos para viabilizar o seu funcionamento com significativa lucratividade. Em suas palavras,

> os *negociantes* por quem corre o trato da capitania são poucos e *pobres*, meros feitores de Pernambuco; e a *agricultura* se acha no maior atrasamento e desalento que pode imaginar-se; os *engenhos* estão desfabricados da sua força

32 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *op. cit.*, p. 129.

> principal, que são os *escravos,* e esses mesmos faltam a cultura do *algodão* e dos *víveres*, de que se poderia fazer um *comércio* vantajoso a essa capitania[33].

Por outro lado, o mesmo dirigente acreditava que algumas medidas deveriam ser tomadas para fomentar a agricultura e o comércio da capitania. Ele julgava que, só assim, haveria o florescimento agrícola e recomendou, para se superar a dependência da capitania da Paraíba, que "negociantes ricos" deveriam instalar-se na capitania e emprestar dinheiro aos donos de engenhos com prazos mais longos, além de fornecer equipamentos agrícolas[34].

Uma década depois, porém, no início do Século XIX, o viajante Henry Koster, em sua passagem pela capitania, registrou a continuidade da dependência comercial dos moradores da Paraíba a Recife. Segundo ele, os "habitantes do sertão, do interior [Paraíba], vão mais ao Recife por esse apresentar pronto mercado aos seus produtos", e o porto de Recife recebia "navios maiores, [por isso] obt[inha] a preferência"[35]. Os próprios trabalhadores da África continuavam a chegar ali, e aqueles senhores que dispunham de recursos financeiros compravam escravizados e deslocavam-nos para que trabalhassem na Paraíba, que permanecia, durante os Séculos XVIII e XIX, com sua economia baseada na atividade agrícola da cana-de-açúcar e dependente da praça de Recife.

Nesse quadro de dependência a Recife e de primazia da

---

33 Narração do estado em que se achava a capitania da Paraíba, em 09 de janeiro de 1799, por Fernando Delgado Freire de Castilho *apud* PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 205-213 (grifos nossos). No governo de Freire de Castilho, a Paraíba desanexou-se da capitania da Pernambuco. A separação foi oficializada pela Carta Régia de 17 de janeiro de 1799 (Ibidem, p. 207).

34 Vale consultar também o capítulo IV (Abandono) de ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3. ed. João Pessoa: A União, 1980. p. 229-277, cuja primeira edição é datada de 1923. Nessa obra, José Américo de Almeida salienta, com base em documentos oficiais, o descaso das autoridades coloniais e imperiais em relação à Paraíba. Segundo o autor, a "história política-administrativa da Paraíba, nas suas relações com os poderes centrais, desde os tempos da conquista até 1919, é um documento de preterições e de abandono". A respeito do período monárquico, o regime "não favorecia a Paraíba. Os presidentes não permaneciam em seus cargos".

35 KOSTER, Henry. **Viagem pelo Nordeste.** Tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1942 [1816], p. 72.

produção voltada, primordialmente, para a exportação, só na metade do Século XVII, com a expulsão dos holandeses, foi que a economia da Paraíba encontrou mais condições para se diversificar, por meio do processo de interiorização da conquista da capitania da Paraíba, que se intensificou a partir da década de 1670. Além de buscarem mais indígenas para escravizar, os portugueses procuravam ampliar suas terras e, com isso, puderam encontrar alternativas para resolver a crise que se abatera na economia canavieira após 1654. Com a interiorização da ocupação, novas atividades econômicas foram incorporadas à capitania da Paraíba de forma mais efetiva, como a pecuária e a produção algodoeira. Em todas essas atividades, a exploração do trabalho indígena e africano foi a base fundamental da economia da capitania.

Embora outras atividades produtivas desenvolvidas nesse período também contassem com o trabalho de africanos e indígenas escravizados, além de pessoas livres, para fins deste texto, a seguir, vamos continuar a focar nossa análise na produção canavieira, por ter sido a mais representativa da Paraíba nos primeiros anos da colonização.

Os indígenas como mão de obra dos colonizadores

Os povos indígenas que viviam no litoral foram os primeiros a entrar em contato com os europeus que, no primeiro momento, geraram trocas econômicas, no início do processo de colonização (1530) marca o início de inúmeras guerras e, em muitos casos, resultou na escravização de variados grupos nativos. Os conflitos bélicos perduraram até o Século XVIII, quando estes se tornaram cada vez mais violentos.

No início da conquista da Paraíba, o maior enfrentamento que os portugueses encontraram na expansão colonizadora foi com os potiguaras. Esse povo indígena era tupi e habitava o litoral não só da Paraíba, mas também do Rio Grande do Norte e do Ceará. Os potiguaras, ao que se indica, estavam há pouco tempo nessas terras, quando os portugueses chegaram. Desde os primeiros contatos com os europeus, esses indígenas estabeleceram boas relações com os franceses, com quem se mantiveram

aliados durante os primeiros anos da conquista e da colonização da Paraíba.

Os tabajaras, também povo tupi, formam o outro grupo de indígenas que protagonizaram o cenário da conquista da capitania da Paraíba. Antigos inimigos dos potiguaras, eles haviam sido expulsos de suas terras, nas proximidades do rio Goiana, antiga capitania de Itamaracá. Porém, apesar de inimigos, os tabajaras retornaram à região para apoiar os potiguaras na guerra contra os portugueses. A dita aliança tupi não durou muito tempo, e tabajaras e portugueses estabeleceram acordo em agosto de 1585, que constituiu a data simbólica do início da formação da capitania da Paraíba.

Os povos potiguaras, os tabajaras, os portugueses, os franceses e, depois, os africanos e os holandeses foram os principais agentes envolvidos no processo de conquista e colonização da Paraíba. Os portugueses, com seu projeto de expansão da produção de cana-de-açúcar, enfrentou a resistência dos potiguaras, que contavam com o apoio dos franceses. Além de afastar a ameaça de perder os territórios para outros povos europeus e os potiguaras, os portugueses desejavam ampliar o espaço de atividades produtivas e conquistar mais força de trabalho.

Nos Séculos XVI e XVII, foram frequentes os debates e as ações, com posições favoráveis e contrárias, sobre a escravização indígena. As leis portuguesas desse período permitiam, basicamente, três formas de obtenção do trabalho escravo indígena: resgates, cativeiros e descimentos. A primeira forma consistia na "troca de mercadorias por índios prisioneiros de outros índios". A segunda era causada pelas chamadas "guerras justas", que eram momentos específicos contra alguns povos indígenas. Por fim, os descimentos eram "deslocamentos forçados dos índios para as proximidades dos enclaves europeus". Esse último tipo era, talvez, o mais violento, por proporcionar uma morte mais lenta[36].

A primeira forma de escravização indígena citada, por intermédio da troca com os próprios índios, não era tão comum. Isso

36 ALENCASTRO, Luis Felipe, *op. cit.*, p. 117.

porque a prática da escravidão entre os nativos da América era rejeitada por eles. Não havia um mercado constituído, como ocorrera na África. A resistência dos indígenas em relação à expansão portuguesa foi utilizada várias vezes como argumento de uma "guerra justa", através da qual os europeus se viam ameaçados em relação aos índios e, por isso, atacavam, tornando-os cativos em seguida. Sem dúvida, o que estava por trás do discurso de "justiça" de uma guerra e aprisionamento de pessoas eram interesses econômicos. Essa foi a justificativa para os aprisionamentos das guerras de conquistas no final dos Séculos XVI e XVII.

Os descimentos foram, talvez, as práticas mais comuns nesse período, que disponibilizavam para os europeus uma grande quantidade de mão-de-obra, além de permitir à Igreja Católica um grande trabalho de catequização. Na Paraíba,

> os descimentos dos Potiguara constituem o elemento que explica o fato de que, em 1601, uma autoridade não identificada, [...], registrasse a existência de 14.000 índios aldeados nas circunvizinhanças da Filipéia e que, dois anos mais tarde, 1603, Frei Vicente do Salvador mencionasse a cifra de 45.000 almas prontas a serem catequizadas[37].

Quando as "almas" eram catequizadas, ficavam nas aldeias. O interesse dos religiosos no trabalho indígena era constante, o que os levou a muitos conflitos com as autoridades régias. A capitania da Paraíba contou, nos primeiros momentos da conquista, com a presença de jesuítas (1585) e franciscanos (1589), seguidos depois por beneditinos (1599) e carmelitas (1600). Com apenas oito anos em que os portugueses estavam estabelecidos na capitania, os jesuítas e os franciscanos já disputavam entre si a catequese dos indígenas e foram os primeiros expulsos da Paraíba em 1593. Os padres franciscanos, porém, em 1596, entraram em conflito

---

37 GONÇALVES, Regina Célia, **Guerras...**, *op. cit.*, p. 136.

novamente, dessa vez, com o então governador Feliciano Coelho de Carvalho pelo poder sobre os índios[38].

Com os descimentos, os indígenas ficavam organizados em aldeias. Em 1612, havia, na Paraíba, cerca de oito aldeias indígenas nas redondezas da capital[39]. O objetivo do aldeamento era de tornar os nativos fixos na terra e criar uma cultura de trabalho que não era comum a eles. Além do mais, iniciava-se, nas aldeias, um processo de imposição religiosa via catequização. Assim, as estratégias da formação de aldeias eram fundamentais para o processo de colonização, principalmente no período de interiorização da conquista, e se manteve até o Século XIX[40]. Uma das aldeias mais importantes nesse período, fundada em 1614, foi a de Jacoca. A prática do aldeamento foi responsável por permitir boa parte da mão de obra para os engenhos. Acerca dessa relação, em documento elaborado por volta do ano de 1601, afirmava-se o seguinte sobre a cidade de Filipéia (atual cidade de João Pessoa), principal área habitada por europeus da Paraíba e onde se estabeleceram os órgãos administrativos coloniais:

> Tem ali cem visinhos Portugezes e dois mosteiros, um de S. Bento e outro de Franciscanos e em seu districto habitam mais de oitocentos Portuguezes em que haverão quatorze ou quinze engenhos de assucar e grandes roçarias de mantimentos, tem em redor de quatorze mil *Pitagaras,* é gentio da terra e outras nações que aqui habitão repartidos por suas Aldeias que estão a cargo dos frades menores de S. Francisco[41].

---

38 Essas informações estão presentes em PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 26 e 28 e ALMEIDA, Horácio, *op. cit.*, p. 112-112; 118-119 e 144-145.

39 GONÇALVES, Regina Célia, **Guerras...**, *op. cit.*, p. 136.

40 MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista no Período Pombalino e seus reflexos nas Capitanias do Norte da América Portuguesa. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Ricardo Pinto de (Orgs). **Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007.

41 PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 33.

As informações sobre a quantidade de índios potiguaras e de aldeias logo após a descrição sobre os engenhos talvez não tenha sido aleatória. As duas questões se complementavam. O tratamento despendido pelos portugueses aos índios aldeados não era dos melhores. Em 1634, quando os holandeses, após várias investidas, conseguiram estabelecer o domínio efetivo da Paraíba, muitos indígenas os apoiaram. No ano seguinte à invasão holandesa, Servais Carpentier tornou-se o primeiro governador dessa nova fase da história da capitania. Em relatório feito por esse governador, consta a informação de que os índios encontravam-se "muito irritados" com os portugueses e não os queriam mais como capitães de suas aldeias[42].

Os holandeses já haviam estabelecido contatos com os potiguaras em 1625, quando eles se retiraram da capitania da Bahia e fizeram escala em outra Baía, a Baía da Traição, na Paraíba. Os indígenas da região prestaram apoio necessário a esses europeus inimigos de seus inimigos - os portugueses. Em represália a tal ajuda, os portugueses prepararam um dos maiores massacres do período inicial da colonização na Paraíba, matando muitos índios potiguaras e aprisionando outros tantos. O acordo de paz, estabelecido em 1599, estava sendo constantemente desrespeitado com os descimentos, e os potiguaras continuavam insatisfeitos com os portugueses. Com o retorno dos batavos, em 1634, os potiguaras se posicionaram a seu favor[43].

A vitória holandesa e seu domínio sobre a Paraíba não melhoraram a vida dos indígenas, que continuaram sendo utilizados como mão de obra a serviço dos conquistadores. Elias Herckmans, governador que assumiu o posto um ano depois de Carpentier, ao fazer seu relatório sobre a capitania da Paraíba, descreveu a criação de novas aldeias, como a de Maurícia, e a permanência das

---

42 CARPENTIER, Servaes, *op. cit.*

43 Sobre o ataque à Baía da Traição em 1625, ver Gonçalves, Regina Célia. **Guerras...**, *op. cit.*, p. 84-85. As alianças estabelecidas entre os povos tupis (potiguaras e tabajaras) com os holandeses e os portugueses são discutidas em GONÇALVES, Regina Célia, CARDOSO, Halisson Seabra e PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. Povos indígenas no período de dominação holandês: uma análise dos documentos Tupi (1630-1656). In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti; GONÇALVES, Regina Célia (Orgs.). **Ensaios sobre a América Portuguesa.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009, p. 39-51.

que já existiam. A única diferença era a liderança, que estava sob a responsabilidade neerlandesa. Segundo Herckmans, "cada aldeia tem o seu capitão, que é neerlandês ou alguma pessoa escolhida dentre os nossos aliados, a fim de mandar sobre ele e vigiar que sejam os índios mantidos em disciplina, instruídos no verdadeiro culto"[44].

Tendo em vista que, nas aldeias, os portugueses estabeleciam também a disciplina que julgavam correta e o culto cristão, talvez, para os indígenas, a mudança de povos europeus no comando das aldeias não alterou diretamente suas vidas. Além do mais, como veremos com mais vagar adiante, Carpentier constatou, em seu relatório, a presença de indígenas sendo escravizados, uma prática de exploração do trabalho que também continuou sob o domínio holandês.

Nesse período, iniciou-se o processo de contatos mais constantes com os povos indígenas do interior - os tapuias. No mesmo relato de Herckmans, o governador destacou grande espaço para a descrição desses povos que, até então, haviam estabelecido contatos pontuais com os europeus, mas sofreram a invasão de suas terras, principalmente depois que os holandeses foram expulsos da Paraíba e deu-se o início da interiorização da conquista na segunda metade do Século XVII. A partir daí, as notícias mais frequentes sobre a população indígena vinham do interior, com os vários conflitos, como a "Guerra dos Bárbaros" e a formação de aldeias como as de Piancó, Piranhas e Pilar.

Com a expulsão holandesa, na década de 1650, a Paraíba entrou em um período de crise econômica que se estendeu por muito tempo, conforme será analisado mais adiante. É necessário dizer, nesse momento, que os proprietários de engenhos na capitania começaram a reclamar das dificuldades financeiras para comprar escravizados africanos, reivindicando a utilização do trabalho indígena. Se, em outras partes do Brasil, a transição para o trabalho de negros se deu desde o início do Século XVII, na Paraíba, até o final desse século, requisitava-se o trabalho compulsório dos índios.

---

44 HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da Paraíba.** Tradução José Hygino Duarte Pereira. João Pessoa: Editora A União, 1982 [1639], p. 24.wd

Apesar das tentativas permanentes dos portugueses de cativarem os índios, muitos fatores tornaram esse esforço malogrado. Além dos já citados conflitos com as ordens religiosas, a Coroa publicou várias leis proibindo essa prática. Essas não foram as únicas razões para não se utilizarem sistematicamente os índios como escravos. As resistências à adaptação desses povos ao novo regime de trabalho, aliadas às várias doenças que não tinham imunidade e às guerras tornaram os números de indígenas cada vez menores no decorrer do tempo. Some-se a isso o fato de o mercado estabelecido entre a África e o Brasil ser muito lucrativo, razão por que era mais interessante investir na escravidão negra e incentivá-la. Os africanos e seus descendentes, aos poucos, foram sendo mais utilizados como trabalhadores nas atividades produtivas, mas esse processo não se deu repentinamente.

O trabalho da gente africana e de seus descendentes

No processo de conquista da capitania da Paraíba, entre as décadas de 1570 e 1580, os africanos estiverem presentes nas expedições. Irineu Pinto, em sua já citada obra, *Datas e notas para a História da Paraíba,* afirmou que a expedição organizada em 1584 e liderada por Frutuoso Barbosa contou com a participação de "cento e tantos africanos". Essa expedição não obteve sucesso e, no ano seguinte, sob a organização do ouvidor Martim Leitão, uma nova expedição seguiu em direção à Paraíba, com o objetivo de efetivar a conquista de seu território. Essa nova investida dos portugueses contou com a participação de 200 homens a cavalo e 300, a pé, sem levar em consideração os indígenas e os africanos[45].

Horácio de Almeida, na década de 1960, por sua vez, ao narrar a terceira expedição de conquista da Paraíba na década de 1580, citou um ataque feito pelos indígenas a um acampamento dos europeus no qual que morreram "mais de 50 homens brancos, 400 índios domésticos e 100 escravos da Guiné"[46]. Após demarcar a presença africana no processo de conquista da Paraíba, nosso interesse aqui é também discutir a atuação desse grupo social nas

45 PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 17 e 19.

46 ALMEIDA, Horácio, *op. cit.*, p. 71.

relações social de produção, baseadas no escravismo, como dito anteriormente. Para tanto, destacamos dados populacionais da Paraíba escravista que nos mostram a gente africana e seus descendentes (os ditos na época como "pretos" e "pardos"), conforme consta no quadro 1, elaborado com as informações estatísticas mais antigas disponíveis nos estudos sobre a população negra do território em análise. Em tais dados, a população negra escravizada se comparada com outras regiões centrais do Brasil, a Paraíba não tinha altos índices de cativos. A partir de dados censitários do Arquivo Histórico Ultramarino e de outros estudos e fontes, Maria do Céu Medeiros elaborou o quadro abaixo:

Quadro 1: População escrava da Paraíba (1798 a 1851)

Anos	População livre	População escrava	Total
1798	30.989 = 77,70%	8.897 = 22,3%	39.894
1802	40.168 = 79,00%	10.667 = 21,00%	50.835
1805	39.279 = 79,58%	10.077 = 20,42%	49.358
1811	104.774 = 85,60%	17.633 = 14,40%	122.407
1820	79.725 = 82,66%	16.723 = 17,34%	96.448
1823	102.407 = 83,66%	20.000 = 16,33%	122.407
1850	178.479 = 86,25%	28.473 = 13,75%	206.952
1851	183.920 = 86,56%	28.546 = 13,43%	212.466

Fonte: MEDEIROS, Maria do Céu. O trabalho..., *op. cit.*, p. 55.

Os números apresentados anteriormente mostram que a Paraíba não conseguia apresentar uma população escravizada muito maior do que 20% de sua população total. Vários motivos explicam tal constatação. Algumas das razões para essa porcentagem relativamente baixa foram as frequentes epidemias, as pestes e as secas que ocorreram na Paraíba. Irineu Pinto, por exemplo, citou a ocorrência de uma peste de bexigas que teria matado mais de

1.100 escravos negros[47]. Em cada fenômeno como esse, a quantidade de cativos diminuía significativamente.

Outro fator para os baixos números de escravos diz respeito também às condições econômicas da Paraíba. Se a capitania da Paraíba apresentava altos índices da produção de açúcar, nas primeiras décadas da colonização, depois da retirada dos holandeses (1654), esse quadro se alterou bruscamente. Para Elza Régis de Oliveira, a segunda metade do Século XVII apresentou quedas no preço do açúcar; as Antilhas tornaram-se grandes concorrentes nessa produção; várias condições climáticas, como secas e enchentes, prejudicaram ainda mais a produção e a guerra de expulsão holandesa levou à queima de vários engenhos. Se na Paraíba, até a saída dos holandeses, havia vinte engenhos em funcionamento, esse número caiu para nove em 1663[48].

Em 1671, alguns lavradores e senhores de engenho da Paraíba enviaram uma carta à Câmara da capital em que se queixavam de vários problemas econômicos, entre eles, a necessidade de se comercializar com Pernambuco e a falta de escravos da Guiné[49]. Essa "falta de escravos", que passaria a fazer parte dos discursos dos proprietários da Paraíba e das autoridades locais, estender-se-ia até o Século XIX e seria vinculada às dificuldades econômicas da capitania depois da década de 1650[50].

Quatro anos depois, em 1675, os moradores da cidade da Paraíba fizeram uma representação ao Conselho Ultramarino afirmando que faltavam escravos de Angola e que, em consequência disso, pediam para que os indígenas se mantivessem em suas

---

47 PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 58.

48 OLIVEIRA, Elza Régias de. **A Paraíba na crise do Século XVIII**: subordinação e autonomia (1755-1799). João Pessoa: 2.ed., Universitária/UFPB, 2007, p. 83.

49 A.H.U., 014, D. 079, 1671. (As iniciais "A.H.U." referem-se ao *Arquivo Histórico Ultramarino* de Lisboa. Documentos de seu acervo passaram a ser divulgados em CD-ROM, após o desenvolvimento do Projeto Resgate, ligado ao Ministério da Cultura (MinC) e iniciado em 1996, no contexto das comemorações dos 500 anos de Brasil.)

50 Mozart Vergetti de Menezes apresenta uma discussão sobre a importação de africanos para a Paraíba entre a expulsão dos holandeses e a anexação em 1755. Em seu estudo, o autor demonstra as várias dificuldades encontradas pelos senhores de engenho para se inserir no mercado de escravos. Cf. MENEZES, Mozart Vergeti. Negros e indígenas na economia da Paraíba (1654-1755). In: ROCHA, Solange P. ; FONSECA, Ivonildes da Silva (Orgs). **População negra na Paraíba**: Educação, História e Política – Vol. 1. Campina Grande: EDUFCG, 2010, p. 41-54.

aldeias para serem utilizados como mão de obra[51]. Assim, na Paraíba, no final do Século XVII, os senhores de engenho utilizaram como estratégia para formar e manter suas riquezas a exploração compulsória da força de trabalho de indígenas em suas propriedades. [52]

A utilização da população indígena como força de trabalho escrava vinha entrando em declínio desde o final do Século XVI. Como já discutimos, vários fatores levaram os colonizadores a buscarem uma alternativa para o trabalho indígena, encontrada na importação de pessoas escravizadas vindas da África. Essa prática permaneceu até 1850. Mas, quando foi que essas pessoas começaram a entrar na Paraíba?

Para Adhemar Vidal, as notícias mais frequentes de africanos na Paraíba se deram no período holandês, embora não afirme ao certo quando chegou a primeira leva de escravos negros na capitania[53]. Horácio de Almeida, por sua vez, afirmou que, até os primeiros anos do Século XVII, "a importação africana não havia ainda dominado o mercado da Paraíba. Só mais tarde foi esse recurso utilizado para maior rendimento da economia agrícola"[54]. Isso quer dizer que, no processo de transição da exploração sistemática da força de trabalho escravizada indígena para africana, a Paraíba ainda estava em processo de consolidação econômica e, provavelmente, ainda utilizava muitos índios aprisionados nos trabalhos do engenho. Porém, isso não implica dizer que não havia negros até o período holandês na Paraíba. No já citado relatório feito por Carpentier sobre a Paraíba, ele afirmou que "os habitantes da capitania são livre ou escravos. Os livres são

---

51 A.H.U., 014, D. 095, 1675.

52 Para Rocha (2009), outra estratégia da classe senhorial da Paraíba utilizada para enfrentar a falta da gente africana na economia escravista foi a de investir na reprodução natural de escravizados para assim manter a exploração escravista no decorrer do Século XIX. Essa é uma hipótese que, sem dúvida, merece mais pesquisas, assim teríamos melhor compreensão sobre a presença de "pardos" como a maioria de trabalhadores escravizados na Paraíba Imperial. Para mais informações consultar especialmente o capítulo 2 de ROCHA, Solange P. **Gente negra na Paraíba Oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Unesp, 2009.

53 VIDAL, Ademar. Três séculos de escravidão na Parahyba. **Estudos Afro-brasileiros**. Recife: Massangana, p. 105-152, 1988. (Edição fac-similar de 1934).

54 ALMEIDA, Horácio, *op. cit.*, p. 147.

Portuguezes, Neerlandezes e outros povos europeus ou índios; os escravos são ou índios ou negros trazidos de Angola ou Cabo Verde"[55]. Quanto à composição dos escravos da Paraíba, relatou que existiam três tipos de escravos: os índios aprisionados e vendidos, os tapuias do Maranhão e os negros, que compunham a maior parte do grupo de escravos. Em relação à população negra escravizada, continuou:

> Essa gente faz todo o serviço da lavoura trabalhando dia e noite, sempre mantidos com muitos açoites. Os portuguezes têm um rifão que diz: "quem quizer tirar proveito dos seus negros, ha de mantel-os, fazel-os trabalhar bem e surral-os melhor; sem isso não se consegue serviço nem vantagem alguma". Os negros de Guiné são excellentes, mas não tão fortes, de sorte que a maior parte são utilizados nos serviços domesticos para copeiros, etc; os do Cabo Verde são os melhores e os mais robustos de todos e são os que custam mais caro aqui[56].

O relato deixado pelo primeiro governador holandês na Paraíba aponta para uma predominância do trabalho africano nas lavouras em 1635. Apesar de Elias Herckmans não ter se dedicado muito a descrever as atividades dos escravos em seu relatório sobre a capitania da Paraíba sob sua governança, tal qual o fez seu antecessor, afirmou, em 1639: "O milho era produzido aí em quantidade e serve para alimentar os escravos negros"[57].

Ressaltamos, contudo, que os africanos já estavam nas lavouras canavieiras da Paraíba desde a primeira década do Século XVII. Regina Célia Gonçalves afirmou que, no decorrer da década de 1610, novos sujeitos passaram a interferir na dinâmica social da colonização da capitania da Paraíba. Eram eles "os negros

---

55 CARPENTIER, Servaes, *op. cit.*, p. 119.
56 Ibidem.
57 HERCKMANS, Elias, *op. cit.*, p. 34.

da Guiné, também em luta contra os senhores de engenho por sua liberdade, e os Tapuia, que, ocasionalmente, desciam para o litoral"[58]. Entretanto, os índios potiguaras continuaram sendo os protagonistas dos conflitos pelo domínio das terras. A autora também nos apresentou o caso de Francisco Gomes Munis que, em 1622, solicitara ao Rei de Portugal a nomeação para ser provedor da Fazenda Real da Paraíba. Nos anexos de seu processo, ele sustentava que, desde 1615, vinha prestando serviços como capitão de campo contra negros da Guiné que andavam fugidos e ladrões[59].

A fuga era a estratégia mais direta e violenta para resistir ao cativeiro. Na vivência cotidiana, escravos buscaram várias "brechas" na sociedade escravocrata para manter sua autonomia. Contudo, nem sempre, isso era possível. Sublinhamos que essa sociedade colonial e escravocrata era marcada pelo traço da violência. Como afirmou o governador holandês, Carpentier, os negros eram mantidos com açoites. E, como pensavam comumente os portugueses, "quem quizer tirar proveito dos seus negros, ha de mantel-os, fazel-os trabalhar bem e surral-os melhor; sem isso não se consegue serviço nem vantagem alguma"[60].

Assim, quando se esgotavam os espaços de negociação, os escravos recorriam também a práticas violentas. Para se ter uma ideia de o quanto a sociedade escravocrata brasileira se construiu na violência, temos o caso ocorrido em 1698. Em 7 de fevereiro desse ano, o Rei de Portugal enviou carta régia para os proprietários da Paraíba, em que informava:

> Nessa capitania, continuam os Senhores que tem escravos para os castigarem mais rigorosamente prendelos por algumas parte do corpo com argolas de ferro pera que assim fiquem mais seguros pera sofrerem crueldade do castigo que lhe quizerem dar e porque esse procedimento

58 GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras...**, *op. cit.*, p. 137.
59 Ibidem, p. 140.
60 CARPENTIER, Servaes, *op. cit.*, p. 119.

> he inhumano e offende a natureza e as leis vos ordeno que com prudência e cautela procureis averiguar o que ha nessa materia exatamente e que achando que assim he lhe o façaes evitar pelos meios que vos parecerem mais prudentes e efficazes, procurando o que esses não causem alvoroço nos povos e que se consiga o fim que se pretende, sem ruído ou alteração dos mesmo escravos[61].

Na Paraíba, a lavoura canavieira era, como em todo o Brasil, movida pela agressão a seus trabalhadores, os africanos escravizados. Nessa capitania, contudo, o caso era tão alarmante que o Rei de Portugal, temendo, talvez, uma reação mais organizada dos escravizados, pediu aos senhores da Paraíba que fossem mais "prudentes" no uso da violência.

Sem dúvida, a principal atividade à qual esses africanos e seus descendentes estavam ligados era a produção agrícola da cana-de-açúcar. Mas essa não era a única atividade para de que eles eram encarregados. Ao descrever sobre as atividades que envolviam o pau-brasil, Brandônio, o já referido personagem dos *Diálogos* de Ambrósio Fernandes Brandão, disse que os "homens ocupados nesse exercício levam consigo para a feitura do pau muitos escravos de Guiné e da terra"[62]. Esse trecho é um dos indicativos de que as atividades extrativas também eram empreendidas através do trabalho escravo de africanos, além dos indígenas.

Por outro lado, a economia açucareira apresentava períodos de entressafra. Talvez essas outras atividades extrativas fossem feitas nesses períodos. Os proprietários não podiam deixar seus escravos sem trabalho por muito tempo, e eles eram remanejados para outras funções. Além de extração do pau-brasil, os africanos e seus descendentes eram utilizados em obras estruturais, como estradas e fortalezas, bem como no transporte de mercadorias[63].

---

61 PINTO, Irineu, *op. cit.*, p. 91.
62 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *op. cit.*, p. 139.
63 MEDEIROS, Maria do Céu, *op. cit.*, 60-61.

Mesmo estando envolvidas com os aldeamentos dos indígenas e utilizando-se do trabalho deles, as ordens religiosas também exploravam o trabalho escravo dos africanos. As propriedades do Mosteiro de São Bento foram ampliadas em 1691, depois de ter sido paga uma dívida feita pela viúva de Gaspar Dias Ferreira. Além de terras, gado e dinheiro, os beneditinos receberam oito escravos[64]. Com o fim do domínio holandês, os beneditinos e os carmelitas reorganizaram suas propriedades, onde mantiveram a exploração da mão de obra escravizada.

Não era apenas no trabalho escravo que a população negra era empregada. Natural da cidade da Paraíba, André Vidal de Negreiros foi um dos principais nomes na expulsão dos holandeses da capitania. Proprietário de dois engenhos na Paraíba, ao falecer, em 1680, várias de suas propriedades, que continham escravizados, foram doadas em testamento. Nessas doações, aparecem alguns cativos que foram alforriados por Vidal de Negreiros. Uma delas era a mulata Violante, que, além da liberdade, conquistou um dote de "seis escravos da Guiné" para quando se casasse. A conquista da liberdade também seria obtida pelos crioulos João Ferreira, Domingas e Isabel e pelo africano Antônio Moçambique.[65]

A carta de alforria era um conquista das pessoas escravizadas a partir de muita negociação e persistência construídas nas relações cotidianas. Em relação a esses escravos libertados por André Vidal de Negreiros, talvez vivessem no âmbito doméstico, tendo construído uma relação de confiança com seu senhor, que ainda no Século XXI é considerado o herói maior da Paraíba. Ao alforriar Domingas, por exemplo, Vidal de Negreiros utilizou o argumento de lhe conceder a liberdade por ela ter criado D. Catharina Vidal de Negreiros, sua afilhada, e herdeira de muitos de seus bens.

Depois da conquista da liberdade, as pessoas negras não estavam distante da esfera do trabalho. Muitos eram os homens e mulheres pobres de ascendência africana (nascidos livres ou tenham

---

64 MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977. (Edição fac-similar de 1912), p. 267 e 326. Irineu Pinto (*op. cit.*, p. 85) reitera esse fato, porém, data-o coomo sendo de 1693.

65 Ibidem, p. 317-318 e 320.

se libertados), que integravam o mundo do trabalho formado por trabalhadores livres em sociedade escravista. Em uma sociedade marcada pela exploração do trabalho escravo, viver em uma camada social de livres e pobres não era algo fácil, era uma posição de "desclassificados"[66]. Porém, não podemos deixar de destacar que as pessoas negras que viviam fora do cativeiro se tornaram mais comuns no decorrer do tempo, principalmente, a partir do final do Século XVII e durante os Séculos XVIII e XIX. Contudo, as primeiras experiências negras no período de conquista e de colonização eram, predominantemente, na condição de escravos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que a exploração do trabalho de povos indígenas, da gente africana e de seus descendentes para se conquistar e colonizar Paraíba foi basilar na construção da sociedade colonial da América portuguesa, mesmo no período sob o domínio holandês. Ainda que essa capitania apresentasse dificuldades econômicas para importar africanos, isso não implica dizer que eles não eram trazidos da África Atlântica. Pelo contrário, a colonização do Brasil foi organizada tendo como base a mão de obra cativa africana. Assim, tanto os colonizadores portugueses quanto os holandeses viabilizaram a entrada de africanos para trabalharem no trabalho agrícola e no desenvolvimento de outras atividades relacionadas à extração de madeira (como o pau-brasil), na criação de animais (gado, cabras e cavalos), nas atividades domésticas, entre outras.

A população negra – africana e afro-brasileira –, na sua ampla diversidade – mulheres e homens como trabalhadores livres, libertos e escravizados – esteve presente na formação da Paraíba, desenvolvendo variadas atividades laborativas. Podemos concluir que, junto com os povos indígenas, construíram com a exploração de seu trabalho a história da Paraíba, em diferentes épocas

66 Laura de Mello e Souza utiliza esse termo para se referir às pessoas livres e pobres em Minas Gerais no período de expansão da economia do ouro. Essa posição de "desclassificados" pode servir de parâmetro para pensarmos sobre as experiências de pessoas livres no Século XVII escravista. Cf. SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no Século XVIII. Rio de Janeiro: 4.ed., Edições Graal, 2004.

históricas. Sobre estes trabalhos há inúmeras lacunas que merecem ser preenchidas com novos estudos.

Antes de finalizar, é importante salientar que, em documentos seiscentistas podem-se constatar indícios de ações políticas e de resistência à escravidão da gente africana. [67] Assim, como já referido, Dussen registrou a pouca procura pelos ardras por serem "difíceis de adaptar-se ao trabalho", ademais, "revoltam-se contra os que os dirigem e muitos fogem para as matas e fazem muitas maldades" [68]. Gonsalves de Mello, ao introduzir o Relatório de Dussen, indicara que um holandês, Jan Blaer, destruiu um "quilombo de negros"[69]. Carpentier, por sua vez, mencionara a dificuldade de se "fazer moer" um engenho na Paraíba, porque, segundo ele, os "negros fugiram"[70].

Povos indígenas também se rebelaram, de acordo com suas possibilidades, frente às relações de força desiguais que envolviam os nativos e os europeus/colonizadores. Primeiro, os europeus destacavam a visão de indígenas referentes ao trabalho, ao registrar que "não se mostra[va]m interessados em reunir riquezas ou outros bens e por isto não trabalha[va]m [...] a fim de ganhar algum dinheiro"[71]. Todavia, em seguida, o mesmo Dussen destacou que iam ao trabalho para adquirir produtos que consideravam importantes para suas vidas, como o "pano de algodão" e a "aguardente". Mais adiante, salientou que "se empregavam eles [os indígenas] por período de 20 dias, de cada vez" e recebiam como pagame6ynto "panos". Entretanto, concluiu seu relato afirmando: "Terminado o prazo [de 20 dias], é muito difícil conseguir mantê-los no trabalho"[72]. Enfim, o trabalho era um meio

67 Sobre a presença africana em território paraibano, Guimarães defende recentemente, estudo de mestrado no PPGH/UFPB. Na sua dissertação, o autor discute dados estatísticos sobre a população africana, o tráfico atlântico e variadas formas de resistências e sociabilidades africanas em terras do Norte agrário do Brasil nos últimos anos do período Colonial e início da formação do Brasil independente. Consulte-se GUIMARÃES, Matheus S. **Diáspora africana na Paraíba do Norte:** trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX. 2015. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em História/UFPB, 2015.

68 DUSSEN, Adriaen Van Der, *op. cit.*, p.92.

69 GONSALVES DE MELLO, José Antônio, *op. cit.*, p. 22.

70 CARPENTIER, Servaes, *op. cit.*, p. 120.

71 DUSSEN, Adriaen Van Der, *op. cit.*

72 Ibidem, p. 87-88.

de vida para indígenas coloniais, mas eles se recusavam a dedicar toda a sua vida ao trabalho, conforme expectativas dos colonizadores europeus.

Por fim, apesar da visão diferente no desenvolvimento do trabalho, os ditos *negros* – indígenas, africanos e seus descendentes – foram fundamentais para edificar em terras brasileiras uma nova sociedade, a escravocrata, que existiu por quase quatro séculos, em profunda articulação com o capitalismo[73] no início de sua constituição. Suas imbricações nos legaram uma sociedade cujas marcas, como a da exploração e da violência, ainda não foram apagadas.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos viventes:** a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, 1980.

ANDRADE, Gilberto O. de. **O Rio Paraíba do Norte**. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC, 1997. (Edição Facsimilar de 1957).

BOSCHI, Caio. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. **Tempo**, Rio de Janeiro, n.13, p.77-109, jul., 2002.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977

73 WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão.** Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia da Letras, 2012 [1944].

[1618].

CARPENTIER, Servaes. Relatório sobre a capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, conselheiro político e diretor da mesma capitania. In: MEDEIROS, Manuel Batista de. **Capitania holandesa da Paraíba**: o condado dos pães de açúcar numa visão do Século XVII. João Pessoa: 2.ed., Editora Unipê, 2004, p. 111-131.

DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais. In: GONSALVES DE MELLO, José Antônio (org.). **Revista do Instituto do Açúcar e do Álcool**, Rio de Janeiro, 1947.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares**: política e economia na Capitania da Parayba (1585-1630). Bauru: EDUSC, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia; CARDOSO, Halisson Seabra; PEREIRA, João Paulo Costa Rolim. Povos indígenas no período de dominação holandês: uma análise dos documentos Tupi (1630-1656). In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia (orgs.). **Ensaios sobre a América Portuguesa.** João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2009, p.39-51.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GUIMARÃES, Matheus S. **Diáspora africana na Paraíba do Norte:** trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX. 2015. 313f. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal da Paraíba, 2015.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da Capitania da**

Paraíba. Tradução José Hygino Duarte Pereira. João Pessoa: Editora A União, 1982 [1639].

KOSTER, Henry. **Viagem pelo Nordeste.** Tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1942 [1816].

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravismo no Brasil.** São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977. (Edição fac-similar de 1912).

MEDEIROS, Maria do Céu. O trabalho na Paraíba Escravista. In: MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba**: das origens à transição para o trabalho livre. Editora Universitária/UFPB, 1999, p.17-99.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista no Período Pombalino e seus reflexos nas Capitanias do Norte da América Portuguesa. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Ricardo Pinto de (orgs.). **Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Negros e indígenas na economia da Paraíba (1654-1755). In: ROCHA, Solange Pereira da; FONSECA, Ivonildes da Silva (orgs.). **População negra na Paraíba**: Educação, História e Política , v.1. Campina Grande: EDUFCG, 2010, p.41-54.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e. **Crise Colonial e Independência** (1808-1830). Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p.75-113.

OLIVEIRA, Elza Régias de. **A Paraíba na crise do Século XVIII**: subordinação e autonomia (1755-1799). 2. ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2007.

PINTO, Irineu. **Datas e notas para a história da Paraíba –** Vol. 1. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977 [1908].

ROCHA, Solange P. **Gente negra na Paraíba Oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Unesp, 2009.

RUSSEL-WOOD, John. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Humanitas, v.18, n.36, p.187-249, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no Século XVIII. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

VIDAL, Ademar. Três séculos de escravidão na Parahyba. **Estudos Afro-brasileiros**. Recife: Massangana, p.105-152, 1988. (Edição fac-similar, 1934).

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão.** Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia da Letras, 2012 [1944].

Fontes manuscritas (Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Paraíba)

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 79 – CARTA dos lavradores e senhores de engenho da Paraíba ao príncipe regente [D. Pedro], queixando-se dos oficiais da Câmara pela mudança da balança do açúcar de Tiberi para o passo do Varadouro e a necessidade de se fazer comércio com Pernambuco, pela falta de gêneros e navios do Reino e Angola e escravos da Guiné. **1671, setembro, 8, Lisboa.** Anexo: 4 documentos. AHU-Paraíba, cx. 1, doc.

AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 95. – CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a representação dos moradores da Paraíba para conservarem os índios em suas aldeias, podendo, assim, usá-los em suas lavouras e fábricas de engenhos, lenhas e outros serviços, na falta de escravos de Angola. **1675, outubro, 7, Lisboa.** AHU-Paraíba, cx. 1, d

O homem livre e pobre no Brasil oitocentista

Cristiano Luís Christillino

INTRODUÇÃO

A população conhecida como de *homens livres e pobres* era extensa no Século XIX, mas ainda conta com poucos trabalhos na historiografia. Trata-se de um grupo sobre o qual há poucas fontes. Muito se sabe sobre os escravos e seus senhores, mas ainda pouco sobre a imensa população de homens e mulheres livres espalhados pelas províncias do Império do Brasil. Os dados dos censos populacionais do Século XIX nos instigam a questionar sobre o predomínio da escravidão no Brasil rural oitocentista.

Em 1822, o Brasil tinha uma população entre 4,5 e 4,8 milhões, e cerca de um terço seria escrava. Em 1850, teria chegado a, aproximadamente, 7,5 milhões, com os escravos, o que respondia por algo em torno de 30% do total. O censo de 1872 revelaria 10,1 milhões de habitantes, com a população escrava na casa de 1,5 milhão. Em 1886/87, às vésperas da abolição da escravidão, ainda havia pouco mais de 700 mil escravos. Nesse quadro, o Nordeste se apresentava como a região mais populosa, com, aproximadamente, 47% da população total. Na Região Sudeste, havia cerca de 40%, enquanto que o Sul teria pouco mais de 5%, o Norte, 4%, e o Centro-oeste, 3%. Em 1872, dados censitários mostraram o Nordeste ainda com 46,6% da população

do Império[1]. Logo, a região cujas províncias eram mais populosas, entre elas, a Paraíba, cuja população escrava estava em franca diminuição, devido ao tráfico interprovincial, apresentavam um importante quadro de pesquisa aos historiadores.

Conforme se pode observar no quadro abaixo, em 1874, o número percentual de escravos não chegava aos 16%, num contexto em que a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, freou o alargamento da escravidão via importação de escravos e, também, quando a Lei do Ventre Livre, de 1871, gerava seus primeiros impactos no crescimento vegetativo da população cativa. Ainda assim, esse índice mostra uma significativa transição da mão de obra escrava para a livre, e a expansão do grupo de trabalhadores aqui chamados de *homens livres e pobres*. As províncias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo apresentaram um alto percentual de escravos em relação ao quadro geral de sua população, mas o mesmo índice não se confirmou nas demais províncias. No Rio Grande do Sul, esse percentual atingiu apenas 21%, e nas províncias do Nordeste, era ainda menor.

Quadro 1: Províncias com maior proporção de população escrava – 1874

Província	**População livre**	**População escrava**	**Total**	**Percentual de escravos**
RJ	456.850	301.352	758.202	39,7
ES	59.748	22.297	81.775	27,6
RS	364.002	98.450	462.452	21,3
MA	284.101	74.598	358.699	20,8
SP	680.742	174.622	855.364	20,4
SE	139.812	33.064	172.872	19,1
MG	1.642.449	311.304	1.953.753	15,9
Brasil	**8.220.620**	**1.540.829**	**9.761.449**	**15,8**

Fonte: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Relatórios de trabalhos estatísticos**. Rio de Janeiro, 1875, p. 46-62. In: Relatório do Ministério da Agricultura, 10 de maio de 1883, *apud* ZARTH, *op. cit.*, 2002, p. 109.

---

1 ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A economia brasileira no Império 1822-1889**. Rio de Janeiro: Texto para discussão n. 584 - Departamento de Economia, PUC-Rio, novembro de 2010.

Se a média brasileira de escravos, no quadro geral da população, não ultrapassou 16% do seu contingente total, quem eram os 84% restantes de homens livres? É difícil precisar as ocupações desse enorme contingente populacional, mas, certamente, a maioria desse grupo estava concentrada no meio rural, trabalhando nas lavouras e nas criações voltadas para o abastecimento interno. Assim, neste capítulo, discutiremos sobre as atividades desse grupo, naquela sociedade em transformação, e sobre a documentação existente sobre eles.

O homem livre e pobre na historiografia

Em alguns trabalhos da historiografia, o ambiente rural do Brasil oitocentista é descrito com base em seu 'pequeno número de habitantes'. Somente nos passam informações sobre alguns poucos fazendeiros e seus escravos nas freguesias daquele período. Quando se fala nas grandes fazendas ou em explorações agropecuárias, não se pergunta quem trabalhava nelas além dos escravos. E quando se analisam as fazendas ou sesmarias abandonadas, especialmente nas províncias do Sul, para onde iriam aqueles que ali trabalhavam? Acompanhariam eles os seus patrões como um pertence qualquer? Não teriam condições de permanecer nos locais onde moravam produzindo sua subsistência? Seriam essas fazendas habitadas apenas por seus donos? Certamente havia outros habitantes além dos escravos e de 'alguns intrusos'. O próprio número expressivo de comandantes da Guarda Nacional, nos diferentes municípios do Império, já aponta para o grande número de pessoas 'comandadas' ou ainda 'protegidas' daqueles. Nesse sentido, Hebe de Castro chamou à atenção dos historiadores para o grande número de pequenos e médios lavradores existentes nas áreas de ocupações antigas no Rio de Janeiro, nas quais a desconcentração da estrutura fundiária criou condições para a existência desse grupo como "pequenos proprietários"[2].

A própria estrutura produtiva brasileira do Século XIX aponta para uma ampla diversificação agrícola, cujas atividades não se baseavam apenas na mão de obra escrava e, muitos menos, na

---

2 CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

plantation exportadora. João Luís Fragoso nos mostra que, apesar da importância das lavouras de exportação no contexto internacional da época, havia uma significativa acumulação endógena realizada pela agricultura voltada para o abastecimento interno e, principalmente, pelo comércio ligado a essa atividade[3]. O abastecimento tinha um peso tal na economia do Brasil, nos períodos colonial e imperial, que, muitas vezes, era o capital obtido nessas atividades que garantia o ingresso dos fazendeiros na agricultura exportadora. Dessa forma, as produções coloniais tinham uma relativa autonomia em relação ao mercado internacional. O abastecimento interno, embora utilizasse a mão de obra escrava, era realizado, principalmente, pelos lavradores livres. E essa atividade tinha capacidade de gerar riquezas tanto quanto ou, até mesmo, mais do que as produções agroexportadoras, os lavradores livres se integravam ao "mercado colonial", como refere Fragoso. Isso mostra a importância econômica e numérica desse grupo naquele período.

As duas obras clássicas sobre o grupo de 'homens livres e pobres nacionais' consagraram a visão de sua desintegração da vida econômica e política da sociedade brasileira no Século XIX e no início do Século XX. Maria Sylvia de Carvalho Franco[4] analisou esse grupo social no Século XIX. A autora defendeu que a violência cotidiana entre esses homens era o subterfúgio à sua falta de mobilidade social. A escravidão teria deixado os homens livres e pobres "sem razão de ser" naquela sociedade. Antônio Cândido, por sua vez, estudou o "caipira" paulista nas décadas de 1940 e 1950. Em sua concepção, os homens pobres do campo tinham uma cultura pobre, que "não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim"[5]. A falta de estímulos e de técnicas produtivas teria causado o seu "desapego ao trabalho". A obra de Antônio

---

3 FRAGOSO, João Luís. Economia brasileira no Século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: 2.ed., Ed. Campus, 1996.

4 FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

5 CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964, p. 82.

Cândido, apesar de centrar sua análise em meados do Século XX, é uma referência para os trabalhos sobre o homem livre e pobre no Século XIX. Laura de Souza e Mello, analisando a população marginal da atividade mineradora em Minas Gerais no período colonial, afirmou:

> Criava-se um círculo vicioso: o sentimento de estranheza ante um sistema que não o abrigava tolhia no desclassificado a possibilidade de se identificar com o seu semelhante, e o lançava na violência; essa, por sua vez, opunha-o a seu semelhante, e impedia o crescimento da consciência de grupo [...] a possibilidade de se transformar em carrasco de seu semelhante subentendia o congelamento da consciência de grupo[6].

Assim, os primeiros trabalhos sobre os homens livres pobres, da mesma forma que sobre os 'desclassificados', projetaram-lhes um perfil violento, mas, ao mesmo tempo, passivo diante de sua exploração. Essa visão foi contestada nos anos 1980, especialmente pelos trabalhos desenvolvidos no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Principalmente sob a orientação de Maria Yedda Linhares e de Ciro Flamarion Cardoso, foram produzidas várias dissertações e teses a respeito do tema, a maioria baseada na história social da segunda geração dos Annales. Eles mostraram a complexidade do mundo rural brasileiro dos Séculos XIX e XX, salientando que a estrutura fundiária era mais diversa do que a apresentada naqueles primeiros trabalhos, e também demonstraram a falta de embasamento empírico para a generalização da 'realidade agrária' daquele período. Para isso, os trabalhos dessa geração se basearam, sobretudo, no método quantitativo. Já na década de 1990, houve uma terceira etapa dos estudos sobre os 'homens livres pobres' no Brasil: o enfoque se deu sobre suas resistências frente ao processo

6 SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no Século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 217.

de expropriação. Nessa última etapa, Márcia Motta trouxe uma importante contribuição, ao analisar o direito agrário do Século XIX, mostrando que os pequenos posseiros também se valeram da legislação para efetivar suas posses e fazer frente aos litígios contra os grandes possuidores de terras[7]. Esse trabalho também instigou outras pesquisas em torno da resistência camponesa no Brasil. Embasadas na obra de Thompson, essas investigações procuraram desconstruir a amnésia social que paira no homem livre e pobre nos períodos anteriores às ligas camponesas[8].

Ao mesmo passo em que formaram um grupo extenso naquele período, os "homens livres e pobres" apresentaram uma enorme complexidade em sua organização social, o que não nos permite traçar um perfil seguro deles. Utilizamos o termo *homem livre e pobre*, por ser o mais apropriado para defini-lo, na medida em que é mais abrangente do que as designações *caipira* e *caboclo*. Nessa 'categoria', podem ser enquadrados lavradores com títulos de suas terras, agregados, 'dependentes', posseiros de terras 'devolutas', entre outros. Eles eram, principalmente, descendentes de portugueses, africanos e indígenas e já estavam integrados àquela sociedade no momento da chegada dos imigrantes europeus destinados às colônias oficiais e particulares, a partir de meados do Século XIX, mas também formados por ex-escravos, degredados dos mais variados tipos e de 'migrantes' de outras províncias. As áreas florestais da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, por exemplo, foram ocupadas, antes da imigração alemã, tanto pelos tropeiros do Sudeste quanto pelos açorianos, quilombolas e libertos e pela integração deles com os nativos[9].

No Nordeste este grupo foi ainda maior. Região de ocupação mais antiga em relação ao Centro-Sul, o número de famílias livres e pobres era extenso no século XIX. A estrutura fundiária mais

7 MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito a terra no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Vício de Leitura, 1998.

8 MOTTA, Márcia Maria Menendes. Jogos da memória: conflitos de terra e amnésia social. In: **Tempo**, nº 6, p. 183-198, 1998.

9 CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889). São Leopoldo: Dissertação de Mestrado em História/ UNISINOS, 2004.

antiga permitiu a expansão deste grupo que não tinha acesso à terra ou de pequenos proprietários, que precisavam vender a sua mão de obra como uma fonte de complementação de renda. Além disso, as secas também provocavam um grande afluxo de pessoas à Zona da Mata. Na presidência da Bahia, Cansanção de Sinimbú encaminhou a criação da Colônia Salto do Rio Pardo, no Município de Canavieiras, para abrigar as pessoas que se refugiavam da seca[10]. Processo similar ocorreu na Zona da Mata de Pernambuco, quando a população que migrava durante as secas do Agreste e, em especial do Sertão, formava excedentes populacionais que preocupavam os presidentes de província. Nisso, destacam-se as secas entre 1877 e 1879. Nesse período, foram criadas as colônias Socorro, na Zona da Mata e a Riacho do Matto, esta no Agreste, com 1.100 famílias, para a fixação de retirantes. Em 1878, em torno de 60 mil pessoas afluíram para a capital pernambucana e seus arredores[11]. Por esta razão a criação de colônias de imigrantes em regime de parceria, para o fornecimento de mão de obra para as fazendas, não esteve no centro das atenções dos fazendeiros da Zona da Mata no Nordeste.

Complexo quanto à sua definição, heterogêneo em relação à sua formação, os homens livres e pobres ainda nos trazem outro aspecto que mostra sua amplitude: o nível de 'fortuna' dos seus componentes. Os integrantes desse grupo, apesar de a maioria ser desvalida, eram trabalhadores rurais sem terra e pequenos e médios possuidores de terras que, muitas vezes, tinham escravos. Havia casos em que os lavradores nacionais vendiam sua força de trabalho aos seus semelhantes, como uma forma de ganho complementar. Essa é mais uma característica contraditória daquele grupo, que não produz uma relação predominantemente assalariada, mas não deixa de ser uma necessidade estrutural dele[12]. Nesse sentido, observando o contexto inglês do Século XVIII, E. P. Thompson já afirmara que

---

10 GONÇALVES, Graciela Rodrigues. **As secas na Bahia do século XIX**. Dissertação de Mestrado em História/UFBA, 2000.

11 **Relatório do presidente da Província de Pernambuco de 1879.**

12 WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ty6y**Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 1996.

> O trabalho remunerado na colheita e nas épocas de maior atividade, os ofícios ou empregos secundários se suplementavam uns aos outros para criarem o sustento necessário. A subsistência não era nada além de mísera, o modo de vida podia ser instável, mas os indivíduos não estavam sujeitos a uma disciplina alienada de trabalho desde a juventude até a sua morte[13].

Como nos lembra Thompson, a venda temporária de trabalho pelos lavradores pobres (camponeses usufruidores dos direitos comuns florestais, no caso da Inglaterra), além de garantir o sustento desse grupo em épocas de carestias, assegurava-lhe condições para permanecer no meio onde estava inserido. O termo *homem livre e pobre*, portanto, é complexo, controverso e engloba uma importante parcela da população do Brasil Império.

O homem livre e pobre na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul é um dos estados onde a temática dos homens livres e pobres recebeu um maior número de trabalhos. Paulo Zarth, em seus trabalhos pioneiros sobre esses homens livres e pobres do Século XIX, mostrou que os integrantes desse grupo não estavam social e economicamente isolados naquele contexto, tampouco afastados dos mercados locais[14]. Zarth demonstrou que a principal atividade desse grupo, no Rio Grande do Sul, estava na produção da erva-mate, o que permitiu a criação de sólidas relações com o mercado provincial. Nesse sentido, o autor defende que a maioria dos "ervateiros", cujo trabalho era sazonal, poderia ser enquadrada como camponeses. No que diz respeito à segunda metade do Século XIX, Luís Augusto Farinatti

---

13 THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 144.

14 ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: as transformações do Rio Grande do Sul rural no Século XIX. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002; ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Fidene-Unijuí, 1997.

analisou os homens livres e pobres no município de Santa Maria, mostrando a complexidade da estrutura agrária nessa localidade e a importância desse grupo sobre a agricultura de alimentos[15]. Nesse mesmo sentido, Arlene Foletto mostrou a importância social desse grupo em Itaqui, onde, aparentemente, era predominante o grande latifúndio pecuarista. Foletto também mostrou uma arena de conflitos que envolvia os homens livres e pobres[16]. Já Graciela Bonassa Garcia analisou o processo de ocupação da terra no município de Alegrete, destacando a apropriação irregular de terras pela elite fundiária local. Garcia também mostrou a arena de disputas travadas pelos homens livres pobres, frente à expansão do latifúndio pecuarista na região da Fronteira da então Província de São Pedro[17]. Abordando a região do Alto Rio dos Sinos, Dóris Fernandes Magalhães mostrou a estrutura agrária complexa e dinâmica das áreas onde foram criadas as primeiras colônias de imigração do Rio Grande do Sul, em que a pequena propriedade antecedeu a colonização[18]. Magalhães também analisou a presença dos homens livres e pobres nas áreas de colonização nos vales do Caí e Sinos.

Em minha dissertação de Mestrado[19], mostrei que os ervateiros formaram um grupo social extenso no Século XIX[20], constituído por homens pobres, dedicados à extração da erva-mate que, na maioria dos casos, não possuíam a posse formal de suas terras. Sua origem social era heterogênea, pois eram agricultores e

---

15 FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Sobre as cinzas da mata virgem**: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1999.

16 FOLETTO, Arlene Guimarães. **Dos campos junto ao Uruguai aos matos de Cima da Serra**: a paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 2003.

17 GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra, trabalho e propriedade**: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História/UFF, 2010.

18 MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale dos Sinos.** São Leopoldo: Tese de Doutorado em História/UNISINOS, 2003.

19 CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranho...**, *op. cit.*

20 Conforme apontam os processos de legitimação de terras, a correspondência das Câmaras de Vereadores, os processos-crime, os relatórios de presidentes de província e as memórias de época.

agregados que migravam em busca de alternativas para a pressão fundiária das áreas próximas às vilas e das lavouras de parceria das fazendas locais por escravos fugitivos e por um grande número de foragidos da justiça. Os ervais se consagraram como um local de refúgio, especialmente durante a Farroupilha, quando muitos combatentes farrapos se refugiaram nos ervais da região serrana do Baixo Jacuí. Em Taquari, o ingresso de combatentes nos ervais ocorreu, principalmente, após o combate de Santo Amaro, em 1837. Os ervateiros são marcados pela diversidade étnica. Popularmente conhecido como caboclo, esse grupo é marcado pelo encontro entre o negro e o branco com o indígena. Uma boa parte dos homens que migrava para os ervais constituiu famílias com as "bugras mansas". Além disso, muitos fazendeiros empregaram os ervateiros em suas terras. Alguns lhes pagavam dois terços do total de erva-mate colhida, enquanto, nos ervais mais ricos em *Ilex Paraguariensis*, a mão de obra era contratada por jornada. Entretanto, a maioria dos ervais estava localizada em terras públicas.

A extração de erva-mate, em ervais nativos, era predatória. Isso fazia com que uma boa parte das árvores fosse destruída em poucas safras, o que exigia uma constante migração para novas áreas. Essa atividade era consorciada com a lavoura de subsistência, da qual saíam alguns produtos para os mercados mais próximos. Alguns se tornaram posseiros, cultivando lavouras de alimentos nas áreas florestais, outros chegaram a acumular algum patrimônio[21]. A venda da erva-mate e de outros produtos extrativos e agrícolas foi o elo entre esse grupo de homens livres e pobres e o mercado. Uma boa parte do grupo constituiu posses que estariam amparadas pela Lei de Terras de 1850. Da mesma forma, muitos carijos (jirau no qual se beneficiava a erva) formaram servidões públicas ou áreas de uso comum pelos seus trabalhadores, pois eles também estavam assegurados por aquela legislação. Embora a Lei de Terras tivesse transformado, a partir de 1850, o posseiro em invasor, também assegurava a ocupação efetivada até então. Em meados do Século XIX, as áreas florestais estavam preocupando

---

21 É o que mostra FARINATTI, Luís Augusto, *op. cit.*

as autoridades públicas em relação à "segurança de propriedade e da tranquilidade pública".

As determinações da Justiça e da polícia não tinham um longo alcance no mato, no qual, inclusive, havia condições para a sobrevivência de grupos à margem das práticas sociais prescritas pelo Estado, o que aumentava o temor em torno das áreas florestais, especialmente, entre os imigrantes e as elites locais. A própria literatura de época nos mostra a representação do gaúcho como o *centauro dos pampas* ou, ainda, o *senhor das estâncias*, mas não faz referências ao universo social existente em torno das áreas florestais. Euclides da Cunha, em sua obra *Os sertões,* aborda esse aspecto, mencionando a facilidade oferecida pela natureza para o "gaúcho", montado em seu cavalo, ser respeitado em suas áreas campeiras, pois não teria que enfrentar as incertezas apresentadas pelas matas[22]. O "gaúcho" seria herói em campo aberto, mas não tinha a mesma 'primazia' no mato, onde não se poderia enxergar o inimigo a quilômetros.

De difícil acesso e repleto de obstáculos, o mato ainda apresentava outro problema aos aparelhos ou grupos repressivos: as redes de relações pessoais e de solidariedade que envolviam seus habitantes. Aquele universo social era complexo e envolvia vários grupos diferenciados entre si. Os trabalhadores da extração de erva-mate eram pobres, e muitos deles, refugiados. Existia uma ligação entre eles e o universo circundante ao mato[23]. As alianças e as relações sociais existentes entre os homens que migravam para os ervais e as famílias neles existentes ou mesmo as suas próprias permitiram refúgios seguros àqueles, bem como certa margem às suas ações.

As terras florestais, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, também asseguravam a coleta de frutas e outros alimentos silvestres presentes na flora local, rica e abundante, um variado número de caças e pescas, que permitiam uma importante fonte complementar de proteína, além de terras virgens de grande

---

22 CUNHA, Euclides. **Os Sertões** – v. 2: Campanha de Canudos. São Paulo: Aguillar, 1966.

23 RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava**: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

fertilidade para a agricultura de subsistência. Uma vez que o cultivo nos roçados garantia o fornecimento de alimentos e eventuais excedentes para a venda nos comércios locais, a atividade que propiciava um ganho maior a esses homens livres era a extração do mate, amplamente difundida nas áreas florestais sul-rio-grandenses. Houve, assim, um consórcio da erva-mate com a agricultura de subsistência. Esses trabalhadores, geralmente, arranchavam-se nos ervais, visto que sua dispersão sobre as áreas florestais fazia com que os 'ervateiros' se dirigissem até os locais de sua incidência. São vários os indícios que comprovam a ampla participação deles nessa atividade. A própria importância crescente da erva-mate na economia provincial já nos mostra a incidência de tal grupo sobre os ervais sul-rio-grandenses. Isso quando quase toda a erva-mate era contrabandeada sem que se pagassem impostos e, por causa disso, não eram contabilizadas nas arrecadações, o que nos impede de mostrar o seu volume total.

Além da expressividade econômica da erva-mate, especialmente na década de 1850, quando se tornou o segundo produto mais exportado da Província[24], a análise das atividades comerciais do Rio Grande do Sul também denota o peso da estrutura de produção voltada para o abastecimento interno, algo que reforça a importância econômica dos homens livres e pobres naquele período. Cláudia Munhoz, analisando a Associação Comercial de Rio Grande, demonstra a importância dos gêneros alimentícios nos volumes totais das exportações da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul[25]. Como o Porto de Rio Grande era o principal ponto de escoamento da produção da Província, sua movimentação traz um bom perfil de suas atividades produtivas. Munhoz mostrou que a produção de gêneros para o abastecimento interno era anterior à imigração alemã. A agricultura de alimentos abrangia tanto as grandes, as médias e as pequenas 'propriedades' quanto as pequenas posses nas áreas florestais, que

---

24 **Relatório do presidente da Província do Rio Grande do Sul de 1859**.

25 MUNHOZ, Cláudia. **A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852**: interesses e atuação representativa do setor mercantil. São Leopoldo: Dissertação de Mestrado em História/UNISINOS, 2003.

eram amplamente difundidas, mas deixou apenas indícios de sua existência. A abertura da estrada ligando Santa Cruz a Soledade é um bom exemplo desses indícios.

Assim, na década de 1880, foi construída uma estrada entre os recém-criados municípios de Santa Cruz e o de Soledade, cortando os ervais da Serra Geral do Município de Estrela. As legitimações dessas áreas mostram, em seus mapas, vários 'caminhos para os matos devolutos'. Essas vias oferecem indícios da existência dos homens livres e pobres nas áreas serranas, pois eles eram dirigidos às pequenas posses localizadas no interior dos ervais. Os mapas indicam, ainda, os vários "fabricos de erva-mate" – cerca de três a cinco em cada área legitimada. Ressalte-se, porém, que não eram empregados escravos em larga escala nessas atividades, elas eram realizadas por homens livres pobres, porque os ervais eram uma atividade extrativa, e a Lei de Terras de 1850 só assegurava a legitimação das posses realizadas em terras devolutas, com a exploração agropecuária. Assim, as pequenas posses dos homens livres e pobres foram apropriadas de forma ilegal[26].

Os mapas presentes nos processos de legitimação também mostram que a estrada aberta entre Santa Cruz e Soledade separava algumas fazendas dos "matos devolutos". Numa época em que havia verdadeiras disputas pela localização das estradas públicas e ainda existiam diversos "caminhos para os matos devolutos", certamente havia um grande número de posses naquelas áreas, pois, além da prática de se estabelecerem estradas a partir de caminhos já existentes, elas, geralmente, eram construídas em locais povoados devido à insegurança provocada pelas matas. Dificilmente existiria uma estrada, ou caminho reconhecido como tal, em meio aos matos devolutos (desabitados e inexplorados). Os próprios caminhos existentes nas "matas devolutas" já mostram o seu pleno povoamento ainda no período anterior à colonização. Os mapas, apresentados nos processos de legitimação de terras, provam a existência de homens livres e pobres nas áreas consideradas,

26 CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império**: a Lei de terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Niterói: Tese de Doutorado em História/UFF, 2010.

até então, como "devolutas".

A insegurança das matas era causada, principalmente, pela presença expressiva de refugiados, quilombolas e "índios bravos"[27]. As memórias locais são ricas em dados que confirmam essa hipótese. Ernest Janfrüchte foi um pastor alemão que atuou na Colônia Teutônia no período de 1869 a 1872. Ele registrou a existência, em suas proximidades, de uma fazenda que utilizaria 380 escravos, que, apesar de um pouco exagerado para o contexto, indica um grande ajuntamento de trabalhadores cativos e livres em torno de uma colônia imigrante. Nas palavras de Janfrüchte, isso causava temor aos colonos, assim como a presença de quilombos nas proximidades da estrada que ia de Taquari a Colônia Teutônia. O Pastor Janfrüchte também falou dos perigos enfrentados com os indígenas presentes naquela área, que teriam provocado ameaças em, pelo menos, duas ocasiões[28]. Essa memória de época exemplifica o contexto de insegurança vivido pelas colônias imigrantes. Guido Lang[29], por sua vez, afirmara que escravos fugitivos fundaram quilombos na área em que foi criada a Colônia Teutônia (1858). Também havia outros habitantes naquele lugar, uma forte presença indígena na região, o que provocava vários conflitos entre os nativos e a população local.

Esses grupos representavam uma ameaça às apropriações de terras por parte da elite agrária. Assim, a 'abertura' da fronteira fundiária aos homens livres e pobres teve a importante função de afastar e, em muitos casos, integrar aqueles grupos às sociedades locais. É o mesmo que concluíra Warren Dean, ao analisar o caso de Rio Claro no interior de São Paulo:

> Os donatários das sesmarias, portanto, tomaram conta dos melhores solos em Rio Claro sem a necessidade de recorrer a muita violência.

---

27 CHRISTILLINO, Cristiano Luís, **Estranho...**, *op. cit.*

28 DREHER, Martin N. & ALTMANN, Friedholt. Os primórdios da Colônia Teutônia no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Leopoldenses**, Série História, vol. 2, n. 2, p. 149-165, 1998.

29 LANG, Guido. **A Colônia Teutônia**: história e crônica (1858-1908). São Leopoldo: Rotermund, 1992.

> Mesmo quando se retiravam os caboclos prestavam um serviço ao regime das grandes lavouras. Ao se deixarem empurrar sempre mais no sentido das terras virgens que ficavam entre os aborígenes e as fazendas, os caboclos desempenhavam uma função de inestimável valor- ainda que não reconhecida- de manter os índios à distância. As lavouras de Rio Claro não eram atacadas por eles, ainda que a isso estivessem expostas, e não fossem protegidas pela milícia. Somente os caboclos sofriam represálias pela tomada das terras dos indígenas. Além disso, os grandes proprietários ficavam a salvo da hostilidade dos caboclos, pois esses descarregavam suas frustrações em cima do mais acessível de seus inimigos, e desprezavam os índios tanto quanto os fazendeiros os desprezavam[30].

As constatações de Warren Dean podem ser aplicadas no vale do Taquari, onde é perceptível a utilização do homem livre e pobre como um "escudo humano" frente aos indígenas. Se existia uma fronteira agrária aberta na região, era, principalmente, devido à insegurança existente no mato, tanto por causa dos possíveis ataques dos indígenas quanto de foragidos e outros grupos que perambulavam pela região. Nos mapas dos autos de medições da Lei de Terras de 1850, podemos visualizar essa estratégia, na medida em que as áreas legitimadas, com frequência, apresentavam "pequenos roçados" em suas bordas, geralmente próximas aos ervais que, certamente, não eram cultivados por seus legitimantes, os quais, na maioria dos casos, sequer moravam nas fazendas na Serra Geral. Assim, utilizavam-se das posses dos homens livres e pobres para legitimar suas áreas, colocando-os nos limites de suas "posses" para assegurar o seu "domínio". Dessa forma, os homens livres e pobres iam desbravando a mata, trabalhando nos seus

30 DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura - 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 32.

roçados, construindo habitações (os "ranchos") e abrindo caminhos e clareiras, o que seria fundamental para a exploração das riquezas florestais, especialmente a erva-mate. Essa progressiva integração das matas à sociedade local era uma forma de valorizar as terras, uma vez que eram criados os acessos, muitos dos quais eram aproveitados pelos fazendeiros e colonizadores, e era garantida sua segurança, com o afastamento dos indígenas e dos refugiados, além de sua integração, em alguns casos.

O homem livre e pobre precisa ser visualizado com base em suas duas faces naquela sociedade. De um lado, o grupo desempenhou um importante papel para a elite fundiária local, através da apropriação de terras, em sua integração econômica, mas, de outro lado, eles também foram vistos com desconfiança na época. O Governo Imperial, de maneira geral, não confiava nos homens livres e pobres para se estabelecerem em núcleos coloniais, especialmente pelos laços e pelas relações de dependência existente eles e a elite latifundiária sul-rio-grandense, os quais, uma vez assentados em lotes coloniais, não permitiriam a criação de uma base social alternativa aos estancieiros sul-rio-grandenses. Os latifundiários, por sua vez, viam os homens livres e pobres com preocupação, devido à sua crescente resistência ao avanço dos fazendeiros sobre as pequenas posses no interior de terras públicas e por seus elos de aliança com os grupos "inimigos da paz e do sossego público". Nesse sentido, os grandes fazendeiros viam com bons olhos a imigração, que "levaria a civilização às matas". Essa seria uma das razões principais por que os 'homens ilustrados' da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul defenderam a imigração, e não, apenas, em função de uma "atitude fundamentada numa concepção moderna"[31]. Dessa forma, ambas as partes defenderiam a colonização das áreas florestais por imigrantes europeus, visando ao controle social das mesmas áreas.

Em contrapartida, os homens livres e pobres sofreram com o avanço do latifúndio e da colonização, mas sua trajetória não foi marcada apenas por exclusão e submissão. Esse grupo

---

31 CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

empreendeu uma série de atos e estratégias que permitiram barrar em muitos casos esse processo.

O homem livre e pobre e a resistência ao avanço do latifúndio e da colonização

Inicio a discussão sobre a resistência do homem livre e pobre a partir aplicabilidade do conceito de classe a esse grupo.

Adotamos aqui a noção de classe de Edward Thompson, que a concebe como um processo histórico baseado na experiência de homens e mulheres em suas relações sociais. A consciência e a classe, propriamente ditas, seriam a última etapa desse processo. Não creio que os ervateiros do Rio Grande do Sul, na segunda metade do Século XIX, tenham constituído uma classe, segundo a acepção de Thompson, na medida em que sua ação não era orientada por uma consciência de classe que direcionasse a trajetória do grupo. Isso porque "uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma"[32]. Mas as relações sociais dos ervateiros do Planalto e da Serra apontam para outra categoria privilegiada por Thompson, a *experiência de classe*, que ocorre quando sua resistência à expropriação de suas posses permite a postergação ou até mesmo sua suspensão, embora não tenham constituído um movimento social mais amplo. Esse é um processo que se assemelha à ação dos camponeses ingleses na defesa dos costumes[33]. Em *Senhores e caçadores*, Thompson pesquisou o banditismo rural na Floresta de Windsor, analisando a resistência dos camponeses ingleses à privatização de suas áreas comunais e à repressão em torno das caças[34]. Os camponeses ingleses também se valeram da interpretação do direito consuetudinário para garantir a retardação dos cercamentos dos campos naquela região no Século XVIII. Na Inglaterra, eles utilizaram, além dos motins, a via do direito para assegurar os *costumes comuns,* em que estava baseada a preservação de suas áreas comunais. Segundo

---

32 THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001, p. 279.

33 THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

34 Ibidem, *op. cit.*

Thompson, "a resistência era mais rabugenta do que vibrante"[35], mas contribuiu para postergar algumas transformações capitalistas no campo.

Nessa perspectiva, Márcia Motta analisou a resistência dos pequenos posseiros, no Brasil, no Século XIX, e mostrou outro panorama da luta pela terra, ao discutir sobre as estratégias de afirmação de propriedade desse grupo[36]. Motta demonstrou que o homem livre e pobre não foi passivo diante do processo de exclusão da terra imposto pelos grandes fazendeiros. Os pequenos posseiros também utilizaram o meio jurídico para lutar por suas ocupações, buscando brechas na Lei de Terras de 1850 para legitimá-las. Esse trabalho inaugurou uma nova visão sobre o campesinato no Brasil e evidenciou que a resistência desse grupo social é bem anterior ao surgimento das ligas camponesas iniciadas na década de 1950.

Os pequenos posseiros e ervateiros estabelecidos nas áreas florestais do Rio Grande do Sul, por sua vez, além de alguns conflitos e processos contra os fazendeiros locais, contaram com a via política para se opor à expropriação de suas terras, como foi o caso dos moradores dos ervais da povoação de Santa Bárbara. Localizada no ponto mais distante do município de Taquari, foi uma das últimas regiões apropriadas na Província, para a qual se deslocou um grande número de homens livres e pobres, atraídos pelos ricos ervais dessa localidade. Muitos colonizadores de Taquari adquiriram terras ao norte das primeiras colônias, como Raphael Azambuja, Bento Rosa e a Schilling e Cia, com o objetivo de garantir a formação de reservas fundiárias à expansão do complexo colonial. Antônio Fialho de Vargas adquiriu uma área de duas léguas quadradas (8.712 hectares) do Governo Provincial na década de 1860. Essas terras estavam valorizadas devido à expansão da colonização no vale do Taquari e no município de Santo Antônio da Patrulha, em direção à povoação de Santa Bárbara. Diante da possibilidade de perderem suas posses e o acesso aos ervais de uso comum, em 1867, os ervateiros, instalados na área adquirida por Antônio Fialho de Vargas, enviaram correspondência à Câmara

35 THOMPSON, E. P. **Costumes...**, *op. cit.*, p. 99.
36 MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras...**, *op. cit.*

de Vereadores de Taquari, em que solicitavam a destinação de uma légua quadrada para seu usufruto comum. A preservação de áreas exploradas em uso coletivo por lavradores estava prevista no Regulamento de 1854, onde se lia o seguinte:

> Art. 5.º § 4.º Os campos de uso comum dos moradores de uma ou mais freguesias, municípios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a prática atual, enquanto por lei não se dispuser o contrário[37].

Assim, o pedido de preservação da área de uso comum estava assegurado juridicamente. Nesse caso, caberia à Presidência da Província retirar a área de usufruto coletivo dos posseiros do povoado de Santa Bárbara daquela vendida a Antônio Fialho de Vargas. No entanto, os ervateiros foram além e denunciaram as especulações exercidas em torno das terras daquela região. A Câmara de Taquari, por sua vez, enviou correspondência à Presidência da Província relatando o fato:

> Chegando ao conhecimento dessa Camara por conducto do Capitão João Mariano Pimentel a maneira menos justa, por que contra toda a espectativa dos habitantes, se estão procedendo medições de terrenos nas immediações da povoação de Santa Bárbara, sita á margem direita do rio Taquary por forma a prejudicar os respectivos moradores do próprio logradouro publico e suas commodidades vem essa Camara submetter a consideração de V. Exª. a indeclinavel necessidade que elles tem de uma area de terreno que fica entre o arroio –Cachoeira Brava- e o -S. Jeronymo- que terá uma legua mais ou menos de

37 SECRETARIA DA AGRICULTURA do Rio Grande do Sul. **Coletânea da legislação das terras públicas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1961.

> extenção, a fim de que tal territorio seja exceptuada das medições que procedera Antonio Fialho de Vargas e outros, para servir de patrimonio, como reserva e recurso aquella população, composta de gente pobre e laboriosa, já no fabrico de herva matte, de que é abastecido o solo, como em madeiras para a construção, lenhas etc [...] O terreno, segundo informações, é coberto de herva matte, por isso que, dos limites marcados para o centro, ainda poderá valer o triplo ou o quadruplo de outro qualquer no mesmo lugar, conseqüentemente pode acontecer que os pretendentes só tenhão em vista fazel-o medir e demarcar para se evitarem o pagamento da nação, como aconteceu com Joaquim Gregorio de Oliveira e outros nos suburbios da mesma povoação de Santa Barbara e terrenos adjacentes. A exemplo, pois do que se tem dado na Crus Alta de Cima da Serra, tão bem essa Camara podia fazer arrematar os respectivos hervaes, se V. Exª. concedendo-lhe essa authorisação, julgasse conveniente uma tal providencia.
> Illmo. e Exmº Senr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Presidente da provincia[38].

Os ervateiros do povoado de Santa Bárbara não conseguiram assegurar a preservação da área que ocupavam como uma reserva de uso comum, mas sua pressão sobre os órgãos públicos fez com que o terreno em questão não fosse comercializado até, pelo menos, o ano de 1895. No inventário *post-mortem* de Antônio Fialho de Vargas, consta uma área de 4.329 hectares, próxima ao povoado de Santa Bárbara, ao lado das terras do herdeiro Joaquim

38 **Correspondência da Câmara Municipal de Taquari de 1867**, nº 05. AHRS.

Fialho de Vargas[39]. Essa família ainda possuía o título sobre a mesma área após 22 anos da reivindicação daqueles moradores, mas, até aquele momento, não a colonizara. Como se tratava de negociantes dinâmicos, esse enorme interregno é indicativo da pressão exercida pelos ervateiros para a preservação dos ervais de uso comum. Por isso, essa reivindicação adiou a colonização daquele erval por um longo período.

O homem livre e pobre nas fontes do Brasil oitocentista

Para finalizar, como forma de instigar colegas historiadores em formação, passo a apresentar algumas das principais fontes que podem ser utilizadas em pesquisas sobre os homens livres e pobres no Século XIX para o caso paraibano. Seus dois grupos principais de fontes, ainda pouco exploradas pela historiografia, são a documentação da Justiça e das instâncias administrativas do estado da Paraíba[40].

No Século XIX, os processos judiciais seguiam os cursos processuais das ações ordinárias e sumárias[41]. As ações ordinárias tinham suas raízes no Direito moderno e resolviam o litígio 'por inteiro', sem deixar pendências para serem resolvidas em um novo processo. Essas ações processuais eram mais longas, na medida em que se assegurava a chance de prova e de defesa plenas entre as partes. Já as ações sumárias, que receberam maior espaço no Século XIX, eram constituídas pelos processos de tramitação mais simples e rápida, para evitar a *mora processual*. As ações do curso processual sumário operavam apenas uma parte do conflito, que exigia uma resolução mais rápida, sendo que algumas questões eram reservadas para futuros processos em ações de cur-

---

39 **Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquari nº 475, de 1895**. APERS.

40 Para se aprofundar mais sobre a documentação utilizada na historiografia especializada em História Agrária e seu potencial de pesquisa, consultar: MOTTA, Márcia e GUIMARÃES, Elione (orgs.). **Propriedades e disputas**: fontes para a história do Oitocentos. Guarapuava: Unicentro; Niterói: EDUFF, 2011.

41 No foro civil, reconheciam-se cinco maneiras principais de processar e com diferenças entre si: ação de juramento de alma, de assinação de dez dias, executiva, ordinária e sumária. CORDEIRO, Carlos Antônio. **O assessor forense ou todas as ações conhecidas no foro brasileiro** – Tomo II. Rio de Janeiro: Laemmert, 1864.

so processual ordinário. No caso das disputas que envolvem os homens livres e pobres, em suas disputas pela posse da terra, os principais tipos de ações ordinárias eram os processos de esbulho (força nova, força velha e obra nova), os processos de embargo e os processos sumários propriamente ditos.

Os processos de ação ordinária ocorriam em casos de litígios entre duas partes, ligados, com frequência, a dívidas realizadas por meio de hipoteca de imóveis e geralmente aplicados a casos de empréstimos em que os acordos de pagamento eram descumpridos. A análise do uso da terra em hipotecas contribui para que se possa investigar a dinâmica de legitimação da propriedade na sociedade brasileira ao longo desse período. Mas as fraudes constantes nos títulos ou documentos de posse utilizados nas hipotecas, no ato da entrega do imóvel, que geravam a contestação de terceiros, também podem demonstrar a ação dos homens livres e pobres na defesa de suas posses de terras, asseguradas pela Lei de Terras de 1850.

Os processos de ação sumária foram, geralmente, aplicados em questões de terras, nos casos em que o acusador possuía um documento ou título que atestasse sua propriedade sobre a área contestada. Na ação sumária, o possuidor de uma área de terras, ou que se dizia dono do imóvel, apresentava suas provas de propriedade sobre as áreas em litígios. O cruzamento desses documentos com outros sobre a área em litígio permite ao historiador investigar as fraudes no processo de apropriação da terra. Essa seria outra ação a que os homens livres e pobres recorreram para defender seus interesses.

As ações de esbulho eram encaminhadas, nos casos de tomada arbitrária da posse ao seu possuidor, em prejuízo do seu direito de propriedade. Esse processo judicial poderia ser encaminhado como "nunciação de obra nova" ou "força nova", quando o esbulho tinha sido feito antes de um ano e um dia. Quando o esbulho havia sido cometido num espaço temporal maior, o auto passava a ser encaminhado como ação de "força velha". A nunciação de obra nova foi a ação mais frequente nos casos de litígios sobre a propriedade da terra. A nunciação de obra nova foi utilizada,

principalmente, nos casos de "arranchamentos com princípio de cultura", nas transposições de divisas e na apropriação de recursos extrativos, como foi o caso da madeira e da erva-mate no sul do Brasil. Os homens livres e pobres não foram passivos àquele processo de expansão da fronteira agrária. Eles questionaram os direitos de propriedade dos grandes grileiros. Os indícios presentes nas ações de esbulho contribuem para a análise da resistência do campesinato brasileiro do Século XIX.

Os processos de embargo também oferecem muitos dados a respeito dos homens livres e pobres. Eles eram encaminhados quando ocorresse alguma alteração no estado de um bem, geralmente a propriedade da terra, e seguiam o curso processual das ações sumárias. O processo de embargo foi empregado somente na fase inicial do ato possessório. Eles foram utilizados com frequência nas disputas de terras, geralmente utilizados no momento inicial de uma 'ocupação criminosa', como a preparação de um roçado para o plantio, a construção de alguma benfeitoria relativa à posse da terra e nos casos de derrubada de florestas ou extração de algum de seus recursos. Foi no processo de embargo que os grandes fazendeiros encontraram o caminho mais eficaz para desconstruir a legitimidade da ocupação do pequeno posseiro, o que lhes assegurava a apropriação das terras públicas[42].

O processo de manutenção de posse é, também, outra documentação judicial utilizada com frequência no Século XIX, com potencial analítico para a investigação histórica. Tratava-se de um tipo de processo que era encaminhado diante da ameaça de terceiros ao direito de propriedade sobre um bem, geralmente nos casos de usufruto da terra e de descumprimento das cláusulas de alforria[43]. Portanto, as fontes judiciais podem contribuir para a análise de um conjunto de conflitos que, mesmo não constituindo um movimento mais amplo, lograram retardar ou barrar, no plano local, as mudanças estruturais provocadas pela expansão do latifúndio e da grilagem no campo.

---

42 MOTTA, Márcia, **Nas fronteiras...**, *op. cit*, p. 69.

43 GUIMARÃES, Elione Silva. **Terra de preto**: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: EDUFF, 2009.

Os documentos dos Poderes Executivo e Legislativo constituem outro grupo de fontes importantes para a investigação dos homens livres e pobres. Seus principais fundos documentais, no Período Imperial, dizem respeito às atas da Câmara Geral dos Deputados e das Câmaras de Vereadores e os relatórios ministeriais e dos presidentes de província.

As atas da Câmara Geral dos Deputados, produzidas a partir de suas sessões, trazem informações importantes sobre os homens livres e pobres, na medida em que relatam os debates em torno de questões como as políticas de terras, de colonização, da transição ao trabalho livre e dos projetos de modernização da agricultura no Século XIX.

Os relatórios ministeriais também são, entre as fontes oficiais, um grupo documental importante para a análise dos homens livres e pobres, porquanto apresentam indícios sobre o grupo e temas diretamente relacionados a eles. Os relatórios do Ministério da Agricultura trazem informações sobre a aplicação da Lei de Terras, a criação de colônias com imigrantes e 'nacionais', a emancipação dos cativos, entre outros temas. Já os relatórios do Ministério da Justiça trazem informações sobre a 'tranquilidade pública' nas diversas regiões do Brasil, que permitem ao historiador investigar alguns atos locais que, mesmo não sendo um movimento social mais amplo, provocaram um impacto político importante naquela sociedade. Na mesma direção dessas fontes, estão os relatórios de presidentes de província, em que o historiador encontrará as mesmas temáticas, muitas das quais, em plano local, estão ainda mais detalhadas. Os relatórios ministeriais e os relatórios de presidentes de província encontram-se disponíveis para pesquisa nos arquivos públicos estaduais, no sítio eletrônico da Universidade de Chicago (CRL/LAMP)[44].

As atas das câmaras municipais, por sua vez, são as fontes mais ricas sobre o universo rural brasileiro no Século XIX. Elas oferecem um grande número de informações sobre os homens livres e pobres e outras discussões relacionadas ao tema. Nas câmaras municipais, existe um número maior de informações sobre os

---

44 http://www-apps.crl.edu/brazil

estado da "tranquilidade pública", da questão servil, dos "trabalhadores nacionais", sobre as "terras em usufruto" de comunidades locais, entre outros. Em minha dissertação de Mestrado, foi nas atas das câmaras municipais que encontrei o maior número de informações sobre os *invisíveis da terra*[45].

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A economia brasileira no Império 1822-1889**. Rio de Janeiro: Texto para discussão n.584, Departamento de Economia, PUC -Rio, novembro de 2010.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889). São Leopoldo: Dissertação de Mestrado em História/UNISINOS, 2004.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Niterói: Tese de Doutorado em História/UFF, 2010.

45 CHRISTILLINO, Cristiano Luís, **Estranhos...**, *op. cit.*

CORDEIRO, Carlos Antônio. **O assessor forense ou todas as ações conhecidas no foro brasileiro** – Tomo II. Rio de Janeiro: Laemmert, 1864.

CORRESPONDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARI DE 1867 nº 05. (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS)

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**, v. 2. Campanha de Canudos. São Paulo: Aguillar, 1966.

DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DREHER, Martin N.; ALTMANN, Friedholt. Os primórdios da Colônia Teutônia no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Leopoldenses**, Série História, v.2, n.2, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Sobre as cinzas da mata virgem**: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1999.

FOLETTO, Arlene Guimarães. **Dos campos junto ao Uruguai aos matos de cima da serra**: a paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 2003.

FRAGOSO, João Luís. Economia brasileira no Século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra, trabalho e propriedade**: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). Niterói: Tese de Doutorado em História/UFF, 2010.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Terra de preto**: usos e ocupações da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: EDUFF, 2009.

INVENTÁRIO *POST-MORTEM* DO CARTÓRIO DE ORPHÃOS E AUSENTES DE TAQUARI Nº 475, de 1895 (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS).

LANG, Guido. **A Colônia Teutônia**: história e crônica (1858-1908). São Leopoldo: Rotermund, 1992.

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale dos Sinos**. São Leopoldo: Tese de Doutorado em História/ UNISINOS, 2003.

MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (orgs.). **Propriedades e disputas**: fontes para a história do oitocentos. Guarapuava: Unicentro; Niterói: EDUFF, 2011.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Jogos da memória: conflitos de terra e amnésia social. **Tempo**, n.6, 1998, p.183-198.

MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito a terra no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998.

MUNHOZ, Cláudia. **A Associação Comercial do Rio Grande de 1844 a 1852**: interesses e atuação representativa do setor mercantil. São Leopoldo: Dissertação de Mestrado em História/

UNISINOS, 2003.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL DE 1859.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava**: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

SECRETARIA DA AGRICULTURA RS. **Coletânea da legislação das terras públicas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1961.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no Século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 1996.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: as transformações do Rio Grande do Sul rural no Século XIX. Ijuí: Editora da Unijuí, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: Fidene-Unijuí, 1997.

Para o estudo das origens da organização dos trabalhadores em Alagoas: periodizando o mutualismo

Osvaldo Batista Acioly Maciel

INTRODUÇÃO

Este texto discute sobre algumas questões relacionadas aos meus estudos realizados no doutoramento[1]. Devido a uma série de opções tomadas ao longo da pesquisa e da execução do projeto, o tema foi sendo delimitado cada vez mais. Apesar de, com tais encaminhamentos, o foco ficar cada vez mais preciso, o problema mais amplo continuava desafiando-me a buscar uma abordagem que favorecesse uma dialética de entendimento do objeto que não cancelasse a relação com a totalidade. Nesses termos, mesmo que em forma ensaística, sem aprofundar mais alguns tópicos e sem a recorrência a evidências empíricas de modo acentuado, esboço aqui uma linha geral de desenvolvimento do que poderíamos chamar de formas de organização da classe trabalhadora em Maceió. Esse esboço, por se configurar como uma hipótese de trabalho que não foi confirmada em sua inteireza,

---

1 O projeto original apresentado à seleção intitulou-se **Operários em Movimento**: sociedades de trabalhadores e identificação de classe em Maceió (1870-1922), enquanto que a tese se restringiu ao mutualismo caixeiral: MACIEL, Osvaldo. **A Perseverança dos caixeiros**: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917). Recife: Edufpe, 2011. Ao tempo da redação final deste texto, a tese estava concluída, porém ainda não fora defendida. Para fins de publicação nessa coletânea, realizei tão somente uma revisão gramatical, reelaborei dois ou três parágrafos e acrescentei duas ou três notas.

explora duas ordens de questão: a relação que a história social do trabalho estabelece com seus objetos e as principais fases da trajetória do mutualismo ao longo do surgimento e da construção do que se convencionou chamar de movimento operário ou, se se quiser, do sindicalismo moderno. Para tal empreitada, é preciso, ainda, indicar que o recorte espacial se concentra em Alagoas – mais precisamente, em sua capital, Maceió – porém há remições a outros casos ocorridos no Brasil e que podem servir para associar, comparar ou complementar a argumentação. Como fonte documental, recorro, principalmente, ao acervo da imprensa operária alagoana existente no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (Cedem-Unesp), e a algum material existente na Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA), bem como a relatórios e mensagens produzidos pelos governadores de Estado.

O mutualismo e a História Social do Trabalho no Brasil

Nos *Cadernos do cárcere*, Antonio Gramsci fala, em "diversos momentos de consciência política coletiva". Para ele, num primeiro momento, teríamos um nível econômico-corporativo, em que o processo de identificação seria muito elementar, pois corresponderia à "unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo." Em um segundo momento, temos um nível mais elevado, em que é atingida a "solidariedade de interesses" dentro de determinado grupo mais amplo como, por exemplo, entre todos os trabalhadores assalariados, independentemente de categoria. Por fim, num terceiro momento desse processo de articulação e tomada de consciência, a fase mais estritamente política, temos a superação do "círculo econômico", ou seja, da vinculação objetiva com a esfera produtiva, e uma formulação política e identitária de característica universal, formulando-se um projeto que se orienta para toda a sociedade[2]. Gramsci não utiliza essa

2 GRAMSCI, Antônio. Caderno 13 (1932/4): Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do cárcere** – v. 3 (editor: Carlos Nelson Coutinho). Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 41.

reflexão especificamente para formular um esquema de interpretação da evolução da organização dos trabalhadores, ou seja, das corporações de ofício até os sindicatos propriamente ditos. Ele a utiliza para todas as formas de organização de classe, mesmo para as dominantes. Apesar dessa ressalva, creio que essa reflexão tem uma fortuna crítica que é retomada posteriormente pelos que se debruçam sobre a história operária e que pode nos ajudar a entender como tal esquema pode contribuir para se entender o desenvolvimento a que estou me referindo.

Vejamos a retomada dessa perspectiva a partir de E. P. Thompson, que a aplica, quase que literalmente, em seu ensaio sobre a cultura plebeia do Século XVIII inglês, analisando-a como uma cultura nem revolucionária nem deferente. Problematizando, em termos mais específicos, a formação de uma longa tradição de organização dos trabalhadores, o historiador inglês identifica padrões de continuidade legítimos de uma longa tradição sindical, por meio da avaliação de ações, rituais, emblemas, solidariedades horizontais, conflitos com superiores etc., que envolviam guildas, sociedades estruturadas por ofício, sociedades de socorros mútuos, entre outras. Para ele, essa tradição articulava os costumes e os valores da plebe e de sua aparição política com os da difícil identidade da classe trabalhadora[3]. Após a pesquisa sobre o setecentos inglês, que o levou a reler as origens do sindicalismo, Thompson afirmou:

> Agora já está claro que – se não há registro de organização contínua de sindicatos nacionais – houve certamente uma tradição contínua de atividade sindical durante todo o Século [XVIII], e muito provavelmente (nos distritos têxteis) uma organização local contínua e uma liderança reconhecida para ações que ora se disfarçavam de *rough music, ora assumiam as máscaras protetoras*

3 THOMPSON. Edward P. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg - São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 56-64.

> *das sociedades de socorros mútuos*. Essas tradições sindicalistas remontam ao Século XVII, e lamento que vários estudos recentes muito proveitosos deem uma impressão contrária[4].

Como se vê, ao revisitar as reflexões de Gramsci e complexificar sua análise, Thompson indica que, em um momento pré-industrial, quando não havia "classe trabalhadora" nem seus conflitos característicos, é preciso atentar para o "protoconflito", cuidando-se menos da "consciência de classe" e mais da "consciência de um ofício"[5]. Dando um passo a frente, afirma que, no ambiente paternalista de então,

> O sentimento de solidariedade de ofício podia ser forte. Mas a suposição de que essa fraternidade de ofício necessariamente entrasse em conflito com objetivos e solidariedades mais amplos é totalmente falsa. [...] O que a consciência de ofício pode inibir são as solidariedades econômicas entre diferentes grupos de produtores contra seus empregadores. Mas se pusermos de lado esse postulado anacrônico, encontraremos entre os trabalhadores e trabalhadoras do Século XVIII muitas evidências de solidariedade e consciências horizontais[6].

Em suma, "as solidariedades não eram segregadas pelos ofícios". Parece-me que, aqui, a leitura que Thompson faz dessa questão, a partir de Gramsci, flexibiliza o caráter mais linear, de consolidação progressiva de novos níveis de consciência etc., imputado a esse processo pelo autor dos *Cadernos do cárcere*. Essa reelaboração gera a implicação de que tais níveis mais amplos de articulação e consciência podem surgir mesmo numa etapa

---

4 Ibidem, p. 58. (Grifo meu).
5 Ibidem, p. 28.
6 Ibidem, p. 61-62.

em que predomine a organização de trabalhadores por ofício. A partir dessa perspectiva, se a característica de uma noção mais ampla de reivindicações, direitos, lutas e identidades encontra-se presente, retira-se o caráter necessariamente linear, que é, de um modo ou de outro, sugerido por Gramsci. Tem-se, então, uma formulação que daria conta de processos complexos, não necessariamente lineares, porém cheios de *sentido histórico*.

Como essa abordagem incide sobre a história do trabalho no Brasil? De que modo tais reflexões podem ajudar a entender a forma como os trabalhadores começam a se organizar numa sociedade escravista, com um capitalismo que reproduz muitas formas de trabalho e sociabilidade que, *grosso modo*, estão sendo superadas nos países industrialmente avançados?

No desenvolvimento recente da historiografia brasileira, o fenômeno do associativismo, em geral, e do mutualismo, em particular, tem se revelado um campo limite no que tange à especificidade da história social do trabalho. E como tal fenômeno toca diretamente em aspectos da história operária (pelo tipo de participação relevante e singular que os trabalhadores estabelecem com a cultura associativa e com as mutualidades), estudá-lo significa avançar em questões teóricas e metodológicas importantes dessa história. Em outra vertente de atuação, no entanto, quando tais fenômenos das sociedades de socorros mútuos (ou beneficentes) e do associativismo em geral perdem o ponto preciso de enfoque da história do trabalho e se esgarçam em direção a outros enfoques, podem levar ao abandono de uma percepção mais clara do que seja a formação da classe operária em determinada formação social.

Mesmo correndo o risco de uma excessiva simplificação, parece-nos haver duas grandes vertentes de interpretação da relação do mutualismo com a história operária. De um lado, existe um grupo de historiadores que entende que a história do mutualismo ganha mais força analítica quando se considera a especificidade das sociedades de ajuda mútua organizada exclusiva ou

predominantemente por trabalhadores[7]. De outro, temos os autores que afirmam não haver uma diferença básica entre os diversos tipos de associações mutuais, sejam elas operárias, teatrais, étnicas, por bairro, abertas etc.[8].

Nesse novo contexto de produção historiográfica sobre o mutualismo, por exemplo, novos estudos identificam, com originalidade e pertinência, os laços horizontais de solidariedade estabelecidos entre diversos indivíduos no interior dessas associações. Tal nova senda, trilhada por alguns estudos da história social no Brasil, vem enriquecendo os estudos sobre a formação da classe. Entre outras questões que são apontadas, está o estabelecimento de vínculos conjunturais ou duradouros entre classes e estratos distintos. Cabe, no entanto, considerar o sentido histórico de formação como algo direcional (sem ser linear) e que, por vezes, trabalhadores escolhem participar dessas alianças verticais muito mais por falta de opção do que por estratégia deliberada. Uma vez inserido nesse contexto de relações clientelares, pelo menos em alguns casos, tentam livrar-se posteriormente delas, mas não conseguem plenamente. Alguém que, de cima (suponhamos um negociante estabelecido, proprietário de uma pequena fábrica ou algo parecido), decida participar de uma dessas entidades mutualistas de trabalhadores, por exemplo, poderá ao menos escolher não participar. A partir dessa decisão, sua vida não correrá riscos tão mais acentuados em função dessa opção. O mesmo não se dá com as classes subalternas: menos que o descenso social, quando um operário, um assalariado ou um artífice de origem humilde decide associar-se em uma sociedade de auxílio mútuo, o que está em jogo, muitas vezes, é a própria sobrevivência e a daqueles

---

7 Veja-se, entre outros, BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL**: Sociedades operárias e mutualismo. Campinas, vol. 6, nº 10/11, p. 41-66, 1999.

8 Veja-se, entre outros, VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). **As esquerdas no Brasil** – Vol. 1: A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 21-51. Para fazer a distinção entre essas duas vertentes historiográficas, ver MACIEL, Osvaldo. **A Perseverança...**, *op. cit.*, especialmente o primeiro capítulo.

a quem a estrutura da sociedade em que está inserido não legou outras escolhas.

As pesquisas que realizo no âmbito dessa problemática para o universo empírico de Maceió convergem para a necessidade de um entendimento mais amplo do que é a formação da classe trabalhadora no Brasil. Nesse sentido, tanto a experiência das sociedades mutualistas de trabalhadores quanto a dos sindicatos e do 'movimento operário', em seu sentido estrito, fazem parte de interesses e preocupações que circundam minhas análises. Embora existam continuidades entre essas formas de organização operária, é preciso identificar as rupturas que marcam suas iniludíveis diferenças e em que condições e conjunturas elas ocorrem.

Considerando não só o caso específico trabalhado em minha tese – o mutualismo caixeiral – mas também o surgimento e a ampliação das formas de resistência mais claras de várias outras categorias de trabalhadores em Maceió, analiso aqui as causas e os efeitos mais visíveis para o entendimento dessa ruptura ou, antes, dessa bifurcação de padrões organizativos, dessa nova tendência em germe que se desenvolveu posteriormente. Essa forma de encarar o problema da continuidade e da ruptura nas formas de organização dos trabalhadores serviu para encontrar balizas de períodos limites de análise do fenômeno do mutualismo como significativo para se compreenderem bem mais as virtudes e as vicissitudes contidas na história do mutualismo como parte da *formação* da classe trabalhadora. Em meus estudos, utilizo-me deliberadamente de uma abordagem que não construa oposições radicais entre as formas mutuais de organização operária e as formas clássicas do sindicalismo moderno. Isso se deve ao modo extremamente complexo como ocorrem tais rupturas/bifurcações, com uma série de permanências que impossibilitam a proposição de um paradigma de mudanças/modelo de aferição desse corte. Entre outros pontos, por exemplo, encontramos que a historiografia brasileira tem levantado vários exemplos de militantes de mutuais que terminam 'migrando' para sociedades de resistência e sindicatos com um sentido classista mais bem delimitado.

Efetivamente, na contínua conformação do cotidiano, é difícil

não só a análise, mas também a identificação do posicionamento efetivo realizado pelos personagens que atuaram no processo histórico que está sendo estudado. As agruras do cotidiano geram as condições de conscientização para que a mudança aconteça. Não obstante, essa mudança – como ocorre na sucessão de semanas que normalmente carregam diversos momentos de uma "rotina diária comum" – comporta também boa dose de "sobrevivência" de diversos aspectos culturais, inclusive de relacionamentos e compadrios pregressos, além de práticas e atividades avaliativas (e mesmo autoavaliativas) de valores e padrões de consciência e comportamento para determinadas situações, lugares, eventos, pessoas e instituições.

Assim, proponho que se percebam os níveis de diferenciação entre as formas mutual e sindical de organização dos trabalhadores a partir de algumas balizas de comparação entre ambas, destacando quatro delas:

A) A reivindicação de condições de trabalho, salários, direitos, relações contratuais etc. que indiquem contraposição explícita entre as categorias/classes envolvidas na negociação conflituosa: patrões e autoridades públicas, de um lado, e operários e empregados, de outro, etc. Essa postura de embates foi encontrada desde o período imperial[9], porém só se disseminou e tornou-se comum entre as lideranças operárias no final do Século XIX;

B) A elaboração de um discurso/ideologia que reflita uma consciência que não só articule uma identidade de classe/categoria positiva para os trabalhadores (artistas, operários, empregados, assalariados, etc.), mas também que o faça em contraposição expressa à outra classe/grupo social. Ou, aprofundando essa consciência, que tal identidade seja articulada com a formulação alternativa a uma sociabilidade dada, nesse caso, a capitalista/liberal;

C) Um nível de autonomia material, tanto em termos de finanças quanto em termos organizacionais. No primeiro caso, isso

9 Veja-se, entre outros, a greve promovida pela Associação Tipográfica Fluminense em 1858, apresentada no início do segundo capítulo de VITORINO, Artur José Renda. **Máquinas e operários**: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

significa a conquista de uma sede própria ou alugada e, ainda, que os eventuais serviços e as atividades realizadas, como banda de música, espaços e ambientes de recreação etc., sejam mantidos, exclusiva ou preponderantemente, com recursos e *forças* próprios. Em termos organizacionais, as composições das diretorias de eventual órgão, dentre outras questões, devem ser caracterizadas como independentes. Tais características ampliam os níveis de liberdade de forma tal que possibilitam o recurso desinibido às greves (mesmo curtas e sem mais ganhos efetivos), às comemorações e às mobilizações em torno do 1º de maio e demais manifestações de classe, realizadas no espaço público ou nos ambientes de trabalho, com conteúdo e forma classista mais nítidos;

D) É preciso que tais dimensões sejam alcançadas em um conjunto orgânico de práticas e manifestações que demonstrem representatividade e legitimidade perante um coletivo de trabalhadores associados que seja amplo o suficiente em relação às bases daquela classe ou categoria, setor produtivo ou conjunto de categorias. Esse ponto, embora uma exigência de análise colocada aqui, termina sendo o que menos foi possível de ser verificado em minha pesquisa empírica.

Talvez o segundo item elencado acima seja o mais forte indicador de diferença da quebra de hegemonia existente entre as mutuais e as sociedades de resistência no mundo do trabalho. Portanto, centrarei a análise nessa dimensão. Efetivamente, está explícito nas principais formas de expressão para as mutuais, de modo geral, que a força da união, a convergência de interesses de seus associados e o esforço coletivo de seu corpo social produziriam, por si só, as melhorias de condições de vida e trabalho, bem como assegurariam uma velhice amparada. Assim, no interior das mutuais, as reclamações pela não realização dos objetivos a que se propõem (ou, em alguns casos, as reclamações oriundas de sua realização parcial) indicam como principal problema as divergências internas oriundas de indivíduos que não estão devidamente compenetrados dos *valorosos ideais da sociedade*, ou pela falta de interesse geral da categoria no sentido não só de se associar, mas também de se engajar efetivamente em tais demandas e projetos.

No entanto, para as sociedades ditas de resistência, se esse sentido de união e coletividade é um problema destacado, ele não é único. Afinal, efetivamente, estaria em jogo também um conjunto de conflitos existentes na esfera mais ampla da sociabilidade por sua configuração de classe, o que faria com que grupos sociais *externos* àquelas sociedades de trabalhadores obstaculizassem a realização desse *desideratum* e se opusessem frontalmente aos interesses da classe.

Em outros casos, numa configuração de análise mais reformista (ou evolucionista) acerca de tais questões, teríamos que a essência do problema seria o modo hegemônico como a sociedade se organiza e se projeta. Nesse caso, não haveria um grupo social específico como o empecilho para as realizações da sociedade, mas o estado de evolução de toda aquela sociedade e o grau de civilização que teria alcançado. Nessa linha de argumentação, caberia identificar os aliados entre todos aqueles que lutam para que o progresso *natural* da sociedade não seja emperrado, para que se chegue a um estágio em que efetivamente tais objetivos de classe sejam alcançados.

Como já frisado, a dificuldade de encontrar uma delimitação mais precisa entre essas duas hegemonias internas à forma de organizar a classe trabalhadora ocorre, efetivamente, com todo tipo de recorte historiográfico que se queira dar[10]. Várias práticas, rituais, lideranças consolidadas em mutuais reproduzem-se ou mesmo ganham vida nova ou formatação diferenciada no interior de entidades de resistência/classista. Em Alagoas, por exemplo, parece-nos que há um pequeno grupo de sócios das mutuais de trabalhadores que participam, conjunta ou posteriormente, das sociedades de resistência, como são os casos de Virgínio de

10 Como um exemplo que foi questionado com bastante pertinência, veja-se: MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos**: Rio de Janeiro, 1955-1988. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

Campos, Benedito Ângelo e Olympio Sant'Anna[11]. Essa não parece ser a regra, mas sim a exceção. Até onde pude averiguar, entre a primeira e a segunda décadas do Século XX, há um corte geracional, com o surgimento de novos líderes e militantes que aparecem no campo da organização dos trabalhadores apenas em sua forma classista mais explícita, sindicatos e uniões operárias[12]. O que isso pode significar? Uma parte da historiografia tem interpretado esse dado para corroborar um recorte mais amplo entre as mutuais e o "sindicalismo moderno" como se não houvesse uma continuidade entre essas formas de agremiação operária. Gostaria de acrescentar alguns pontos que podem aprofundar o entendimento sobre o tópico[13].

Parece-nos que essa majoritária distinção nominal/geracional de membros desses dois tipos de sociedade aponta para um aguçamento das relações capitalistas e dos conflitos estabelecidos entre as classes, típicos dos grandes e dos médios espaços urbanos brasileiros no período estudado. Esse corte geracional pode sinalizar para uma experiência de apartação da escravidão que só os "moços" conhecem[14], além do fato de que a federalização que

---

11 Marcelo Badaró Mattos encontra alguns trabalhadores engajados para o caso do Rio de Janeiro, onde, "em certos casos, é possível traçar quadros de convergência entre os esforços de associação dos trabalhadores por um largo período de tempo", incluindo aí a atuação de lideranças de artistas e operários que militaram tanto nas hostes do mutualismo quanto na propaganda mais estritamente operária e/ou socialista, por exemplo, José Veiga, Otaviano Hudson e Vicente de Souza. Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p. 115-116.

12 Dentre outros, poderia citar os nomes de Manoel A. Soares, Oscar Silva, José Procópio, Vicente Moura, Cleodon Mendes, Pedro Coda, Silva Rizza, Leofredo Duarte, Lisboa Júnior, Odilon Lyra, Gracindo Silva, A. Lanuza, Alfredo V. Lins, Gracindo Alves, Isaura Lemos, Luiz Ozório, Angeluce, Octavio Brandão, Pedro Martins, Santacruz Lima, Paulo de Santelmo, Rômulo Quaranta, Mário de Ourique, Alfredo Albuquerque, João Barros, Leon, José Máximo e José da Silva. Na documentação consultada, não encontramos a presença desses militantes operários em sociedades mutualistas de trabalhadores. Obviamente, isso não impede que eles sejam encontrados em sociedades mutualistas abertas, como veremos abaixo. É preciso ponderar, de qualquer forma, que esse breve levantamento não foi produzido de forma sistemática e, na verdade, configura-se como uma questão que deve ser objeto de pesquisa específica para ser averiguada sua justeza.

13 Reforço, mais uma vez, que algumas evidências elencadas aqui permitem formular a questão em nível de hipótese, que deve ser mais bem testada a partir de novos esforços de estudos empíricos.

14 Talvez não seja casual a constante identificação realizada no período entre movimento operário e "mocidade".

aparece com o novo regime republicano termina por deixar os estados, seus bens públicos e a máquina administrativa, muito à mercê da sanha das elites e oligarquias estaduais. Assim, temos um conjunto de mudanças ocorridas após 1888/1889 que tornaram, tendencialmente, a experiência dos operários mais jovens um misto de frustração em relação às expectativas vivenciadas com o impacto degradante e explorador das condições de trabalho e de vida de fins da adolescência e início da vida adulta. Isso, junto com uma série de outras questões, contribuiu para fazer com que o jovem proletariado engajado optasse, preferencialmente, por se associar a entidades de teor classista mais bem definido. A partir de inícios do Século XX, no caso de pensarem, também, em uma forma de proteção mútua, previdenciária, contra o descenso social, optam por participar de sociedades abertas, e não, mutuais, de características fechadas sobre um ofício ou classe. A partir de então, teríamos uma espécie de bifurcação[15], que foi se concretizando lentamente, com poucos avanços consistentes e alguns significativos recuos conjunturais, numa luta pela hegemonia que, para o universo empírico maceioense que estudo, só se definiria com os comunistas a partir da segunda metade dos anos 1940 e ao longo dos anos 1950[16].

Até onde permitem afirmar as pesquisas que venho realizando, essas *condições iniciais de ruptura e sua efetivação* foram se estabelecendo em Maceió num período relativamente longo, cujos marcos iniciais foram os anos de 1890 e 1897[17] e chegaram ao termo

---

15 Talvez fosse melhor falar em "transição" gradual, porém o termo tem sido muito carregado, ultimamente, de uma carga evolucionista, linear e etapista que desejei evitar aqui.

16 LESSA, Golbery. Uma pequena organização com uma grande influência social. In: MAJELLA, Geraldo (org.). **O PCB em Alagoas**: documentos (1982-1990). Maceió: s.n., 2011, pp. 303-322.

17 Período que se enquadra entre o surgimento do primeiro Partido Operário Alagoano, de vida curta, e a rearticulação da Associação Tipográfica Alagoana. Veja-se ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Crônicas Alagoanas** – v. II: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas. Maceió: Edufal, 2006, p. 63; MACIEL, Osvaldo. **Operários em movimento**: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960). Maceió: Edufal, 2009; MACIEL, Osvaldo. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**. Maceió: Edufal, 2009 (principalmente o terceiro capítulo).

final na quadra que engloba o período entre 1911 e 1917[18]. Tal bifurcação/ruptura ocorreu, evidentemente, de modo desigual e, por vezes, descontínuo, entre categorias distintas e setores específicos e mudou para um número maior ou menor de trabalhadores, de acordo com determinadas conjunturas e/ou setores produtivos. Isso serviu de exemplo e de modelo para outras entidades de maneira mais clara ou restrita. No final desse período, de um modo ou de outro, já se configurou abalada a hegemonia mutualista e apresenta-se uma nova proposta de organização operária que, de algum modo, passou a ser tomada como a forma 'típica' de organização dos trabalhadores, daí por diante, mesmo que isso tivesse dificuldade de se efetivar na prática.

Desde então, as avaliações e o 'debate' público passaram a ser realizados em função dessa 'novidade', o que reforça em que nível a disputa acontecia. As demais formas de condução e de atividades operárias que não se coadunavam com esse novo modo de organização e de luta foram designadas, mais cedo ou mais tarde, como *atrasadas*, *antigas* ou *pelegas,* de modo consistente, convincente e/ou legítimo. Isto denotava que as novas condições estruturais do mercado de trabalho e os padrões culturais e ideológicos que se apresentam aos contemporâneos, bem como as relações sociais e as forças produtivas que determinavam a sociabilidade exigiam – também para as formas de organização da classe – essa *atualização*.

Uma análise histórica mais ampla da imprensa operária de Alagoas, que foca as formulações político-ideológicas dos órgãos, de seus grupos e mesmo de uma mudança geracional (como já sinalizado acima), pode ajudar a entender, de maneira mais situada, as questões que aponto aqui. Mais claramente, focarei as fricções surgidas entre uma postura de resistência mais aberta e classista ao projeto burguês e oligárquico, à sociedade capitalista

---

18 A primeira data, a de criação do primeiro "sindicato" assim designado, como veremos abaixo, e a segunda, que, por si só, é uma data símbolo em nível nacional, pelo que ocorre com a experiência do jornal *A Semana Social*, editado por Antônio Bernardo Canellas, e a capitulação efetiva da Sociedade Perseverança e Auxílio. Veja-se MACIEL, Osvaldo. **A Perseverança...**,. *op. cit.*, segundo capítulo; e MACIEL, Osvaldo (org.). **A Semana Social** (edição fac-símile). Maceió: Edufal, 2013.

e os limites da formulação política de uma identidade de classe do mutualismo. Para tanto, tomarei como base a seguinte questão: como o mutualismo passa a ser criticado abertamente pelas novas lideranças operárias que vão surgindo? Para dar resolução a esse tipo de indagação, é preciso, antes, caracterizar, de modo mais específico, o mutualismo como uma forma hegemônica de organização operária até finais do Século XIX em Maceió.

Num levantamento realizado, encontramos 24 sociedades mutualistas e congêneres em Maceió, entre os anos de 1860 e 1920, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1: INSTALAÇÃO DE MUTUAIS E CONGÊNERES POR DÉCADA (MACEIÓ, 1860-1920)

Década	**1860-9**	**1870-9**	**1880-9**	**1890-9**	**1900-9**	**1910-9**
Nº de mutuais instaladas	1	7	2	4	6	3

Fonte: MACIEL, Osvaldo. **A Perseverança...**, *op. cit.*, p. 47.

Como se percebe, em Maceió, o fenômeno associativo das mutuais não é dos maiores, fruto, provavelmente, de fatores mais gerais, como a população total da capital bastante reduzida, a sociabilidade pouco complexificada etc. Por esses dados, podemos perceber, também, que há uma oscilação negativa entre a última década do Império e a primeira da República, talvez devido à instabilidade provocada pela mudança de regime. Com alguma precaução, podemos sinalizar com uma retomada do crescimento na primeira década do Século XX, seguida de uma redução drástica posterior.

Do total geral de mutuais e assemelhadas encontradas, 13 são sociedades de auxílio mútuo organizadas por trabalhadores (artífices, operários), como segue abaixo:

Quadro 2: SOCIEDADES MUTUAIS DE TRABALHADORES (MACEIÓ, 1869-1923)

DENOMINAÇÃO	**DURAÇÃO**
Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos	1869-1897
Sociedade Beneficente de Proteção e Auxílio (dos empregados e operários da Fábrica de Tecidos da Cia. União Mercantil)	1876
Sociedade Recreio Filarmônico	1876-90
Sociedade Montepio São José de Maceió	1876-81
Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió	1879-*c.*195...
Sociedade de Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió	1882-4
Associação Montepio dos Artistas Alagoanos	1883- *c.*196...
Sociedade dos Artistas de Maceió [?]	1890
Sociedade Filarmônica dos Artistas de Maceió [?]	1890
Montepio dos Alfaiates	1898
Monte-Pio dos Operários Cigarreiros de Maceió	1899
Sociedade Beneficente Postal	1911
Sociedade União dos Operários Trapicheiros de Maceió	1923

Fonte: MACIEL, Osvaldo. **A Perseverança...**, *op. cit.*, p. 49.

Em que pese o número reduzido de mutuais abertas, no que toca às mutuais de trabalhadores, esse não é um fenômeno negligenciável, considerando o caso de Maceió, e deve ser levando em consideração quando se pretende estudar as origens do movimento operário no Estado. Entre as entidades aqui elencadas,

destacaria três pela importância e pela duração de suas atividades: a Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos, a Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió e o Monte-Pio dos Artistas Alagoanos, sendo que essas duas últimas estenderam suas existências, pelo menos, até meados do Século XX.

Salvo engano, ao longo de todo o Século XIX, não há registro algum, para o caso maceioense, de crítica a essa nova forma de organização e associação de pessoas, muito em particular, de trabalhadores. Para o Brasil, em geral, pode-se afirmar que não há oposição explícita à criação e à institucionalização das mutuais de trabalhadores. Talvez isso se deva, particularmente, ao modo como essas mutuais foram institucionalizadas, às articulações necessárias para concretizar tal processo, contando, inclusive, com o beneplácito do governo imperial ou provincial para seu funcionamento regular, inclusive, levando-se em conta a reforma dos costumes necessária a uma sociedade que, gradativamente, abandonava o escravismo e abraçava sem pressa as formas de trabalho remunerado.

Com o surgimento de organizações operárias de corte classista e do movimento operário, em seu sentido moderno, foi que os princípios e as bases da organização mutual dos trabalhadores passaram a ser atacados. Em Maceió, a primeira fase dessa crítica aconteceu com o surgimento de entidades como a Associação Tipográfica Alagoana, recriada em 1897, e com nítidas características de resistência; o Centro Proletário Alagoano (1900-1903) e a já referida União Operária Alagoana. Com a recepção e a elaboração de um discurso socialista de crítica ao mundo burguês e capitalista, teríamos a superação gradual, evolutiva e reformista da sociedade como um todo. No mundo do trabalho, essa evolução se configuraria em termos de mudança na forma de organizar os trabalhadores. Um bom espelho dessas transformações foi o grupo de João Ferro de Oliveira, que é composto, ainda, por José Grevy, Norberto Carlos, Olympio Sant'Anna e outros, em torno do qual surgiram as entidades citadas acima, além de vários órgãos da imprensa operária local. Dentre alguns dos principais órgãos, podemos citar *O Trocista*, *O Artista*, *A Palestra*, *A Imprensa*,

O Mensageiro, *O Baluarte*, *O Escravo Livre*, *O Trabalho*, *O Proletário*, entre outros[19]. O último desses, *O Proletário*, denominado de *Órgão das classes trabalhadoras do Estado de Alagoas*, tem como objetivo principal defender a criação de um *núcleo de resistência* no interior da *atividade operária*. Nesses termos, o periódico advoga:

> Necessitamos de uma associação francamente socialista, fundada sobre bases sólidas e estáveis, segundo os princípios modernos, adotados no mundo inteiro.
> *As associações de beneficência operária, nessa terra, nenhum resultado prático tem dado.*
> *A ideia de beneficência ficará a cargo da consciência de cada um.* Portanto, operários, unidos, estreitamente ligados pelos laços de solidariedade, *lancemos as bases de uma agremiação proletária*, futuro baluarte inexpugnável do nosso ideal[20].

Foi nesse período em que os assalariados de Maceió começaram a fazer um uso diverso do mutualismo. No contexto do final da escravidão, com o advento da República, o surgimento da indústria têxtil e o início da reconfiguração do processo de produção agro-canavieiro, houve um aumento no nível de proletarização das classes subalternas. Esse fenômeno, vivido mais intensamente pela *mocidade*, na transição entre os Séculos XIX e XX em Maceió, como já indicado, não só ajuda a entender a reorganização da Associação Tipográfica Alagoana com caráter sindical mais claro, como também o surgimento do movimento operário em sentido estrito, como assinalado. Ao mesmo tempo, ele contribui para entender o surgimento, a ampliação e a importância de mutuais abertas no contexto mais geral do mutualismo local. Aqui, parece-me, a função previdenciária da mutual é que prevalece, em detrimento de questões identitárias e de outras. Esse contexto favoreceu o surgimento de mutuais abertas. Uma

---

19 MACIEL, Osvaldo. **Trabalhadores...**, *op. cit.*

20 [sem título]. **O Proletário**. Maceió, Ano I, nº 1, 17 de janeiro de 1902, p. 1. Grifos nossos.

delas foi a Sociedade Gladiantes, que surgiu em 1896 e logo desapareceu. Porém foi reorganizada em meados de 1903. Seus principais objetivos eram de instruir e fazer caridade. Segundo seu órgão de divulgação, em outubro de 1903, a entidade tinha 632 sócios e chegou a mais de 1200 no final daquele mesmo ano[21]. Outra seria a Sociedade Mutuária e Previdência. No relatório da diretoria, realizado em 1902, indica-se que a entidade contava com 837 sócios - 528 homens e 309 mulheres[22].

Essas duas sociedades, junto com a Luzeiro da Caridade, a Sociedade Burocrática Beneficente e a Sociedade Casamento e Mortalha, entre outras, parecem ocupar o principal papel de mutualidade como sociedades abertas a partir do início do Século XX em Alagoas, inclusive pelo fato de não se restringirem a um município e abranger várias regiões do Estado, com seções em diversos municípios do interior. Nesses termos, pode-se pensar na possibilidade de que, num momento de crise ou de fechamento das sociedades mutuais de trabalhadores em função de diversas questões, mas, principalmente financeiras, as mutuais abertas terminam capitalizando em torno de seus princípios amplos, suas joias, mensalidades baixas e seus serviços básicos (auxílio a doenças e aos funerais, pensão na viuvez ou invalidez, eventuais reuniões festivas etc.). É interessante encontrar, em seus quadros sociais, alguns dos militantes engajados na causa operária ou socialista do período, como Guilherme Lemos, Virgínio de Campos, Olímpio Leonídio, entre outros.

Segundo o Secretário de Estado dos Negócios do Interior, esse "espírito associativo" era decorrência da evolução social e das "tendências altruístas e reformadoras" da civilização. Por isso que, em Alagoas, via-se desenvolver e consolidar a "grandiosa e humanitária ideia do auxílio mútuo e do socorro recíproco", refletida nas sociedades Burocrática Beneficente, Previdência Alagoana,

---

21 Número de sócios "Gladiantes". **O Gladiante**, Maceió, ano I, nº 1, 15 de novembro de 1903, p. 3. [Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - Apeje]

22 S. M. Previdência – O relatório da Diretoria. **Gutenberg**, Maceió, ano XXI, nº 21, 31 de janeiro de 1902, p. 2. Provavelmente essa sociedade seja também designada, em outras fontes, com o nome de Previdência Alagoana. [Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGA]

Monte-Pio dos Artistas Alagoanos, Gladiantes, Luzeiro da Caridade, Cavalheiros da Beneficência, Casamento e Mortalha, Mutualidade Alagoana, Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió e Sociedade Beneficente Postal. Para o Secretário, essas agremiações "conspiram e dão combates contra os revezes da sorte" não apenas aos que vivem do "penoso e suarento labor" e esquecem-se de poupar uma parcela de seus ganhos, mesmo que "diminuta", mas também aos que, acreditando na "falaz e leda persuasão da perenidade da fortuna", viveriam "uma vida efêmera, [onde] tudo dissipam"[23]. Ou seja, o governo reconhecia que o associativismo mutual não era um movimento só dos trabalhadores assalariados, mas também dos extratos sociais mais altos da sociedade, que tentavam prevenir o descenso.

Qualquer que seja a leitura realizada acerca do fenômeno, a precarização das condições de existência e de reprodução da sociedade possibilitou o surgimento do movimento operário, no sentido clássico do termo, e reconfigurou o modo como os trabalhadores e as camadas empobrecidas da sociedade recorriam às mutuais, aproximando-se de mutuais abertas.

Não obstante a crítica que já era feita ao mutualismo operário nessa primeira conjuntura, foi na vaga ocorrida entre o final de 1911 e 1917 que a hegemonia mutualista dos trabalhadores organizados em Maceió passou por um questionamento organicamente articulado, a partir de fatores que operam no seio do próprio conjunto mais amplo dos que eram chamados de filhos do trabalho. Dentre tais fatores, destacamos a presença da Confederação Operária Brasileira e a guerra mundial, que pôs fim a uma era, segundo Hobsbawm24. Junta-se a esses fatores a própria dinâmica da sociabilidade maceioense/alagoana, como pode ser percebido com o fim traumático de uma oligarquia e

---

23 Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Bacharel Euclides Vieira Malta, Governador do estado de Alagoas, pelo Bacharel Bernardino de Senna Ribeiro, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, no dia 31 de março de 1910 [continuação]. In: **A Tribuna**, Maceió, ano XVI, nº 4291, 27 de outubro de 1911, p. 1. [IHGA].

24 HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios (1875-1914)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo/ Revisão técnica de Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: 11. ed., Paz e Terra, 2007.

o surgimento de outra (fins de 1911/meados de 1912)25, verdadeiro *acontecimento* político-administrativo para o Estado, o que nos leva a pensar na clássica ideia de que, quando os de cima brigam, os de baixo aproveitam para ampliar suas condições de barganha, avançando em suas demandas no que é possível. Nesse período, observa-se também a presença de frações de trabalhadores organizados em mutuais no *Quebra dos terreiros de Xangô*, em fevereiro de 1912, o que gerou uma cisão no nível do espaço público entre camadas populares e trabalhadores organizados e promoveu uma crise de legitimidade entre artistas e operários, em meio ao conjunto dos grupos subalternizados, que não mais seria contornada. Aliam-se a isso o surgimento do primeiro sindicato, em outubro de 1911 (o Sindicato Gráfico Alagoano), e a leva corrente de surgimento de outros sindicatos articulados em torno da Federação Operária Alagoana, fundada em 1º de maio de 1913. Entre tais sindicatos, encontram-se não só o Sindicato Gráfico, mas também o dos alfaiates, dos sapateiros, dos estivadores, dos marceneiros, dos tecelões das fábricas localizadas na Cachoeira e em Rio Largo, além dos sindicatos dos padeiros, dos trapicheiros e dos pedreiros26.

Até os finais da primeira década do novo século, ou seja, até antes dessa leva de mobilização operária (1911-1917), tem-se a impressão de que a luta de classes promovida pelos operários não assombrava as autoridades e as classes dominantes. Um exemplo disso encontra-se no tópico sobre a Ordem Pública contido no relatório do governo estadual de 1909, onde se registra a greve realizada na companhia ferroviária *Great Western*:

> Houve apenas um momento em que ele ["o povo alagoano"] pressentiu uma catástrofe, foi

25 TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das oligarquias**. Maceió: HD Livros, 1997.

26 Federação Operária. **Jornal de Alagoas**, Maceió, ano VI, nº 95, 9 de maio de 1913, p. 2 [IHGA]; **Relatório da 'Federação Operária de Alagoas' enviado ao Centro Libertário de S. Paulo para ser apresentado no Congresso Internacional Anarquista de Londres (1915)** [29/ago a 6/set próximo (1915?)] [Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem-Unesp]. Nessas fontes, aparecem vários nomes de militantes, alguns novos e outros já com longa tradição de lutas.

> quando irrompeu no dia 13 de janeiro desse ano a greve dos empregados da Great Wester, que abrangendo esse Estado e os de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, a todos pareceu de gravíssimas consequências.
> Mas o espírito de ordem e mansidão que presidiu a mesma greve desde o seu começo e as medidas de garantia tomadas pelos Governos da República e dos ditos Estados, salientando-se o Governador de Pernambuco, sede do movimento, pelas propostas de conciliação que esposou, produziram o feliz término dessa anormalidade em 24 do referido mês, término que aqui foi recebido com as maiores demonstrações de regozijo popular27.

No mesmo relatório, no item sobre *Segurança Individual e de Propriedade*, tal posição fica mais clara ainda. Nele, o governador em exercício começou lamentando que "centros civilizados [referindo-se aos centros mais avançados do país], cuja intensidade de instrução corre parelhas com o acúmulo de suas riquezas", produzissem assassinos e criminosos nas "camadas superiores", de "apuro moral e intelectual". De qualquer modo, essa visão termina enchendo-o de "justificado amor próprio" posto que "o nosso Estado não registra em seus anais os repetidos crimes que estão se dando fora de nós, fazendo estremecer de emoção e de horror uma sociedade inteira"[28].

Ao que parece, a postura do governo alagoano em relação ao movimento operário, como um todo, e aos momentos fortes de reivindicação e organização dos trabalhadores só mudou na

27 **RELATÓRIO com que, ao Exmo. Snr. Coronel José Miguel de Vasconcelos, vice-governador, passou a administração do Estado o Exmo. Snr. Dr. Euclides Vieira Malta, governador, no dia 3 de março de 1909**. Maceió: Tipografia e Papelaria de Tavares Irmãos & Ca., 1909, p. 3-4. Para mais detalhes sobre essa greve, consultar: ALMEIDA, Luiz Sávio de. A greve dos ferroviários em 1909. In: **Chrônicas...**, *op. cit.*, p. 89-108.

28 **RELATÓRIO com que, ao Exmo. Snr. Coronel José**..., *op. cit.*, p. 4. Esse item vem logo após o comentário sobre a greve na *Great Western*. E aqui é interessante a sugestão que o vice-governador estabelece com o anarquismo e a violência do sindicalismo revolucionário.

segunda metade da segunda década do Século XX e passaram a ser exercidas uma perseguição e uma violência até então inéditas. Seria a reação governamental à força da mobilização e crítica que os operários organizados e suas lideranças vinham realizando contra as autoridades estaduais e municipais, as políticas públicas e a própria sociedade capitalista. Certamente influi nisso a experiência vivenciada pelas elites em outras regiões do país e no exterior, particularmente com a Revolução Russa de 1917, que terminou por ensinar à burguesia tanto a precaução quanto novas formas de coerção e de violência para com o operariado.

Em finais de 1920, por exemplo, o nível de repressão e de violência foi muito mais forte do que o que se vinha encontrando em outras conjunturas locais anteriores. Nesse sentido, alguns artigos da imprensa operária falavam em reação das autoridades aos protestos populares com "patas de cavalo e chanfalho policial no lombo"[29]. Em função do recrudescimento do tratamento que o governo dispensava ao movimento, *O Escravo* perguntava: "Por que os soldados atiram contra os trabalhadores, sendo também pobre escravo da disciplina e do capital?". E em resposta à própria pergunta, sugeria: "– Pela ignorância..."[30].

No fulcro da leva de mobilização operária articulada pela Federação Operaria Alagoana e na reação estatal a essa conjuntura de intensa mobilização, vimos a comparação entre as formas mutuais e *classistas* de organização operárias que eram acionadas como recurso de identificação e de elaboração de uma nova postura político-ideológica para o operariado.

Em que pese o caráter acentuadamente dirigido de sua visão na construção do relatório sobre as condições de vida, de trabalho e mobilização do operariado alagoano, a Federação Operária de Alagoas afirmou, em 1915, que "o povo trabalhador" encontrava-se "desiludido dos sistemas de associações operárias de caráter beneficente ou mutuária e das promessas burguesas que incitavam os operários a votarem nos candidatos políticos, para, por esse

29 Quem somos. **O Escravo**, Maceió, ano I, nº 1, 28 de outubro de 1920, p. 1-2. [Cedem-Unesp].

30 [sem título]. **O Escravo**, Maceió, ano I, nº 1, 28 de outubro de 1920, p. 2. [Cedem-Unesp].

meio, conseguirem a sua emancipação"[31]. Nesse mesmo período, Alfredo V. Lins, numa exortação à união dos operários, sugeria um momento de degenerescência das organizações anteriores dos trabalhadores, particularmente por causa de seu apoio à "política de partidos", afirmando que o sindicalismo era "consequência da obra de regeneração" que vinha ocorrendo nos últimos anos[32]. Já na coluna "Vida Operária" existente no já citado periódico *O Escravo*, noticiava-se, com regularidade, uma série de eventos e atividades que apresentavam a vida orgânica e movimentada para muitas entidades de trabalhadores, como a União dos Trabalhadores em Madeira, a União dos Padeiros, a Associação dos Alfaiates e a União dos O[perários] Lancheiros. A coluna ainda apontara a vivacidade da "potente organização" que era a União dos Padeiros; indicara a reorganização da "legião dos lancheiros", depois de um período em que foi desarticulada pelas forças "do Capital e do Estado", e sugerira que a entidade dos alfaiates, à medida que ia mudando o perfil composicional de seus sócios (de autônomos e pequenos negociantes para assalariados), abandonava sua orientação assistencial e mutualista para tomar "moldes sindicalistas"[33].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o Estado começou a promover algumas políticas de seguridade social e de previdência para algumas das categorias de trabalhadores no Brasil, por mais precárias, irregulares e insuficientes que fossem, elas acabam levando a *débâcle* de muitas das sociedades mutualistas organizadas por ou voltadas, primordialmente, para os trabalhadores. Em Alagoas, como já assinalado, esse fenômeno não foi tão brusco e acentuado como o ocorrido em outros lugares do país. No entanto, as mutuais e beneficentes que continuam sobrevivendo o fazem em nível residual ao papel que exerceram até então. O mutualismo passou a ser criticado,

---

31 **Relatório da Federação Operária...**, *op. cit.* [Cedem-Unesp].

32 LINS, Alfredo V. Avante! **O Rebate**, Maceió, 1º de maio de 1915, ano I, nº 1, p. 1. [Cedem-Unesp]

33 Vida operária. **O Escravo**, Maceió, ano I, nº 1, 28 de outubro de 1920, p. 3. [Cedem-Unesp].

desde então, entre lideranças legítimas de trabalhadores, de forma até então inimaginável.

Devido a tudo isso, conforme se argumenta nessas páginas, parece ser necessário afirmar que a experiência histórica do mutualismo em Maceió diminui suas possibilidades de contribuir para o entendimento das formas de organização da classe trabalhadora nas primeiras duas décadas do Século XX. A partir daí, o fenômeno pode nos ajudar, no máximo, a entender como esse processo de formação se tornou mais demorado e difícil, na medida em que algumas mutuais foram criadas posteriormente a esse período, e outras poucas se mantiveram em funcionamento, ora capitalizando em torno de si uma tradição e um histórico associativo, com momentos de fortalecimento do quadro social, ora prolongando seu definhamento através de alianças com líderes oportunistas ou em momentos pontuais de comemoração, em que seus diretores e militantes olhavam para trás como se quisessem reviver a idade do ouro. Ressalte-se, porém, que essa avaliação formulada no início do parágrafo precisa de seu corolário: outros tipos de organização passaram, num primeiro momento, a questionar tal hegemonia mutualista no desenvolvimento da organização dos trabalhadores e, num segundo momento que, muitas vezes, é coetâneo para determinadas categorias – tornamse alternativas concretas na construção de uma nova hegemonia interna no modo como os operários e os trabalhadores em geral se organizam.

Finalizamos este estudo de caráter ensaístico, reforçando que muitas das ideias aqui contidas precisam ser consolidadas em estudos específicos sobre alguns de seus pontos. A partir do caso maceioense, espero ter oferecido uma proposta mais geral de entendimento do papel do mutualismo no processo de organização dos trabalhadores e de construção de sua tradição de lutas e embates ao longo da chamada Primeira República brasileira, em especial, do Nordeste.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Crônicas Alagoanas**, v. II: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas. Maceió: Edufal, 2006.

BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do Século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL**: Sociedades operárias e mutualismo. Campinas, v.6, n.10/11, p.41-66, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932/4): Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do cárcere**, v.3 (editor: Carlos Nelson Coutinho). Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.13-109.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 11.ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica de Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

LESSA, Golbery. Uma pequena organização com uma grande influência social. In: MAJELLA, Geraldo (org.). **O PCB em Alagoas**: documentos (1982-1990). Maceió: s.n., 2011, p. 303-322.

MACIEL, Osvaldo (org.). **A Semana Social** (edição fac-símile). Maceió: Edufal, 2013.

MACIEL, Osvaldo. **A Perseverança dos caixeiros**: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917). Recife: Edufpe, 2011.

MACIEL, Osvaldo. **Operários em movimento**: Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960). Maceió: Edufal, 2009.

MACIEL, Osvaldo. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**. Maceió: Edufal, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos**: Rio de Janeiro, 1955-1988. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das oligarquias**. Maceió: HD Livros, 1997.

THOMPSON. Edward P. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg - São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.56-64.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). **As esquerdas no Brasil,** v. 1 – A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.21-51.

VITORINO, Artur José Renda. **Máquinas e operários**: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000.

FRAGMENTOS HISTÓRICOS DE ARTIGOS DE JORNAIS E RELATÓRIOS

[sem título]. **O Escravo**, Maceió, ano I, nº 1, 28 de outubro de 1920, p. 2. [Centro de Documentação e Memória da

Universidade Estadual Paulista - Cedem-Unesp]

[sem título]. **O Proletário**. Maceió, Ano I, nº 1, 17 de janeiro de 1902, p. 1. [Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista - Cedem-Unesp]

Federação Operária. **Jornal de Alagoas**, Maceió, ano VI, nº 95, 9 de maio de 1913, p. 2 [Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGA]

LINS, Alfredo V. Avante! **O Rebate**, Maceió, 1º de maio de 1915, ano I, nº 1, p. 1. [Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista - Cedem-Unesp].

Número de sócios "Gladiantes". **O Gladiante**, Maceió, ano I, nº 1, 15 de novembro de 1903, p. 3. [Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE]

Quem somos. **O Escravo**, Maceió, ano I, nº 1, 28 de outubro de 1920, pp. 1-2. [Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista - Cedem-Unesp].

Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Bacharel Euclides Vieira Malta, Governador do Estado de Alagoas, pelo Bacharel Bernardino de Senna Ribeiro, Secretário de Estado dos Negócios do Interior no dia 31 de março de 1910 [continuação]. In: **A Tribuna**, ano XVI, nº 4291, 27 de outubro de 1911, p. 1. [Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGA].

RELATÓRIO com que ao Exmo. Snr. Coronel José Miguel de Vasconcelos, vice-governador, passou a administração do Estado ao Exmo. Snr. Dr. Euclides Vieira Malta, governador, no dia 3 de março de 1909. Maceió: Tipografia e Papelaria de Tavares Irmãos & Ca., 1909.

Relatório da 'Federação Operária de Alagoas', enviado ao

Centro Libertário de S. Paulo para ser apresentado no Congresso Internacional Anarquista de Londres (1915) [29/ago a 6/set próximo (1915?)]. [Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista - Cedem-Unesp].

S. M. Previdência – O relatório da Diretoria. **Gutenberg**, Maceió, ano XXI, nº 21, 31 de janeiro de 1902, p. 2. [Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGA].

Vida operária. **O Escravo**, Maceió, ano I, n° 1, 28 de outubro de 1920, p. 3. [Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista - Cedem-Unesp].

Reformistas e revolucionários: as lutas internas do movimento operário pernambucano e a formação do Grupo Comunista de Recife (1917-1922)

Frederico Duarte Bartz

INTRODUÇÃO

A classe operária pernambucana construiu uma das mais importantes experiências de organização e mobilização social da Primeira República, que tornou a cidade de Recife reconhecida como um dos principais centros de mobilização dos trabalhadores no início do Século XX. A experiência das lutas sociais em Pernambuco (mais especificamente, em Recife) dotou o movimento dos trabalhadores organizados desse estado de uma série de singularidades em relação a outras regiões do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro. Uma dessas características é a participação de membros da elite intelectual e política da região com os trabalhadores organizados, mesmo em momentos de profundo conflito social. Esse fato não ocorreu apenas com os trabalhadores e com a elite pernambucana, porque, nesse estado da Federação, a interação de membros da intelectualidade com os militantes, assim como de sindicalistas libertários com socialistas reformistas, teve resultados bastante distintos do que se verificou no centro e no sul do Brasil.

Neste artigo, produzido a partir das pesquisas que realizei para minha tese de Doutorado – *Movimento Operário e Revolução Social no Brasil*[1] – analiso as lutas internas no movimento operário de Pernambuco, desde o início das grandes greves, em 1917, até a fundação do PCB, em 1922. Apesar da atuação destacada das lideranças libertárias entre os trabalhadores, nesse período, houve uma participação cada vez mais ativa de intelectuais oriundos da Faculdade de Direito de Recife no interior do movimento operário, o que foi motivo de uma série de conflitos entre os militantes. A ação desses intelectuais e de um grupo de sindicalistas próximos a eles resultou na formação do Centro de Estudos Sociais, em 1920, e preparou terreno para a formação do Grupo Comunista de Recife em 1922.

Os sindicalistas puros e os adventícios: o período das grandes greves e as lutas internas no movimento operário pernambucano

Assim como em outras partes do Brasil, Pernambuco viveu intensas mobilizações operárias entre 1917 e 1922, com greves de grandes proporções e intensas mobilizações populares. Desde 1914, militantes anarquistas ligados à Confederação Operária Brasileira, como José Elias da Silva, tentavam organizar os trabalhadores pernambucanos através dos princípios do sindicalismo revolucionário. Para esse fim, fundaram a Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras. Nessa tarefa, os militantes libertários combatiam a influência dos socialistas organizados na Confederação Operária de Pernambuco (COP), que tinha uma política de colaboração com o governo estadual[2]. Essa tensão seria exacerbada em agosto de 1917, quando uma grande paralisação de trabalhadores foi organizada pelas lideranças libertárias,

1 BARTZ, Frederico Duarte. **Movimento Operário e Revolução Social no Brasil**: ideais revolucionárias e projetos políticos dos operários organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/UFRGS, 2014.

2 REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. **A classe operária em Pernambuco**: cooptação e resistência (1900-1922). Campinas: Dissertação de Mestrado em História/UNICAMP, 1981, p. 68-73.

que formaram uma Comissão de Greve reunida no Sindicato de Ofícios Vários da capital pernambucana, uma vez que a Federação de Resistência havia se desmantelado nos anos anteriores.

Seguindo, em parte, o modelo apresentado pelas greves em outros pontos do país, os militantes apresentaram uma lista de reivindicações, em que se encontravam exigências como o estabelecimento da jornada de 8 horas, a equiparação dos salários entre homens e mulheres e medidas de higiene nos locais de trabalho[3]. Também havia pedidos que beneficiariam toda a população, como a diminuição dos aluguéis, dos preços dos gêneros alimentícios e das taxas de transportes terrestres e fluviais. A greve generalizada se alastrou por diversas categorias de trabalhadores de Recife e paralisou a vida econômica da cidade. O Presidente do Estado, Manoel Borba, respondeu ao movimento com críticas severas e uma dura repressão, enquanto seu Chefe de Polícia entrava em negociação com a COP, adepta do sindicalismo reformista[4].

Depois desse movimento e da conseguinte repressão, houve um refluxo do sindicalismo de resistência e da atuação dos militantes anarquistas[5]. Esse recuo foi apenas momentâneo, pois as condições de vida dos trabalhadores continuavam se deteriorando, por meio de um processo que remontava ao início da Primeira Guerra Mundial. Na Europa, um movimento revolucionário de grandes proporções estava se desenvolvendo na Rússia, que se radicalizaria com a vitória dos bolchevistas em novembro de 1917, alimentando com seu exemplo as esperanças de mudança social em todo o mundo. De forma similar ao que ocorreu em outras partes do Brasil, os trabalhadores pernambucanos também

---

3 Para um breve relato das greves em São Paulo e em Porto Alegre, com suas pautas de reivindicações, ver OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Niterói: Tese de Doutorado em História/UFF, 2009, p. 98-110.

4 MOREIRA, Aloísio Franco. A greve de 1917 em Recife. **Clio**, Recife, n.23, p. 45-70, 2007.

5 O Presidente Manoel Borba havia conduzido uma política de repressão muito dura após a greve generalizada de 1917. Além disso, somavam-se, nesse contexto, as tentativas de cooptar para um projeto político eleitoral, através da fundação de um Centro Republicano Operário, em outubro de 1917, e uma propaganda sistemática contra os militantes revolucionários. REZENDE, Antônio Paulo de Morais. Aspectos do movimento operário e socialista em Pernambuco. In. BEZERRA, Aurélio de Meneses et alii (orgs.). **Manifestações operárias e socialistas em Pernambuco**. Recife: NEEPD/UFPE, 2011, p. 18-22.

passaram a se referenciar pelas ações dos maximalistas[6] russos, retomando sua mobilização e radicalizando suas reivindicações.

A partir do ano seguinte – 1918 - as associações de trabalhadores de Recife passariam por um profundo processo de reorganização, com a concentração dos sindicatos mais combativos em torno do jornal *Tribuna do Povo*, criado pelo militante libertário, Antônio Bernardo Canellas, recém-chegado do vizinho estado de Alagoas[7]. No momento de sua fundação, em março de 1918, esse periódico surgiu como principal órgão de combate voltado para a classe trabalhadora recifense e a pernambucana. Com o passar do tempo, o jornal que Canellas havia fundado passou a receber o apoio de outros militantes, como o do socialista Alcides Rosa, e se tornou mais dinâmico, informando sobre a atividade sindical local e de outros estados, já que o *Tribuna do Povo* passou a ter agentes em Alagoas e na Paraíba[8].

Esse dinamismo se refletiu na possibilidade de representar diversas associações operárias sediadas em Recife. No dia 10 de julho, o *Tribuna do Povo* apareceu como órgão da Sociedade União dos Estivadores de Pernambuco; no dia 20 desse mesmo mês, ligou-se à representação da União de Resistência dos Trabalhadores em Armazém e Carregadores; no dia 10 de agosto, da União dos Fundadores e Agulheiros; no dia 20, da União dos Carvoeiros. O jornal, que defendia o sindicalismo revolucionário e o anarquismo, havia se tornado um ponto importante de agregação dos trabalhadores organizados na capital pernambucana. Essa reorganização resultou na refundação da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, de orientação sindicalista, cujas bases de acordo foram publicadas dia 20 de novembro, e no dia 1º de dezembro, o *Tribuna do Povo* já apareceria como seu

---

6 "Maximalista" era a tradução da época para o termo "bolchevista".

7 Antônio Bernardo Canellas era um dos principais líderes do movimento operário de Alagoas. Fundou o primeiro jornal *Tribuna do Povo*, na cidade de Viçosa, em 1916, e *A Semana Social* em Maceió, em 1917. Esse periódico tinha a colaboração de Otávio Brandão, militante comunista, que, depois de se desligar do anarquismo, faria a primeira tradução brasileira de *O Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, em 1923.

8 O apoio de Alcides Rosa seria publicado já no segundo número do jornal, em 10 de março. As primeiras notícias operárias apareceram no número seguinte, de 20 de março. A informação dos agentes em outros estados surgiu, pela primeira vez, no dia 1º de abril de 1919.

órgão oficial[9].

Durante o ano de 1919, Antônio Bernardo Canellas partiu para uma viagem à Europa como delegado da Federação de Resistência de Pernambuco na Conferência Sindical de Berna. Como ele não chegou a tempo para participar do evento, o militante ficou em Paris, aguardando o início do Congresso Sindicalista de Amsterdã. Em sua estadia na capital francesa, Canellas percebeu, de forma muito negativa, a atitude cada vez mais moderada da Confédération Générale du Travail (CGT), cujos líderes teriam mesmo ajudado a boicotar uma greve geral europeia. Além dessa decepção com o sindicalismo francês, Canellas tornou mais aguda sua crítica contra o reformismo dos partidos socialistas e trabalhistas europeus, cuja ação respondia mais aos interesses das forças políticas tradicionais de seus respectivos países do que às necessidades da classe trabalhadora do continente. Ao fim e ao cabo, a permissão para a viagem até a Holanda foi negada, e Canellas teve de voltar ao Brasil no mês de setembro, mas sua experiência entre os trabalhadores do 'Velho Mundo' influenciou, decisivamente, sua atitude em relação aos sindicatos quando de seu retorno a Pernambuco[10].

Enquanto Canellas aguçava sua crítica contra o socialismo parlamentar e o sindicalismo reformista em Paris, na cidade de Recife, uma personalidade importante aproximava-se do movimento operário: Joaquim Pimenta, professor da Faculdade de Direito. Mais ou menos nesse mesmo período, começou a ter cada vez mais influência entre os trabalhadores organizados um grupo de jovens oriundos da mesma universidade, que se sentiam atraídos pelas ideias revolucionárias, entre os quais se encontravam Cristiano Cordeiro e Rodolpho Coutinho. Esses estudantes

---

9 **Tribuna do Povo**, Recife, 25 nov. 1919, p. 4; 1º dez. 1919, p. 1.

10 Sobre as impressões de Canellas em sua viagem, ver CANELLAS, Antônio Bernardo. **Relatório da viagem à Europa realizada por Antônio Bernardo Canellas em missão da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco (21 de janeiro a 6 de setembro de 1919)**. Recife: Edição do autor, 1920. Sobre o sindicalismo francês desse período, ver COLSON, Daniel. A crise do sindicalismo revolucionário na França e a emergência do fenômeno comunista. In: COLOMBO, Eduardo et alii (orgs.). **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: Imes, 2004, p. 291-322.

e bacharéis se aproximaram do movimento operário também por uma questão teórica, pois tinham interesse filosófico pelo marxismo. Essa entrada dos intelectuais na militância, embora não se trate, necessariamente, de uma consequência direta da atuação de Pimenta, reforçou o caráter heterogêneo do movimento operário pernambucano e tirou o espaço de lideranças puramente libertárias.

Pelas informações que chegaram através das memórias dos participantes dessas lutas, o Professor Joaquim Pimenta não era uma figura comum na elite intelectual de Recife, pois participava de comícios operários e se vestia com capa e boina de bolchevista, tratando seus companheiros de camaradas[11]. Apesar desse carisma popular, ele também tinha ligações com segmentos da elite política local e apoiara o Presidente Manoel Borba contra a facção do General Dantas Barreto nas eleições estaduais de 1915. Pimenta também tinha ligações com setores militares, tanto que muitos de seus *meetings* eram guardados pelo Tenente Cleto Campelo. Ele não era apenas um intelectual que apoiava o movimento revolucionário dos trabalhadores (como Affonso Frederico Schimidt, em São Paulo), mas também um membro da elite intelectual do Estado que oferecia e procurava apoio nas classes populares, ao mesmo tempo em que atuava no campo da 'grande política'[12].

Ao voltar para Recife, no mês de setembro de 1919, Antônio Bernardo Canellas assistiu ao crescimento da influência de Joaquim Pimenta com olhos muito críticos. Conforme explicou Michel Zaidan, em suas *Notas sobre a origem do PCB em Pernambuco: 1910-1930,* durante a greve dos trabalhadores da Tramways, em setembro de 1919, os gerentes das empresas se recusavam a receber os representantes dos trabalhadores. Por essa razão, a Federação de Resistência convidou Joaquim Pimenta para assessorar juridicamente a comissão de negociação. A partir desse

---

11 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz et alii. **O ano vermelho:** a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 258.

12 CORDEIRO, Cristiano. Depoimento a Ricardo Noblat. **Memória e História**: Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, São Paulo, LECH, 1982, p. 82-83.

momento, a influência do professor socialista só cresceria entre os trabalhadores, já que a greve acabou com um desfecho vitorioso para os grevistas[13]. Outro sinal identificável de uma mudança de orientação foi a substituição do jornal *Tribuna do Povo,* que havia sido fundado por Canellas, pelo *A Hora Social*, como órgão oficial da Federação de Resistência, sendo que esse último tinha um caráter muito mais popular do que o anterior, que era mais claramente sindicalista.

De forma concomitante a essa inflexão, também se seguiram greves derrotadas e um crescimento da repressão, como de resto ocorria em todo o Brasil. A ameaça da dispersão do movimento era lembrada em um artigo do *A Hora Social*, que pedia pela "Centralização de Forças", em sua edição do dia 21 de dezembro de 1919. O articulista culpava a reação pela desolação entre os militantes, conforme se lê: "Ao insucesso do último movimento devido tão somente à poderosíssima reação organizada do nosso incipiente capitalismo, deve-se apenas esse ambiente desolador que vai pelos sindicatos pernambucanos"[14]. Essa situação acabou sendo propícia para o crescimento da influência reformista, devido ao recuo dos militantes mais combativos, criando condições favoráveis para a cisão que ia se desenhando no horizonte. No mês de março de 1920, foi reeditado, em número único, o *Jornal Tribuna do Povo* para criticar essa influência do socialismo reformista entre os operários e defender o sindicalismo revolucionário como a única forma de ação legítima para os militantes. Um dos artigos do jornal fazia um breve histórico das lutas operárias no Estado e encontrava as razões para sua decadência exatamente na entrada desses elementos "estranhos" à classe operária:

> O maior obstáculo que em Pernambuco encontrou a propaganda sindicalista, foi a tendência político-partidária do povo trabalhador dessa

---

13 ZAIDAN, Michel. Notas sobre a origem do PCB em Pernambuco: 1910-1930. In: BEZERRA, Aurélio de Meneses et alii, *op. cit.*, p.114. Sobre a greve, ver REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais**. A classe...,** *op. cit.*, p.90-114.

14 **A Hora Social**. Recife, 21 dez. 1919, p. 1.

terra, tendência que elementos pouco escrupulosos desenvolviam em seu proveito.

Mas os sindicalistas puros, que nesse tempo – como ainda hoje – eram apenas um punhado de denodados, abriram contra essa tendência e contra esses elementos uma campanha memorável, cujo coroamento foi a destruição da *soi disant* Confederação Operária de Pernambuco e a constituição do Sindicato dos Estivadores, e dos Ofícios Vários. Essas duas organizações, impulsionadas por um punhado de abnegados que constitui a maior parte do nosso grupo, realizaram em Pernambuco uma colossal obra de propaganda, cujos melhores frutos começaram a aparecer nos fins de 1918 e chegaram a sua completa maturação em Julho de 1919.

Aí é que começou o declínio porque os semeadores da seara não eram quem iam ceifa-la, porque uma meia-dúzia de adventícios suspeitos empolgou a situação, ficando a margem aqueles que tudo fizeram para que essa situação fosse tão brilhante e promissora. A organização operária tinha nessa época – Agosto a Novembro de 1919 – aparência de progresso, mas estava fatalmente condenada ao declínio porque a ideia que a fizera progredir – o sindicalismo revolucionário – estava sendo abandonada para se seguirem as novas (?) ideias do socialismo-reformista. Antes mesmo de essa pústula do socialismo reformista vir a furo, já estava envenenando o corpo da organização operária pernambucana com seus humores malignos[15].

No restante do texto, o autor do artigo acusava os "adventícios"

15 **Tribuna do Povo**. Recife, 8 mar. 1920, p. 3.

(que se supõe serem Joaquim Pimenta e os intelectuais da Faculdade de Direito de Recife) de terem se transformado em chefes do movimento para, depois, abandoná-lo, porque não atendiam às suas necessidades pessoais. Aqueles que restaram afastavam os militantes da velha guarda, segregando os sindicalistas: "Eles fizeram monopólio do sindicalismo, decerto para dá-lo a qualquer aventureiro político"[16]. A ligação de Joaquim Pimenta com a facção política de Manoel Borba fazia com que sua influência sobre a classe operária fosse interpretada como uma forma de lhe trazer dividendos políticos, sob o risco de transformar o movimento em massa de manobra.

O autor das acusações era, provavelmente, Antônio Bernardo Canellas, que já havia sido o organizador do *Tribuna do Povo* entre os anos de 1918 e 1919. A reedição de seu antigo periódico estaria ligada a uma iniciativa mais ampla de crítica ao reformismo e à colaboração de classes, preocupação que também se refletia em um projeto educacional que ele pretendia desenvolver entre os trabalhadores de Pernambuco. Nesse mesmo período, nos primeiros meses do ano de 1920, Canellas se dedicou a ministrar uma série de conferências para os trabalhadores sobre a necessidade de instruir o proletariado com o objetivo de sua emancipação, defendendo a instalação de uma escola que estivesse voltada para esse fim.

Nessas palestras, cujo título era "Uma obra necessária", o militante fazia muitas referências à sua estadia em Paris, que lhe marcaram de forma decisiva, principalmente no modelo de escola nova de Sébastian Faure (chamada La Ruche), que se voltava para a educação técnica, moral e intelectual dos filhos dos trabalhadores. Um dos aspectos mais interessantes dessa ideia era a formação de operários como elemento importante para que compreendessem o verdadeiro socialismo e poder implantá-lo, já que o fracasso dessa tentativa vinha do fato de a maior parte dos trabalhadores não compreendê-lo plenamente. Não seria o caso de se aliar a intelectuais ou membros mais esclarecidos da elite, mas de tornar o trabalhador um intelectual que também pudesse

---

16 Ibidem.

criar: “Não quero a aliança da inteligência com o trabalho: quero antes um trabalhador inteligente. A inteligência terá de ser um atributo do trabalhador e não um atributo de um aliado do trabalhador, que sempre considera sua aliança uma ‘proteção’ e não quer ser ouvido, mas sim obedecido”[17].

Apesar de Antônio Canellas citar diversas vezes a influência negativa do socialismo reformista, essa disputa entre as tendências do movimento operário não ganhou contornos de confronto teórico. Uma prova disso é que o jornal *A Hora Social,* dirigido pelo militante Antônio Correia, aliado ao grupo de Joaquim Pimenta, diversas vezes defendeu as ideias libertárias. No dia 21 de fevereiro, apareceu, na primeira página do jornal, o texto do anarquista italiano, Errico Malatesta, *Socialismo e Anarquia*[18], e, no dia 28, foi publicado *“Porque somos anarquistas”*[19]. Em sequência, esse órgão da Federação de Resistência continuava a não abandonar a defesa das ideais revolucionários, tanto que, em sua preparação do 1º de maio de 1920, publicou, com letras garrafais, a seguinte chamada: “Trabalhadores de Pernambuco: preparai-vos para a Revolução Social”[20]. Nesse mesmo número, porém, apareceu publicada uma carta aberta do militante J. Elesbão ao diretor Antônio Correia, que fazia referência à desconfiança mútua que tomava conta dos membros da Federação, em decorrência dos boatos sobre a formação de um partido parlamentar entre os militantes operários. Nesse caso, mais do que uma adesão aos princípios do socialismo reformista, tratava-se de uma tentativa de cooptar os militantes que defendiam ideologias revolucionárias (anarquistas, sindicalistas revolucionários ou bolchevistas) em torno de um projeto político que se destinava à luta política eleitoral.

De fato, Joaquim Pimenta informara, através de suas memórias, que, nesse período, pensou em formar um Partido Socialista Pernambucano (PSP), inclusive já teria seu programa pronto,

---

17 CANELLAS, Antônio Bernardo. **Uma obra necessária**: conferência sistemática em propaganda da Colmeia, por Antônio Bernardo Canellas (resumo). Recife: Edição do Autor, 1920, p.30-31.

18 **A Hora Social**, Recife, 21 fev. 1920, p. 1.

19 **A Hora Social**, Recife, 28 fev. 1920, p. 1.

20 **A Hora Social**, Recife, 30 abr. 1920, p. 1.

mas desistiu da ideia devido à oposição que encontrou entre alguns setores dos trabalhadores[21]. Se o PSP não se concretizou, alguns militantes que atuavam na Federação de Resistência – como era o caso de Antônio Correia – e os jovens intelectuais oriundos da Faculdade de Direito de Recife – entre os quais, Rodolpho Coutinho e Cristiano Cordeiro – formariam, no mês de maio de 1920, o Centro de Estudos Sociais, que tinha como objetivo unir os trabalhadores intelectuais e manuais em um mesmo projeto político. Nesse momento, a Federação de Resistência, através do *A Hora Social,* lançava uma moção para unir todos os grupos operários que defendiam ideias revolucionárias, enquanto procurava desmentir, a todo custo, os boatos sobre a formação de um partido político[22].

O atrito entre o grupo que seguia Canellas e o grupo próximo a Pimenta teve um desfecho que não era difícil de prever, pois o resultado dessa disputa foi a divisão das associações sindicais de Pernambuco em duas federações: de um lado, a Federação de Resistência das Classes Trabalhadores de Pernambuco, onde se agrupavam os apoiadores de Pimenta e, de outro, a Federação Sindicalista de Pernambuco, onde se congregavam os apoiadores de Canellas. Esse problema chegou a ser tratado no Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário Brasileiro, publicado em junho daquele ano, quando sua comissão executiva tentou intervir para acabar com a divisão:

> Há meses, surgiu uma desavença no seio do operariado pernambucano, em consequência de fatos que foram interpretados como perturbadores das normas sindicalistas revolucionárias. Provocou isso uma cisão que separou algumas associações da Federação das Classes Trabalhadoras, reunidas depois na Federação Sindicalista. Esse fato preocupou seriamente os militantes

21 REZENDE, Antônio Paulo de Morais. **A classe...,** *op. cit.*, p. 123.

22 **A Hora Social**, Recife, 8 maio 1920, p. 1-2. A notícia de fundação e a moção ocuparam a mesma primeira página dessa edição, enquanto o desmentido ocupava a página 2.

> do nosso meio, sendo ventilado no Congresso, e serviu também como objeto de atenção à C.E. [Comissão Executiva], que resolveu esforçar-se no sentido de se conseguir restabelecer a harmonia entre companheiros em divergência[23].

A Federação Sindicalista surgiu levando as associações dos operários gráficos, trabalhadores em fábricas de tecidos, alfaiates, entre outras categorias. Esse sindicato passou a editar um jornal chamado *Avante,* cujo primeiro número saiu no dia 9 de junho de 1920, defendendo abertamente o sindicalismo revolucionário contra o reformismo e criticando duramente o caminho que havia tomado a Federação de Resistência. Em seu primeiro número, existe uma crítica ao Centro de Estudos Sociais, como se esse fosse um espaço em que a maioria dos participantes poderia ter boas intenções, mas alguns teriam "mania parlamentarista" e manteriam vivo o projeto da criação de um partido político[24]. A existência do *Avante* parece ter provocado uma reação no *jornal A Hora Social,* pois seus principais redatores enviaram uma proposta à Federação para reformular o jornal, dando-lhe um caráter mais claramente anarquista, apesar da orientação sindicalista revolucionária que era seguida pelos sindicatos[25]. Segundo eles alegaram, a mudança se devia ao desconhecimento da doutrina anarquista no meio sindical, o que enfraquecia a ação dos trabalhadores. No entanto, essa reação pode ser atribuída tanto às dificuldades por que o movimento passava, pelo seu refluxo, quanto pela existência de outro polo agregador que lhe fazia oposição, representado pelo *Avante*.

A querela mantida entre as duas tendências do movimento operário só se resolveu no mês de setembro de 1920, quando as duas organizações decidiram se dissolver, com a demissão dos seus antigos delegados, para formar uma nova federação, a União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco, que editaria um novo

---

23 **Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário Brasileiro**, São Paulo, n.º 1, ago. 1920, p.19-20.
24 **Avante**, Recife, 9 jun. 1920, p. 2.
25 **A Hora Social**, Recife, 21 fev. 1920, p. 1.

órgão de imprensa chamado *A Vanguarda*[26]. O *Avante* desapareceu, e Canellas foi deportado para o Rio de Janeiro, de onde empreendeu uma nova viagem para a França, com o intuito de, a partir de Paris, alcançar a cidade de Moscou[27]. A *Hora do Povo* se transformou em um "órgão do povo e para o povo" e continuou a ser publicada pelo menos até o final de 1920. Quanto a Joaquim Pimenta, o professor ainda exerceria forte influência entre os operários de Pernambuco e, mais especificamente, entre os membros do Centro de Estudos Sociais, como se verá mais adiante.

Do Centro de Estudos Sociais ao Grupo Comunista de Recife: as organizações políticas dos reformistas e revolucionários

Na primeira parte deste artigo, analisei a formação de dois grupos (ou dois 'partidos') dentro do movimento operário pernambucano, entre os anos de 1918 e 1920, em um processo que foi identificado pelos próprios militantes como uma crise que abalou a força de mobilização dos trabalhadores do Estado. Essa crise está diretamente ligada ao processo que daria origem ao Grupo Comunista de Recife, apenas dois anos depois, em 1922. Porém, não foi somente em Pernambuco que as organizações operárias se viram divididas, e os trabalhadores refluíram em suas mobilizações nesse período: esse era um processo que estava ocorrendo em outras regiões do Brasil, em parte, devido à força da repressão que desarticulava os militantes, em parte, por causa das críticas que várias lideranças anarquistas faziam contra a influência

---

26 **Avante**, Recife, 4 set. 1920, p. 2.

27 Não encontrei referências seguras quanto ao momento em que Canellas teria partido da cidade de Recife e em qual situação isso teria acontecido. Joaquim Pimenta apontou em suas memórias que ele teria sido deportado para o Rio de Janeiro quando fazia propaganda de sua escola para trabalhadores. PIMENTA, Joaquim. **Retalhos do passado**: fatos que vivi e episódios que testemunhei. Rio de Janeiro: Editor A. Coelho Branco Filho, 1949, p. 203. Em maio de 1920, ele ainda se encontrava no Nordeste brasileiro, pois *A Hora Social* criticava, em sua edição do dia 22, as conferências que Canellas estava proferindo no estado da Paraíba. Além disso, ele publicou um texto intitulado "Minha propaganda", no primeiro número do *Avante*, em 9 de junho de 1922. Por essa razão, acredito que ele tenha saído de Recife, em algum momento entre junho, quando o *Avante* começou a ser editado, e setembro de 1920, quando houve uma grande onda repressiva sobre os militantes (pela qual ele poderia ter sido deportado).

da Revolução Russa entre os trabalhadores organizados[28]. Nesse caso, a crise tinha um aspecto ideológico, pois dividia os trabalhadores entre aqueles que permaneciam fiéis aos ideais libertários dos anarquistas e outros que passavam a se identificar com o bolchevismo e que iriam formar, posteriormente, núcleos comunistas que dariam origem ao PCB. Não foi isso o que aconteceu em Pernambuco, onde a formação do Grupo Comunista de Recife passou por uma adesão de intelectuais ao movimento operário e devido à simbiose do socialismo reformista com o radicalismo em defesa da Revolução Social.

Ao se analisar o processo que dividiu os operários de Recife e os argumentos dos 'canellistas' e dos 'pimentistas', não se percebe uma divisão ideológica tão explícita entre os grupos, tampouco uma oposição muito clara entre dois modelos de Revolução Social (como no caso do anarquismo e do bolchevismo). O que, realmente, está colocado é uma divisão que teve origem na influência de Joaquim Pimenta e de outros "adventícios" entre os trabalhadores organizados. O movimento operário de Pernambuco tinha, nesse período, um caráter bem mais policlassista que os do Rio de Janeiro e de São Paulo. Conforme Vamireh Chacon, em sua *História das Ideias Socialistas no Brasil*, haveria em Pernambuco uma tradição de lutas nativistas que aproximariam os intelectuais dos movimentos populares, como pode ser observado, por exemplo, na Revolução Praieira de 1848, que foi uma das primeiras revoltas brasileiras influenciadas pelas ideias socialistas[29]. Pimenta havia sido uma ponte entre a elite intelectual e o movimento operário - conforme ele mesmo afirmara em suas memórias, usara concepções do materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels em sua tese de admissão à docência na Faculdade de Direito. Nessa ocasião, ouviu de um de seus futuros colegas que ele

28 Para alguns exemplos dessas críticas em outras partes do Brasil, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, consultar OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo...**, *op. cit.*, p. 158-167 e BONOMO, Alex Buzeli. **O anarquismo em São Paulo**: as razões do declínio (1920-1935). São Paulo: Dissertação de Mestrado em História/PUC-SP, 2007, p. 160-166.

29 Sobre essa revolta, ler o capítulo "A geração quarante-huitard em Pernambuco", em CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 22-100.

se tornara conhecido por defender ideias "anarquistas" quando aluno daquela instituição[30].

Durante o período das grandes greves, não só Joaquim Pimenta, mas também outros bacharéis e estudantes se aproximaram dos trabalhadores de Recife para prestar apoio às suas reivindicações. Durante a greve dos operários da Companhia Tramways, em julho de 1919, uma grande passeata foi organizada pelos estudantes de Direito em desagravo à maneira como Pimenta havia sido tratado pelo superintendente daquela empresa, ato que contou com cerca de mil pessoas, a maior parte delas composta de grevistas[31]. Em outubro de 1919, foi publicado em *A Hora Social* um telegrama da Juventude Socialista, que dizia contar com um grande número de jovens das escolas superiores de Recife em protesto contra os estudantes paulistas que haviam auxiliado no trabalho de repressão aos trabalhadores[32].

Alguns desses jovens estudantes ou bacharéis ligados a Joaquim Pimenta se tornariam líderes importantes do movimento operário pernambucano. Mesmo que parte de sua legitimidade viesse de sua ligação com uma liderança reformista (que, por sua vez, tinha ligação com as elites políticas locais), esses jovens militantes não deixavam de apresentar um discurso revolucionário, que dizia apoiar a Revolução Russa e defendia os ideais libertários, como pode ser visto nas páginas de *A Hora Social*. Também é verdade que esses militantes atuaram na mobilização dos trabalhadores e em sua organização com tanta legitimidade quanto o grupo dos sindicalistas puros de Antônio Canellas. Desse modo, o grupo dos pimentistas tanto pode ser considerado reformista, devido à ligação com o professor Joaquim Pimenta, quanto revolucionário, por causa de sua defesa veemente da Revolução Social e de sua atuação junto com os trabalhadores.

Como afirma Tiago Bernardon de Oliveira, é necessário estudar mais a fundo as propostas reformistas e como elas interagiram em projetos mais radicais, em uma sociedade marcada por

---

30 PIMENTA, Joaquim, *op. cit.*, p. 184-185.
31 REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. **A classe...**, op. cit., p. 102-103.
32 **A Hora Social**, Recife, 27 out. 1919, p. 1.

intenso conflito e exclusão social[33]. Nesse caso específico, em um momento de radicalização das lutas sociais, alguns intelectuais articularam o desejo de reforma social, que era alimentado pela tradição de lutas nativistas, com as ideias mais radicais de Revolução Social. A passagem da reforma para a revolução não foi um fenômeno incomum naquele período, principalmente em outros países latino-americanos, onde militantes socialistas, influenciados pela Revolução Russa, romperam com seus partidos para formar agrupações comunistas[34]. O fato de não existirem partidos socialistas bem organizados em Pernambuco ou em algum outro espaço de representação política para os socialistas orientou esses militantes, ávidos de mobilização social, para os sindicatos, onde disputariam espaço com militantes libertários avessos a qualquer ligação com a elite política.

A principal organização desse grupo de militantes, que defini já no título deste artigo como 'reformistas e revolucionários', foi o Centro de Estudos Sociais (CES). O CES foi fundado em Recife, no dia 18 de maio de 1920. Sua formação foi noticiada pelo jornal *A Hora Social*[35]. Em seu manifesto de divulgação, que havia sido publicado no dia 8 daquele mesmo mês, seus organizadores afirmavam sentir necessidade de auxiliar os trabalhadores a resistirem contra a igreja, o Estado e a burguesia. Para esse fim, havia sido tomada a decisão de fundar o CES, que se estruturaria a partir da criação de um curso de Sociologia, um clube de debates, um curso de propaganda para formar oradores e jornalistas operários, a formação de uma biblioteca, de uma Liga Proletária de Educação com escolas primárias e um liceu e de um grupo dramático, para tornar mais eficientes os efeitos da propaganda. Os fundadores do Centro também desejavam editar uma revista chamada *Claridade*, que seria inspirada na *Clarté* francesa e tinham

---

33 OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Pela reforma, contra a revolução: notas sobre o reformismo e o colaboracionismo na história do movimento operário brasileiro na Primeira República. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, n. 5, p. 26-59, jul. 2012.

34 Isso ocorreu, por exemplo, no Partido Comunista do Uruguai, que nasceu de uma cisão do Partido Socialista daquele país. Para uma história da formação do PCU, através de relatos de um dos seus fundadores, ver GOMEZ, Eugenio. **Historia del Partido Comunista del Uruguay hasta el año 1951**. Montevideo: Editorial Eco, 1990. (a edição original é de 1961).

35 **A Hora Social**, Recife, p. 2, 18 maio 1920.

em vista formar uma comissão de propaganda filiada ao Grupo Comunista Zumbi, sediado no Rio de Janeiro, para promover a difusão dos princípios comunistas. Também era necessário montar uma tipografia para produzir os seus materiais de divulgação. Além disso, o CES deveria ter uma sede própria, o que seria uma "condição 'sine qua non' de seu sucesso".

Como os propositores do CES não eram proletários, havia, nessa proposta inicial, o alargamento do conceito de operário para além das atividades manuais, "porque, realmente, proletários somos nós outros empregados públicos, professores, jornalistas. E o somos porque, constrangidos pela nossa necessidade de viver, vendemos nossa força de trabalho a troco de um salário qualquer". Dentro desse conceito mais amplo, os organizadores do Centro procuravam mostrar como o trabalho intelectual e o trabalho manual partilhavam de uma mesma natureza, sofrendo com as desigualdades de classe, o que concitava todos os tipos de trabalhadores a unirem forças para lutar por uma ampla mudança social:

> Somos produtivos sim. Verdade é que vezes muitas, segundo o nosso ponto de vista, o nosso trabalho se torna negativo, o nosso esforço resulta nulo, quiçá contraproducente, a nossa produção aniquilada em virtude da própria engrenagem social burguesa. É o caso do professor socialista que se vê constrangido, por força do cargo, a ensinar a ciência e a moral oficiais. Mas, doutro lado, acontece o mesmo com o operário, isto é, com o trabalhador manual.
>
> É o caso do sindicalista que fabrica canhões e carabinas para o exército, sabres e "nagants" para a polícia e "casse-tét's" para a guarda civil, instrumentos com que terá de apanhar ou morrer. Mas essa anomalia que desvia para um fim contrário a sua produção, não destrói a natureza intrinsica do trabalho, que continua sendo produtivo.

> Esperamos, pois, camaradas, que só o Trabalho Solidário terá o poder de unir-nos e fraternizar-nos. E o caminho dessa união fraternal é sem dúvida nenhuma o CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS.
> Pelo Trabalho e pelo Estudo venceremos a burguesia, que não trabalha e nem estuda tampouco[36].

Assinavam essa proposta nomes como os de Antônio Correia, Olivério Dupont, Cristiano Cordeiro e Rodolpho Coutinho. Os dois primeiros colaboravam com o *A Hora Social*, jornal da Federação de Resistência, cujo redator-chefe era Correia. Os dois últimos eram primos, Cordeiro era um estudante interessado no Marxismo, e Coutinho havia se tornado bacharel na Faculdade de Direito de Recife, onde estabelecera relações com o Professor Joaquim Pimenta. No ano anterior, alguns intelectuais próximos ao movimento operário, como Cristiano Cordeiro e Rodolpho Coutinho, já haviam tentado formar um Centro de Estudos Marxistas, mas esse grupo só se articularia de forma mais orgânica em 1920, através do CES. O Centro dotaria a intelectualidade socialista de Recife de um projeto conjunto voltado para o trabalhador manual e intelectual, através de um esforço de conscientização que teria como fim último propagar a Revolução Social[37].

No dia 18 de maio, seria realizada a primeira sessão preparatória do CES, com a participação de grande número de sociedades operárias. Cristiano Cordeiro, que foi eleito secretário geral, fez um discurso em que falou do socialismo e da necessidade da união dos trabalhadores "do músculo e do cérebro", e o local para essa junção seria justamente o Centro de Estudos Sociais[38].

---

36 **A Hora Social**, Recife, 8 maio 1920, p. 1.

37 Cristiano Cordeiro conta que se aproximou do movimento operário antes de se tornar estudante, em 1913, mas esse contato teria se intensificado durante seu bacharelado. Quanto à sua relação com Pimenta, afirmou que foi por um pedido seu que o professor começou a colaborar com os sindicatos de Recife, por ocasião de sua mediação na greve de 1919. Cf. CORDEIRO, Cristiano. Depoimento a Ricardo Noblat..., *op. cit.*, p.81-88.

38 **A Hora Social**, Recife, 22 maio 1920, p. 3.

Nessa mesma reunião, foi votada uma moção de apoio a Joaquim Pimenta, que estava envolvido em uma polêmica contra a Igreja Católica.

Foi justamente Pimenta um dos pomos da discórdia para as associações operárias de Pernambuco durante esse período. A fundação do CES parece estar ligada diretamente a essa divisão dos trabalhadores de Recife em dois partidos antagônicos, já que um dos seus objetivos, expressos em seu projeto de fundação, era de desfazer o mal-entendido existente no meio libertário com a distinção entre operários e intelectuais (e os que pretendiam levantar barreiras entre esses dois tipos de militantes)[39]. Como havia apontado anteriormente, em setembro de 1920, as duas tendências chegariam a um acordo com a formação de uma nova federação sindical, a União Geral dos Trabalhadores, que editaria um jornal chamado *A Vanguarda*.

De qualquer forma, o novo arranjo entre 'canellistas' e 'pimentistas' para dar cabo das divisões no movimento operário pernambucano parece não ter surtido muito efeito por razões alheias aos trabalhadores organizados. A partir de setembro de 1920, abriu-se uma nova fase de desorganização das associações operárias, pois se intensificou a repressão sobre os militantes pernambucanos. Enquanto a oligarquia local chegava a um acordo, encabeçado pelo Presidente do Estado, José Bezerra[40], que ficou conhecido como Paz e Concórdia (e que a população apelidou de Pau e Corda), havia um fechamento dos espaços de mobilização para os trabalhadores. Um exemplo desse momento de intensificação de arbitrariedades foi a invasão, no dia 26 de setembro, da sede da União Cosmopolita, da Construção Civil e do *A Hora Social* (que ficou sem editar novos números durante 40 dias), sob pretexto de uma ameaça de greve geral por parte do proletariado de Recife.

Conforme mostra Antônio Paulo de Morais Rezende, em sua dissertação *A Classe Operária em Pernambuco: cooptação e*

---

39 **A Hora Social**, Recife, 8 maio 1920, p. 1.

40 José Bezerra havia vencido as eleições estaduais de 1919 e substituiu o General Dantas Barreto. Cf. REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. **Aspectos**..., op. cit., p. 40.

resistência (1900-1920), a partir dessa conjuntura, houve uma projeção cada vez maior da figura do Professor Joaquim Pimenta entre os operários[41]. Antônio Canellas não estava mais em Recife, e o grupo dos sindicalistas "puro" ficou cada vez mais isolado. Pimenta se valeu de sua força entre os trabalhadores e seu difuso discurso nativista, de caráter policlassista, para se projetar politicamente em disputas entre a elite pernambucana. Isso ocorreu durante o ano de 1921, quando lutava contra o "Orçamento Monstro" apresentado pelo governo estadual, que prejudicava os comerciantes varejistas, e em suas demandas a favor dos fornecedores de cana-de-açúcar contra os poderosos usineiros.

Nesse mesmo ano, Joaquim Pimenta e alguns militantes que faziam parte do Centro de Estudos Sociais, como Antônio Correia e Alcides Rosa, passaram a integrar o Grupo Clarté. A associação, fundada no Rio de Janeiro, reunia militantes operários, intelectuais e políticos reformistas e passou a editar uma revista homônima a partir de setembro de 1921. Nesse periódico *Clarté*, que se apresentava como um projeto para esclarecer e educar os trabalhadores, publicavam-se artigos com propostas de reformas sociais, com notícias dos avanços apresentados pela Rússia revolucionária e duras críticas aos militantes libertários. Em certos aspectos, os propósitos do Grupo Clarté se aproximavam das propostas do Centro de Estudos Sociais, criado no ano anterior. Para além de um prolongamento do projeto do CES, a ação de Joaquim Pimenta e de seus correligionários pode ser entendida também como a construção de uma alternativa de socialismo reformista que integrasse parte das pautas que eram defendidas pelos militantes revolucionários, o que poderia lhe conferir mais legitimidade perante os trabalhadores. O fato foi que, a partir desse momento, passou a existir mais diferenciação dentro do grupo dos 'pimentistas', já que outra parte dos intelectuais e dos militantes operários que integravam o Centro de Estudos Sociais iniciou as primeiras articulações para formar o Grupo Comunista de Recife.

Nesse período, em fins de 1921, as associações operárias da

---

41 REZENDE**,** Antônio Paulo de Morais. **A classe operária...**, op. cit., p. 146-164.

capital pernambucana passavam por um novo momento de reorganização: no dia 13 de setembro, Joaquim Pimenta fundou o jornal *O Diário do Povo*, do qual ele era o editor, juntamente com seu sogro Raul Azedo. O diário era apresentado como "órgão dos interesses coletivos de Pernambuco" e trazia uma Coluna Operária, onde as organizações de trabalhadores poderiam publicar suas notícias. Mais ainda, conforme o próprio periódico, esse seria um espaço para propagar as ideias políticas e agitar a classe trabalhadora[42]. Nesse jornal, foi publicada, no dia 22 de setembro de 1921, uma longa carta de Astrogildo Pereira noticiando a formação e pedindo apoio para o Comitê de Ajuda aos Flagelados Russos, que havia sido formado no Rio de Janeiro para ajudar as vítimas da guerra e da fome na Rússia. No dia seguinte, ocorreu a reunião que formou a seção recifense desse Comitê, que tinha Cristiano Cordeiro como secretário, Rodolpho Coutinho, como tesoureiro, além de Eusébio Manjon, José Bezerra, Alexandre Vieira, José Elesbão, Adolfo Correia e José P. Lyra. Na notícia de sua fundação, também se afirmava que haviam sido formadas comissões de delegados nos diversos grupos de trabalhadores[43].

No dia 25, João Simplício publicou um longo texto sobre a solidariedade revolucionária e a importância de ajudar os famintos do Volga, enquanto o Comitê de Ajuda publicava uma longa lista de delegados entre os principais sindicatos da capital (dos Gráficos, dos Alfaiates, de Resistência, dos Panificadores, dos Metalúrgicos, da Liga Mista, dos Estivadores, dos Veículos, além de associações operárias dos Bairros de Pina e do Campo Grande) e uma Comissão para o Interior[44]. O grupo organizou no domingo, dia 9 de outubro, um grande festival na localidade de Fernandinho, com piquenique e exibição de luta greco-romana, e no dia 30, organizou-se um espetáculo teatral no Bairro de Pina. Ambas as iniciativas tinham o objetivo de arrecadar fundos para enviar aos flagelados da Rússia, agregando mais trabalhadores e

42 **Diário do Povo**, Recife, 13 set. 1921, p. 2.
43 **Diário do Povo**, Recife, 24 set. 1921, p. 1.
44 **Diário do Povo**, Recife, 25 set. 1921, p. 1-2.

organizações para a iniciativa[45]. O Comitê também distribuiu exemplares do jornal *Solidariedade*, feito exclusivamente para auxiliar os flagelados e que podia ser comprado na redação do *Diário do Povo*[46].

O Centro Comunista surgiu no dia 4 de dezembro de 1921. O *Diário do Povo* noticiou sua formação, informando que ele contava com os elementos mais avançados do movimento socialista pernambucano, tendo apoio do operariado organizado, de muitos estudantes e intelectuais. A fundação obedecia a um plano dos militantes do Rio de Janeiro, que planejavam a realização de um Congresso de onde nasceria o Partido Comunista Brasileiro, Seção da III Internacional. As adesões e as informações poderiam ser conseguidas através de Máximo (um dos pseudônimos de Cristiano Cordeiro), secretário do Centro, e o endereço para correspondência era a Coluna Operária do *Diário do Povo*[47].

O Centro Comunista foi fundado a partir da ação preponderante de Cristiano Cordeiro, conforme ele próprio explicaria em depoimento posterior. Observando de forma retrospectiva, pode-se supor que o Centro Comunista tomou forma a partir do Comitê de Ajuda aos Flagelados Russos, composto basicamente de membros do Centro de Estudos Sociais, e que, através desse Comitê, havia-se conseguido restabelecer relações com as organizações operárias de Recife. Como vai se recordar anos mais tarde Cristiano Cordeiro, o Centro Comunista contava com a participação de membros da pequena burguesia, como o próprio Cordeiro e o farmacêutico Pedro Coutinho, e operários, como José Francisco de Oliveira, carregador de carvão nas docas, José Bezerra da Silva, carroceiro, e Caetano Machado, padeiro. Essa configuração social já estava presente em agrupamentos anteriores, como o próprio Centro de Estudos Sociais[48].

O *Diário do Povo* teve um importante papel nesse processo, já que Max, melhor dizendo, Cristiano Cordeiro, era um colunista

---

45 **Diário do Povo**, Recife, 7 out. 1921, p. 1.
46 **Diário do Povo**, Recife, 20 nov. 1921, p. 2.
47 **Diário do Povo**, Recife, 6 dez. 1921, p. 2.
48 CORDEIRO, Cristiano. Depoimento a Ricardo..., *op. cit.*, p. 83.

frequente da Coluna Operária desse jornal. Além disso, tanto o Comitê de Ajuda quanto o Centro Comunista tornavam públicas suas atividades através do diário de Joaquim Pimenta. Essa relação tão próxima entre o novo grupo comunista e o *Diário do Povo* levantou uma questão: qual a relação do socialismo reformista com o comunismo nesse momento de definição de posições?

Diferentemente do que ocorreu no Rio de Janeiro, por exemplo, os comunistas de Recife ainda mantiveram uma relação bem próxima com um líder reformista, que deu espaço, através de seu jornal, para que eles continuassem fazendo propaganda de suas atividades. Mesmo que Pimenta e os jovens comunistas tivessem projetos, em última instância, muito distintos entre si, isso não parece ter sido problema para que essa colaboração continuasse. Através do *Diário do Povo*, Cristiano Cordeiro publicou sua longa conferência "Doutrina Contra Doutrina" [49], na qual reforçava o papel do socialismo marxista como orientação revolucionária. Também foi através desse jornal que se oferecia a assinatura da revista *Movimento Communista*, publicada pelo Grupo Comunista do Rio de Janeiro.

Nos primeiros meses do ano de 1922, Joaquim Pimenta estava em plena campanha pela candidatura presidencial de Nilo Peçanha contra Artur Bernardes, e apoiava José Henrique Carneiro da Cunha para o governo de Pernambuco. Mesmo que os comunistas não apoiassem essas iniciativas, a força do *Diário do Povo* (e de seu editor) devia pesar como um fator importante para que o grupo não se desvinculasse totalmente de Joaquim Pimenta. Prova disso é que, mesmo depois da fundação do PCB, em abril de 1922, seus militantes continuaram publicando suas atividades no *Diário do Povo*[50].

Em relação à disputa eleitoral, Cristiano Cordeiro faz menção

---

49 Publicado no *Diário do Povo* em 10 fragmentos, do dia 24 de janeiro ao dia 4 de fevereiro de 1922. O texto pode ser encontrado, na íntegra, no segundo número da *Revista Memória e História*. Ver. CORDEIRO, Cristiano. Doutrina Contra Doutrina. **Memória e História**: Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, São Paulo, LECH, p. 89-109, 1982.

50 Havia informações do Centro Comunista nos números do *Diário do Povo* que estavam disponíveis para pesquisa, pelo menos até agosto de 1922.

ao efeito bastante negativo que teve o apoio de Joaquim Pimenta a Nilo Peçanha e a Carneiro da Cunha entre os membros do Centro Comunista, pois eles procuravam se desvincular dessas propostas políticas, mas não desejavam romper com o professor socialista. O desfecho das eleições para Presidente da República, com a vitória de Arthur Bernardes, aprofundou os problemas políticos de Pernambuco, cuja situação já era tensa desde a morte do Presidente do Estado, José Bezerra, em janeiro de 1922. Durante esse período de crise política, Pernambuco esteve sob a ameaça de uma intervenção federal. Joaquim Pimenta, por sua vez, tentava engajar trabalhadores em prol de uma das facções em luta, visando a uma eventual revolta armada. A situação só se apaziguou quando os diversos grupos políticos assinaram um tratado de paz, em julho de 1922, no qual ficou decidido que o cargo de Governador seria ocupado pelo Juiz Federal Sérgio Loreto. Joaquim Pimenta foi preterido desse acordo, que ficou restrito aos membros da oligarquia. Como resultado, o professor passou a ficar isolado politicamente, e sua influência entre os trabalhadores sofreu um rápido declínio[51].

Essa 'saída de cena' de Pimenta surtiria efeito sobre o Centro Comunista de Recife, que rompeu definitivamente sua ligação com o reformismo. Em outubro de 1922, os membros do PCB organizariam a 2ª Conferência Trabalhista de Pernambuco, da qual resultou a fundação de uma nova União Geral dos Trabalhadores[52]. Dessa forma, o movimento operário pernambucano tornou-se o primeiro do país a ser hegemonizado pelos militantes comunistas, e isso se refletiu na própria composição de membros do Partido, que tinha em Pernambuco o segundo maior contingente em todo o país, com 45 militantes[53]. O próprio Antônio Bernardo Canellas, o mais ferrenho adversário dos pimentistas e dos "adventícios" nas organizações operárias de Recife, tornou-se

51 REZENDE, Antônio Paulo de Morais. **A classe operária...**, op. cit., p.175-187. Sobre a relação da crise política de Pernambuco com o quadro mais geral de instabilidade da República oligárquica, ver CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Difel, 1975, p. 27-43.

52 REZENDE, Antônio Paulo de Morais. **A classe operária...**, *op. cit.*, p. 187-191.

53 KAREPOVS, Dainis. **A esquerda e o parlamento no Brasil**: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930). São Paulo: Tese de Doutorado em História/Universidade de São Paulo, 2002, p. 40-41.

um aderente de primeira hora do PCB e, desde a cidade de Paris, transformou-se no principal elo do Partido com as organizações comunistas do 'Velho Mundo'. No final desse período de intensa mobilização social e de grande agitação política, coube aos comunistas organizarem o movimento operário pernambucano, que passou a ter nos militantes do PCB a sua principal referência política daquele momento em diante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os militantes operários pernambucanos viveram um período de grande engajamento político e sindical a partir da greve de 1917, principalmente na cidade de Recife, que foi palco de grandes manifestações de trabalhadores. Nesse contexto, surgiram novas possibilidades de engajamento, mas também apareceram disputas e rivalidades internas. A conjuntura, marcada por greves e pelo crescimento dos sindicatos, também fez surgir o antagonismo entre os libertários, os defensores do sindicalismo revolucionário e um grupo de militantes operários e intelectuais oriundos da Faculdade de Direito de Recife, que tinham como referência política o professor Joaquim Pimenta, a principal liderança socialista de Pernambuco. Esse grupo de militantes, entre os quais se destacava Cristiano Cordeiro, teve um papel importante a partir da greve de 1919, promovendo a fundação do Centro de Estudos Sociais em 1920. Uma parte desses militantes seriam os organizadores do Centro Comunista de Recife, em 1921, que viria a aderir ao PCB no ano seguinte e, posteriormente, romperia com a liderança reformista.

O surgimento desse grupo de militantes, que tinham características reformistas – por terem como referência política um líder socialista ligado às elites locais – e revolucionárias – por terem desenvolvido uma ação e um discurso radicais similares ao dos militantes libertários – tornou a conjuntura local muito rica e singular nesse período. Todo esse processo é um convite para um estudo mais aprofundado do movimento operário pernambucano e aponta a necessidade de problematizar cada vez mais os temas ligados ao surgimento da corrente comunista no movimento

operário brasileiro.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz et alii. **O ano vermelho**: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARTZ, Frederico Duarte. **Movimento Operário e Revolução Social no Brasil**: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

BOLETIM DA COMISSÃO EXECUTIVA DO 3º CONGRESSO OPERÁRIO, São Paulo, n.1, ago. 1920.

BONOMO, Alex Buzeli. **O anarquismo em São Paulo**: as razões do declínio (1920-1935). São Paulo: Dissertação de Mestrado em História/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

CANELLAS, Antônio Bernardo. R**elatório da viagem à Europa realizada por Antonio Bernardo Canellas em missão da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco (21 de janeiro a 6 de setembro de 1919)**. Recife: Edição do autor, 1920.

CANELLAS, Antônio Bernardo. **Uma obra necessária**: Conferência sistemática em propaganda da Colmeia, por Antônio Bernardo Canellas (resumo). Recife: Edição do autor, 1920.

CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Difel, 1975.

CHACON, Vamireh. **História das ideias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

COLSON, Daniel. A crise do sindicalismo revolucionário na França e a emergência do fenômeno comunista. In: COLOMBO, Eduardo et al. **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Imaginário/São Caetano do Sul: Imes, 2004.

CORDEIRO, Cristiano. Depoimento a Ricardo Noblat. Memória e História: Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, São Paulo, LECH, 1982.

CORDEIRO, Cristiano. Doutrina contra doutrina. Memória e História: **Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro**, São Paulo, LECH, 1982.

GOMEZ, Eugenio. **Historia del Partido Comunista del Uruguay hasta el año 1951**. Montevideo: Editorial Eco, 1990.

KAREPOVS, Dainis. **A esquerda e o parlamento no Brasil:** o Bloco Operário e o Camponês (1924-1930). São Paulo: Tese de Doutorado em História/Universidade de São Paulo, 2002.

MOREIRA, Aloísio Franco. A greve de 1917 em Recife. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n.23, p.45-70, 2007.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1937)**. Niterói: Tese de Doutorado em História/Universidade Federal Fluminense, 2009.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Pela reforma, contra a revolução: notas sobre o reformismo e o colaboracionismo na história do movimento operário brasileiro na Primeira República. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, n.5, p.26-59, jul. 2012.

PIMENTA, Joaquim. **Retalhos do passado:** fatos que vivi

e episódios que testemunhei. Rio de Janeiro: Editor A. Coelho Branco Filho, 1949.

REZENDE, Antônio Paulo de Morais. Aspectos do movimento operário e socialista em Pernambuco. In. BEZERRA, Aurélio de Meneses et al. (org.). **Manifestações operárias e socialistas em Pernambuco**. Recife: NEEPD/UFPE, 2011.

REZENDE, Antônio Paulo de Morais. **A classe operária em Pernambuco**: cooptação e resistência (1900-1922). Campinas: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Estadual de Campinas, 1981.

ZAIDAN, Michel. Notas sobre a origem do PCB em Pernambuco: 1910-1930. BEZERRA, Aurélio de Meneses et al. (org.). **Manifestações operárias e socialistas em Pernambuco**. Recife: NEEPD/UFPE, 2011.

Fontes impressas – Jornais:
A Hora Social, Recife – 1919-1920.
Avante, Recife – 1920.
Diário do Povo, Recife – 1921-1922.
Tribuna do Povo, Recife – 1918 -1920.

Cotidiano de trabalhadores urbanos na Parahyba moderna

Waldeci Ferreira Chagas

O processo de modernização por que passaram as cidades brasileiras, nas três primeiras décadas do Século XX, apesar da perspectiva de torná-las espaços aprazíveis e saudáveis aos olhos das elites urbanas, também incidiu sobre a vida das classes pobres, sobretudo, dos trabalhadores urbanos.

Neste artigo, caminhamos pela cidade da Parahyba, atual João Pessoa, do início do Século XX, e nos atemos a apontar as transformações no cotidiano de alguns trabalhadores, visto que o projeto de modernização e urbanização dessa cidade transformou não só o cotidiano dos moradores da área central, mas também dos trabalhadores, sobretudo, porque algumas categorias passaram a morar nas ruas próximas à área central, em decorrência das atividades que executavam e devido ao fato de os locais de trabalhos ficarem no centro dessa cidade. Porém, suas casas foram consideradas pelos médicos e engenheiros como insalubres, portanto, indesejáveis para a convivência com a urbe moderna.

No percurso que fazemos pelas ruas, deparamo-nos com alguns trabalhadores que foram afastados para os arredores da cidade sob o argumento de que suas casas não correspondiam aos padrões estabelecidos pelos órgãos governamentais ou porque suas práticas culturais eram consideradas incompatíveis com o que se esperava fosse digno de uma pessoa moderna. Assim, os

trabalhadores, com suas casas e seus hábitos cotidianos, foram apontados como indesejáveis e, portanto, teriam que se afastar para dar lugar aos serviços e aos equipamentos urbanos implantados em uma Parahyba modernizada.

Os serviços de infraestrutura urbana executados na cidade da Parahyba, durante as três primeiras décadas do Século XX, embora relevantes, não foram suficientes para manter a nova cidade. Não bastou aformosear a Parahyba, construir novas residências, abrir e alargar ruas, construir praças e jardins. O estado sanitário dessa cidade ainda era precário e sempre pairava o risco de epidemias se alastrarem, tais como gripe, febre amarela, tuberculose, varíola e pneumonia, principalmente porque fazia parte das preocupações o grande contingente de gente pobre que habitava nos arredores próximos ao centro e que, todos os dias, deslocava-se de suas casas para trabalhar nas lojas, nas oficinas, nas fábricas ou nas feiras livres.

Diante dessa realidade, os médicos encaravam os trabalhadores urbanos como transmissores das patologias, razão por que passaram a alertar os prefeitos e os governadores sobre a necessidade de se aplicarem as medidas profiláticas cabíveis para combater as doenças de modo a garantir a salubridade e consolidar a Parahyba, de fato, como uma cidade moderna. Assim, para os médicos, a modernidade também significou preocupação com as classes pobres, principalmente com os trabalhadores, considerados como os indivíduos excluídos dos benefícios da modernização e da urbanização, mas que compartilhavam experiências e culturas semelhantes nesse processo, ainda que não ocupassem posições idênticas nas relações sociais e de produção. Estamos nos referindo aos operários, aos estivadores, aos arrumadeiros e aos cabeceiros.

A perspectiva dos médicos era a de que algumas medidas de disciplinarização deveriam ser aplicadas para contê-los e evitar que permanecessem na cidade e enfeiassem-na. Apesar de os trabalhadores estarem envolvidos no processo de produção de mercadorias, poucos se beneficiaram da modernização da cidade.

A disciplinarização sobre o uso do espaço urbano foi um

mecanismo de distribuição dos indivíduos em espaços individualizados, capazes de assegurar que a cidade continuasse civilizada. Esse tipo de procedimento fora decorrente da imagem formulada pelas elites acerca das classes pobres, principalmente dos trabalhadores, vistos como ignorantes, rudes e incivilizados. Portanto, eram homens e mulheres, cujos comportamentos foram considerados incompatíveis com a modernidade, e cuja expressão deveria ser contida para que não contrariassem a ordem estabelecida.

A preocupação dos médicos não atingia as condições em que os trabalhadores viviam, mas recaia, sobretudo, no perigo que eles representavam. Temia-se não só a prática de roubos e saques, mas também a possibilidade de transmitir patologias. Dessa forma, o próprio corpo dos pobres acabou sendo alvo de temor e de repúdio. Como veremos, a necessidade de retê-los e de controlar a eles próprios e aos seus costumes foi uma das principais preocupações das elites e resultou na elaboração de várias leis e códigos e na fundação de instituições de caridade e auxílio que tinham os objetivos de vigiar, afastar e domar os trabalhadores.

Assim, a modernização da Parahyba, apesar de ter se constituído como um processo limitado, sagrou-se eficiente na elaboração de medidas de controle social e, ao longo das três primeiras décadas do Século XX, o governo estadual e o municipal utilizaram medidas autoritárias para manter a disciplina no uso do espaço público urbano a fim de assegurar a higienização da cidade. Contudo, a desobediência às determinações do governo republicano foi uma constante, visto que até os trabalhadores assalariados não tinham condições de adquirir, construir ou pagar aluguel de uma casa e continuaram residindo nos casebres. Essa foi uma forma de contrariar o governo e de não se adequar à proposta imposta.

Os trabalhadores foram, então, lembrados pelos médicos como classes danosas à sociedade e, portanto, deveriam ser recolhidas às instituições de caridade. Ao invés de lhes assegurar condições para que se mantivessem dignamente, os médicos pregavam a manutenção da modernidade. Nesse sentido, a modernidade também significou a aplicação de algumas medidas profiláticas fundamentadas na ciência e cujo objetivo era o de manter

a cidade ideal. De modo geral, as ações implementadas de caráter assistencialista/paternalista construíram a imagem dos trabalhadores como classe perigosa e legitimaram seu afastamento para os arredores da cidade.

Para assegurar a modernidade entre os paraibanos, o Código de Postura foi aplicado e tanto os engenheiros quanto os médicos e os delegados de polícia fiscalizaram sua efetivação. As posturas incidiam sobre uma série de questões pertinentes à habitação urbana. As casas deveriam ser de tijolo e cobertas de telhas, com janelas frontais e laterais indispensáveis à circulação do ar e à entrada dos raios solares. Segundo os médicos sanitaristas, essas condições deixavam o ambiente sempre arejado e livre da contaminação de qualquer patologia contraída pelo ar. As residências ainda deveriam ser alinhadas uma às outras, em relação ao limite da rua, e o proprietário obrigado a fazer a manutenção das condições básicas de higiene, como pintar a fachada externa pelo menos duas vezes no ano, manter a frente e as laterais sempre limpas e não jogar lixo na rua, mas armazená-lo em depósito adequado para ser recolhido posteriormente. Por isso, muitos moradores tiveram que abandonar suas casas, que logo foram demolidas pelas autoridades, por não estarem compatíveis com o Código de Postura. Enquanto o Código de Postura foi aplicado, acentuou-se a divisão entre pobres e ricos, e a área central da cidade foi se constituindo, por excelência, no espaço das elites.

A partir de 1920, foram proibidas a construção de casas de palha no perímetro urbano e a permanência de casebres e cortiços considerados moradias insalubres e de estrutura arquitetônica destoante das recomendações indicadas. Essas medidas tinham o propósito de assegurar o aspecto saudável e aprazível da cidade e de afastar as classes pobres da área central, porque as condições de insalubridade de suas moradias foram consideradas um perigo para a saúde. O Código de Postura, pelo menos no que diz respeito às normas de habitação, assegurou às classes dominantes a condição de pertencimento à urbe, instituiu aos trabalhadores o estranhamento a ela, pois não os considerou moradores da cidade, mas um problema a ser afastado. É importante ressaltar que

o Estado e a Prefeitura não tinham ações que visassem construir casas para os trabalhadores em condições higiênicas e salubres em outros lugares da cidade.

Para combater o perigo representado pela moradia dos trabalhadores, as ações da Repartição de Higiene foram reforçadas de forma que o dirigente desse órgão se tornou a principal figura no cumprimento do referido código que, por sua vez, legitimava as práticas médicas sanitárias. Paralelamente a isso, os médicos ainda uniram seu saber ao poder político dos prefeitos, o que levou esses profissionais a orientarem e a instrumentalizarem, via Prefeitura, propostas que visavam melhorar o estado sanitário da cidade. Essa união resultou na implementação efetiva do Código de Postura e contribuiu para que a Prefeitura e a Repartição de Higiene fiscalizassem a aplicação das determinações relativas ao ordenamento do espaço urbano. Devido a isso, a construção das casas passou a depender não só das orientações médicas, mas também, sobretudo, da autorização do prefeito. O objetivo dessa medida era de coibir a desorganização que outrora caracterizara o cenário urbano e, principalmente, mantê-lo salubre e higienizado.

Assim como em outras cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, por exemplo, na Parahyba, os médicos sanitaristas agiram como engenheiros sociais, empenhados em criar espaços higiênicos contra as doenças e contágios, especialmente as patologias associadas às condições de vida em que as classes pobres viviam. Como exemplo do ocorrido em São Paulo e no Rio de Janeiro, na Parahyba, a Associação Médica, fundada em 1927, também se constituiu como um espaço de discussão acerca do estado sanitário da cidade e de elaboração de recomendações pertinentes à modernização. Nas discussões fomentadas pelos médicos, as condições sanitárias passaram a ser ponto de pauta principal, pois, segundo eles, eram capazes de combater várias doenças. Por isso, exigiam a atenção do prefeito e do governador, principalmente porque os trabalhadores habitavam e trafegavam no cenário urbano, o que, para os médicos, era um problema manter a salubridade e a modernização. Sob o ponto de vista dos médicos sanitaristas, as condições das casas, a falta

de luz elétrica e de acesso à água encanada e tratada, além do estado de subnutrição dos trabalhadores tornavam-nos vulneráveis à aquisição de doenças, em especial, as relacionadas ao aparelho respiratório, como gripe, pneumonia e tuberculose[1].

De início, os médicos sugeriram aos prefeitos várias medidas, dentre elas, a demolição dos casebres, a implementação da campanha de vacinação contra a varíola, a limpeza das vias públicas, a reorganização do serviço de saúde e a criação da comissão de vacinação. Essas medidas passavam pelo cumprimento do Código de Postura. Foram propostos, ainda, a ampliação do esgoto sanitário e o calçamento das ruas localizadas fora do perímetro central da cidade. Esses profissionais temiam que as doenças se propagassem em meio às condições de insalubridade de algumas artérias da cidade habitadas pelos trabalhadores.

Enquanto os médicos exigiram dos prefeitos ações pertinentes à manutenção de um estado sanitário saudável na cidade, os moradores da área central passaram a denunciar à Repartição de Higiene as famílias pobres que ainda insistiam em morar em casas consideradas insalubres naquele perímetro. Esse tipo de procedimento decorreu, em parte, do fato de os médicos sanitaristas que estavam à frente desse órgão de saúde recomendarem a demolição dos casebres onde porventura residisse ou tenha residido um doente acometido por varíola. Não demorou, e essa patologia passou a ser denominada de "doença de pobre" e por isso, os casebres, os mocambos e os cortiços passaram a ser vistos como detentores das condições necessárias à reprodução do vírus dessa patologia. Não se denunciavam apenas as condições da casa, mas também os moradores, pois, na perspectiva da manutenção da cidade saudável e salubre, eles passaram a ser vistos como agentes transmissores. O fotógrafo Manuel Gonçalves da Silva, popularmente conhecido como "Voltaire Dalva", residente à Rua Barão do Triunfo, fora vítima desse processo. O autor da denúncia contra esse trabalhador e artista ressaltou que a casa onde tal sujeito insistia em morar,

---

1 Ver atas das reuniões da Associação Médica da Parahyba de 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929 e 1930.

> há vários meses, havia sido condenada pela Repartição de Higiene Pública, e o proprietário convidado a fechá-la e abandoná-la por ter sido considerada incompatível com os novos preceitos de higiene, visto que tal residência colaborava com a insalubridade da cidade, no entanto, mantinha-se habitada[2].

Esse tipo de denúncia é elucidativo de como os moradores da área central da cidade incorporaram o significado da cidade moderna. Na insistência de que as autoridades administrativas tomassem providências cabíveis quanto às casas insalubres, o denunciante lembrava que, devido às más condições do domicílio, não se tratava de uma casa, mas de um "pardieiro imoral, um barrento buraco de porta e janela. Internamente possui uns letreiros que mais parece que funcionava uma bodega, ou coisa parecida"[3].

Conforme tais palavras do denunciante, a casa onde o fotógrafo habitava "não apresentava condições de abrigar um ser humano". Embora o denunciante não quisesse entender, a permanência do Senhor Manuel Gonçalves da Silva numa casa insalubre se devia à sua pouca condição econômica, uma vez que era comum o trabalhador não ter onde morar nem condições de arcar com as despesas do aluguel de uma casa de portas e janela, nos moldes definidos pelos médicos sanitaristas.

Apesar de o denunciado ser um fotógrafo, portanto, um profissional pouco comum na década de 1920, sobretudo entre as classes pobres, sua presença na área da cidade habitada pelos estivadores e carregadores se devia ao fato de seu estúdio de fotografia ter sido incendiado, o que o deixou impossibilitado de reconstruí-lo e de continuar exercendo sua profissão. Por essa razão, teve que continuar morando nos escombros que restaram da casa. A condição de sua casa e o estado de abandono em que vivia transformaram-no em uma pessoa indesejável aos olhos da elite à qual pertencia o autor da denúncia, que, embora se referisse ao fotógrafo com

---

2 Com a higiene. **A União**, Parahyba, 25 jan. 1920, p. 1.
3 Ibidem.

cordialidade, chamando-o de “Voltaire Dalva”, queria vê-lo distante do espaço da cidade aprazível, desconsiderando a condição social desfrutada pelo fotógrafo outrora e o episódio de que fora vítima. Na compreensão do denunciante, o fotógrafo desconhecia os hábitos de higiene e, por essa razão, morava numa casa insalubre.

Esse caso, embora se refira a um trabalhador que, por causa de um incêndio, perdeu as condições sociais de que desfrutava, é ilustrativo da intolerância das elites com as classes trabalhadoras, em geral, as classes pobres. Supostamente Manuel Gonçalves da Silva, ou “Voltaire Dalva”, já frequentara os espaços das elites, sobretudo, em momentos de trabalho, mas no momento em que se encontrava habitando uma casa insalubre, todos o queriam distante da área central.

Na dúvida sobre quem havia concedido autorização para o fotógrafo continuar morando na casa onde fora encontrado, mesmo ela tendo sido considerada insalubre e alvo de denúncia no jornal, disse o denunciante:

> Não sabemos realmente quem autorizou a reabertura daquele ninho de percevejos. Queremos crer, porém, que o atual inquilino ali penetrou furtivamente, instalou-se e contrapôs-se as determinações da Repartição de Higiene, contrariando não só esse órgão de saúde púbica, como também a beleza arquitetônica da urbe, pois que aquele buraco não poderia ser novamente habitado. Por isso, apelamos mais uma vez para o Dr. Vital de Mello, para que ele tome as providências cabíveis, porque sem dúvida as suas determinações tem sido e estão sendo burladas. Acredito que o nobre médico providenciará sem demora a solução, fazendo evacuar o pardieiro da Rua Barão do Triunfo, uma vez que é uma ofensa à estética daquela rua e uma infração aos princípios da salubridade pública[4].

---

4 Ibidem.

A salubridade e a estética urbana eram faces da mesma moeda e não combinavam com as condições e os estilos de vida dos trabalhadores, sobretudo, de suas moradias, pois, apesar de ser uma casa insalubre, reconhecida pelos médicos como um risco à saúde, a questão que motivou a denúncia não foi somente essa, mas também o fato de sua estrutura destoar da estética arquitetônica da cidade. De certa forma, os adjetivos pejorativos atribuídos ao imóvel se deveram às condições estruturais em que se encontrava, o que o tornava incompatível com as residências da área onde estava localizado. Os escombros quebravam a perspectiva do embelezamento e do aformoseamento desejados para as ruas da cidade da Parahyba, característicos das ruas das urbes modernas. Esse tipo de compreensão e a atitude da denúncia resultaram da influência das imagens arquitetônicas das cidades do Rio de Janeiro, de Recife e de São Paulo sobre os paraibanos e passaram a justificar as medidas tomadas, uma vez que a perspectiva era a de assemelhar a Parahyba a essas cidades.

Além de instituir uma política de demolições, a ordem dos médicos era de mandar queimar os restos dos casebres e barracos, para impedir que as pessoas reaproveitassem os materiais para a construção de um barraco em outro local da cidade. A queima dos restos de materiais, segundo os médicos, evitaria que a cidade continuasse correndo o risco de contaminação, razão pela qual foi utilizada a força policial. Frente a essa determinação, os trabalhadores e suas famílias passaram a ser deslocados para algumas artérias da cidade, como a Rua Formosa, a Rua da Raposa e a Rua do Melão[5].

Outra vítima da racionalização do espaço urbano e obrigada a se afastar para os espaços periféricos na cidade da Parahyba foi o operário Ernesto Teixeira, cuja casa foi demolida e os restos de materiais incendiados. Havia dias que ele recebera da Repartição de Higiene as recomendações de que abandonasse a casa onde morava por ter sido considerada insalubre ou que construísse no local uma de tijolo e coberta de telha[6]. Por não dispor de

---

5 **A União**, Parahyba, 1º mar. 1913, p. 3.

6 **Relatório da Chefatura de Polícia encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. João Pereira de Castro Pinto – Governador do Estado da Parahyba em 21/12/1922.**

condições para isso, permaneceu residindo no casebre e, como já havia sido informado de que era insalubre, passou a ser considerado um infrator. Portanto, não tinha mais para quem apelar. Em virtude de não ter cumprido a determinação da Repartição de Higiene para desocupar a moradia, ela teve que ser demolida. Essa realidade também foi vivenciada por Prudência Bezerra da Costa e pelo operário João Lourenço. Como suas casas eram de taipa e palha, foram condenadas pela Comissão de Higienização. Ambos alegaram que não podiam arcar com as despesas do aluguel de outros imóveis que não fossem os casebres onde residiam. Também não podiam construir uma casa conforme as recomendações desse órgão. Seus casebres foram demolidos, os restos incendiados, e tais famílias passaram a habitar em casas de taipa nos arrabaldes da cidade [7].

A imprensa paraibana tornou-se uma fecunda defensora da campanha de higienização do centro da cidade. O periódico católico *A Imprensa* publicava notas dos médicos sanitaristas, como a escrita pelo Dr. José Teixeira de Vasconcelos, lembrando ao prefeito que se mantivesse atento ao problema da insalubridade das ruas e das casas, principalmente porque tal condição era propícia à propagação das doenças:

> O Senhor Diretor da Saúde Pública pede ao prefeito lançar as vistas para a casa nº 100, à Rua Amaro Coutinho, pertencente ao Sr. Antônio dos Santos Nóbrega onde moraram durante longo tempo dois morféticos e que hoje está servindo para depósito de madeiras. Pede providências no sentido de ser destruída, pois se trata de uma fonte de perigo para a cidade. Também se incluem as Ruas da Raposa e do Melão[8].

Conforme se depreende da nota, o Dr. José Teixeira de Vasconcelos, Diretor do Serviço de Saúde, esperava sensibilizar o

7 Ibidem.
8 **A Imprensa**, Parahyba, 14 jun. 1926, p. 06.

prefeito acerca do risco para a cidade oferecido pela casa onde outrora habitaram os doentes, pois se tratava de um foco de contaminação, razão por que tinha que ser demolida. A perspectiva era de impedir que a varíola, doença que matara os dois homens, alastrasse-se pela cidade. Além da Rua Amaro Coutinho, o Dr. José Teixeira de Vasconcelos denunciou as Ruas da Raposa e a do Melão, visto não serem calçadas. De acordo com o médico, isso contribuía para que as chuvas abrissem cratera e acumulassem lixo e águas sujas vindas dos quintais das casas. A falta de calçamento nessas ruas estagnava as águas usadas, e, com o lixo, formavam-se focos de miasmas, que concorriam para aumentar o lamaçal, cujo odor só não era acentuado devido à ação salutar do tempo, com os efeitos benéficos e purificadores dos raios solares a renovarem constantemente o ar. A permanência dessa situação levou o referido médico a recomendar ao prefeito da Capital da Parahyba algumas medidas básicas, por exemplo, a demolição das casas insalubres, a instalação da rede de esgoto nas Ruas da Raposa e do Melão, além da construção de um desinfetório pequeno e da aquisição de alguns fornos de incineração de lixo e de uma estufa móvel[9]. Portanto, formular propostas, encaminhá-las ao prefeito e coordenar as equipes de funcionários da Repartição de Higiene que percorriam as ruas e as casas foram medidas que passaram a compor o cotidiano dos médicos sanitaristas vinculados a esse órgão. Mas, nem sempre, as soluções vieram a contento, exceto as demolições praticadas pela Prefeitura.

Para os trabalhadores, a ação da Companhia de Higienização acarretou mudanças em seu cotidiano, visto que não puderam continuar habitando as mesmas ruas que as elites habitavam. Por isso, os médicos recomendaram ao prefeito as Ruas da Raposa e do Melão como locais onde as classes trabalhadoras poderiam construir suas casas, desde que fossem de tijolos e cobertas de telhas, para obedecer ao Código de Postura. Embora houvesse a exigência quanto às condições da casa, essas ruas não apresentavam nenhuma infraestrutura urbana, como calçamento, água encanada, iluminação elétrica e esgoto sanitário. Mesmo assim,

---

9 **Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba – 1927.**

foram indicadas para os trabalhadores que chegavam à capital, porque, desde outrora, nelas moravam operários, estivadores, arrumadores e sapateiros, que exerciam suas funções nas áreas próximas ao Porto do Capim, na alfândega, em armazéns e na estação ferroviária. Tratava-se de um contingente de trabalhadores necessários à produção e à reprodução de capital no espaço central urbano, mas seus espaços não foram preservados das determinações estabelecidas. Os médicos consideravam que, alocados em certas ruas, tais profissionais evitariam a disseminação das doenças, e, caso surgisse uma epidemia, seria mais fácil aplicar as profilaxias. Todavia, os trabalhadores continuavam a trafegar por outras ruas da cidade, indiferentes à proibição de construir suas casas nas áreas determinadas pelos médicos.

Apesar de os trabalhadores terem passado a morar nas áreas permitidas, não ficaram imunes aos olhos dos médicos. Constantemente, eram vigiados, para que seus costumes e hábitos não desestabilizassem a ordem pública nem esses espaços voltassem a dispor dos casebres de palha. A respeito disso, é pertinente a autorização do Prefeito Walfredo Guedes Pereira recebida pela viúva, Dona Francisca Maria da Conceição, para abrir uma bodega na Rua do Melão, com a qual se manteria e aos seus filhos. A autorização fora concedida, desde que a casa a ser construída fosse de tijolo, coberta de telha e tivesse porta e janelas frontais.

A bodegueira, viúva e procedente do interior, chegou à capital em busca de meios para sobreviver, e por intermédio do semanário católico *A Imprensa*, endereçou carta ao Prefeito, pedindo-lhe um pedaço de chão onde pudesse construir uma casa, onde moraria e abriria uma bodega com seus parentes e amigos também vindos do interior do estado. Feita a concessão desse benefício, a pequena casa de porta, janela e vão único fora erguida com a ajuda dos familiares e dos vizinhos[10].

De certa forma, a bodega da viúva Francisca Maria da Conceição quebrara os preceitos de higiene e salubridade determinados pelos médicos, pois, no espaço construído, ela passou a morar

---

10 **A União**, Parahyba, 18 mar. 1923, p. 3.

com os quatro filhos e a negociar com frutas, verduras, porcos e galinhas criadas nos arredores da casa. Como estava na área da cidade determinada para alocar as classes pobres, o médico sanitarista não se incomodou com o fato de a viúva e seus filhos viverem em meio à insalubridade decorrente da criação de alguns animais domésticos.

Outro aspecto relevante é o de que os trabalhadores nem sempre cumpriram as determinações de higiene impostas pelas elites. Para quem viera do mundo rural, onde era comum a criação de animais domésticos, o costume de criá-los não era visto como um risco à saúde, mas como uma atividade capaz de colaborar com a subsistência da família, o que é denotativo da coexistência de costumes rurais no meio urbano. Até 1929, o Código de Postura proibia a circulação de porcos, bodes, cabras e gados nas ruas da capital, uma evidência de que era comum a presença desses animais soltos nas ruas, decorrente de atividades rurais no espaço da cidade. Eis um dos motivos pelos quais, até essa data, o Jardim Público permanecera gradeado.

A condição e a estrutura das Ruas da Raposa e do Melão indicavam que, apesar do projeto de modernizar a cidade da Parahyba, ainda existiam, perto do centro, ruas onde porcos, cabras e vacas eram vistos em meio aos moradores e ameaçavam destruir os jardins e as praças.

O silêncio dos médicos em relação à bodega de D. Francisca talvez se devesse ao fato de jamais os gêneros alimentícios negociados nesse local terem sido consumidos pelas elites. Logo, para os moradores do centro, não importava a qualidade do que lá fosse oferecido. Afora isso, a Rua da Raposa, mesmo no centro da cidade, ficava distante do perímetro beneficiado com os serviços e os equipamentos urbanos. Portanto, na compreensão dos citadinos, mesmo que essa artéria se mantivesse insalubre, jamais poderia contaminá-los, devido à distância que a separava da área saudável e higiênica da urbe onde residiam os ricos.

Apesar de se reconhecer o perigo representado pelas condições de insalubridade em que viviam as classes trabalhadoras, pouco ou nada se fez para elaborar políticas públicas voltadas para a

construção de casas populares. Em 1928, o parlamentar paraibano, Epitácio Pessoa, encaminhou ao Congresso Nacional uma mensagem em que sugeria aos deputados federais que discutissem sobre a questão das casas populares no Brasil e a analisassem

> do ponto de vista econômico e financeiro, pois a mesma exige abundantes modificações na legislação existente, afim de que se apresse a solução das medidas que o caso exige e que se tornou mais premente, devido às demolições de bairros inteiros que ocorreram nas diversas cidades do país, ultimamente remodeladas pelos serviços de saneamento e embelezamento. Atendendo a esse clamor, os dirigentes do Brasil devem se ocupar de providenciar com urgência para a realização desse imperioso melhoramento {...} que vai trazer um abrigo melhor aos trabalhadores nacionais, a quem sempre faltaram às habitações higiênicas e baratas [11].

O pronunciamento do parlamentar paraibano em que chamava à atenção do Congresso Nacional para as condições das classes pobres em meio à modernização das cidades, não surtiu efeito. É interessante observar que, nessa época (1928), seu sobrinho estava à frente do governo do estado da Parahyba. João Pessoa se empenhou no processo de modernização da capital e não realizou nenhuma ação em favor das classes pobres na perspectiva de beneficiá-las com os serviços de infraestrutura urbana implementados[12].

Na Parahyba, a construção de casas populares na forma de vilas operárias, cujas casas eram salubres e obedeciam às regras de higienização determinadas pelos órgãos de saúde pública, não

11 "Habitações populares". **A Imprensa**, Parahyba, 17 dez. 1928.
12 Ibidem.

foi uma realidade[13]. Não existiam vilas operárias na capital. A ausência dessa iniciativa fez com que as classes trabalhadoras, em geral, fossem responsáveis por construir suas próprias casas de palha e de taipa, nos arrabaldes de Cruz das Armas, Cruz do Peixe, Jaguaribe, Roger e Torre, enquanto os operários permaneceram nas ruas previamente definidas, ou seja, nas Ruas da Raposa e do Melão, onde aqueles que, com os próprios custos, puderam erguer uma casinha de porta e janela, mas de tijolo e coberta de telha. Outro trecho do perímetro urbano que se destacou no cenário urbano como espaço destinado às classes trabalhadoras foi o final da Rua da República. A partir de 1922, ali se alocaram, principalmente, os trabalhadores especializados, como mecânicos, eletricistas, operadores de máquinas, condutores de bonde e maquinistas. Das imediações da Central de Polícia até a Ponte do Baralho, as residências erguidas tinham o mesmo aspecto: casas geminadas simples, que compunham o mesmo padrão, contudo sem se tratar de uma vila operária. A paisagem do arruamento demonstra que a construção das casas obedeceu a determinada legislação: todas eram iguais e foram erguidas com recursos dos operários, supostamente os especializados, pois tinham condições para isso.

Só em 1932, encontramos pequenas mobilizações em prol da construção de casas para os trabalhadores. Foram iniciativas de religiosos católicos que recebiam subvenções do Estado para tal fim, como, por exemplo, os irmãos Vicentinos, leigos ligados à Congregação de São Vicente de Paula ou a ações filantrópicas em favor dos trabalhadores e dos pobres, com o intuito de retirá-los da rua e do convívio com os comunistas, sobretudo, dos aglomerados nas ruas da capital.

As vilas operárias apareceram apenas na cidade de Santa Rita,

---

13 A respeito da moradia das classes populares no Brasil, consultar: BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985; ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade**: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997; RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

como iniciativa dos empresários da fábrica de Tecido Tibiry, e na cidade de Rio Tinto, erguida em 1924, pertencente à Companhia Paulista de Tecido[14]. Na capital, as classes trabalhadoras, quando não ficaram à mercê da própria condição, foram socorridas pelos religiosos católicos. Mesmo assim, não ficaram livres dos olhares disciplinadores dos médicos sanitaristas.

Apesar de a falta de recursos públicos impedir ações efetivas para a construção de casas populares e o recolhimento dos trabalhadores, o Estado não foi totalmente ausente nessa questão, porquanto subvencionou as instituições de caridade que desenvolveram esse tipo de ação e contribuíam com a disciplinarização e a manutenção da ordem.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade**: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma cidade, muitas tramas**: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920). Recife: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

BARRETO, Maria Cristina Rocha. **Imagens da cidade**: a ideia de progresso nas fotografias da Cidade da Parahyba (1870-1930). João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/Universidade Federal da Paraíba, 1996.

14 Acerca dessa questão, ver LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: EDUNB, 1998. Ao longo deste trabalho, o autor faz referência à cidade de Rio Tinto, no estado da Paraíba, sua relação com a fábrica, sobretudo, o crescimento da cidade a partir da vila operária, uma vez que, depois de demitidos os operários por não terem para onde ir, foram ocupando os arredores da vila e da fábrica. Ver também: DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho**: homens pobres, mendigos e ladrões no imaginário das elites nordestinas – 1850-1930. João Pessoa: UFPB, 1988; MACEDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações tecnológicas e vivência operária**: o caso de Rio Tinto (1950-1970). João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Economia/Universidade Federal da Paraíba, 1988.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a arquitetura da modernidade (Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L Ioriatti.). São Paulo: Companhia das Leras, 1986.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias em São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BÓGUS, Lúcia Maria M.; WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **A luta pela cidade em São Paulo**. Rio de Janeiro: Cortez, 1992.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho:** homens pobres, mendigos e ladrões no imaginário das elites nordestinas – 1850-1930. João Pessoa: UFPB, 1988.

FARIAS, Ana Maria S. M. **Urbanização e modernidade**: a construção do espaço urbano de João Pessoa (dos anos 20 aos anos 70). Recife: Tese de Doutorado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

MACEDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações tecnológicas e vivência operária**: o caso de Rio Tinto (1950-1970). João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Economia/Universidade Federal da Paraíba, 1988.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JORNAIS, ATAS E RELATÓRIOS

Atas das reuniões da Associação Médica da Parahyba de 1923 a 1930.

A Imprensa, Parahyba, 14 jun. 1926; 17 dez. 1928.

A União, Parahyba, 1º mar. 1913; 18 mar. 1923; 25 jan. 1920.

Relatório da Chefatura de Polícia encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. João Pereira de Castro Pinto – Governador do Estado da Parahyba em 21/12/1922.

Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Parahyba – 1927.

Vigilância e ações de furto: estratégias de resistência operária na Companhia de Tecidos Rio Tinto (Paraíba-1959)

Eltern Campina Vale

> Uma fábrica é feita essencialmente para produzir. Os homens estão lá para ajudar as máquinas a fazerem, todos os dias, o maior número possível de produtos bem feitos e baratos. Mas, por outro lado, esses homens são homens; têm necessidades, aspirações a satisfazer e que não coincidem, necessariamente, com as exigências da produção; e até, de fato, não coincidem em absoluto, na maioria das vezes.
>
> Simone Weil [1]

Eram passados 26 dias do mês de novembro de 1959. O apito da fábrica anunciava mais um turno de trabalho na Companhia de Tecidos Rio Tinto. Dezenas de trabalhadores esperavam

1 WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 114. Este artigo é uma versão modificada, de parte do segundo capítulo de minha dissertação de Mestrado – **Tecendo fios, fazendo história**: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964) –, defendida em 2008, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da Profª Drª Adelaide Gonçalves.

no portão principal, uma hora da tarde, para cumprir mais uma jornada de trabalho. Perto de meio-dia, o operário Clodomiro Fernandes preparava-se para se despedir da esposa e caminhar até a tecelagem. Era trabalhador desde 1935 e residia na Rua Nova, número 1535, em pequena casa de porta e janela, característica peculiar da arquitetura da cidade-fábrica Rio Tinto[2].

Às 13h, começava o turno de trabalho, na seção de tinturaria, onde se tingiam os tecidos vindos da seção de beneficiamento pelas mãos do operário José Pereira de Lima em carro de quatro rodas. Clodomiro, que largava às 21h, perto das 18, dirigiu-se ao depósito de materiais imprestáveis, conduzindo um tambor de papelão supostamente vazio. De frente, o posto de vigias. Ao deixar o tambor, Clodomiro foi observado atentamente pelo vigia Severino Felício de Lima que, minutos depois, foi avisado pelo motorista José Henriques da Silva, conhecido por "Paixão", de que Clodomiro havia escondido no tambor coisas de valor. Constatou-se que o tambor, rotineiramente vazio, estava abarrotado de tecidos, 93m e 55 cm de brim tursor guarany, em nove cortes.

A notícia se espalhou entre todos os que se aglomeraram. De longe, o operário José Pereira de Lima assistiu à movimentação. Para não ser preso em flagrante, Clodomiro fugiu da fábrica em

---

2 A cidade de Rio Tinto localiza-se a, aproximadamente, 52 km da capital da Paraíba, João Pessoa. Seu acesso se dá através das rodovias BR-101 (João Pessoa-Natal) e PB-041. Limita-se com os municípios de Mamanguape, Baía da Traição e Mataraca. Construída entre os anos de 1917 e 1924 (ano de sua inauguração), a cidade logo nasceu acoplada ao conjunto de estruturas que constituíam a fábrica de tecidos. De propriedade da família Lundgren, a tecelagem se constituía como filial de outro empreendimento similar, localizado em Paulista, próximo a Recife. Juntas, destacam-se entre as fábricas têxteis do Brasil. Rio Tinto chegou a contar com cerca de 13.000 mil operários (distribuídos entre seções dentro e fora da tecelagem) e destacou-se no cenário social paraibano como um dos mais emblemáticos e atuantes movimentos de trabalhadores. A fábrica, cujo auge produtivo foi nas décadas de 1940 a 1960, encerrou suas atividades em 1990. Rio Tinto contou, desde a sua inauguração, com uma estrutura que a fazia autônoma tanto da vizinha Mamanguape como até mesmo da capital, o que levou o historiador paraibano José Octávio de Arruda Melo a chamá-la de "Estado dentro do Estado". Contava com escolas, cinema, padarias, farmácias, restaurantes, hotel, feira, clubes recreativos, hospital, campo de aviação, ferrovia e pequeno porto. O policiamento era feito pelos vigias da fábrica. Manteve-se como distrito de Mamanguape até 1956, quando se emancipou. Hoje em dia, os Lundgren ainda são proprietários de grande parte do patrimônio imobiliário da cidade, como as casas da vila operária, prédios da antiga fábrica, igreja e propriedades de terras em torno da cidade. O exemplo da igreja é emblemático: ainda hoje, seu prédio pertence ao conjunto de bens dos Lundgren, e não, à Arquidiocese da Paraíba.

horário de trabalho, driblando a vigilância do portão de entrada. Sem tempo para planejar a fuga, não passou pela residência e saiu sem destino. A esposa foi apanhada de surpresa, quando policiais e vigias chegaram à procura do marido. Sem entender o motivo da busca, recebeu a informação de que Clodomiro tentou furtar tecidos e que, por isso, havia fugido. Policiais e vigias vasculhavam cada viela, rua, beco de Rio Tinto à procura de Clodomiro. Infrutífera a busca, partiram para as cidades de Mamanguape e de Sapé. A polícia interceptou Clodomiro em Ambrósio, no município de Sapé. Encarcerado na Cadeia Pública de Rio Tinto, aguardaria julgamento pela acusação de furto.

No Fórum de Rio Tinto[3], entre os vários processos cíveis, trabalhistas e criminais de trabalhadores urbanos e rurais, um chamou minha atenção: essa ação pública interposta pela Companhia de Tecidos Rio Tinto[4] contra o operário Clodomiro Fernandes, pelo furto de tecidos no interior da fábrica. Aos olhos do pesquisador distraído e exausto, o documento pode passar despercebido. Contudo, estava atento e tinha em mente o valor dessas ações, no entendimento de questões do mundo do trabalho.

Uma ação de furto como essa não aparece em outras documentações e chega ao pesquisador com diversas versões: de testemunhas de acusação ou de defesa, do acusado, da polícia, de vigias de fábrica e do juiz. Das múltiplas versões, depreende-se a forma como os trabalhadores driblam a vigilância no ambiente fabril. O ato de furtar pode ser lido como as "formas brechtianas de luta de classe"[5]. No que concerne a procedimentos metodológicos na leitura de documentos da Justiça – especificamente em ações criminais – é possível, conforme Sidney Chalhoub,

Construir explicações válidas do social

---

3 Em 1956, Rio Tinto emancipou-se de Mamanguape. Já no ano de 1959, foi criado o Fórum da cidade, tendo na sua titularidade o Juiz Hermilo Ximenes.

4 A partir de 1950, a fábrica de tecidos Rio Tinto tornou-se autônoma da de Paulista. E a denominação Companhia de Tecidos Paulista – Fábrica Rio Tinto – foi substituída por Companhia de Tecidos Rio Tinto. Muitos trabalhadores desse período se reportam atualmente à fábrica como Companhia.

5 SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**. Campina Grande: UFCG, v.21, n.1., jan./jun. 2002, p. 2.

> exatamente a partir das versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais, ou talvez, ainda mais enfaticamente, só porque existem versões ou leituras divergentes sobre as "coisas" ou "fatos" é que se torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social[6].

Nos trâmites iniciais, em 27 de novembro de 1959, foram ouvidos, no Comissariado de Polícia de Rio Tinto, o acusado Clodomiro e três testemunhas: José Henriques, motorista, Severino Felício, vigia, e Manuel Domingos de Souza, operário. Clodomiro apresentou sua versão do fato: estava em serviço rotineiro, na seção de tinturaria, encontrou um tambor vazio, que transportava para estoque de materiais sem uso, e, nesse momento, foi visto por José Henriques, que o denunciou ao vigia Severino Felício. Clodomiro se defendeu afirmando ter caído numa "cilada maldita":

> Nunca praticou furto na seção em que trabalha, tendo o tambor em apreço preparado contendo dentro tecidos pelo operário José Pereira e Pedro Gonçalves todos operários da tinturaria; que esses indivíduos, são responsáveis pelo fato presente, desde que disseram que botasse para fora o tambor de que trata esse flagrante e tudo ficaria resolvido e com pouco pensar ele interrogado caiu nessa cilada maldita[7].

Ao afirmar que o furto foi arquitetado por outros operários, Clodomiro tentou deslocar a acusação que recaiu sobre ele, incriminando dois operários da tinturaria. José Pereira de Lima,

---

6 CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2.ed., 2001, p. 40.

7 **Processo n. 45.** Natureza do feito: Ação Publica (Furto). Indiciado: Clodomiro Fernandes, José Pereira de Lima e Pedro Gonçalves Ramos. Vitima: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 27 de novembro de 1959, p. 6. Caixa – Ano de 1959. Arquivo do Fórum de Rio Tinto.

trabalhador desde 1952, se isentou da culpa, ao dizer que "sempre foi honesto em sua profissão", e Pedro Gonçalves Ramos, trabalhador desde 1947, declarou que se encontrava em sua residência quando ocorreu o fato.

Aos primeiros depoimentos, seguiu o trabalho de avaliação e medição dos tecidos apreendidos por peritos designados pelo Comissário de Polícia, os comerciantes Joaquim de Albuquerque Bessa e José Ferreira de Lima. Em sua avaliação, confirmaram-se os 93m e 55cm de brim tursor guarany, divididos em nove cortes.

A citação de José Pereira de Lima e Pedro Gonçalves Ramos, como envolvidos e responsáveis pelo furto, fez a direção da fábrica determinar o afastamento dos dois operários, o que foi confirmado pela testemunha, o auxiliar de escritório, José Gabriel Filho. Para Manoel Tomás da Silva, os operários são envolvidos no caso injustamente, "não lhe constando que esses tivessem em qualquer época, furtado tecidos daquela seção, pois são uns homens camaradas, parecendo não terem maus costumes"[8].

Passado mais de um mês, Clodomiro assegurou que, antes de conduzir o tambor, foi procurado por José Pereira e Pedro Gonçalves, que lhe pediram que levasse ao lixo o recipiente com os cortes de tecidos escondidos em seu interior. Segundo seu depoimento, Clodomiro tentara convencer os operários das consequências daquele ato, caso fosse descoberto. Ainda assim, decidiu depositá-lo, mesmo tendo ciência "mais ou menos que aquele recipiente estava cheio de peças de fazenda ou algum outro material; e conclui que já havia jogado outros tonéis secos naquele depósito de lixo; que nada mais tem a declarar"[9].

Para a primeira audiência, marcada para 01 de fevereiro de 1960, foram ouvidas as testemunhas de acusação: José Henrique da Silva, Severino Felício de Lima e Manuel Domingos de Souza. José Henrique, motorista, disse ter presenciado Clodomiro colocar o tambor com tecidos em um local de materiais imprestáveis. E acrescentou um dado importante sobre a área de vigilância da fábrica:

---

8 Ibidem, p. 18.
9 Ibidem, p. 21.

> Que o referido depósito de materiais velhos fica ainda dentro da área de vigilância da Fábrica; que não era fácil aos acusados tirarem a fazenda depositada no local de materiais velhos para fora da área de vigilância da fábrica; que para sair do interior da fábrica, digo, da área cercada passa-se forçosamente por portão guarnecido por vigias[10].

No trecho acima, ressaltam-se as dificuldades de sair da fábrica com tecidos escondidos. Porém, como possibilidade, faz-se uma observação: os tambores estavam depositados em um espaço de materiais sem utilização. Provavelmente, a fábrica iria dar fim aos objetos, incluindo o próprio tambor. É possível que Clodomiro ou os acusados soubessem que a fábrica eliminava esses tambores e decidiram, estrategicamente, ocultar tecidos em tambor em desuso, que passaria sem inspeção pelos vigias.

O vigia Severino Felício de Lima falou ter visto Clodomiro levar o tambor para um local em frente à vigilância. Tem-se, nessa fala, uma informação relevante: "Que o acusado José Pereira lhe pediu para ele na qualidade de vigia amenizar a situação de Clodomiro Fernandes". A resposta teria sido negativa, posto que a possível retaliação da fábrica poderia acontecer, já que o ato era de conhecimento de vários operários[11]. Reafirmando "que nunca viu os acusados furtarem tecidos da Fábrica Rio Tinto", o operário Manuel Domingos de Souza informou que os depósitos eram colocados em local de ampla visibilidade, "em uma área contornada por edifícios (...) completamente contornado[s] por edifícios, [que,] no entanto, pode ser observado pelo vigia do portão"[12].

Em 04 de março, foram ouvidas mais testemunhas de acusação: José Gabriel Filho, Manuel Tomaz Filho e José Leôncio Batista, da mesma seção dos acusados, unânimes em assegurar

10 Ibidem, p. 41.
11 Ibidem, p. 42.
12 Ibidem, p. 43.

que, dificilmente, o tambor sairia do local sem ser visto, inicialmente, pelos fiscais da seção, uma vez que, "do recinto da fábrica onde os operários trabalham, só existe uma saída; que a saída única da fábrica é constantemente guarnecida por vigias, os quais interceptam qualquer pessoa que por ali passe conduzindo um volume"[13].

O corte de tecidos e o furto é uma prática que, vez ou outra, ocorria na fábrica, apesar do controle dos vigias. Isso foi admitido na fala de outra testemunha, o comerciante Luiz Ferreira dos Santos, que declarou que, na época em que trabalhava na fábrica, assistiu ao acusado José Pereira "cortar panos não sabendo com que objetivo". O advogado dos acusados, Sebastião Lins, contestou as afirmações e afirmou que o comerciante tinha animosidade com José Pereira desde 1954, o que, por sua vez, foi contraditado pelo comerciante.

A seguir, foram ouvidas as testemunhas de defesa dos réus que, imediatamente, negaram que os acusados tivessem furtado ou levado Clodomiro ao mencionado ato. As testemunhas firmaram o nível de conhecimento dos envolvidos, assinalando que eles tinham bom comportamento e que eram cumpridores de seus deveres. Josefa Ferreira de Souza, uma operária que, desde 1956, não trabalhava na fábrica, falou: "Ninguém pode passar pelo portão da fábrica conduzindo qualquer volume sem que seja revistado pelo vigia".

José Rosas também assegurou não ser "possível a nenhum operário da fábrica passar pelo portão conduzindo volumes nas mãos ou mesmo sobre as vestes sem que não seja interceptada pelos vigias"[14]. O defensor do réu inquiriu José Rosas, que alertou: "Clodomiro Fernandes afastou-se dessa cidade temendo ser batido pelos vigias". A outra testemunha foi contundente na defesa de Clodomiro, "um homem honesto". Ainda disse que os vigias do portão principal da fábrica revistavam as operárias que portavam aventais ou objetos de mão[15].

---

13 Ibidem, p. 50.
14 Ibidem, p. 57.
15 Ibidem, p. 58.

Quando terminaram os depoimentos, os advogados elaboraram as razões finais. Sebastião Lins esperou que os réus José Pereira e Pedro Gonçalves fossem absolvidos da acusação. Adailton Costa[16], advogado de Clodomiro, apontou que o furto em si não havia sido efetivado, pois "1º) que a coisa não ficou na posse do réu; 2º) que não houve subtração da coisa, uma vez que essa coisa não foi além da esfera de vigilância da vítima"[17]. Assim, como não houve caracterização de furto, sequer de tentativa, as testemunhas reiteraram a impossibilidade da saída de objetos sem serem revistados pelos vigias. Por fim, a defesa apresentou Clodomiro como um honesto operário em sua conduta na fábrica, o que fora reiterado nos relatos das testemunhas.

Segundo o advogado, o fato resultaria em implicações na vida cotidiana do trabalhador: "a simples lembrança do fato, mesmo como motivo de 'chacota', constituirá para ele a maior das reprimendas morais". O advogado analisou que a lei a ser aplicada deveria primar não pela medida punitiva, mas pela liberdade ao acusado:

> Dessa maneira a absolvição do acusado não é um estímulo à prática de novo crime, mas o reconhecimento de aplicação legislativa que por direito lhes assiste, uma vez que a lei não é somente lei quando rigorosamente pune, mas, acima de tudo é lei, quando pela sua sublimidade traça um caminho à liberdade daqueles que cogitaram errar mais não erraram, nem mesmo pela vez primeira[18].

O juiz Hermilo Ximenes[19] anunciou sua sentença em 17 de

16 Esse advogado, ao lado de Sebastião Lins e José Gomes da Silva, integrava a estrutura do Sindicato Têxtil de Rio Tinto, que oferecia suporte jurídico aos operários.

17 Ibidem, p. 68.

18 **Processo n. 45**, *op. cit.*, p. 70.

19 Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964, apareceu, tanto nos textos historiográficos quanto na memória dos trabalhadores, como oposição ao poderio da fábrica. Assim, o Magistrado atuava em defesa dos direitos dos trabalhadores do campo (via Liga Camponesa) e da cidade (fábrica de tecidos).

maio de 1960. Nela, realçou que as provas apontavam para a tentativa de furto e citou a própria fala do réu, ao admitir que "sabia mais ou menos que aquele recipiente estava cheio de peças de fazenda ou algum outro material"[20]. Para o magistrado, a culpa de Clodomiro foi confirmada. Dos outros acusados, José Pereira e Pedro Gonçalves, o juiz os destituiu de culpabilidade direta ou indireta. Segundo sua apreciação, as testemunhas de defesa e de acusação removeram qualquer ideia de que eles tinham "orientado ou instigado Clodomiro Fernandes para a prática do delito, ficando as alegações desse último, em seu interrogatório, como um fato isolado, desmerecedor de crédito no conjunto das provas"[21].

Quanto à condução de tambores de tecidos para o depósito, o juiz assinalou que "dificilmente poderiam sair de sua área de vigilância". No entanto, ressaltou: "Nos autos não há prova da impossibilidade absoluta da retirada do tecido no todo ou em partes". Em 18 de maio, foi proclamada a sentença de acusação de Clodomiro, que foi condenado a dois anos de prisão, mas diminuída, a seguir, para oito meses. No entanto, a Companhia de Tecidos Rio Tinto entrou com recurso em outra instância divergindo da sentença. Requereu, então, revisão da sentença que absolvera José Pereira e Pedro Gonçalves e, considerando leve a pena aplicada a Clodomiro, arguiu que existiam nos autos provas incontestáveis para a condenação, pois, pela fala das testemunhas, um dos réus absolvidos estava a par do ato. Segundo o recurso, o depoimento do vigia Severino Felício de Lima deixou claro que José Pereira o procurara logo após o furto para que "amenizasse a situação de Clodomiro Fernandes".

Na exposição, há a alusão a casos parecidos, julgados no Tribunal de Justiça de Minas Gerais e de São Paulo. A Companhia Rio Tinto apontou outro abuso de Clodomiro, o abuso de confiança: *"o criminoso era empregado da recorrente e, como tal, mantinha com a mesma, relações contratuais que implicam na confiança recíproca, na desnecessidade de vigilância e na espera do cumprimento integral*

20 **Processo n. 45**, *op. cit.*, p. 73.
21 Ibidem, p. 74.

dos deveres"[22]. Aqui se observam as razões arguidas no processo – "confiança recíproca" e "desnecessidade de vigilância" –, como artifício de retórica processual, posto que, em todos os depoimentos, o que mais ressalta é a vigilância ostensiva recobrindo todo o espaço da fábrica, além das revistas pessoais.

A defesa dos acusados José Pereira e Pedro Gonçalves pediu a manutenção da sentença de absolvição, objeto de apelação ao Egrégio. Em face de discordâncias na apelação da Companhia, o advogado Sebastião Lins atentou para o fato de que os envolvidos não trabalhavam com tecidos, senão nas funções de medir e de pesar tintas.

Outro alerta é a fala do vigia Severino Felício, que afirmou que José Pereira o procurara para interceder pela situação de Clodomiro. Para o advogado, a fala do vigia era suspeita, pois ele era pessoa de confiança da fábrica, "testemunha já de per si suspeita para acusar e que diz QUE VIU José Pereira no momento do crime. José Henrique, também presente ao fato disse QUE NÃO VIU José Pereira ali presente. Qual falou a verdade?"[23].

Quanto às testemunhas arroladas pela fábrica, José Sérgio Leite Lopes esclareceu que, em Paulista, a participação de "vigias, fiscais, cabos e outros pequenos chefes" era procedimento comum nos processos trabalhistas movidos contra a Companhia de Tecidos. Para tanto, citou o caso do ex-banqueiro Severino, procurado por um dos diretores, para depor a favor da Companhia. Em troca, o operário receberia algumas vantagens materiais: casa com água encanada e energia elétrica, aditamento salarial, além da função de fiscal de seção[24]. Aqui se observam os vários estratagemas empregados pela direção da fábrica, como a coação econômica e a expectativa de conceder vantagens materiais às testemunhas que favorecessem a fábrica.

O procurador de Clodomiro, Adailton Costa, requereu reformulação da sentença, sobretudo da condenação, e afirmou que a

---

22 Ibidem, p. 86.
23 Ibidem, p. 93.
24 LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo, Marco Zero, 1988. p. 361-362.

redução da pena estaria pautada na lei, pois o réu era primário, com "bons antecedentes e vida pregressa irreparável", e devido ao fato, firmado em depoimentos, de não se poder retirar o tambor com tecidos ou objetos de valor sem conhecer os vigias do portão principal. Devido a "um crime que não aconteceu", ou, na linguagem jurídica, "tentativa irrealizável ou impossível", o advogado tentou anular a pena, clamando sempre a atenção para forte vigilância no recinto fabril:

> Dessa maneira, provada a impossibilidade da retirada do objeto, que não transpõe, sequer, a zona vigiada da recorrente, não há como falar-se em tentativa de furto configurada. Mas pela ineficácia e impossibilidade de sua concretização, temos uma configuração perfeita da TENTATIVA IRREALIZÁVEL OU IMPOSSIVEL. Absolutamente impossível! Pois não há como restringir tal impossibilidade, uma vez que o acusado nem sequer tentou retirar da zona de vigilância da Fábrica, isto é, do recinto fechado da Fábrica, pela única passagem existente, E VIGIADA! Ao tonel recipiente dos tecidos[25].

Assim, o advogado requereu a nulidade da pena. O processo arrastou-se até 25 de março de 1961, quando o defensor do réu, em último recurso jurídico, valeu-se de um decreto do Presidente da República e pediu sua soltura:

> Clodomiro Fernandes vem respeitosamente perante V. Excia. por seu procurador e advogado infra firmado, requerer o benefício do Decreto Lei 50.240 - do Sr. Presidente da República, datado de 28 de janeiro de 1961, que concede o perdão definitivo para todos os condenados à

25 **Processo n. 45**, *op. cit.*, p. 98.

> pena que não exceda de quatro anos e que tenham cumprido até a data da publicação do citado Decreto Lei, um terço da pena sendo ainda de boa conduta carcerária e acima de tudo primário na delinquência, para que seja concedida a sua liberdade[26].

O juiz acolheu o pedido e ordenou, em Alvará, que Clodomiro saísse da carceragem da Cadeia Pública de Rio Tinto em 25 de março de 1961. Solto, o operário teve seu nome marcado pelo processo, que lhe redefiniu o perfil de honesto e bom trabalhador. É certo que tal fato marcou profundamente sua imagem de operário honesto. Doravante, o fato seria, muitas vezes, objeto da reprimenda pública, velada ou aberta em seu meio.

Os furtos na Tecelagem Rio Tinto eram uma prática cotidiana, igualmente em fábricas congêneres. Em referência a casos de furtos de tecidos na Fábrica Cruzeiro – da Companhia Têxtil América Fabril – no Rio de Janeiro, Elisabeth Weid e Ana Marta Bastos afirmaram: "A motivação do operário podia estar ligada à procura de uma compensação pela exploração sofrida, à necessidade de complementação do orçamento familiar (através da venda do material), ou ao objetivo de prover a família de roupas"[27]. As autoras ressaltaram, ainda, a punição como medida preventiva: "Para a empresa justificava-se a aplicação da pena máxima como exemplo para os outros operários diante do perigo que o 'ladrão' representava para o patrimônio"[28].

Desse processo em Rio Tinto, destacam-se a atuação dos vigias e a vigilância no trabalho nas várias seções da tecelagem. Eram funcionários de confiança dos Lundgren, que tinham a função de "fiscalizar" operários que, se fossem vistos cometendo qualquer desleixo ou descumprimento seriam delatados à direção da fábrica. Existiam dois tipos de vigias em Rio Tinto: de policiamento

26 Ibidem, p. 111.

27 WEID, Elisabeth Von Der e BASTOS, Ana Marta Rodrigues. **O fio da meada**: estratégia de expansão de uma indústria têxtil (Companhia América Fabril, 1878-1930). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Confederação Nacional da Indústria, 1986, p. 165.

28 Ibidem, p. 247.

(que cuidavam da segurança da cidade) e de ponto (responsáveis pelas seções dentro da fábrica). Severino Felício era vigia de ponto e apreendeu os tecidos do tambor, na tentativa de furtar o operário Clodomiro. Sobre as diferenças desses dois tipos, Júlio Justino esclareceu:

> Os vigias de ponto era o seguinte: aqui era um ponto da seção da fábrica, trabalhava um ali, trabalhava outro. E tinha os vigias que faziam os serviços de policiamento, esses eram mais odiados pelo povo. Por que aqui em Rio Tinto não tinha polícia, era vigia. O seu Frederico no começo pra rodar isso aqui, ele foi em João Pessoa e arrumou vinte anos sem pagar imposto da fábrica, compreendeu e tudo mais. Mas o Governador também não era muito tolo e disse que ele ficasse responsável pelo policiamento, então tinha os vigias[29].

O serralheiro quando afirmou que os de policiamento "eram os mais odiados pelo povo", fez referência, especialmente, a alguns abusos cometidos por ordem dos Lundgren na coação de operários que se envolvessem com questões sindicais nos anos 1930. Essa informação foi ratificada por José Antônio da Silva, ao dizer que seu irmão fora agredido por vigias ao tentar se envolver com o sindicato. A fala do vigia de ponto, Severino do Nascimento, ao se referir à atuação dos vigias de policiamento na época de Frederico Lundgren, e com o advento da movimentação operária, sobretudo, a partir do final dos anos 1950, é contundente:

> Dos anos 1940 pra lá, os operários naquele tempo não fazia greve, naquele tempo os Lundgren era diferente, as coisas não eram assim, não. No meu tempo houve um bocado de greve, mas

29 Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro, começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto.

eu mesmo trabalhando em portão a gente não poderia segurar. Tinha um tempo que o povo queria sair, parou a fábrica, aí a gente foi, fechou o portão e levaram a gente com portão e tudo[30].

Severino Nascimento ainda reiterara que os vigias, antes dos anos 1940, trabalhavam armados: "(...) andava armado antigamente por que não tinha lei, mas não foi no meu tempo. No nosso tempo, eu trabalhava desarmado, a não ser no cofre. Depois de 1972 para cá, a Companhia conseguiu que os vigias trabalhassem armados". Importante demarcar que, a partir de 1962, os vigias não circulavam armados, porque a medida do juiz Hermilo Ximenes, de 17 de março de 1962, proibia o uso de armas na cidade: foices, facas ou, até, armas de fogo. Foi uma medida preventiva, porquanto "os camponeses circulavam livremente com foices pela cidade, como se fossem instrumentos de trabalho e era preciso evitar algo pior"[31], ressaltou o magistrado. Sobre isso, destaca-se esta cláusula:

> IV – Para efeito de aplicação da norma primeira, a faca peixeira ou de qualquer outro tipo similar, não será considerada instrumento de trabalho, quando conduzida dentro de perímetro urbano, nas ruas e logradouros públicos, como também no interior de fábricas e oficinas onde seu uso não se fizer necessários para o exercício de ofício ou profissão[32].

A portaria atingia trabalhadores, vigias, camponeses, proprietários rurais e os Lundgren, mas com um alvo principal:

---

30 Severino Nascimento Soares – 72 anos. Trabalhou como tecelão de 1949 a 1960, quando passou a trabalhar como vigia. Entrevista realizada em Rio Tinto.

31 Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa.

32 Poder Judiciário. Juízo de Direito da Comarca de Rio Tinto. **Portaria nº. 5, de 17 de março de 1962**.

> V – A foice de roça e ferramentas análogas, ou faca de qualquer tipo, não serão consideradas como instrumento de trabalho em passeatas, ajuntamento e comícios realizados nas estradas públicas ou particulares bem como nas sedes de propriedades rurais.
> VII – As autoridades policiais em nenhuma circunstância permitirão que proprietários rurais ou seus prepostos constranjam trabalhadores agrícolas, mediante violência ou grave ameaça, a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que não manda, bem assim, a prestação de qualquer trabalho, inclusive, da chamada diária semanal – obrigatória[33].

Os vigias de ponto faziam o controle de dentro da fábrica. Nas seções de manuseio de tecidos, por exemplo, a vigilância era redobrada. A tecelã Maria Conceição confidenciou como os trabalhadores driblavam a vigilância e furtavam tecidos:

> Aqui tinha gente que pegava uma moitinha, e ia ao banheiro – o banheiro era tudo de porta – e se enrolava tudinho. Eu nunca vi não, mas, eu ouvia falar muito, ainda teve gente que chegou a me falar: deixa de ser besta mulher leva. Ai eu disse: Deus me livre! Ai ela disse, pois eu levei um pedaço desses[34].

Quando o operário passava pela inspeção do portão principal e se constatar que ele escondia cortes de tecidos, os diretores da fábrica adotavam algumas atitudes de retaliação, como medidas punitivas, que serviam de exemplo para os outros trabalhadores:

---

33 Ibidem.
34 Maria da Conceição Nascimento – 76 anos. Como tecelã, trabalhou de 1942 a 1974. Entrevista realizada em Rio Tinto.

> Nas vezes em que o operário era flagrado na saída da fábrica, o fato era imediatamente levado ao conhecimento da diretoria que fazia o acordo com o operário de não "sujar" a carteira de trabalho, contado que não tivesse nenhum direito à indenização, além de perder a moradia. Dependendo da gravidade do caso, toda a família do operário que trabalhasse na fábrica era indenizada e, num espaço mínimo de tempo, deixava a cidade[35].

Assim, a direção da fábrica, especificamente por meio do chefe da seção dos vigias, repassava ordens e normas, para que fossem mais rigorosos na vigilância, sobretudo, na vistoria que era feita no portão principal:

> Para a gente era feito pela chefia. Sobre o trabalho, como era o dever, como deveria trabalhar e tratar o povo, e quando a companhia queria dar alguma ordem mais severa, era afim de quê? A fim de investigar alguma coisa, né, aí fazia as reuniões, passavam para a gente como deveríamos fazer. Fazer tudo direito, tudo certo. Investigava, observava ou mesmo corrigia alguma coisa de operário, depois que teve morte e roubalheira toda de pano[36].

Já no interior da fábrica, em horários de trabalho, as idas aos banheiros eram controladas. Os trabalhadores "passavam pela vigilância da 'latrineira', pessoa encarregada de controlar o tempo das idas ao banheiro"[37].

---

35 MACÊDO, Maria Bernadete. **Inovações Tecnológicas e Vivência Operária**: o caso de Rio Tinto 1950-1970. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da UFPB. João Pessoa, 1986, p.191.

36 Severino Nascimento Soares – 72 anos. Trabalhou como tecelão de 1949 a 1960, quando passou a trabalhar como vigia. Entrevista realizada em Rio Tinto.

37 MACÊDO, Maria Bernadete, **Inovações...**, *op. cit.*, p.191.

No processo de Clodomiro, havia testemunha afirmando que, em ocasiões diversas, os vigias inspecionavam as vestes e até o avental das operárias. A ação de Clodomiro apresenta diversos vieses e questões sobre o mundo do trabalho, especificamente, do cotidiano no espaço fabril. O primeiro aspecto é que o roubo de tecidos em tecelagens era um momento em que o trabalhador obtinha complemento financeiro para o seu sustento por meio do comércio dos cortes. Outro é que os operários encontravam brechas para burlar a vigilância no interior das seções e demonstrar as estratégias de resistência cotidiana na Companhia de Tecidos Rio Tinto.

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. Os arquivos dos trabalhadores. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 2, n.15, dez. 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CORREIA, Telma de B. et al. **Rio Tinto**: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: Unipê, 2002.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. Moradia e trabalho em Rio Tinto. In: **Relações de trabalho e relações de poder**: mudanças e permanências. Fortaleza: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS)/Universidade Federal do Ceará, 1986.

HUTZLER, Celina Ribeiro. Quem pode pode, quem não pode... In.: **Relações de trabalho e relações de poder**: mudanças e permanências. Fortaleza: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS)/Universidade Federal do Ceará, 1986.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de**

classe na cidade das chaminés. São Paulo, Marco Zero, 1988.

MACÊDO, Maria Bernadete Ferreira de. **Inovações tecnológicas e vivência operária**: o caso de Rio Tinto - 1950-1970. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Economia/UFPB, 1986.

NEVES, Magda Maria Bello de Almeida. Dominação de resistência no cotidiano do trabalho fabril: as práticas sociais de mulheres e homens operários. In: **Relações de Trabalho e Relações de Poder**: Mudanças e Permanências. Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Sociologia/Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS)/Universidade Federal do Ceará, 1986.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História – Cultura e Representação**, São Paulo, n.14, fev. 1997.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v.21, n.1, jan./jun. 2002.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história**: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal do Ceará, 2008.

WEID, Elisabeth Von Der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. **O fio da meada**: estratégia de expansão de uma indústria têxtil (Companhia América Fabril, 1878-1930). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Confederação Nacional da Indústria, 1986.

ARQUIVO DO FÓRUM DE RIO TINTO – PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO. Juízo de Direito da Comarca de Rio Tinto. **Portaria n.5, de 17 de março de 1962**.

Processo n. 45. Ação Pública (Furto). Indiciados: Clodomiro

Fernandes, José Pereira de Lima e Pedro Gonçalves Ramos. Vítima: Companhia de Tecidos Rio Tinto. 27 de novembro de 1959.

ENTREVISTAS

Hermilo de Carvalho Ximenes. Juiz de Rio Tinto, no período de 1959 a 1964. Entrevista realizada em João Pessoa.

José Antônio da Silva – 78 anos. Entrou para a fábrica em 1940, trabalhou como carpinteiro, no pós-1964, tomou parte na diretoria do sindicato, e, em 1967, tornou-se presidente, posteriormente vice-prefeito e vereador em Rio Tinto. Entrevista realizada em Rio Tinto.

Maria da Conceição Nascimento – 76 anos. Tecelã trabalhou de 1942 a 1974. Entrevista realizada em Rio Tinto.

Severino Nascimento Soares – 72 anos. Trabalhou como tecelão de 1949 a 1960,quando passou a trabalhar como vigia. Entrevista realizada em Rio Tinto.

Júlio Justino da Silva – 78 anos. Serralheiro começou a trabalhar em 1948 na fábrica. Entrevista realizada em Rio Tinto.

Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba

Paulo Giovani Antonino Nunes

INTRODUÇÃO

Angela de Castro Gomes considera o conceito de populismo como uma das construções míticas mais importantes do imaginário político e social do Brasil[1]. A narrativa do referido conceito parte do princípio de que falta algo ao povo brasileiro, que ele é tolo e desorganizado, embora seja bom, enquanto suas elites têm algo de mau e maquiavélico. Assim,

> a capacidade demonstrativa de estudos realizados sobre a prática eleitoral, partidárias e sindical, bem como sobre a formação de movimentos sociais se esmaece. Argumentos como o do crescimento de eleitorado entre 1945 e 1964, o da afirmação dos partidos políticos e o da identificação de fidelidades partidárias entre o eleitorado são vãos. Do mesmo modo, a verificação

---

1 GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

> de que os sindicatos do pré-64 também eram espaços de participação real dos trabalhadores, cujas lideranças mantinham contatos com suas bases, tendo níveis nada desprezíveis de representação, é inócua. A comprovação de que esses trabalhadores souberam usar a Justiça do Trabalho, o discurso trabalhista e os direitos impressos na Consolidação das Leis Trabalhistas para suas lutas, não surte grande efeito. Chamar a atenção para as relações entre o "velho e o novo" sindicalismo e para a presença dos velhos partidos na dinâmica política do pós-64 também não tem resultados muito diferentes[2].

Segundo Jorge Ferreira[3], o conceito de populismo foi concebido a partir das teses da "teoria da modernização" formuladas por Gino Germani e Torcuato di Tella. Suas primeiras formulações foram feitas pelo chamado "Grupo de Itatiaia"[4] e, posteriormente, mas com o mesmo sentido, por sociólogos da Universidade de São Paulo (USP), que desenvolveram trabalhos sobre o papel dos camponeses na formação da classe operária brasileira[5]. Mas o conceito se consolidou na academia, na imprensa e no imaginário político brasileiro após a derrota das forças trabalhistas com o golpe civil-militar de 1964. Esse processo permitiu "que a noção de populismo surgisse como fator explicativo para a fraqueza do movimento operário e sindical diante da investida, verdadeiramente, fulminante, da direita civil-militar"[6].

O texto que consolidou a hegemonia desse conceito foi o livro

---

2 Ibidem, p. 36.

3 FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.

4 Grupos de intelectuais que, sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, passou a se reunir periodicamente para debater sobre problemas políticos do Brasil. Formados, entre outros, por Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe.

5 Os sociólogos ligados à USP que desenvolveram esses trabalhos foram: Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Aziz Simão e José Albertino Rodrigues.

6 FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 74.

O populismo na política brasileira, de Francisco Weffort[7]. Esse autor considera que a principal característica do populismo seria a presença de líderes populistas que manipulam e enganam as massas, em geral, de origem camponesa, sem tradição de organização e, portanto, sem consciência de classe. Mas Weffort também afirma que há uma interlocução, uma interação entre Estado e classe trabalhadora e que o populismo também significa atendimento de demandas da classe trabalhadora. Segundo Ferreira, nas análises de Weffort,

> [as] relações mantidas entre Estado e classe trabalhadora são conduzidas sob certa tensão, sob certa ambiguidade: ora interlocução, ora manipulação. No entanto, essa última maneira, de cima para baixo, foi a que se firmou nos estudos posteriores, ressaltando-se as passagens em que Weffort analisa de maneira mais caricatural as relações entre as "massas" e os líderes "populistas": manipulação, emocionalidade, relações individuais, traição, etc.[8].

Essa tese se firmou no final dos anos 1960. A partir daí, a democracia brasileira, inaugurada em 1945 e finalizada com o golpe civil militar de 1964, passou a ser denominada de populismo:

> O sucesso da expressão foi enorme. Inicialmente, desqualificações políticas das direitas e das esquerdas. Depois, avançou para as universidades, recebendo fundamentos teóricos. A seguir, invadiu as páginas da imprensa e, por fim, a linguagem cotidiana da população. O político populista, então, surge como um personagem que agiria de má-fé, mentindo e enganando o povo,

7 WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: 3ª ed., Paz e Terra, 1980.

8 FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 79.

> principalmente nas épocas de eleições, prometendo tudo e nada cumprindo[9].

Neste texto, interessa-nos analisar a atuação do movimento sindical brasileiro, mais especificamente, o que atuou no estado da Paraíba, do final dos anos de 1950 até o golpe civil-militar de 1964, e a repressão que se abateu sobre ela no imediato pós-golpe.

O movimento sindical brasileiro no período trabalhista e o golpe civil-militar

O movimento sindical brasileiro passava por um momento de ascensão na conjuntura do fim do Estado Novo e início do período de redemocratização. Segundo Marcelo Badaró Mattos, "dados sobre a criação de novos sindicatos e o índice de sindicalização confirmou essa retomada: 873 sindicatos foram criados até 1945. Em 1946, surgiram mais 66 sindicatos. Os trabalhadores sindicalizados, que em 1945 somavam 474.943, passaram a contar 797.691 já em 1946"[10]. Com o apoio de líderes comunistas, foram criadas organizações intersindicais à revelia da legislação, como o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), em abril de 1945, e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), em setembro de 1946, durante o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado no Rio de Janeiro.

Com o início da 'Guerra Fria' em 1947, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que vinha tendo grande crescimento eleitoral desde sua legalização em 1945, foi colocado na ilegalidade e, em 1948, seus parlamentares foram cassados. Essas medidas significaram para o PCB

> o término da política de união nacional e o início de uma virada à esquerda, entrando na ordem do dia a luta contra o "governo de traição" de Dutra: o PCB defende greves "a qualquer

9 Ibidem, p. 89.

10 MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 27.

> custo", repudia o corporativismo, exorta aos "sindicatos paralelos" e à organização de base, ataca as demais correntes e não evita o confronto aberto com a polícia[11].

Diante da nova postura do PCB e da repressão do governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra em seu segundo triênio, marcado pelas intervenções do Ministério do Trabalho, pela repressão policial e pela aplicação da legislação que limitava, na prática, o direito de greve em situações excepcionais, uma retomada das ações grevistas só seria possível em 1951, já durante o segundo governo de Getúlio Vargas[12].

De acordo com Antônio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, um dos marcos da retomada do movimento sindical de massas foi a 'Greve dos 300 Mil', ocorrida em São Paulo, entre março e abril de 1953. Iniciada na fábrica de Tecido Matarazzo, alastrou-se para outras categorias: metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e gráficos. Em 23 de abril, foi encerrada, depois de 27 dias de paralisação. O saldo da greve foi completamente favorável à classe operária, porquanto

> Aumentou a sindicalização, surgiram novas lideranças e as assembleias sindicais tornaram-se mais concorridas. O Pacto de Unidade e Ação (PUA), que decorreu da reorganização do Comitê Intersindical de Greve, obteve com esse movimento "seu grande laboratório de gestação"[13].

Mas, ainda de acordo com os mesmos autores, a reação não demorou a se manifestar:

> Milhares de demissões, listas negras, desrespeito

---

11 NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – v. 3**: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 60.

12 MATTOS, Marcelo Badaró, *op. cit.*, p. 32-33.

13 NEGRO, Antônio; SILVA, Fernando Teixeira da, *op. cit.*, p. 65.

> puro e simples dos termos acordados provocaram novas paralisações em maio. Em setembro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) condicionou o reajuste à clausula de assiduidade integral dos trabalhadores nas empresas, motivando novas paralisações[14].

Outra greve importante, ainda no ano de 1953, foi a dos marítimos, iniciada em julho, que envolveu 100 mil trabalhadores nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Pode inferir que, "apesar da expressividade do voto operário em Vargas em 1950, os trabalhadores agiam com independência política e manifestavam seu descontentamento com os rumos da economia do país"[15]. Nessas greves, verificadas no fim do segundo governo Vargas, já se podia perceber um retorno do PCB ao cenário sindical, que, à revelia das orientações do Partido, começara a estabelecer alianças com os trabalhistas do PTB.

Outro movimento importante do período foi a "Greve dos 400 Mil", de 15 a 25 de outubro de 1957, considerada o auge do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno grevista, porque,

> Depois dela, ficou patente a capacidade da classe trabalhadora em expandir seu poder de pressão tanto sobre o empresariado quanto sobre o panorama político. Ficou clara também a possibilidade de superação do atrelamento estatal pelo sindicalismo trabalhista. E, principalmente, estabeleceu-se que o lugar dos trabalhadores na paz social do nacional-desenvolvimentismo não era absolutamente determinado pelo progresso econômico, mas pela própria experiência operária[16].

14 Ibidem.
15 Ibidem.
16 Ibidem, p. 74.

Em 1959, houve a luta pelo abono de Natal. Os sindicatos remeteram petições ao Congresso Nacional em favor do projeto de lei, de autoria do deputado Aarão Steinbruch, que propunha a concessão desse benefício. Negados os pedidos, os trabalhadores sustentaram campanhas de pressão até sua acolhida em 13 de julho de 1962. Teve destaque também a 'Greve dos 700 Mil', ocorrida no segundo semestre de 1963, voltada para as campanhas salariais, no sentido de unificar as várias categorias de trabalhadores. A volta ao trabalho só aconteceu quando uma Comissão de Greve negociou um acordo válido para os 700 mil trabalhadores, independentemente de os entendimentos terem ocorrido em particular. Na prática, um patamar mínimo universal fora atingindo[17]. Segundo John Foster Dulles "vários empresários se determinaram a derrubar Jango após a 'Greve dos 700 Mil'"[18].

Um fato relevante para o diálogo entre o movimento sindical e o governo federal foi a nomeação de João Goulart para Ministro do Trabalho, em substituição a Segadas Vianna:

> Jango criou um novo estilo de atuação política no ministério: suspendeu as intervenções nos sindicatos, minimizou a repressão, não perseguiu comunistas; em seu gabinete, informalmente, atendia num único dia grande número de dirigentes sindicais, e defendeu um projeto nacionalista de reformas sociais, com participação ativa dos trabalhadores[19].

Esse estilo de prática política levou a uma grande oposição do empresariado, que chegou ao ápice com sua proposta de duplicar o salário mínimo, o que levou à sua demissão, já em fevereiro de 1954.

Outro elemento marcante dessa retomada do movimento

---

17 Ibidem, p. 82 e segs.

18 DULLES, John Foster. **Unrest in Brazil**. Austin: University of Texas, 1970, p. 243 *apud* NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira, *op. cit.*, p. 86.

19 NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira, *op. cit.*, p. 65.

depois da 'Greve dos 300 Mil' foi a criação de *Intersindicais*, que, como vimos, não eram permitidas pela legislação vigente. Já no decurso da referida greve, surgiu o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que motivou a aliança entre nacionalistas do PTB e militantes do PCB, assim como acolheu lideranças sindicais janistas e ademaristas. Fracionado pelo faccionismo, foi dissolvido em 1959 e deu lugar ao Conselho Sindical dos Trabalhadores (CSI). Ao contrário do PUI, a direção do CSI foi ancorada nas federações, e não, nos sindicatos, o que a distanciou da pressão vinda das bases[20].

O auge da organização dos trabalhadores brasileiros, no período trabalhista, se deu com a criação, em agosto de 1962, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que

> Nasceu de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar amplas parcelas de trabalhadores em âmbito nacional. Seu objetivo era não apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil[21].

Ainda segundo Negro e Silva, o CGT, que se caracterizava por posições nacionalistas, por uma modernização de caráter redistributivista e por reformas sociais, tinha como principais bandeiras de luta o controle das remessas de lucro para o exterior, a restrição aos investimentos estrangeiros, o direito de voto aos analfabetos, aos cabos e aos soldados, a ampliação da organização dos trabalhadores rurais, a reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência, o fortalecimento da presença do

20 Ibidem, p. 71.
21 Ibidem, p. 72.

Estado na economia e nas empresas nacionais etc. Enfim, as mesmas posições da maioria da esquerda e dos setores nacionalistas e trabalhistas ligados a Goulart:

> Tão ambiciosas metas faziam parte de uma estratégia de conquista de legitimidade entre os trabalhadores por meio da construção de uma identidade nacional imbuída de objetivos comuns e visíveis a todos, levando o país de um estágio de subdesenvolvimento para o de desenvolvimento industrial, acompanhado de justiça social. Foi nesse sentido que, sob a coordenação de lideranças trabalhistas e comunistas, inúmeros sindicatos anexaram à sua pauta de lutas atividades de cunho político, acirrando as disputas com outras orientações ideológicas, que buscavam banir dessas entidades qualquer mobilização política[22].

Diante dessa estratégia de envolvimento nas questões políticas, além das de caráter meramente sindical, o CGT se envolveu diretamente em várias campanhas marcantes durante o governo Goulart. Em agosto de 1961, por exemplo, desempenhou papel de destaque na "greve da legalidade", que tinha como objetivo empossar João Goulart Presidente da República, após a renúncia de Jânio Quadros. Em julho de 1962, fez uma greve por um "gabinete nacionalista e democrático", visando escolher um Primeiro Ministro comprometido com as reformas de base. Em setembro do mesmo ano, decretou a greve geral "pelo plebiscito", que visava ao retorno do regime presidencialista[23].

O envolvimento nessas lutas aponta para um apoio do CGT ao projeto trabalhista de João Goulart. Mas, mesmo assim,

> O CGT não deixou de manter uma certa

22 Ibidem.
23 Ibidem, p. 73.

> independência. No afã de radicalizar a luta, contrariou muitas vezes o presidente da República, que temia que os avanços do movimento sindical acirrassem os ânimos conspirativos das forças golpistas, que não paravam de acusar Jango de estar interessado em fundar uma "República sindicalista" no país. O fato é que as lideranças do CGT não estavam comprometidas unicamente com os planos de reforma nacional, mas também com os trabalhadores, participando de greves e reivindicações de inúmeras categorias profissionais de empresas públicas e particulares[24].

Então, ainda de acordo com os autores, percebe-se que o movimento sindical do período 1945 até o golpe civil-militar de 1964, apesar da vinculação com a maioria dos governos do período – a exceção foi o do General Dutra – não foi simplesmente manipulado por líderes 'populistas', sem inserção nas bases cupulistas, enfim, 'pelegos', mas ao contrário, "ao fazerem suas escolhas segundo sua experiência de classe, demonstraram sua independência, atuando como classe distante dos patrões e ciente de sua identidade e desejo"[25].

Em relação específica ao caso do estado da Paraíba, o final do período trabalhista[26] foi marcado por mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais. Na década de 1960, foi criada, a partir da atuação de vários presidentes de sindicatos, a Comissão Intersindical (COSINTRA), voltada para as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir dessa entidade sindical, foi criado o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e a dar apoio aos diversos movimentos

24 Ibidem.

25 Ibidem, p. 91.

26 O governador do estado da Paraíba, Pedro Gondim, apesar de ser originário do PSD, pelo qual foi eleito vice-governador, e depois de ter sido eleito governador pelo PDC, com o apoio dos conservadores da UDN, teve, em vários momentos de seu governo, uma postura muito próxima das práticas trabalhistas formuladas e desenvolvidas pelo PTB, principalmente no governo de Vargas e, posteriormente, no de Goulart.

reivindicatórios e grevistas surgidos no período. Também foi criado o Pacto de Unidade e Ação, tendo como base os sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo[27].

De acordo com Eltern Campina Vale[28], no final da década de 1950, havia cerca de 33 sindicatos de trabalhadores urbanos na Paraíba. O Sindicato Têxtil de Rio Tinto era, no período, o maior do estado, com mais de quatro mil associados. Entre 1951 e 1960, esse Sindicato teve como presidente João Batista Fernandes[29] e se caracterizava por ter uma prática mais assistencialista e de praticamente nenhum confronto com a direção da fábrica. Em contrapartida, com a eleição de Antônio Fernandes de Andrade, em 1960, o Sindicato passou a ter uma postura mais combativa e de enfrentamento com a família Lundgren, proprietária da fábrica e da cidade[30].

Um dos primeiros conflitos entre a nova direção do Sindicato com a família Lundgren aconteceu em meados de 1961, quando o prefeito de Rio Tinto, Severino Silva dos Santos, filho de um dos mandatários da fábrica, Arthur Lundgren, mudou o dia da feira da cidade de domingo para sábado, dia em que a fábrica funcionava normalmente, o que, portanto, passaria a prejudicar os trabalhadores, que reagiram imediatamente liderados pelo Sindicato e, como resultado, a feira voltou a ser realizada no domingo novamente. Ainda em 1961, no mês de setembro, houve uma ameaça de greve, quando a fábrica tentou reorganizar os turnos de trabalho para escapar da taxa adicional. Com a reação dos trabalhadores, a direção da fábrica desistiu dessa mudança[31].

---

27 Porém, apesar do avanço do movimento sindical e popular, quem iria dar o tom das manifestações populares desse período, foi o movimento camponês, através das Ligas Camponesas.

28 VALE, Eltern Campina. O sindicato têxtil da cidade-fábrica Rio Tinto: espaço de poder e de disputas políticas (1959-1964). In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Cultura e poder político**: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012, p. 293-321.

29 Em agosto de 1963, ele foi eleito prefeito de Rio Tinto e acumulou a referida função com a de Presidente do Sindicato dos Têxteis.

30 A cidade-fábrica de Rio Tinto, voltada para a produção têxtil, foi instalada no estado da Paraíba em 1924, por iniciativa da família Lundgren, de origem sueca. Essa família já era proprietária de estabelecimento similar na cidade de Paulista, em Pernambuco, e de uma cadeia de lojas comerciais, as Casas Pernambucanas, entre outros empreendimentos.

31 VALE, Eltern Campina, *op. cit.*, p. 295 e segs.

Também na gestão de Antônio Fernandes de Andrade, o Sindicato Têxtil de Rio Tinto se aliou à Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Paraíba e ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e passou a enviar delegados da categoria para Encontros Sindicais em outros estados. Enfim, conclui Vale, "a gestão de Antônio Fernandes corresponde à tentativa de ampliar as conquistas dos trabalhadores e defender o cumprimento da lei"[32].

Diante dessa atuação mais combativa de Antônio Fernandes na presidência do Sindicato Têxtil, os Lundgrens se mobilizaram para derrotá-lo nas eleições do Sindicato em 1962, apoiando o antigo presidente, João Batista Fernandes. A direção da Companhia de Tecidos Rio Tinto chegou a oferecer cinco mil cruzeiros para cada eleitor do Sindicato que votasse em João Batista, mas, "mesmo com a interferência da fábrica, os resultados foram surpreendentes: Antônio Fernandes foi reeleito presidente do sindicato, impondo uma derrota política aos Lungdrens"[33].

Outro Sindicato bastante atuante no período foi o dos Bancários, presidido, desde 1951, por Luiz Hugo Guimarães, que, em 1962, também seria eleito presidente estadual do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Em seu livro de memórias, relatou assim sua trajetória como sindicalista:

> No movimento bancário cheguei à presidência do Sindicato, em 1951, e por anos sucessivos fui mantido na liderança da classe, até 1964. O cargo me permitiu uma participação mais ativa no movimento trabalhista brasileiro. Participei da Comissão de Salário Mínimo da Paraíba; da Justiça do Trabalho, como vogal dos empregados; liderei e organizei o I Encontro dos Trabalhadores da Paraíba, em Rio Tinto, em 1962; participei da organização do Conselho Intersindical dos Trabalhadores, depois transformado em CGT; exerci os cargos de Vice-Presidente da

32 Ibidem, p. 311.
33 Ibidem, p. 310.

> Federação dos Bancários Norte-Nordeste e Delegado na Confederação dos Bancários (CONTEC); colocado à disposição da Assessoria Sindical do Presidente João Goulart, pelo Banco do Brasil, pude participar do movimento sindical, conhecendo os meandros e bastidores da luta do trabalhador[34].

A categoria dos bancários criou Comissões de Empresa, por meio das quais a categoria poderia se mobilizar bem mais. Segundo o secretário do Sindicato, João da Cruz Fragoso, "essa prática tornou a mobilização tão forte, que greves, antes quase impensáveis, já contavam com o apoio da grande maioria dos colegas, como foi exemplo na conquista do 13º"[35].

Assim, os bancários da Paraíba organizaram o I Congresso Estadual dos Bancários, com o objetivo de discutir sobre questões inerentes às demandas da categoria e questões mais amplas, como as ligadas às chamadas Reformas de Base, propostas pelo governo de João Goulart e pelas várias correntes de esquerda que o apoiavam. Segundo Fragoso, "foi, com toda certeza, o maior evento de estudos políticos de uma categoria de trabalhadores, até então, na Paraíba"[36]. O Sindicatos dos Bancários também se envolveu na construção do CGT na Paraíba e no apoio às Ligas Camponesas.

Em 1958, foi criada por todos os sindicatos das indústrias da Paraíba a Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado, reconhecida pelo Ministério do Trabalho ainda no mesmo ano. Os trabalhadores das indústrias, com o apoio da referida Federação, desencadearam algumas greves importantes no início dos anos de 1960. Segundo informações de Rivaldo Cipriano da

34 GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Recordações da ilha maldita.** João Pessoa: FUNESC, 2002, p. 16.

35 Depoimento de João da Cruz Fragoso à Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, em 26 de novembro de 2013.

36 Ibidem.

Costa[37], secretário da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de João Pessoa, algumas greves importantes foram realizadas no início dos anos de 1960. Em 1962, no começo de março, os trabalhadores das Usinas Santana, em Santa Rita, e Monte Alegre, em Mamanguape, sob a orientação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de João Pessoa, paralisaram suas atividades por tempo indeterminado, para reivindicar melhores salários, e conseguiram um aumento de 25%. Ainda em 1962, os trabalhadores da Indústria de Pesca e da Extração da Baleia, com sede em Costinha, distrito de Santa Rita, também entraram em greve por melhores salários. O movimento foi liderado pelo Sindicato da Pesca e da Extração do Óleo de Baleia, que conquistou um aumento de 30% nos salários.

O período do governo do Presidente João Goulart foi bastante tenso. Com grande radicalização tanto no campo da esquerda quanto no da direita política, tentou conviver entre as várias forças em conflito, ora tendendo para um lado, ora para outro. Mas, diante da conjuntura, o governo de Goulart finalmente se decidiu por uma postura mais esquerdista. Foi no comício da Central do Brasil (a principal estação de trem do Rio de Janeiro), no dia 13 de março de 1964, que João Goulart deu, de fato, uma guinada para a esquerda. Esse comício foi organizado pelo CGT e pela assessoria sindical de Goulart e visava demonstrar o apoio popular às propostas de Reformas de Base do governo e pressionar o Congresso Nacional no sentido de que fossem aprovados rapidamente os projetos encaminhados pelo Poder Executivo.

A maioria dos discursos foi marcada pelo radicalismo político. O Presidente da UNE, José Serra, exigiu a extinção da "política de conciliação" do Presidente da República para efetivar todas as medidas de amparo e de garantia às classes populares. Serra também atacou aqueles que defendiam o fechamento do CGT e exaltou,

37 O depoimento de Rivaldo Cipriano da Costa foi prestado em 1996 ao gabinete do deputado estadual Zenóbio Toscano, visando seu processo de indenização por perseguições durante a ditadura militar. Esses documentos se encontram sob a guarda da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

como uma realidade animadora no quadro político brasileiro, a presença das "classes dos sargentos que emerge para as lutas populares". Miguel Arraes, governador do estado de Pernambuco, afirmou que "o povo exige atos e definições cada vez mais concretos. Ninguém se iluda, esse país jamais será governado sem o povo. O povo está de olhos abertos, não suporta mais a manutenção dos privilégios das minorias. A unidade das forças populares é consciente, apesar das divergências de superfície". Leonel Brizola, por sua vez, falando em nome da Frente de Mobilização Popular, defendeu o fim da "política de conciliação" do Presidente e a formação de um governo popular e nacionalista que representasse a vontade do povo e atendesse às suas aspirações. Afirmou ainda que, para isso, seria preciso fechar o Congresso Nacional e convocar uma Assembleia Constituinte como soluções para o "impasse entre o povo e o atual Congresso reacionário" e defendeu que o novo parlamento deveria ser constituído por operários, camponeses, oficiais militares nacionalistas e sargentos, todos "autênticos homens públicos, para eliminar as velhas raposas do Poder Legislativo"[38]. Já Goulart anunciou a promulgação de dois decretos, o de nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras com mais de 100 hectares que ladeavam as rodovias e as ferrovias federais e os açudes públicos federais. Também prometeu enviar ao Congresso outros projetos de reformas, como a agrária, a eleitoral, a universitária e a constitucional e anunciou que, nos dias subsequentes, decretaria algumas medidas em "defesa do povo e das classes populares". Nesse seu discurso, Goulart atacou a "democracia dos monopólios nacionais e internacionais", a "associação de classes conservadoras", a "mistificação do anticomunismo", a campanha dos "rosários da fé contra o povo", os "privilégios das minorias proprietárias de terras", etc.[39].

---

38 FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – v. 3**: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 383-384.

39 TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: 5.ed., Brasiliense, 1984, p. 95 e segs.

Ao mesmo tempo em que ocorria o comício da Central do Brasil, as organizações das mulheres elaboravam manifestações contrárias à sua realização, utilizando-se de símbolos religiosos. Segundo Solange Simões, além de divulgar na imprensa a ideia de que o comício era comunista e totalitário, "organizaram um protesto silencioso, mas ideologicamente eficaz, pedindo a todas as famílias da Zona Sul do Rio para acederem uma vela em suas janelas na hora exata do comício"[40]. Ao mesmo tempo em que se iniciava o referido comício, a entidade que organizava as mulheres em São Paulo, a União Cívica Feminina (UCF), rezava o terço na Praça da Sé pela salvar o Brasil.

Depois do comício da Central do Brasil, as entidades femininas organizaram passeatas de 'desagravo do rosário', que, segundo elas, tinha sido ofendido por João Goulart e, posteriormente, com o apoio da Igreja Católica e de várias entidades empresariais, as 'Marchas da Família com Deus pela Liberdade', que foram grandes manifestações contra o governo de Goulart.

Também, depois do referido comício, o General Castelo Branco fez considerações críticas à situação político-institucional do país e à chamada 'Revolta dos Marinheiros'. No dia 26 de março de 1964, mais de 1.000 marinheiros e fuzileiros navais reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara (nome anterior do atual estado do Rio de Janeiro), para comemorar o segundo aniversário da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Na ocasião, um contingente de fuzileiros navais, enviado para prender os manifestantes, insubordinou-se e se solidarizou com os revoltosos. Essa sublevação dos marinheiros e a posterior anistia que lhes foi concedida por Goulart levaram a um consenso dos oficiais militares contra ele:

> A anistia aos marinheiros e a Aragão atingiu profundamente a integridade profissional das Forças Armadas. Todo o conjunto de ideias, crenças, valores, códigos comportamentais e a maneira

40 SIMÕES, Solange. **Deus, pátria e família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 93.

> como eles davam significado às suas instituições encontrava-se subvertido. A disciplina e a hierarquia, fundamentos básicos que exprimiam o que era 'ser militar', esfacelaram-se. Por suas atitudes e declarações, os oficiais da Marinha de Guerra ficaram convencidos de que o novo ministro tinha sido escolhido por Goulart a partir de uma lista tríplice indicada pelo CGT. Para a oficialidade, tudo não passava de subversão de valores, hierarquias e códigos longamente estabelecidos e compartilhados. Feridos de morte em sua dignidade profissional, declararam-se em assembleia permanente, recusando-se a entrar nos navios. A maioria dos oficiais das três Forças, até então relutante em golpear as instituições, começou a ceder aos argumentos da minoria golpista. Para eles, estava em risco a própria corporação militar[41].

Ainda de acordo com Jorge Ferreira, Goulart e o CGT não perceberam a gravidade do episódio. Acreditaram ter sido algo sem importância. Mas a reação foi violenta. Os editoriais dos jornais atacaram duramente o Presidente. Magalhães Pinto, governador do estado de Minas Gerais, lançou manifesto, altos escalões das Forças Armadas e parlamentares cobraram de Goulart a manutenção da ordem. Centenas de oficiais da Marinha e do Exército, no Clube Naval, congratularam-se com o chefe do Estado-Maior por defender a disciplina. Em rebelião passiva, a oficialidade da Marinha continuou recusando a volta aos navios.

Para completar o quadro de conflitos, Goulart compareceu a uma reunião no Automóvel Clube, onde se estava comemorando o aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara, e denunciou, em discurso, as pressões que vinha sofrendo da direita, afirmando que a tentativa

---

41 FERREIRA, Jorge. O governo..., *op. cit.*, p. 389.

de golpe contra seu governo estava sendo financiada pelo imperialismo e pela burguesia associada. O presidente denunciou que uma minoria de privilegiados e eternos inimigos da democracia provocava a crise que o país vivia. Também denunciou o dinheiro espúrio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), das empresas estrangeiras, prejudicadas com a Lei de Remessa de Lucros, dos interesses contrariados das refinarias particulares, dos comerciantes desonestos que exploravam a economia popular e dos proprietários de apartamentos que cobravam alugueis em dólares. Quanto à questão da crise militar, ele apelou para que os sargentos continuassem unidos na disciplina consciente, "fundada no respeito mútuo entre comandante e comandados". Nesse pronunciamento, Goulart afirmou que "a disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que comandam e os que são comandados". Essa sua maneira de entender a disciplina e a hierarquia deu mais argumentos aos militares insatisfeitos com o presidente[42].

Na madrugada do dia 31 de março, o General Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, sediada em Minas Gerais, ordenou que suas tropas se movimentassem em direção ao Rio de Janeiro, com o apoio do governador de Minas, Magalhães Pinto, e o de São Paulo, Adhemar de Barros. Também recebeu o apoio do General Amaury Kruel, do Rio de Janeiro, que ainda tentou um acordo com João Goulart, sugerindo que ele se afastasse do CGT, da UNE e de outras entidades "subversivas" para se manter no poder. Goulart recusou, e o golpe foi desencadeado. João Goulart resolveu não resistir, apesar dos apelos de vários de seus aliados[43]. Segundo Carlos Fico,

> ante a ofensiva de Mourão, Goulart caiu sem resistência, não acionando seu 'dispositivo militar', que supostamente resistiria à iniciativa golpista de direita. Teria tomado com facilidade o Palácio Guanabara, onde estava o governador

42 Ibidem, p. 390-391.
43 TOLEDO, Caio Navarro, *op. cit.*, p 103 e segs.

> Carlos Lacerda, que se defendia precariamente. Poderia ter dispersado as tropas de Mourão, através de ação de uns poucos aviões bombardeiros. Porém, pretendeu evitar uma "guerra civil", ou apenas avaliou que seria inútil resistir[44].

O senador do PSD pelo estado de São Paulo, Auro de Moura Andrade, que era presidente do Senado e presidia o Congresso Nacional, formalizou a declaração de vacância do cargo, através de um pedido enviado pelo chefe da Casa Civil de Goulart, Darcy Ribeiro, que pretendia o oposto. O ofício de Darcy Ribeiro, dirigido ao presidente do Congresso, dizia:

> O senhor presidente da República incumbiu-me de comunicar a Vossa Excelência que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investido na chefia do Poder Executivo, decidiu viajar para o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais com o seu ministério[45].

Em sessão bastante tumultuada, o Congresso aprovou a declaração de vacância do cargo de Presidente da República, e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, foi empossado no cargo. O Judiciário também foi conivente com o golpe, pois o presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro Costa, foi ao Palácio do Planalto para legitimá-lo.

Na Paraíba, nada indica que o governo estadual, a princípio articulado com as práticas trabalhistas, tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e

---

44 FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 18.

45 Ibidem, p. 18.

de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. O mais provável é que ele tenha sido tomado de surpresa. Além disso, não tinha uma posição definida, tampouco homogênea, a ser assumida, pois parte do seu secretariado defendia o rompimento com o governo federal e a adesão imediata ao golpe, enquanto outra parte pretendia a adoção de uma posição em apoio a João Goulart[46].

No dia do golpe, o governador Pedro Gondim sofreu pressão dos militares para aderir. Contudo só tomou sua posição no dia seguinte, com a chegada do líder do governo à Assembleia Legislativa, Antônio Vital do Rêgo. A partir desse momento, ao perceber a irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças "janguistas" e, principalmente, a importância do momento para sua sobrevivência política, Pedro Gondim, com a colaboração de Antônio Vital do Rêgo e de seu secretário, Sílvio Porto, elaborou uma nota de apoio ao movimento golpista, que foi lida pelo governador na rádio estatal, a Tabajara, no dia 1º de abril. Na referida nota, afirmou Gondim:

> Não posso e não devo, nesse instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos paraibanos.
> Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E nesse sentido nunca faltei com o meu estímulo e apreço ao governo central.
> Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara, envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das classes armadas, com desprezo às linhas

46 CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Idéias, 1998, p. 149.

> hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo autêntico da segurança nacional.
> O movimento que eclodiu nessas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranquilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos.
> O pensamento político de Minas Gerais, hoje como em 1930, identificou-se com a vocação histórica do povo paraibano que deseja, nesse episodio e, sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do regime democrático[47].

Essa decisão garantiu-lhe não apenas sua permanência à frente do Governo do Estado, como também a preservação de sua liberdade, pois, se a decisão tivesse sido outra, ele, provavelmente, teria sido deposto e preso. A partir daí, a adesão de Gondim à "revolução" seria de forma absoluta e inquestionável[48].

Repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe na Paraíba

Apesar de o presidente empossado no lugar de João Goulart ser o deputado Ranieri Mazzili, quem, na verdade, dava as diretrizes no governo era o Alto Comando da Revolução, integrado pelo General Arthur da Costa Silva, o Almirante Augusto Radamaker e o Brigadeiro Correia de Mello. Oito dias depois do golpe, o referido Alto Comando promulgou o Ato Institucional No 1 (AI-1), que, entre outras coisas, limitava os poderes do Congresso

---

47 *Apud* MELLO, José Octávio de Arruda. **1964 no mundo, Brasil e Nordeste**. João Pessoa: UNIPÊ, 2004, p. 135-136.
48 CITTADINO, Monique, *op. cit.*, p. 151.

Nacional, do Judiciário, os direitos individuais, lançava as bases para os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e autorizava a cassação de mandatos parlamentares.

No dia 15 de abril de 1964, o General Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito Presidente da República de forma indireta por um Colégio Eleitoral, inicialmente para concluir o mandato do Presidente deposto, João Goulart. Castelo Branco, através de decreto-lei que institui os IPMs já previstos no AI-1, dava início à chamada "Operação Limpeza". Os referidos inquéritos deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos com atividades "subversivas".

A chamada "Operação Limpeza" se expressou, principalmente, através da cassação de mandatos parlamentares, de expurgos na burocracia civil, nas Forças Armadas e na perseguição aos movimentos sociais mais ativos no momento anterior ao golpe. Segundo Maria Helena Moreira Alves, "manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes"[49].

Um dos setores atingidos pela chamada "Operação Limpeza" foi o dos sindicatos de trabalhadores urbanos, que se estruturavam segundo a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), criada no governo de Getúlio Vargas em 1943, mas não sofreram mudanças em sua estrutura, no chamado período democrático de 1945 a 1964, apesar de terem tido mais liberdade para defender os interesses dos trabalhadores. Assim,

> no caso dos sindicatos trabalhistas, bastou aplicar ao pé da letra as normas de controle da Consolidação, herança de um período – o do Estado Novo – de forte influência fascista. Uma dessas normas autorizava o Ministério a intervir nos sindicatos e afastar seus dirigentes eleitos por

49 ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: 4.ed., Vozes, 1989, p. 66.

> simples decreto-lei, sem possibilidade de recurso. O decreto-lei foi publicado no *Diário Oficial da União*, sendo os novos dirigentes nomeados diretamente pelo Ministério do Trabalho. O Ministério também tinha poderes para anular eleições, vetar a candidatura de qualquer líder sindical e reconhecer legalmente os sindicatos ou retirar esse reconhecimento[50].

Como já frisamos, a estrutura sindical montada por Vargas não foi modificada no período democrático, apesar de não ter sido utilizada com muita intensidade, principalmente, do segundo governo Vargas, até o governo de João Goulart. Mas, como não foi reformulada em seus aspectos repressivos, a coalizão civil-militar, que tomou o poder através de um golpe, "encontrou pronta uma estrutura legal repressiva para o controle dos sindicatos, e efetivamente recorreu a ela"[51].

Ainda de acordo com Alves, no Brasil, existiam, em 1964, sete confederações, 107 federações e 1948 sindicatos de trabalhadores urbanos. No primeiro ano do governo militar, foram afastados, dentro da estratégia da "Operação Limpeza", membros de 452 sindicatos, 43 federações e três confederações. Além disso, três outros sindicatos sofreram 'intervenções brancas', pelas quais líderes eleitos foram afastados sem publicação de decretos específicos. Uma eleição foi cancelada por alegadas atividades subversivas, e o governo extinguiu totalmente um sindicato[52].

As intervenções ocorridas em 1964, após o golpe civil-militar, foram geralmente justificadas por três razões:

> Os funcionários dos sindicatos, federações ou confederações haviam desaparecido, e o Ministério presumiu abandono dos cargos, intervindo para indicar novos responsáveis; os responsáveis

50 Ibidem, p. 69.
51 Ibidem.
52 Ibidem, p. 69-70.

> sindicais eram subversivos; ou o comandante militar da região fora obrigado a 'ocupar as instalações dos sindicatos para impedir atividades subversivas'[53].

Todas as organizações intersindicais paralelas criadas no período democrático, não previstas na CLT, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos (CBTC), foram extintas. Na Paraíba, depois do golpe civil-militar, abateu-se uma forte repressão sobre vários setores da sociedade civil, e o movimento sindical foi um dos mais atingidos[54]. O presidente do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto e também prefeito da mesma cidade, Antônio Fernandes de Andrade, juntamente com camponeses ligados às Ligas Camponesas, tentou uma reação ao golpe, tomou a fábrica de tecidos, paralisou suas atividades e isolou os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento, o prefeito fugiu e posteriormente se entregou no Quartel do 15° Regimento de Infantaria, onde ficou preso por seis meses. Na ocasião, ele também perdeu o mandato de Prefeito de Rio Tinto, como podemos ver neste Projeto de Resolução da Câmara Municipal:

> Câmara Municipal de Rio Tinto
> Resolução nº35
> Art. 1º - Antônio Fernandes de Andrade, eleito prefeito do município de Rio Tinto, e Durval Francisco de Assis, eleito vice-prefeito do município de Rio Tinto, pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, em eleição realizada no dia 11 (onze) de agosto de 1963, proclamados no

53 Ibidem, p. 70.

54 Com relação à repressão ao movimento sindical da Paraíba no imediato pós-golpe civil-militar, desenvolvi aqui uma narrativa similar a que fiz no Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Ver GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório da Comissão da Verdade**. João Pessoa: A União, 2014, p. 102 e segs.

> dia 14 do mesmo mês e ano, ficam impedidos definitivamente de exercer os cargos para que foram eleitos, em vista as suas manifestações públicas e atentados contra o artigo 141, parágrafo quinto e décimo terceiro da Constituição Federal, e ainda contra a segurança nacional, o atual regime, constituição estadual e artigo 71 inciso I da lei 311.
> Artigo segundo – pelos mesmos motivos do artigo primeiro, ficam também impedidos definitivamente os vereadores Alcides Pereira da Silva, Manoel Ferreira Ramos, o suplente Paulo Francisco de Assis e todos os demais suplentes eleitos pelo Partido Socialista Brasileiro.
> Artigo terceiro – Considerando que o Sr. Prefeito municipal, face às suas atitudes ostensivas contra a segurança nacional, e que à frente do executivo municipal, acompanhado do vice-prefeito, vereadores e suplentes do Partido Socialista Brasileiro, vem se mostrando incapazes de manter a segurança interna do município, resolve essa Câmara aprovar os impedimentos de caráter definitivo de que trata dos artigos 1 e 2 da presente resolução.
> [...]
> Mario Ferreira de Souza – Presidente
> Edésio de Jesus Fragoso de Albuquerque – Primeiro secretário
> Celso de Lima Catolé – Segundo secretário[55].

Aconteceram intervenções em várias entidades sindicais no estado da Paraíba, tanto em sindicatos quanto em federações, através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT). No Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto, Antônio Fernandes de Andrade foi afastado

55 Cf. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

e, em seu lugar, foi colocado, como interventor, o antigo presidente de confiança da família Lundgren, proprietária da fábrica de Tecidos Rio Tinto, João Batista Fernandes. O presidente João Ribeiro Filho, da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba (FTIEPb) foi substituído pelo interventor Lorival Cavalcanti dos Anjos. No Sindicato dos Empregados, em estabelecimentos bancários da Paraíba, também houve intervenção, como podemos ver nesta Portaria da DRT, de 8 de abril de 1964:

> O Delegado Regional do Trabalho e Previdência Social no Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que vários Sindicatos da categoria profissional incorreram nas proibições previstas pelo artigo 525 nas alíneas "a", "d" e "e" do artigo 521, tudo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943; Considerando o disposto nos decretos 9.085/46 e 23.046/47 e jurisprudência firmadas pelo Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário da Justiça de 30.1.1950; Considerando, ainda, que diversos dirigentes sindicais fecharam, inexplicavelmente, as sedes de seus sindicatos e se ausentaram para destino ignorado, deixando os mesmo sem assistência e sem orientação, constando nessa situação o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba, RESOLVE, com apoio no artigo 528, na Consolidação das Leis do Trabalho, nele intervir em face de se achar incurso nos já mencionados artigos 521 e 525 do mesmo Diploma Legal, e, ainda, em vista das circunstâncias decorrentes do atual movimento de Renovação Democrática vitorioso em todo o território Nacional, designando interventor para esse Sindicato o associado GERALDO TEXEIRA DE CARVALHO, com

> a missão de proceder nova eleição no prazo de noventa (90) dias (art. 554). RECORRO, ex-oficio dessa decisão para Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social. Ao Interventor, para tomar conhecimento. CUMPRA-SE. (as) Elpídio Cavalcante de Oliveira[56].

Depois do golpe, o presidente do Sindicato dos Bancários, Luiz Hugo Guimarães, teve que fugir, pois foi informado de que estava sendo procurado e podia ser preso a qualquer momento. Segundo João da Cruz Fragoso, secretário dessa entidade, ele e outros dirigentes, como Antônio Aragão Filho e o funcionário Fernando Melo, resolveram se "entrincheirar" no Sindicato até que a Polícia Civil, comandada pelo investigador Maffei, invadiu aquele órgão de classe, expulsou todos os que lá se encontravam e levou preso o funcionário Fernando Melo. Assim, não houve abandono do Sindicato, como argumentou a DRT para intervenção. De acordo com João da Cruz Fragoso,

> a 7ª DRT, mesmo que levemos em consideração o medo de represálias, cometeu um equívoco ao declarar que a Diretoria havia abandonado o Sindicato dos Bancários, pois já foi dito, a Polícia expulsou-a de lá, aliás, seria inconcebível deixar um sindicato, atuante domo o dos Bancários, funcionando com a mesma Diretoria, em pleno momento revolucionário[57].

Na Paraíba, como exemplo do que aconteceu em todo o Brasil, várias pessoas – políticos, líderes sindicais urbanos e rurais, funcionários públicos etc. – também foram denunciadas nos inquéritos policiais militares (IPMs) instaurados em meados de abril de 1964, sob o comando do Major Ney de Oliveira Aquino, acusados de subversão e ligações com o Partido Comunista

56 Ibidem.
57 Ibidem.

Brasileiro.

Foram denunciados líderes do movimento sindical urbano, como Luís Hugo Guimarães, Antônio Fernandes de Andrade, João Ribeiro Filho e Luiz Bernardo da Silva:

> Luís Hugo Guimarães, brasileiro, com 39 anos, [...] exercia as funções de presidente do Comando Geral dos Trabalhadores Estadual [...] Era atuante, a serviço do Partido Comunista Brasileiro, do qual fazia parte como presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).
>
> Antonio Fernandes de Andrade, brasileiro, casado, com 39 anos, [...] participou em 1º e abril de 1964 da deflagração de uma greve geral na cidade de Rio Tinto, Paraíba, na qualidade de Prefeito e Presidente do Sindicato, tendo inclusive ocasionado a paralização de serviços públicos. Era comunista exaltado.
>
> João Ribeiro Filho, brasileiro, 36 anos, [...] sapateiro [...] integrava a direção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) como Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria. Nessa qualidade, participou de reunião conjunta, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP), realizada em 24 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Era agitador atuante e violento a serviço do Comunismo Internacional. Na função de Presidente dos Trabalhadores da Indústria, retransmitiu um telegrama da CNTI aos sindicatos filiados, assinado por Dante Pelacani, de teor subversivo.
>
> Luiz Bernardo da Silva, brasileiro, [...] integrava o Comando Geral dos Trabalhadores de João Pessoa, onde ocupava cargo de Secretário, tendo

> comparecido as reuniões do Comando Geral dos Trabalhadores Nacional. Nessa qualidade, participou de reunião conjunta, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Frente de Mobilização Popular (FMP), realizada em 24 de fevereiro de 1964, cuja finalidade era articular um movimento de pressão ao Governo do Estado. Era atuante e Membro de Destaque (Secretário do CGT) do Partido Comunista Brasileiro[58].

Nesse Inquérito Policial-Militar, comandado pelo Major Ney de Oliveira Aquino, um grande número de pessoas foi indiciado sob várias acusações, a saber: de terem participado da ocupação da Faculdade de Direito, assinado carta dirigida ao Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB), participado de reunião do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Frente de Mobilização Popular (FMP), participado de reunião do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB), assinado manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e uma proclamação revolucionária do deputado federal e líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião; de executar tarefas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de terem participado do Departamento de Educação Fundamental da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e de aniversário do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de terem frequentado a sede do Centro de Estudos Socioeconômicos da Paraíba (CESE), de integrar a Ação Popular (AP) e de terem coletado assinaturas para legalizar o Partido Comunista Brasileiro (PCB)[59].

Outro Inquérito Policial-Militar instaurado no mês de junho de 1964 destinou-se a apurar participação no chamado "Grupo dos Onze", organização criada pelo então deputado federal, Leonel Brizola, em 1963. Comandado pelo Major José Benedito

---

58 **Inquérito Policial Militar**. Acervo do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba: História e Memória, Centro de Educação/UFPB.

59 SILVA, Waldir Porfírio da. **Indiciados pelo IPM da "Subversão" na Paraíba**. João Pessoa, mimeo., 2013.

Montenegro de Magalhães Cordeiro, esse IPM indiciou 83 paraibanos[60]. De participação no "Grupo dos Onze", foram denunciados pelo promotor militar, Francisco de Paula Accioly Filho, dois membros do Sindicato dos Bancários, Antônio Aragão Filho e Luiz Hugo Guimarães, que já haviam sido denunciados no chamado IMP da Subversão:

> ANTÔNIO ARAGÃO FILHO, brasileiro, casado [...] 26 anos de idade [...] funcionário do Banco do Nordeste [...]. Exercia funções no escritório de José Gomes da Silva, onde funcionava uma célula comunista. Foi preso em 1951 em companhia de outras pessoas portando material de natureza subversiva. Infringiu, assim, o artigo 99 da Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953;
> LUIZ HUGO GUIMARÃES, brasileiro, casado, [...] 39 anos de idade [...] bancário e advogado [...] . Confessou ter dirigido o C.G.T, durante seis meses, tendo comparecido a reuniões dos Presidentes do CGT no Rio de Janeiro. É fichado no DOPS. Está incurso, nas sanções penais dos artigos 7º, 9° e 12 da Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953[61].

Além de responder aos IPMs, alguns líderes sindicais da Paraíba sofrerem vários tipos de perseguição. O presidente do Sindicato dos Bancários e do CGT, Luiz Hugo Guimarães, por exemplo, teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional n° 1 (AI-1), do dia 09 de abril de 1964. Foi destituído da presidência do Sindicato dos Bancários, preso e removido para a Ilha de Fernando de Noronha, no dia 29 de abril de 1964, e solto em junho do mesmo ano. A seguir, foi transferido da agência do Banco do Brasil, onde trabalhava, para outra, no estado de Rondônia, e, em 1970, foi aposentado com vencimentos proporcionais ao

60 SILVA, Waldir Porfírio da. **O IPM do Grupo dos Onze.** João Pessoa, mimeo., 2013
61 **Jornal do Comércio**, 29 dez. 1966 *apud* GUIMARÃES, Luiz Hugo, *op. cit.*, p. 148.

tempo de serviço. Também foi demitido de seu emprego de professor catedrático interino na Universidade da Paraíba, conforme podemos ver no Decreto do Presidente da República, General Castelo Branco, publicado no Diário Oficial da União, no dia 28 de setembro de 1964:

> O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, parágrafo 1º, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, e tendo em vista o que foi apurado em Investigações Sumárias de que trata o Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, na Universidade do Rio Grande do Sul, resolve.
> DEMITIR: Os Professores Catedráticos, interinos, Francisco de Assis Lemos de Souza e Luiz Hugo Guimarães, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Paraíba e Agassiz de Amorim e Almeida, da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande da mesma Universidade, do Quadro de Pessoal – Parte Permanente do Ministério da Educação e Cultura, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos.
> Brasília, 25 de setembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.
> H. Castelo Branco
> Flávio Lacerda[62].

Já o secretário do Sindicato dos Bancários, João da Cruz Fragoso, foi destituído de um cargo de chefe de Seção, que exercia no Banco do Nordeste, e transferido da Agência onde trabalhava, em João Pessoa, para outra na cidade de Tauá, no Ceará. Por fim, no ano de 1966, foi demitido do Banco sob a alegação de justa causa. João Ribeiro Filho, presidente da Federação dos Trabalhadores

62 **Diário Oficial da União** 28 jul. 1964 *apud* GUIMARÃES, Luiz Hugo, *op. cit.*, p. 151.

na Indústria do Estado da Paraíba, também sofreu uma série de punições: foi cassado e afastado da presidência da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba; demitido do cargo de conselheiro da COAP-PB; destituído da função de vogal da Comissão de Salário Mínimo do Ministério do Trabalho; destituído da função de 1º suplente (estava, na ocasião, no exercício da função em virtude do afastamento do titular, licenciado por motivos médicos) de vogal da Junta de Julgamento e Revisão do IAPI; destituído da função de membro do Conselho de Educação e Cultura do Estado da Paraíba; dispensado, sem justa causa, do emprego que ocupava, em 31 de março de 1964; foi preso em 03 de abril de 1964 e solto em 18 de maio do mesmo ano com a determinação de que não poderia ausentar-se da cidade de João Pessoa-PB. Rivaldo Cipriano da Costa, secretário da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de João Pessoa, foi deposto de todas as suas funções sindicais. Sua prisão preventiva foi decretada em abril de 1964, ficou foragido por algum tempo e apresentou-se no dia 26 de junho daquele ano para responder ao IMP. Na ocasião, foi preso no 1º Grupamento de Engenharia. Solto 68 dias depois, continuou respondendo processo na 7º Auditoria Militar, com sede em Recife[63].

Também houve casos de tortura contra sindicalistas no imediato pós-golpe na Paraíba, como foi o caso do bancário Boanerges Timóteo de Souza, do Banco Comercial e Industrial da Paraíba, conforme depoimento do secretário do Sindicato dos Bancários, João da Cruz Fragoso, à Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba:

> Estávamos numa reunião de rotina no Sindicato, na noite de 31 de março, quando chegou uma pessoa avisando que Boanerges Timóteo de Souza, bancário do Banco Comercial e Industrial da Paraíba (Banco esse da família Ribeiro

63 Cf. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

> Coutinho) fora preso num comício em Cruz das Armas. Boanerges foi preso e entregue ao delegado da Polícia Civil Sílvio Neves que torturou barbaramente, quebrando seu braço, rompendo os pontos de uma recente cirurgia de amígdalas, causando-lhe tantos sofrimentos que atingiu suas faculdades mentais, o que motivou, no futuro, seu afastamento precoce do Banco do Brasil, para o qual tinha sido nomeado[64].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar que o movimento sindical brasileiro vivia um momento de muita combatividade e inserção na política brasileira, no momento que antecedeu o golpe civil-militar, inclusive em estados menos industrializados, como era o caso da Paraíba. Portanto, a tese de que ele era cupulista, sem consciência de classe e facilmente manipulado por políticos 'populistas' não se sustenta. Entendemos que o conceito trabalhismo, desenvolvido por Ângela de Castro Gomes, no livro *A invenção do trabalhismo*[65], explica melhor que populismo o período da política brasileira entre 1945 e 1964, no sentido de compreender as ações dos trabalhadores no período e seu apoio ao projeto que buscava atender, de alguma forma, às suas demandas.

O fato de o movimento sindical não ter resistido ao golpe se explica por vários outros fatores, que vão além de uma possível fragilidade no período, principalmente porque o presidente deposto havia optado pelo não confronto com receio de levar o país a uma guerra civil e a uma possível ocupação estrangeira, especificamente dos Estados Unidos. Se o movimento sindical brasileiro realmente fosse frágil, não teria sido alvo de uma repressão tão forte, tanto no imediato pós-golpe, como em momentos posteriores, quando se tentou organizar novamente, como nas experiências de Contagem e Osasco, em 1968, quando foram

---

64 Ibidem.

65 GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

brutalmente reprimidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Idéias, 1998.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.59-124.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano** – v. 3. O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.345-404.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOHIET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas**: Ensaios de história cultural, história política

e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.21-41.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade**. João Pessoa: A União Editora, 2014.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Recordações da ilha maldita.** João Pessoa: FUNESC, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MELLO, José Octávio de Arruda. **1964 no mundo, Brasil e Nordeste**. João Pessoa: UNIPÊ, 2004.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe. **Revista Perspectiva Histórica**, v.2, n.3, p.35-55, jul/dez. 2012.

SILVA, Waldir Porfírio da. **Indiciados pelo IPM da "Subversão" na Paraíba**. João Pessoa, 2013. (mimeo).

SILVA, Waldir Porfírio da. **O IPM do Grupo dos Onze.** João Pessoa, 2013. (mimeo).

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano** – v. 3. O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.47-96.

SIMÕES, Solange. **Deus, pátria e família**: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VALE, Eltern Campina. O sindicato têxtil da cidade-fábrica Rio Tinto: espaço de poder e de disputas políticas (1959-1964). In: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Cultura e poder político:** historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012, p. 293-321.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo História:** a atuação operária na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). Fortaleza: Dissertação de Mestrado em História/ Universidade Federal do Ceará, 2008.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ACERVOS DOCUMENTAIS

Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Acervo do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba: história e memória. Centro de Educação/ UFPB.

Acidentes, adoecimento e morte no trabalho como tema de estudo da História

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva

INTRODUÇÃO

Durante o I Ciclo de Debates sobre História do Trabalho – NDH-CH/UEPB, ocorrido em Guarabira, no Campus III da UEPB, no ano de 2013, tive a oportunidade de falar um pouco sobre minha pesquisa de Doutorado, em andamento, para uma plateia majoritariamente composta por alunos de graduação, a maioria pouco familiarizada com os debates travados sobre a história do trabalho. Naquela ocasião, em uma mesa-redonda que tratava das relações entre saúde e trabalho, abordei um dos pontos centrais da minha pesquisa: os acidentes e doenças do trabalho e as muitas possibilidades de pesquisa histórica que esse tema oferece.

Agora, nesta versão escrita, espero sistematizar a discussão em torno dos acidentes e doenças do trabalho e de seu potencial para nos revelar, entre outros aspectos, as condições históricas de vida e trabalho a que os trabalhadores são submetidos, a organização do movimento operário, o posicionamento estatal, bem como as relações entre capital e trabalho em um dado período de análise. Meu principal objetivo é tratar dos riscos, dos ritmos e das

condições de vida e trabalho, que levam aos sinistros laborais e ao adoecimento, como uma questão histórica fundamental para entendermos as relações sociais no capitalismo. Portanto, neste texto, não farei distinção entre os acidentes e as doenças do trabalho, haja vista que ambos são frutos do mesmo fenômeno: a exploração do trabalho.

Como discutirei neste artigo, os acidentes e as doenças do trabalho são a culminância de um longo e duro processo de exploração e das péssimas condições de trabalho a que os trabalhadores são expostos e obrigados a suportar, por falta de outras opções que lhes garantam a sobrevivência. Além de uma espécie de "gota d'água" que impele os trabalhadores à ação, os acidentes e o adoecimento também revelam, da forma mais cruel possível, riscos que eram, até então, apenas cogitados, explicitando a violência do trabalho estranhado.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira, discuto sobre o parco debate acerca dos acidentes e das doenças de trabalho na historiografia brasileira do trabalho, apesar da relevância desta temática desde pelo menos o nascimento do capitalismo industrial. Na segunda parte, retomo as análises de Marx e Engels como forma de ressaltar o quanto a sinistralidade laboral é uma preocupação clássica na história do trabalho, embora tenha perdido sua preponderância nos debates mais recentes da área. Por fim, aponto alguns possíveis caminhos para pesquisas que se dediquem a examinar o problema dos acidentes, do adoecimento e da incapacidade para o trabalho sob enfoques diversos, com breves observações sobre o caso brasileiro.

Da invisibilidade dos acidentados e adoecidos pelo trabalho

Acidentes de trabalho acontecem aos milhares todos os anos. Para termos uma ideia da dimensão desse problema, estatísticas do INSS apontam que ocorreram mais de 27 milhões de acidentes de trabalho no Brasil, entre 1970 e 1990, que deixaram quase um milhão de trabalhadores incapacitados permanentemente e levaram cerca de 87 mil trabalhadores à morte. Mas essa não

é uma realidade de um passado relativamente distante. Só em 2011, foram registrados 711.164 acidentes de trabalho no Brasil[1], ainda que muitos casos não sejam registrados ou caracterizados como tal[2].

Todavia, os índices de acidentes registrados estão longe de revelar a realidade da violência no trabalho. No Brasil, apenas os acidentes que são notificados no sistema previdenciário, através da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), são contabilizados e utilizados como base para políticas públicas. Ainda, para os registros oficiais de índices de acidentes de trabalho e para o enquadramento no Seguro de Acidente de Trabalho, diversas categorias são excluídas, tais como: "o trabalhador avulso, os autônomos, trabalhadores domésticos, médicos residentes, servidores públicos civis e militares municipais, estaduais e federais, trabalhadores rurais empregados ou membros de unidade de economia familiar não registrados e do mercado informal"[3], que, juntos, correspondem a mais de 50% da população trabalhadora. Essa situação só contribui para ocultar a real dimensão dos acidentes e das doenças do trabalho no Brasil. Além disso, é difícil calcular a quantidade de ocorrências não notificadas, seja devido à falta de registro do trabalhador, por causa do desconhecimento das partes, do desencorajamento da comunicação de incidentes considerados leves e do ocultamento de sintomas por parte do trabalhador, por receio de retaliações, entre outros fatores.

Se adicionarmos a esses números as doenças ocupacionais, mais silenciosas, de evolução mais demorada e dificilmente reconhecidas como decorrentes do trabalho, o problema da incapacidade – quando não da morte – decorrente do trabalho se torna ainda mais dramático. Mas, essa triste realidade, de pernas

---

1 MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO et alii. **Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho***:* AEAT 2011 – v.1. Brasília: MTE: MPS, 2012, p. 15.

2 Para uma discussão quanto à imprecisão dos métodos estatísticos sobre acidentes de trabalho, tome-se como exemplo o texto de BINDER, Maria C. Pereira; CORDEIRO, Ricardo. Sub-registro de acidentes de trabalho em localidade do Estado de São Paulo, 1997. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.37, n.4, p. 409-416, 2003.

3 MENDES, Jussara Maria Rosa. Acidente de trabalho (verbete). In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: 2.ed. rev. e ampl., Zouk, 2011, p. 24-27.

e braços amputados, de sequelas físicas e psicológicas e, até, de vidas que são ceifadas, é ardilosamente ignorada, nos mais diversos âmbitos de nossa sociedade. Conforme bem disse Chico Buarque, na canção *Construção*, lançada em 1971 e que sintetizou o drama social dos acidentes de trabalho produzidos pelos posicionamentos políticos e econômicos da ditadura militar que redundaram no "milagre" brasileiro, são muitos os que, ainda hoje, morrem "na contramão, atrapalhando o tráfego, o sábado, o passeio público".

Na historiografia do trabalho, o interesse pela sinistralidade laboral se deu de modo transversal, relacionado aos estudos acerca dos processos e das condições de trabalho, especialmente no tocante às demandas e às lutas do movimento operário por melhorias em sua labuta diária. O surgimento de um campo específico dedicado ao estudo das condições de vida e de trabalho e das formas de organização coletiva e política dos trabalhadores foi motivado, substancialmente, pelas questões inerentes ao movimento operário. Assim, como observou Eric Hobsbawm, seu caráter politizado fez com que, muitas vezes, a história da classe operária tenha sido reduzida à história de seu movimento organizado[4]. Decorre daí a tradicional preferência, da parte dos historiadores do trabalho, por focar na organização coletiva dos trabalhadores, através de sindicatos, associações, greves, partidos, ideias políticas, protestos, insurreições, revoluções e outros temas ligados à questão da consciência da classe operária. Similarmente, a preferência pelos temas relacionados ao movimento operário propriamente dito também se fez sentir no Brasil já nos primeiros estudos desenvolvidos no país[5], inclusive nos casos

---

4 HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: 3.ed., Paz e Terra, 2000, p. 15-31.

5 Para um balanço das perspectivas intelectuais sobre o trabalho no Brasil, veja-se BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **A historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: 5.ed., Contexto, 2003, p. 145-158.

tradicionalmente tratados como "regionais"[6].

Os cortes temporais constituem outro aspecto característico da historiografia que não pode ser ignorado. Durante muito tempo, convencionou-se demarcar o início da história da classe trabalhadora brasileira no surgimento da República e no fim da escravidão formal[7]. Assim, de modo geral, há uma concentração de estudos dedicados à Primeira República e à Era Vargas, objetos principais da produção das décadas de 1980 e 1990. Destarte, observamos que, em relação à incapacidade para o trabalho, ainda há muito a ser feito. No Brasil, os raros estudos que analisam os acidentes de trabalho como consequência e fator revelador das formas de exploração das relações produtivas capitalistas restringem-se à Primeira República e ao Estado Novo[8], ou se detêm a analisar a emergência de normas legais sobre a questão[9].

Ao longo dos anos 1990, houve um avanço em pesquisas sobre o tema, mas que não foi além do período de 1945-1964. Ainda são muito poucos os estudos históricos que abordam especificamente

---

6 Em um levantamento bibliográfico da produção acadêmica sobre o trabalho urbano no Brasil, fora do eixo Rio-São Paulo, de cerca de 900 títulos listados por Silvia Petersen, ao menos 429 são dedicados diretamente a esses temas. Cf. PETERSEN, Sílvia. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**, vol.14, n.26, 2009, p. 272-273.

7 O questionamento de 1889, como marco inicial do processo de formação da classe trabalhadora brasileira, só passou a acontecer na década de 2000. Nesse sentido, ver, por exemplo, MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

8 Dentre esses estudos, citam-se: MOURA, Esmeralda B. **Mulheres e menores no trabalho industrial**: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982; ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, v.2, n.3, p. 148-180, jan.-jul., 2010; SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. **Entre trilhos, andaimes e cilindros**: acidentes de trabalho em Salvador (1934-1944). Salvador: Dissertação de Mestrado em História/UFBA, 1998; OLIVEIRA, Newton C. de. **A economia do sinistro**: contribuição ao estudo dos acidentes de trabalho na indústria têxtil durante o Estado Novo, 1937-1945. Niterói: Dissertação de mestrado em História/UFF, 1993; ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. **Da moléstia do trabalho à doença profissional**: contribuição ao estudo das doenças do trabalho no Brasil. Niterói: Dissertação de mestrado em História/UFF, 1994.

9 GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979; VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Belo Horizonte: 4.ed.rev., Ed. UFMG, 1999; FERRAZ, Eduardo Luís Leite. Acidentados e remediados: a Lei de Acidentes de Trabalho na Piracicaba da Primeira República (1919-1930). **Revista Mundos do Trabalho**, v.2, n.3, p. 206-235, jan.-jul., 2010.

a classe operária nos períodos seguintes ao golpe de 1964[10], apesar do reconhecimento da necessidade dos historiadores debaterem temas e processos recentes, tradicionalmente monopolizados por outras áreas do conhecimento[11]. Uma exceção é o chamado "novo sindicalismo" de fins da década de 1970 e início de 1980, tema que vem atraindo a atenção de vários pesquisadores, o que dá a falsa impressão de que, durante a maior parte da ditadura, os trabalhadores não resistiram nem se organizaram por seus direitos nos anos anteriores a esse ressurgimento.

Posto isso, mesmo com seus reconhecidos avanços qualitativos, a historiografia social do trabalho brasileira, tomada em seu conjunto, ainda apresenta muitas lacunas, que deverão ser preenchidas pelos historiadores que pretendem ingressar nesse campo de estudo. Embora seja inegável a importância do estudo das formas de organização política dos trabalhadores, temos ainda muito a fazer acerca das condições de vida e de trabalho daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, do seu cotidiano de exploração e dos riscos a que são submetidos, seja no chão da fábrica, na lavoura ou na construção civil. Afinal, a maioria dos trabalhadores dedica parte considerável de suas existências trabalhando, e não, militando, o que evidencia a importância de estudos que analisem os processos e as condições de trabalho e os mecanismos de exploração do trabalho através da extração de mais-valia, da qual as ocorrências de acidentes e doenças do trabalho não são mero efeito colateral, mas parte constituinte do processo de exploração capitalista.

De modo análogo, apesar de sua frequência e gravidade, das consequências econômicas e sociais para as famílias trabalhadoras,

---

10 Dentre as exceções de historiadores que trataram o tema do novo sindicalismo, destacam-se: MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro, 1955-1988**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998 e COSTA, Hélio da. **Em busca da memória**: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-Guerra. São Paulo: Scritta, 1995; ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural:** Lutas, partidos e projetos. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

11 Sobre a discussão quanto à viabilidade e aos cuidados que o historiador deve ter ao tratar da história do presente (e até mesmo da história imediata), vejam-se, especialmente, CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999 e HOBSBAWM, Eric. O presente como história. In: **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 243-255.

sem falar da gritante subnotificação, os acidentes de trabalho são raramente debatidos pela sociedade em geral e poucos casos ganham espaço na imprensa, que normalmente só reserva notas rápidas para aqueles casos que são considerados mais graves. Destas observações, alguns questionamentos precisam ser levantados: Por que os acidentes de trabalho acontecem e em tamanha proporção? Por que o trabalho, cada vez mais, adoece tantos trabalhadores? Por que o discurso da culpabilização das vítimas ainda tem tanta penetração e aceitação em nossa sociedade, inclusive entre os trabalhadores? Por que o drama dos trabalhadores incapacitados pelo trabalho não é visto como um problema social? O que os acidentes podem nos revelar da dinâmica social entre capital e trabalho? E como o Estado medeia esta relação? Estas são algumas das possíveis questões que podem permear estudos acerca das condições de trabalho, acidentes e doenças do trabalho e saúde do trabalhador.

O problema dos acidentes de trabalho e da invalidez no capitalismo

Acidentes e doenças do trabalho ocorrem em contextos históricos, relações sociais e em condições materiais determinadas, mas, como será discutido aqui, o crescente volume, a gravidade e a diversidade tipológica dos acidentes e das doenças do trabalho são um fenômeno eminente das relações capitalistas de produção. Evidentemente, doenças, epidemias, acidentes, catástrofes – e o sofrimento e as mortes decorrentes desses eventos – marcaram a história da humanidade desde os tempos mais remotos. De modo análogo, descrições de doenças ocasionadas ou relacionadas ao trabalho remontam à Antiguidade e continuaram sendo objetos de análise desde então

> Em papiros egípcios, textos judaicos, evidentemente em Hipócrates, Platão, Aristóteles, Plautus, Virgílio, Plínio, o velho, Lucrécio, chegando a Galeno, entre tantas citações ao longo da história. Pouco a pouco, ainda na Idade Média,

> as doenças relacionadas ao trabalho foram sendo observadas com maior detalhamento, com Avicena (980-1037), que descreveu a cólica plúmbica, com Dickerson observando a saúde de trabalhadores em catedrais, com Ellenborg (1440-1499), que escreve um livro sobre os riscos dos ourives, com Vigo, sobre a febre dos marinheiros e, entre outros, com Agrícola, sobre a asma dos mineiros[12].

A ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução de grandes obras públicas, escavações de minas e na navegação também foram recorrentes durante a História. A referência clássica nesse campo é a obra *De Morbis Artificum Diatriba*, publicada em 1700 pelo médico italiano Bernardino Ramazzini[13]. Considerado por muitos o 'pai da Medicina do Trabalho', Ramazzini foi o primeiro a sistematizar o conhecimento acumulado até então, o que é perceptível pela grande quantidade de citações, além de propor o nexo entre ocupações e determinados tipos de moléstia. Ramazzini relacionou os riscos à saúde dos trabalhadores ocasionados por produtos químicos, poeira, metais e outros agentes presentes no ambiente de trabalho. Ao todo, descreveu 54 tipos de ocupações, dentre elas, as doenças dos mineiros, dos pintores, dos químicos, dos tipógrafos, dos tecelões etc. e as possíveis moléstias decorrentes delas, dedicando-se principalmente às intoxicações químicas e aos desconfortos do ambiente de trabalho. Sobre a relação entre trabalho – as artes – e as doenças e mortes decorrentes dele, Ramazzini afirmou: "É forçoso confessar que ocasionam não pouco dano aos artesãos, certos ofícios que eles desempenham, onde esperavam obter recursos para sua própria manutenção e de sua família, encontram graves doenças, e passam a amaldiçoar a arte à qual se haviam dedicado, afastando-se

---

12 VASCONCELLOS, Luís Calos Fadel de; PIGNATI, Wanderlei Antônio. Medicina do Trabalho: subciência ou subserviência? Uma abordagem epistemológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.11, n.4, 2006, p. 1112.

13 RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores**. São Paulo: Fundacentro, 2000.

do mundo dos vivos"[14]. O médico italiano ainda relacionou o estado de saúde dos indivíduos às condições em que viviam e à posição social e demonstrou preocupação recorrente com a postura, o sedentarismo e o excesso de esforços no trabalho e suas consequências para a saúde dos trabalhadores.

Ramazzini desenvolveu seus estudos antes da Revolução Industrial e, obviamente, não examinou a disseminação das relações capitalistas de produção e de todas as grandes transformações advindas deste marco. E o que mudou a partir do capitalismo industrial? Segundo Herval Pina Ribeiro, foi "a banalização e seletividade social maior das enfermidades e mortes prematuras por acidentes e doenças do trabalho, muitas então pouco ou nada conhecidas"[15]. Como este autor argumenta, os acidentes e as doenças do trabalho, ao contrário das doenças pestilenciais ou epidêmicas, são extremamente seletivos. Afinal, atingem os trabalhadores, especialmente os de determinadas categorias que estão nos níveis mais baixos da hierarquia da divisão social do trabalho e que exercem as funções mais perigosas e insalubres, pelo simples fato de não poderem optar por outras funções mais seguras e mais bem remuneradas. Logo, assim como o trabalho modela a vida dos sujeitos, os acidentes e as doenças decorrentes dele são eventos marcantes que interrompem e desviam as trajetórias de milhares de trabalhadores e de suas famílias, muitas vezes, condenando cidadãos e cidadãs a uma vida submissa e dependente da filantropia ou de políticas públicas no campo da previdência, que lhes garantem apenas, quando muito, a subsistência.

Na ordem capitalista, a Revolução Industrial é um marco fundamental, afinal, o crescimento alarmante do volume, a gravidade e a frequência dos acidentes de trabalho, desde a mecanização e o surgimento da indústria, são uma prova da complexa e conflituosa relação entre capital e trabalho. Desde então, novas formas de organização do trabalho, com vistas à acumulação através da exploração – por vezes 'científica' – da força de trabalho têm

---

14 Ibidem, p. 15.

15 RIBEIRO, Herval Pina. **A violência oculta do trabalho**: as lesões por esforços repetitivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999, p. 22.

ampliado massivamente a sinistralidade laboral. Justifica-se: do ponto de vista dominante, os riscos seriam naturais e inerentes a algumas ocupações ou funções, logo, os acidentes fariam parte de um lado triste, mas inevitável do desenvolvimento capitalista.

As transformações no mundo do trabalho, desde a Revolução Industrial, alteraram a incidência e a tipologia dos acidentes, bem como o surgimento e o reconhecimento das chamadas doenças ocupacionais. Para entendermos a relevância dos acidentes e doenças do trabalho e a questão do não-trabalho ocasionado pela incapacidade, devemos ter em mente a centralidade do trabalho nas sociedades capitalistas. Indubitavelmente, o estabelecimento do capitalismo industrial e sua proliferação para os mais distantes pontos do globo é um dos marcos fundamentais da conflituosa relação entre capital e trabalho e a questão social dela decorrente. Entre outras tentativas de compreender a pobreza e a questão social durante o Século XIX, Friederich Engels e Karl Marx foram muito além de seus contemporâneos adeptos do liberalismo, que se limitavam a relacionar a pobreza à suposta vagabundagem e preguiça dos trabalhadores para explicar a relação entre as desigualdades e o capitalismo.

Em especial, a obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Engels, diferia das análises de seus antecessores e contemporâneos por tratar a classe operária no âmbito da evolução do capitalismo industrial, com foco no impacto social causado pela industrialização. Engels foi um observador astuto e acompanhou o centro nevrálgico da Revolução Industrial de perto. Em seu livro, examinou as profundas transformações e a degradação do nível de vida da classe operária inglesa. Para Engels, a industrialização reduziu os trabalhadores "ao papel de simples máquinas, arrebatando-lhes os últimos vestígios de atividade independente"[16].

Conforme a análise de Engels, os operários tinham que trabalhar diariamente até a completa exaustão física e moral. Tais condições de vida e de trabalho, com pouca e péssima comida,

16 ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: 2.ed., Global Editora, 1985, p. 14.

trancafiados em lugares insalubres, seja no trabalho ou em suas habitações, só podia levar a doenças devastadoras, como a tuberculose e o tifo. Engels notava certo "ar tísico" nas pessoas, especialmente em Londres: extremamente magras, com o peito estreito, olhos escavados e rostos "inexpressíveis, incapazes da menor energia"[17]. Devido à sua indigesta e parca alimentação, diversas doenças dos órgãos digestivos eram muito comuns, como as escrófulas e o raquitismo.

O trabalho em si era monótono, repetitivo e embrutecedor, pois não permitia nenhuma tarefa intelectual ou criativa. A duração do trabalho podia chegar até 16 horas diárias, sem contar os intervalos para as refeições. As máquinas foram paulatinamente eliminando o operariado adulto das fábricas, que ia sendo substituído por mulheres e crianças que, além de mais hábeis na lida com a maquinaria, eram mais rentáveis, haja vista que, em decorrência da dominação masculina e patriarcal que imperava na sociedade inglesa, recebiam salários bem abaixo dos pagos ao operário adulto do sexo masculino. A violência era usada ocasionalmente contra os operários, sobretudo contra as crianças. Os capitalistas exploravam o trabalho ao máximo, criando jornadas noturnas, o que fazia com que algumas fábricas funcionassem ininterruptamente.

De acordo com o *Factories Inquiry Commission*, de 1833, analisado por Engels, entre os operários, havia um número elevado de enfermos, cuja doença provinha, além das péssimas condições de vida, das longas horas de trabalho. Desvios da coluna vertebral e deformações nas pernas eram as mais comuns, provenientes, segundo a comissão, da sobrecarga física exigida pelo trabalho prolongado.

O próprio Engels relatou: "raramente andei por Manchester sem cruzar com três ou quatro defeituosos, sofrendo precisamente das deformações da coluna vertebral e das pernas que acabam de ser descritas". A exigência de que ficassem longas horas em pé, sem poder ao menos encostar-se, o que poderia custar uma punição,

---

17 Ibidem, p. 118.

era o principal causador das deformações, sem falar na atmosfera quente, úmida e asfixiante das fábricas. Nos relatórios, os médicos ressaltavam a "falta de resistência [dos operários] às doenças, um estado depressivo geral, afetando todas as atividades vitais, um relaxamento persistente das capacidades intelectuais e físicas"[18].

Finalmente, o trabalho nas máquinas ocasionava um número elevado de acidentes que levavam à incapacidade parcial, total ou à morte. O mais frequente era o corte ou esmagamento de um dedo, mas a perda da mão ou do braço também ocorria, embora com menos constância. Muitas vezes, os operários iam a óbito devido ao tétano que adquiriam depois dos acidentes mais corriqueiros e considerados de menor gravidade. As mutilações decorrentes de acidentes de trabalho também chamaram a atenção de Engels: "Em Manchester, podem-se ver, além de muitos aleijados, um grande número de mutilados; um perdeu todo o braço ou o antebraço, outro o pé, ainda outro a metade da perna; é como estar no meio de um exército que volta de uma batalha"[19].

Os acidentes mais graves e que ocasionavam mortes violentas eram noticiados pelos jornais, mas os menores sequer eram mencionados. Segundo Engels, as correias que transmitiam energia às máquinas eram as mais perigosas: "Quem é apanhado por essas correias é levado pela força motriz com a rapidez de um raio, o corpo é lançado para o teto, depois contra o chão com uma tal violência que raramente fica intacto um osso e a morte é instantânea"[20]. Foram muitas as mortes causadas pelo trabalho industrial mencionadas por Engels, entre elas, a de uma criança que morreu de tétano, depois de sua mão ter sido esmagada por uma engrenagem; um rapaz apanhado e lançado por uma roda, que morreu completamente esmagado; a de uma jovem de Oldham, que foi apanhada por uma correia que a fez dar cinquenta voltas, e nenhum osso ficou intacto; um torneiro que foi arrastado por uma correia e morreu com todas as costelas partidas... Em casos como esses, os capitalistas pagavam os custos médicos e, quando muito, o

18 Ibidem, p. 178.
19 Ibidem, p. 187.
20 Ibidem, p. 187.

salário no período de tratamento, e não carregavam nenhuma responsabilidade legal quando o acidente levava à incapacidade para o trabalho. Se esse fosse o caso, os trabalhadores não tinham direito a qualquer tipo de auxílio e só podiam contar com a caridade alheia.

Considero os acidentes e as doenças do trabalho como a culminância de um longo processo de exploração e expropriação da dignidade humana, que assumiu sua forma mais manifesta no início do capitalismo industrial. Apesar dos relatos acerca dos impactos dilacerantes da Revolução Industrial sobre a classe trabalhadora inglesa terem sido reportados aqui através de Engels, sua análise não foi, de forma alguma, um caso isolado. Sua obra faz parte de uma tradição muito mais ampla de estudos e descrições do horror das cidades industriais e de Manchester, em particular; alguns, conhecidos por Engels, outros, não[21], além das tantas análises posteriores ao autor.

Conforme analisou Thompson, apesar de certa melhoria no padrão material médio dos trabalhadores, a Revolução Industrial submeteu a maioria à intensificação da exploração econômica, à insegurança, opressão política e ao aumento da miséria, o que fez com que a expansão industrial fosse sentida como uma "experiência catastrófica" para a maioria dos trabalhadores que viveram aquele período[22]. Eric Hobsbawm sintetiza a insegurança dos daquele período, em suas diversas facetas:

> Se um único fator dominava a vida dos trabalhadores do Século XIX, esse fator era a 'insegurança'. Eles não sabiam no principio da semana quanto iriam levar para casa na sexta-feira. Eles não sabiam quanto iriam durar no emprego presente, ou se viessem a perdê-lo, quando voltariam a encontrar um novo trabalho e em que condições. *Eles não sabiam que acidentes ou doenças iriam afetá-los, e embora soubessem que algum*

21 HUNT, Tristram. **Comunista de casaca**: a vida revolucionária de Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 91-133.

22 THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa – v. 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 11-38.

dia no meio da vida — talvez 40 anos para os trabalhadores não especializados, talvez 50 anos para os especializados — iriam se tornar incapazes para o trabalho pleno e adulto, não sabiam o que iria acontecer então entre esse momento e a morte[23].

Desde a Revolução Industrial, as condições de vida e de trabalho levaram ao descontentamento do proletariado, e a luta pela melhoria de sua situação se tornou uma plataforma constante de reivindicações até os nossos dias, o que levou à constituição de movimentos de radicalismo, tumultos, movimentos organizados, como o luddismo e o cartismo, greves e tentativas de levantes armados, além do fato de que foi em meio a esses conflitos que se formou – e ainda se forma – a classe operária propriamente dita, que, como nos ensinou Thompson, esteve presente em seu próprio fazer-se[24].

Historicamente, as máquinas foram introduzidas em tempos de prosperidade e questionadas em tempos de crise, principalmente devido ao desemprego resultante da substituição de mão-de-obra humana pela maquinaria. Um aspecto importante nessa questão é a função política da divisão do trabalho e da maquinaria como instrumentos de disciplinamento dos trabalhadores, por possibilitar não apenas o controle das matérias-primas, dos produtos, mas também, principalmente, dos ritmos dos homens e de seus corpos. Como assinalou Michelle Perrot,

> A máquina é um instrumento de disciplina cujos efeitos precisam ser vistos concretamente: materialmente no espaço remodelado da fábrica e no emprego do tempo, fisicamente ao nível do corpo do trabalhador, de que a história tradicional das técnicas nos fala tão pouco[25].

---

23 HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 231. (Grifo meu).

24 THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** – 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

25 PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 24.

É bastante extensa a historiografia internacional que trata da relação do trabalhador com a máquina desde os princípios da Revolução Industrial. A maquinaria impunha novos ritmos, exigia do trabalhador novas habilidades e retirava-lhes o tempo de descanso ou a liberdade de optar por determinada parte do processo produtivo. Estranhamento, exaustão física e mental, acidentes, amputações e mortes fazem parte da mesma equação no processo de acumulação capitalista.

E qual a relação entre a incapacidade causada para/pelo trabalho e a exploração capitalista? As análises elaboradas por Marx e Engels buscaram compreender a origem da pobreza e das desigualdades sociais nas sociedades de capitalismo avançado do Século XIX, na perspectiva da economia política. De modo geral, segundo suas análises, o pauperismo advém da exploração do proletariado através da extração de mais-valia e da existência de um "exército industrial de reserva", que pressiona os salários pagos aos trabalhadores para baixo. Logo, o empobrecimento dos trabalhadores é inerente ao sistema capitalista e condição para sua reprodução. No capitalismo, a força de trabalho é uma mercadoria cuja utilização aumenta o valor de outras mercadorias, ao passo que o trabalho é a fonte do valor através do qual o valor de uso das mercadorias é alterado, ou seja, acrescentado de valor. Consequentemente, o valor de uso da força de trabalho é sua capacidade de produzir valor.

De acordo com Marx, devido ao objetivo precípuo do capitalismo ser a extração incessante de mais-valia, pouca ou nenhuma atenção era dada à manutenção e à qualidade de vida da força de trabalho. Afinal, quanto maior a jornada de trabalho, maior será a extração de mais-valia:

> Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentiamente violento, o

> limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um *maximum* de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feita fluir. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que consegue aumentar o rendimento do solo por meio do saqueio da fertilidade do solo[26].

Ressalte-se, contudo, que a extração de mais-valia está longe de ser um dado mecânico: é a partir da negociação entre comprador e vendedor da força de trabalho e dos conflitos decorrentes da intensidade e das condições de trabalho, do salário e do padrão de vida que origina a luta de classes, o motor da história para o marxismo. É desse conflito entre classes antagônicas, com interesses díspares, que se estruturam os aspectos técnicos e sociais da produção capitalista. Do ponto de vista marxista, a venda de força de trabalho aliena o trabalhador de sua capacidade criativa e de qualquer controle sobre o produto do seu trabalho. No capitalismo, a exploração toma a forma de extração de mais-valia, mas as bases e a forma como se dá essa exploração são frutos de constantes negociações e conflitos:

> [...] a produção de um excedente torna possível a exploração, que é o fundamento da sociedade de classes. A exploração ocorre quando um setor da população produz um excedente cuja utilização é controlada por outro setor. As classes, na teoria marxista, só existem nas relações que mantêm umas com as outras, e essa relação gira em torno da forma de exploração que tem lugar em um determinado modo de produção. A exploração

26 MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política – Livro I, v.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 379.

> dá origem à luta de classes[27].

Como demonstra Thompson, a *relação* capitalista de exploração não se faz sem resistências, sejam elas explícitas ou silenciosas, produzindo formas históricas de conflitos sociais e políticos indeterminados aprioristicamente. Afinal,

> nenhum trabalhador conhecido pelos historiadores jamais permitiu que a mais-valia lhe fosse arrancada do couro sem encontrar uma maneira de reagir (há muitas maneiras de 'fazer cera'), e, paradoxalmente, *por* sua reação, as tendências foram desviadas e as 'formas de desenvolvimento' se processaram de maneiras inesperadas[28].

Assim, cabe perguntar como essa relação dinâmica entre capital e trabalho se expressou no tocante às condições de trabalho e aos acidentes e doenças decorrentes. Os acidentes e as doenças ocupacionais têm o poder de revelar riscos até então naturalizados ou ignorados, bem como condições adversas para a saúde e a segurança dos trabalhadores, o que deu origem a diversas reivindicações operárias por melhores condições de trabalho ao longo da história. Os acidentes e os desastres nas minas, no início da industrialização, levaram ao crescimento do número de viúvas, órfãos e de trabalhadores inválidos desamparados, o que provocou críticas ao sistema industrial. Em pouco tempo, as discussões sobre os acidentes não se limitavam mais aos locais de trabalho e tornaram-se pauta na arena política. Consequentemente, normas legais, direitos básicos e sistemas de inspeção foram elaborados com vistas a estabelecer um limite na exploração do trabalho, com vistas a deter a sua completa deterioração.

---

27 HIMMELWEIT, Susan. Exploração (verbete) In: BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 145.

28 THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.170.

Alguns caminhos possíveis de pesquisa

O advento do sistema capitalista trouxe mudanças profundas para as sociedades sob sua influência: divisão social do trabalho, vigilância hierarquizada, longas jornadas de trabalho em turnos diurnos e noturnos, salários desiguais, trabalho infantil e, mais recentemente, a precarização e a flexibilização da força de trabalho. E como consequência da exploração, das péssimas condições de vida e de trabalho e dos embates provocados pelas transformações das relações sociais desde a Revolução Industrial, tem-se também o surgimento e vertiginoso aumento dos acidentes e doenças do trabalho tal como conhecemos hoje.

Acidentes de trabalho são fenômenos socialmente produzidos e, como tal, podem ser esclarecedores das dinâmicas e das demandas políticas de uma sociedade, para as quais o Estado pode, ou não, responder por meio de políticas públicas[29]. Historicamente, o confronto entre os liberais e o movimento operário explicitou a relevância da questão social, o que resultou no encaminhamento de reformas que levaram ao reconhecimento dos direitos sociais voltados para limitar a exploração dos trabalhadores e protegê-los das consequências da incapacidade para o trabalho devido às doenças, à velhice e aos acidentes do trabalho. Na dinâmica da luta de classes, os Estados, diante dessas novas demandas, tiveram que agir e ceder aos reclames pela criação e ampliação de uma legislação social e trabalhista, bem como pela efetivação de políticas públicas de assistência à saúde do trabalhador.

Frente ao processo de exploração capitalista que levou ao exponencial aumento de acidentes e doenças do trabalho, bem como ao desenvolvimento de saberes científicos que visavam controlar esses eventos – tais como a Medicina e a Psicologia do trabalho, a Ergonomia, a Engenharia de segurança, entre outras áreas marcadamente vinculadas à lógica burguesa em sua nascença – é evidente que os trabalhadores se articularam com vistas a, pelo menos, refrear o sucateamento de seu maior bem, dentro do sistema capitalista: sua força de trabalho. Como consequência

---

29 AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo Social**, n. 1, v.2, p. 105-119, 2 sem. 1989.

desse processo, a legislação social de proteção ao trabalhador incapacitado para o trabalho, principalmente quando resultado de acidentes de trabalho, foi uma das primeiras a serem erigidas no mundo capitalista ocidental, a partir do Século XIX.

No Brasil da Primeira República, as relações de trabalho eram marcadamente liberais. Consequentemente, apesar da forte pressão operária, os empresários resistiram por muito tempo a admitir uma legislação de proteção ao trabalhador. Em um contexto internacional de questionamento do capitalismo, especialmente em decorrência da Revolução Bolchevique de 1917 e em meio a grandes ondas grevistas em todo o Brasil, só em 1918 foi que o Congresso e os industriais brasileiros aceitaram discutir, pela primeira vez, com alguma seriedade, sobre as proposições de um Código do Trabalho e o consequente reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores.

Não por mera coincidência, no Brasil, a primeira lei para regulamentar as relações de trabalho foi a que reconhecia a responsabilidade potencial do empregador de indenizar o empregado em caso de acidente no trabalho. O Decreto-lei 3.724, de 1919, atribuía os acidentes de trabalho às moléstias contraídas *exclusivamente* pelo exercício do trabalho e excluía as doenças decorrentes das condições de trabalho e de vida do trabalhador. Logo, não eram considerados fatores como má nutrição, fadiga e condições precárias de moradia como coadjuvantes da ocorrência de acidentes e doenças do trabalho.

A lei de acidentes de trabalho de 1919 inspirou-se na "doutrina objetiva do risco profissional", que, em linhas gerais, retira a responsabilidade do empregador e/ou da sociedade pelos acidentes de trabalho. Em suma, considerava-se o acidente como inerente ao trabalho, e a indenização ao trabalhador, como uma "concessão de privilégios sociais". Os empregadores ficavam resguardados nos casos em que os acidentes tivessem acontecido por negligência ou incompetência do trabalhador. Assim, os acidentes de trabalho permaneceram na esfera dos conflitos privados entre patrões em empregados e limitados ao pagamento ou não de indenizações por um curto período. Nesse sistema, os patrões indenizariam seus

empregados por um ano, através de companhias seguradoras privadas, autorizadas a funcionar no ramo de acidentes. Esse sistema, além de atender parcialmente às exigências de leis sociais, trouxe grandes vantagens econômicas para o empresariado, o que explica sua sobrevivência até a década de 1960, apesar de tentativas de reforma[30]. A teoria do risco objetivo só foi alterada pela teoria do risco social através da Lei 5.316, de 14 de julho de 1967.

Mais difícil de ser comprovado do que o acidente, o adoecimento em virtude do trabalho gerou discussões fundamentais para consolidar uma proteção social mais ampla ao trabalhador incapacitado. Em seus estudos, Anna Beatriz de Sá Almeida[31] investigou as políticas e os debates intelectuais que envolveram o tema 'doenças do trabalho no Brasil', enfocando a primeira metade do Século XX. Diferentes atores se envolveram na discussão e na consolidação do que eram doenças do trabalho: médicos, juízes, empresários, sindicalistas, trabalhadores etc. Como a autora demonstrou, as disputas para se constituir um nexo causal entre a doença e o trabalho foram intensas, porquanto os diferentes grupos sociais defendiam seus próprios interesses. Era difícil para os empresários, por exemplo, reconhecerem a ligação entre as doenças e as precárias condições de vida e trabalho, como no caso da ligação entre a fadiga e a tuberculose. O problema era provar a relação de causalidade entre trabalho e doença, terreno bastante movediço e aberto a diversas interpretações, que produzia debates acalorados dentro e fora da comunidade médica.

Concomitantemente, ganhavam cada vez mais destaque as ações relativas a indenizações por doenças ou acidentes, movidas por trabalhadores contra seus empregadores, inicialmente na Justiça comum e, posteriormente, na Justiça do Trabalho. Travava-se uma luta entre trabalhadores e patrões, agora na arena jurídica,

---

30 Gomes, Angela de Castro, *op. cit.*, p. 55-76.

31 ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. **Da moléstia...**, *op. cit.*; ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. **As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador**: uma contribuição da medicina do trabalho no Brasil (1920-1950). Niterói: Tese de Doutorado em História/UFF, 2004; ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. Doenças e trabalho: um olhar sobre a construção da especialidade medicina do trabalho. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

intermediadas pelo Poder Judiciário[32]. Nesses embates, conforme observa Almeida, era comum o argumento de culpabilizar o trabalhador, responsabilizando-o pela a doença ou acidente, em decorrência de suas condições de vida e, muitas vezes, de seu alegado desregramento moral e as imprudências cometidas fora do ambiente de trabalho, como bebedeiras e comportamento sexual inadequado: "No discurso dos industriais, de alguns juízes e de higienistas, as imagens do trabalhador e das suas condições de vida estavam associadas à promiscuidade, doença e sujeira"[33].

É preciso destacar que, historicamente, o discurso da inevitabilidade dos acidentes de trabalho vem sendo utilizado por empregadores, especialistas em higiene e segurança do trabalho e por órgãos estatais como justificativa para a incapacidade laboral. Em sua versão mais tacanha, os acidentes de trabalho seriam o resultado da imprudência e da ignorância dos trabalhadores, por vezes acusados de automutilação visando indenizações indevidas. Como analiso em minha tese de Doutorado, esse discurso de culpabilização do trabalhador foi fortalecido durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), especialmente através da Fundacentro[34], fundada em 1966 com o objetivo de identificar causas e propor soluções para a melhoria da higiene e a segurança do trabalho, objetivando reduzir a sinistralidade laboral. Essa instituição foi responsável pela disseminação da ideia de que mais de 80% dos acidentes eram resultado da imperícia ou ignorância dos trabalhadores, fundamentando "cientificamente" a noção do "ato inseguro"[35]. O discurso de culpabilização do trabalhador foi extremamente eficiente e, ainda hoje, é fortemente reproduzido pelos próprios trabalhadores[36].

---

32 Por exemplo, CORRÊA, Larissa Rosa. **A tessitura dos direitos**: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964. São Paulo: LTr, 2011. Atualmente, a utilização de processos trabalhistas vem se consolidando cada vez mais na pesquisa histórica, conforme demonstram diversos capítulos deste próprio livro.

33 ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. Doenças..., *op. cit.*, p. 203-205.

34 Fundação Centro Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, posteriormente renomeada como Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, em homenagem ao empresário e diretor da Fundacentro Jorge Duprat Figueiredo.

35 COHN, Amélia; KARSCH, Úrsula S.; HIRANO, Sedi; SATO, Ademar K. **Acidentes de** trabalho: uma forma de violência. São Paulo: Brasiliense/CEDEC, 1985.

36 OLIVEIRA, Fábio. A persistência da noção de ato inseguro e a construção da culpa: os discursos sobre acidentes de trabalho em uma indústria metalúrgica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO)**, São Paulo, v. 32, n.115, p. 19-27, 2007.

Como pesquisadora do tema, acredito que ainda temos muito a avançar no sentido de um maior entendimento da questão da incapacidade para o trabalho. Com frequência, tamanho problema social é relegado ao cálculo burocrático dos índices de acidentes registrados, afastamentos por incapacidade definitiva ou temporária e o volume de gastos com previdência e assistência. Apesar da ocultação e da subnotificação, os índices de incapacidade em decorrência do trabalho são muito evidentes. Entretanto, é preciso ir além da frieza dos índices, que disfarçam, sob a frieza dos números, a dureza que é ser trabalhador no Brasil. O mascaramento do sofrimento, da morte e do adoecimento no trabalho, mesmo dos acidentes mais catastróficos e difíceis de ignorar, ainda é uma triste realidade que urge por uma compreensão mais aprofundada – e por que não dizer? – politizada.

Afinal, como bem coloca Giovanni Alves, a saúde do trabalhador é um tema crucial, que expõe, de forma contundente, "a miséria humana sob as condições de exploração do capital". Por isso mesmo, essa discussão crítica não pode ser relegada apenas aos médicos e aos demais especialistas de plantão, "proprietários do saber competente, atribuição ideológica que lhes confere o poder de ocultar as raízes sociais do adoecimento do homem que trabalha"[37]. Voltemo-nos a estas raízes.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural:** Lutas, partidos e projetos. 2ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. **As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador**: uma contribuição da medicina do trabalho no Brasil (1920-1950). Niterói: Tese de Doutorado em História/UFF, 2004.

37 ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru, SP: Projeto Editorial Práxis, 2013, p. 127.

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. **Da moléstia do trabalho à doença profissional**: contribuição ao estudo das doenças do trabalho no Brasil. Niterói: Dissertação de mestrado em História/ UFF, 1994.

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. Doenças e trabalho: um olhar sobre a construção da especialidade medicina do trabalho. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru, SP: Projeto Editorial Práxis, 2013.

ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, v.2, n.3, p.148-180, jan/jul., 2010.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo Social**, n.1, v.2, p.105-119, 1989.

BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **A historiografia brasileira em perspectiva**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 145-158.

BINDER, Maria C. Pereira; CORDEIRO, Ricardo. Sub-registro de acidentes de trabalho em localidade do Estado de São Paulo, 1997. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.37, n.4, p. 409-416, 2003.

CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

COHN, Amélia; KARSCH, Úrsula S.; HIRANO, Sedi; SATO, et al. **Acidentes de trabalho**: uma forma de violência. São Paulo: Brasiliense/CEDEC, 1985.

CORRÊA, Larissa Rosa. **A tessitura dos direitos**: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964. São Paulo: LTr, 2011.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória***: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-Guerra.* São Paulo: Scritta, 1995.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: 2.ed., Global Editora, 1985.

FERRAZ, Eduardo Luís Leite. Acidentados e remediados: a Lei de Acidentes de Trabalho na Piracicaba da Primeira República (1919-1930). **Revista Mundos do Trabalho**, v.2, n.3, p.206-235, jan.-jul., 2010.

GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HIMMELWEIT, Susan. Exploração (verbete) In: BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p.144-145.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric. O presente como história. In: **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.243-255.

HUNT, Tristram. **Comunista de casaca**: a vida revolucionária de Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política – Livro I, v.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro, 1955-1988**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENDES, Jussara Maria Rosa. Acidente de trabalho (verbete). In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2.ed. Porto Alegre: rev. e ampl., Zouk, 2011, p. 24-27.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO et al. **Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho**: AEAT 2011 – v.1. Brasília: MTE: MPS, 2012, p.15.

MOURA, Esmeralda B. **Mulheres e menores no trabalho industrial**: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

OLIVEIRA, Fábio. A persistência da noção de ato inseguro e a construção da culpa: os discursos sobre acidentes de trabalho em uma indústria metalúrgica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO)**, São Paulo, v.32, n.115, p.19-27, 2007.

OLIVEIRA, Newton C. de. **A economia do sinistro**: contribuição ao estudo dos acidentes de trabalho na indústria têxtil durante o Estado Novo, 1937-1945. Niterói: Dissertação de

mestrado em História/UFF, 1993.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PETERSEN, Sílvia. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**, v.14, n.26, p.257-344, 2009.

RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores**. São Paulo: Fundacentro, 2000.

RIBEIRO, Herval Pina. **A violência oculta do trabalho**: as lesões por esforços repetitivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. **Entre trilhos, andaimes e cilindros**: acidentes de trabalho em Salvador (1934-1944). Salvador: Dissertação de Mestrado em História/UFBA, 1998.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** – 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VASCONCELLOS, Luís Calos Fadel de; PIGNATI, Wanderlei Antônio. Medicina do Trabalho: subciência ou subserviência? Uma abordagem epistemológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.11, n.4, p.1105-1115, 2006.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4.ed.rev. Belo Horizonte:., Ed. UFMG, 1999.

A indústria dos corpos exauridos na *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil

José Marcelo Marques Ferreira Filho

19 de outubro de 1979, em algum dos incontáveis engenhos desconhecidos na zona canavieira de Pernambuco, Brasil...

General João Batista de Oliveira Figueiredo [Presidente do Brasil]: *O senhor mora nessa casa e não paga aluguel. Tem seguro?*
José:[trabalhador da cana]: *Não tenho nada, nada.*
Figueiredo: *Quer dizer que o senhor morrendo não deixa nada para a esposa e filhos?*
José: *Eu morrendo a usina despeja. Eu morrendo minha esposa é despejada com dois meses, porque a família não tem direito de morar na casa se o marido já morre.*
Figueiredo: *E o INPS?*
José: *Eu não desconto INPS não senhor.*
Figueiredo: *Cadê o Jair?* **[Jair Soares, Ministro da Previdência Social]**
Mário Andreazza [Ministro do Interior]: *O problema da casa nós vamos resolver.*
Figueiredo: [dirigindo-se ao trabalhador], *Quer dizer que*

essa vontade que o senhor me expressou de ter uma casa vai ser concretizada. E a senhora trabalha onde?

Maria Gomes [esposa de José]: *Eu trabalho no corte da cana. Saio quatro horas da manhã, com as crianças, que não estudam porque eu ponho elas pra ajudar no trabalho. Só o pai não pode sustentar sete pessoas.*

Figueiredo: *O marido disse que não tem INPS.*

Maria Gomes: *Ele não tem direito a nada. Ninguém aqui tem direito a nada.*

Figueiredo [indagando de Jair Soares, que acaba de chegar]: *Ela está dizendo que não tem INPS.*

Jair Soares [Ministro da Previdência Social]: *A legislação dá cobertura. Eu vou providenciar que o superintendente do INAMPS e do INPS tome providências.*

Figueiredo: *Existem muitos na situação do senhor?*

José: *Muitos, muitos. Quando ocorre um acidente aqui, passam, cinco meses e não ganhamos nada, e sem direito. E a gente, quando vai ao hospital, eles dizem que não temos direito de fazer tratamento.*

O diálogo[1] entre o então presidente da República, General João Batista Figueiredo, e o casal de trabalhadores, José e Maria Gomes, revela um episódio pouco conhecido da história do Brasil, mas ilustrativo da realidade social coletiva no Nordeste do Açúcar. Na esteira das grandes greves que ocorriam em todo o Brasil, no final dos anos 1970, impulsionadas pelo momento histórico de relativa distensão do regime militar, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) organizou, em outubro de 1979, a mobilização de mais de 100 mil trabalhadores na zona canavieira. A visita de Figueiredo às ditas terras de açúcar decorria, em parte, de uma estratégia da classe patronal para conter os ânimos dos trabalhadores que

---

1 CARVALHO, Ricardo R. de. As viagens do presidente. In: **Jornal da República**, São Paulo, 19 out. 1979, p. 5 *apud* BERNARDES, Denis A. de M. Octávio Ianni e a Questão Nordeste. In: COSTA LIMA, Marcos (org.). **A Sociologia de Octávio Ianni**: uma abordagem. Recife: EDUFPE, 2005, p. 44-45.

haviam acabado de protagonizar a segunda maior greve da história do setor sucroalcooleiro no Estado.

De forma velada, a relação de *morada* – em que o *morador de engenho* era, segundo a literatura, amplamente beneficiado pelo *senhor de engenho* – apareceu logo na primeira pergunta do Presidente. A referência de Figueiredo a não necessidade de pagar aluguel parece soar, de início, como certa tentativa de fazer com que José se sentisse em dívida com o senhor proprietário do imóvel em que vivia com sua família. Embutida nessa questão, parecia estar a tentativa de convencê-lo de que não teria motivos para aderir a nenhuma greve contra patrões tão generosos que lhe permitia viver, com esposa e mais seis filhos, numa casa pela qual não precisava assinar contrato de aluguel para nela morar. Contra tal provocação, o homem do campo imprimiu resposta precisa: "Não tenho nada, nada". A dupla negação na fala de José, provável analfabeto de pai e mãe, como se costuma dizer por essas terras, funcionava, ao mesmo tempo, como réplica e como contragolpe. A surpresa de Figueiredo – talvez nem tanto pelo fato de o trabalhador afirmar tão categoricamente nada ter, mas pela coragem da resposta enquanto ainda morava numa casa que, de fato, não lhe pertencia – fora denunciada por sua segunda pergunta. Todavia, o revide de José para ela parece não ter conduzido o presidente a um patamar de sensibilidade que lhe permitisse evocar qualquer interjeição: logo, seguiu uma terceira pergunta, cuja resposta parece não ter tido importância aparente, a não ser pela intromissão de um interlocutor fantasma que anunciou, como se suas palavras apagassem o sofrimento de gerações: "O problema da casa nós vamos resolver".

Figueiredo era um homem experiente, acostumado a discursos e até capaz de vencer um debate sem ter razão. "Resolvido o problema da casa", talvez o presidente tenha achado melhor estender o interrogatório à Maria Gomes, esposa de José. A representante do suposto sexo frágil, que trabalhava no corte da cana desde as quatro horas da manhã e cuidava de mais seis filhos, foi ainda mais contundente em sua reposta: "Ele [seu marido José] não tem direito a nada. Ninguém aqui tem direito a nada". Talvez por falta

de atenção na resposta de Maria ou, quem sabe, por simples ignorância organizada, o representante maior do Brasil faz uma última pergunta a José, a mesma que sua esposa acabara de responder. Sem perder a oportunidade, e já percebendo que aquele 'diálogo' não se estenderia por muito mais tempo, o homem do campo aproveitou para concluir denunciando o segundo maior problema, depois da fome, enfrentado em todo o Nordeste açucareiro: a falta de assistência médica em caso de doenças e acidentes de trabalho.

* * *

Este artigo trata das relações entre trabalho e doenças na *plantation* açucareira em Pernambuco. Baseado numa análise que cruza referências da literatura médica (estudos clínicos, dietéticos e bioquímicos) com dados coletados em prontuários médicos, analisa, numa perspectiva histórica, o processo de adoecimento dos trabalhadores do açúcar. A primeira parte discute a fome e a desnutrição; já a segunda compõe uma análise conjunta de dados coletados no Arquivo do Hospital Barão de Lucena (conhecido como Hospital das Usinas) entre os anos 1963 e 1973. Considerado em seu todo, o artigo argumenta que a maior parte das doenças que afligiam a classe trabalhadora do açúcar decorria do processo de trabalho nos engenhos e nas usinas.

* * *

No Nordeste do Brasil, a *plantation* açucareira produziu uma sociedade crônica e endemicamente patológica. Extensa área que congregava milhares de engenhos – unidades relativamente autossuficientes, semifechadas e dominadas por milícias privadas fortemente armadas – a *plantation* era, ao mesmo tempo, um espaço de poder e um modelo de produção sobremaneira sofisticado, que funcionou com base no controle corporal de centenas de milhares de indivíduos. Nesse espaço, o secular exercício de poder e violência sem limites, somados ao domínio quase absoluto do tempo e da vida dos trabalhadores do açúcar por um pequeno

grupo de empresas, formou um exército permanente de doentes. O regime de trabalho compulsório (refletido nas amplas jornadas de trabalho), mantido mesmo depois da abolição da escravidão e sustentado com base na negação consentida dos direitos legais (férias; repouso remunerado; hora extra etc.)[2], aliado à fome e à desnutrição crônica da massa de trabalhadores, era o principal elemento patógeno dessa sociedade.

As *plantations* tinham suas próprias leis e justiça, seus próprios costumes, moeda, moralidade e, até, sua própria linguagem. Mesmo para a maioria dos *moradores de engenho* em seu interior – para quem o acesso aos sítios, que garantiriam certa segurança alimentar, provou-se ser exceção e não regra, como se supôs por muito tempo – as supostas vantagens materiais compreendidas no regime de *morada* (moradia, assistência em caso de doenças e morte, acesso à lenha e água, além da proteção do senhor) existiam apenas no plano conceitual[3]. Nessas terras esquecidas, onde a somatória de fome e de trabalho exaustivo compunha o dia a dia de homens igualmente esquecidos, a falta de assistência médica e de medicamentos adequados e as precárias condições de habitação faziam com que doenças com tratamentos relativamente simples adquirissem a gravidade que beirava o risco de morte. Sem sistema de saúde, transporte, saneamento e abastecimento alimentar fornecidos pelo Estado, os engenhos constituíam territórios situados fora da ordem jurídica normal.

A carência de postos de saúde e de hospitais dentro da *plantation*, aliada à extrema dificuldade de translado tanto para dentro quanto para fora dos engenhos, dificultava os primeiros atendimentos aos doentes e aos acidentados. Mesmo em época recente, a precariedade dos serviços de saúde na zona canavieira era notória. Ainda nos anos 1970, nessa vasta extensão de terra, havia

2 FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Direitos conquistados, discretas esperanças**: as leis, os canavieiros e os conflitos na Justiça do Trabalho (Escada, 1963-1969). Recife: Monografia do Curso de Bacharelado em História da UFPE, 2009.

3 Para mais detalhes a respeito do sistema de *morada,* ver DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: 2.ed., Ed. UFPE, 2012.

poucas unidades de saúde e municípios inteiros que não dispunham de nenhum leito para os pacientes que demandavam tratamentos mais complexos e/ou eventual internação. Mesmo nas cidades, com maior estrutura do que os engenhos, o atendimento de saúde era incerto. Por meio dos dados coletados no *Censo de Assistência Médico-sanitária*, realizado pela então Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde e Assistência Social de Pernambuco, foi possível construir um mapa (Figura 1), em que se visualiza, com mais detalhes, a gravidade do problema na região.

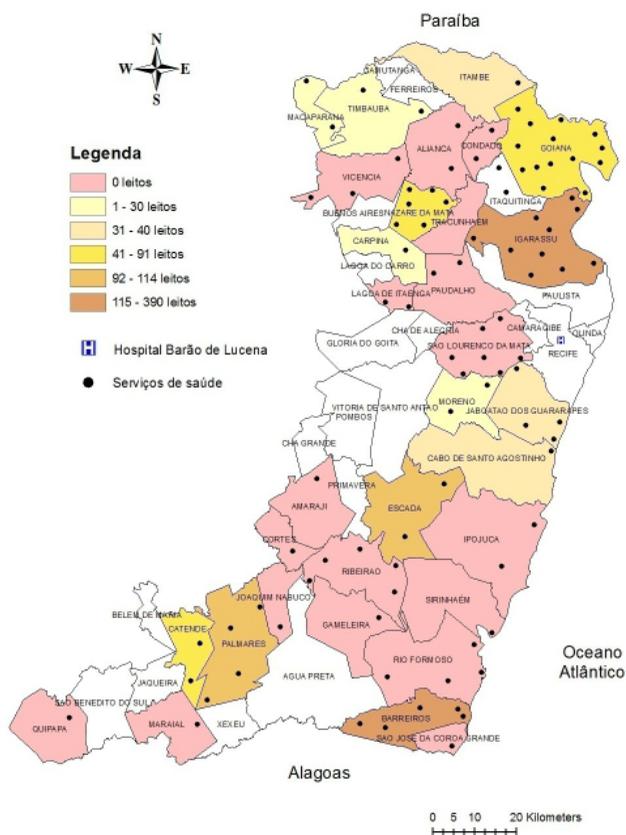



Figura 1 - Mapa da distribuição dos serviços de saúde e dos leitos na zona

canavieira de Pernambuco nos anos 1970
Fonte: Dados coletados no "Censo de Assistência Médico-sanitária – Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde e Assistência Social", citado por AZEVEDO, Carlos Alberto; CALDAS, Rachel; CHACON, Vamireh. **Situação socioeconômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas**. Recife: IJNPS, 1972.

Segundo a então Fundação de desenvolvimento municipal do interior de Pernambuco (FIAM), até o final dos anos 1980, *i)* era raro encontrar postos de saúde na maioria dos engenhos; *ii)* era frequente encontrar postos médicos fechados por meses e, às vezes, por anos; *iii)* na maior parte dos engenhos, não existia qualquer tipo de equipamento de saúde; e *iv)* o translado dos doentes era feito em redes ou camas, e era necessário percorrer longas distâncias[4]. Em épocas mais remotas, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para um atendimento médico mais especializado eram ainda maiores, pois não existiam ou quase não podiam ser acessados, devido às limitações viárias para fora dos engenhos ou às impossibilidades financeiras.

Quando o Hospital das Usinas, como era conhecido o Hospital Barão de Lucena (HBL), foi inaugurado em 1958 no Recife, ele passou a ser apresentado no discurso da classe patronal como aquele que iria amparar os trabalhadores rurais com uma assistência médica que, até então, não havia sido possível na zona canavieira de Pernambuco. Numa região com serviço hospitalar tão carente, o Hospital das Usinas era anunciado como a solução para um problema secular. Longe das unidades produtivas (como mostra a Figura 1), por vezes mais de cem quilômetros da capital, sua localização na capital denunciava certa falha no compromisso com a classe trabalhadora do açúcar.

A deficiência tão acentuada de serviços de saúde que atendessem minimamente à população canavieira demandava que os primeiros cuidados, em casos de acidentes de trabalho, fossem administrados, normalmente, pelos próprios companheiros de profissão, com assistência improvisada. A falta de material adequado e higienizado para realizar procedimentos básicos, como

---

4 GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul – v. I e II**. Recife: Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM), 1987, p. 16.

curativos, por exemplo, agravava o quadro. Nesses momentos, os conhecimentos fitoterápicos tradicionais eram postos em prática: comumente, os trabalhadores espremiam caldo de cana para que a sacarose, eficiente cicatrizante, facilitasse a obstrução do fluxo de sangue. Dependendo da profundidade, do comprometimento dos vasos superficiais e do tempo despendido até um atendimento ambulatorial adequado, os acidentes poderiam levar a óbito. Ademais, existia um alto risco de infecção e gangrena, devido à precariedade dos cuidados e à ausência total de higiene[5].

Salários miseráveis e fome endêmica na *plantation*

Alicerçada numa lógica puramente capitalista, a *plantation* açucareira produziu uma verdadeira indústria dos corpos exauridos. Quase como um elemento natural de seu caráter, os riscos que existem em todas as profissões tornaram-se inerentes a seu arquétipo produtivo, cujo referencial absoluto se inseria no plano econômico. A baixa remuneração da classe trabalhadora, decorrente, sobretudo, do descumprimento da legislação trabalhista pela classe patronal, era elemento fundamental dessa sofisticada indústria. Sem salários que garantissem, minimamente, que se alimentassem, os canavieiros eram coagidos a trabalhar, quase sempre, além do que o corpo suportava sem manifestar algum sintoma negativo. Mesmo assim, sua baixa produtividade relativa fora interpretada como sinônimo de "malandragem e corpo mole"[6].

> Com a abolição da escravatura, os negros e os mestiços saídos das senzalas, ficando com a alimentação a cargo dos seus salários miseráveis, começaram por diminuir as quantidades de alimentos de sua dieta, e já não dispunham nem de combustível suficiente para produzir o trabalho

5 ALENCAR, Eloine Nascimento de. **Trabalho e saúde do canavieiro**. João Pessoa: Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública/Universidade Federal da Paraíba, 1993.

6 FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. "Malandragem e corpo mole": a naturalização das doenças do trabalho no discurso da classe patronal canavieira em Pernambuco (1960-1975). In: **Gênero & História**, v. VII, pp. 259-299, 2011.

> que antes realizavam. Diminuíram, então, o seu rendimento para equilibrar o déficit orgânico, sendo essa diminuição tomada pelos patrões mais reacionários como um sinal de preguiça consciente, de premeditada rebeldia do negro liberto contra o regime feudal da economia açucareira. A verdade é que a moleza do 'cabra de engenho', a sua fatigada lentidão não é um mal de raça, é um mal de fome. É a falta de combustível suficiente e adequado à sua máquina, que não lhe permite trabalhar senão num ritmo ronceiro e pouco produtivo[7].

A despeito da discussão sobre o suposto regime feudal da economia açucareira, citado por Josué de Castro no trecho acima, e da melhor alimentação do escravo em relação ao *morador de engenho*, a consequência imediata das dificuldades salariais enfrentadas pelos trabalhadores no pós-abolição se refletia na quantidade e na qualidade dos alimentos que sua remuneração não permitia adquirir. A gravidade da fome, no Nordeste do Brasil, fora tão acentuada e notória que, entre março e maio de 1963, o governo dos Estados Unidos, através do *Interdepartmental Committee on Nutrition for National Development* (ICNND), realizou uma grande pesquisa (*Northeast Brazil Nutrition Survey*) para propor, juntamente com o governo brasileiro, alternativas de mudanças. Os dados, que englobavam avaliações clínicas, dietéticas e bioquímicas – reunidos e publicados em 1968 com o título *Pesquisa Nutricional da Zona da Mata* – mostraram, por exemplo, que a ingestão calórica da população dos municípios, cuja maior parte dos habitantes trabalhava na indústria sucroalcooleira, era de apenas 50% da recomendada[8].

No Brasil, os investimentos norte-americanos faziam parte de

---

7 CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 128-129. (Edição original de 1948).

8 BATISTA FILHO, Malaquias et alii. **Pesquisa Nutricional na Zona da Mata**. Recife: UFPE Imprensa universitária, 1968, p. 26.

um amplo projeto de combate ao comunismo na América Latina durante a Guerra Fria. Os esforços dos Estados Unidos para impedirem que o Nordeste se tornasse uma nova Cuba haviam levado à assinatura do chamado Acordo do Nordeste (*Northeast Agreement*), em 13 de abril de 1962[9]. Por meio dele, os Estados Unidos se comprometiam em aplicar 131 milhões de dólares no Nordeste. A *United States Agency for International Development* (USAID) foi encarregada de executar o projeto, porque os ianques acreditavam que o fim da fome, mesmo por meio de uma reforma agrária que causava medo à classe latifundiária, era uma estratégia antirrevolucionária que impediria o avanço do comunismo no Brasil. Mesmo assim, ainda nos anos 1960, o brasilianista Joseph Page fez referência aos nordestinos como "camponeses cobertos de doenças e morrendo de fome"[10]. Tempos depois, no final dos anos 1970, Robert Linhart criticou o que chamou de "aritmética da miséria" na zona canavieira[11]. O problema persistia...

Além do nível salarial, os desajustes no processo social de produção e distribuição de riquezas e o acesso aos bens e serviços potencialmente disponíveis eram, também, causas das deficiências nutricionais. Em última instância, "a pobreza [era] a condição comum para o aparecimento da desnutrição em escala epidemiológica"[12]. As carências nutricionais provocadas pela fome geravam muito mais do que organismos fragilizados com baixa imunidade. Uma dieta pouco nutritiva, além de facilitar o aparecimento de diversas doenças, provocava ao longo dos anos mutações irreversíveis na estrutura óssea dos indivíduos[13]. Os efeitos da desnutrição crônica e endêmica[14] nos corpos dos trabalhadores

---

9 PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**: o Nordeste do Brasil 1955-1964. Tradução: Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

10 Ibidem, p. 33.

11 LINHART, Robert. **O açúcar e a fome**: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

12 BATISTA FILHO, Malaquias; SHIRAIWA, Tizuko. Indicadores de saúde para um sistema de vigilância nutricional. **Cadernos de Saúde Pública**, v.5, n.1, p. 105-116, 1989.

13 BOHAN, Merwin L. (Coord.). **Northeast Brazil:** Nutrition Study. March-May 1963. Washington: Department of Defense, 1965, p. 8.

14 CHAVES, Nelson. Ecologia e Nutrição: observação no trópico úmido. In: CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo**: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente. Coletânea de Artigos. Universidade Federal de Pernambuco, EDUFPE, 2007, p. 140-141.

rurais renderam-lhes o epíteto de "*Homens Gabiru*". Para alguns pesquisadores, o cortador de cana no Nordeste representaria uma "nova espécie", com estrutura biológica e de adaptação à fome e as intensas jornadas de trabalho incomuns aos *homo sapiens*[15]. Em 19 de novembro de 1991, o jornal *A Folha de São Paulo* publicou a manchete "Homem-gabiru é nova espécie no Nordeste". No ano seguinte, os pesquisadores Tarsiana Portella, Daniel Amos e Zelito Passavante, do Centro Josué de Castro, publicaram o livro *Homem Gabiru: catalogação de uma espécie*[16]. Os autores não apenas definiram taxonomicamente esse "novo ser", como também descreveram suas características, hábitat, hábitos, alimentação, reprodução, expectativa de vida e morfologia interna.

Entre 1991 e 1997, foram publicadas, em todo o país, inúmeras matérias sobre o legítimo representante do *homem gabiru* (cortador de cana, Amaro João da Silva residia em um engenho no município de Amaraji, zona canavieira de Pernambuco). Em entrevista concedida à *Revista Veja*, em 18 de dezembro de 1991, Amaro João denunciava sua miserável condição de vida: "Tem dia que a gente não sabe se vai comer ou não. Eu e a mulher damos primeiro para as crianças. Depois o que sobra fica para nós"[17]. Em 15 de janeiro de 1997, o *Diário de Pernambuco* publicou: "Homem-Gabiru está doente". No final do primeiro parágrafo: "Amaro confessa[va] que já comeu muito rato do mato (um roedor herbívoro conhecido como punaré) para sobreviver. 'Se não comesse, morria de fome', diz". Na imagem que acompanhava a reportagem, Amaro João aparecia em sua casa, humilde e sem conforto, ao lado de quatro filhos mal vestidos e de pés descalços. A matéria do enviado especial desnudava o "cotidiano de miséria" e doença (o *homem gabiru* havia adquirido uma broncopneumonia), mas reafirmava a tese: "representantes legítimos de uma sub-raça, sem suporte nutricional adequado, os quatro

15 Para mais de talhes ver: FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. "Malandragem..., *op. cit.*; FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Usos da Natureza na Construção dos Desiguais: dos Zoológicos Humanos aos Canaviais Pernambucanos. In: **Gênero & História** (UFPE), vol. 8, p. 136-161, 2013.

16 PORTELLA, T., AAMOT, D. e PASSAVANTE, Z. **Homem-gabiru**: catalogação de uma espécie. São Paulo: Hucitec, 1992.

17 Amaro João da Silva (protótipo da geração nanica do Nordeste). **Veja**, 18 de dezembro de 1991.

filhos nanicos de Amaro também trazem estampada na face uma visível apatia". A matéria não discutia as causas e as consequências da enfermidade contraída por Amaro. Doenças respiratórias são comuns entre os trabalhadores rurais e demais habitantes de regiões próximas às usinas. A poluição provocada pela queima da palha da cana e pelas chaminés atingia as vias aéreas superiores e provocava enfermidades respiratórias. O caso de Amaro João ilustrava uma constante: a falta de assistência médica e medicamentos adequados, bem como a fome e as precárias condições de habitação faziam com que doenças com tratamentos relativamente simples adquirissem gravidade mais ampla, afetando ainda mais a biologia dos indivíduos.

Na verdade, a fome e a desnutrição crônica da população canavieira decorriam não apenas do nível baixo dos salários, mas também de uma somatória mais ampla de fatores. Em primeiro ligar, a maioria das *plantations* não pagava seus funcionários com dinheiro corrente: elas possuíam moeda própria. Chamada genericamente de *vales do barracão*, essas moedas só tinham valor nos engenhos onde eram instituídas. Sem valor monetário fora das áreas de domínio de seu engenho específico, os *vales* impediam os trabalhadores de adquirirem produtos fora dos limites da cana:

> Recebendo, o morador, em vales ao invés de dinheiro, ficava geralmente em débito devido aos preços exorbitantes do barracão. Dessa forma ficava atrelado ao engenho e ainda mais limitado na liberdade de dispor de sua força de trabalho vendendo-a a quem quisesse. (...) O sistema de vales/barracão (...) desmonetariza as relações de trabalho fechando o trabalhador no universo isolado do engenho[18].

O endividamento era um mecanismo fundamental na

18 CABRAL, Pedro Eugênio T. Tempo de morada: a constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na Lavoura Canavieira Pernambucana. In: SAMPAIO, Yoni. **Nordeste Rural**: a transição para o capitalismo. Recife: Ed. Universitária, 1987, p. 39.

manutenção da *plantation*. Segundo a antropóloga Beatriz Alásia de Heredia "a dívida contraída no *barracão* era uma norma... [ela] constituía um elemento central no processo de internalização do esquema de dominação"[19]. Ademais, como afirmou Garcia, "o acesso ao comércio [externo] [era] limitado geograficamente por grandes distâncias que os trabalhadores dever[iam] percorrer a pé ou em automóveis segundo suas disponibilidades monetárias e, sobretudo, pelos altos preços tradicionalmente cobrados"[20]. Ou seja, *i)* com salários baixos, devido ao não cumprimento da legislação trabalhista; *ii)* recebendo em *vales*, aceitos apenas no mundo dos engenhos; *iii)* forçados a comprar nos *barracões* a preços acima dos praticados no livre comércio; *iv)* isolados geograficamente da sociedade externa..., a alimentação dos trabalhadores era determinada pelo sistema produtivo arbitrado pelas empresas. O isolamento era condição indispensável para que a *plantation* funcionasse em pleno vapor e sem empecilhos legais: nem mesmo as autoridades públicas se arriscavam a adentrar o mundo dos engenhos – territórios intocados por labirintos de velhas estradas cercadas pelo imenso "mar de cana".

O suposto acesso aos sítios, já mencionado no início deste artigo, que garantiria a cada *morador de engenho* um lote de terra para cultivar lavoura de subsistência e que funcionaria como complemento salarial familiar, era uma exceção. O sítio não era, como a literatura veiculou por longo tempo, um elemento inerente ao sistema de *morada*. Aqueles que chegaram a possuí-lo se queixavam de sua distância em relação à casa do *morador* e/ou de que terrenos pouco férteis, secos e pedregosos, impróprios para o cultivo de alimentos sem uso de tecnologias e sistema de drenagem, demandariam investimentos com que os trabalhadores não podiam arcar[21].

---

19 HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 121-122.

20 "L'accés au commerce est limité géographiquement par de grandes distances que les travailleurs devront parcourir à pied ou en voiture selon leurs disponibilités pécuniaires et surtout par les prix elevés, pratiqués traditionnellement par celui-ci". GARCIA, Marie France. **O Bacurau**: étude de cas d'un marche situe dans une usina. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1977, p. 78-79.

21 Para mais detalhes sobre o acesso aos sítios, ver DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho...**, *op. cit.*

Os trabalhadores do açúcar e o Hospital das Usinas (1963-1973)

A má nutrição dos trabalhadores, decorrente de todos os fatores acima mencionados, somada às longas jornadas de trabalho diário, à falta de ambulatórios nas unidades fabris e de um sistema de atendimento móvel de urgência e de medicamentos adequados e suficientes, compunha uma equação quase mortal, se não pelo risco de acidente fatal nos canaviais, por doenças mantidas durante anos sem tratamento adequado. Os dados discutidos a seguir foram coletados nos livros de registro de pacientes disponíveis do Arquivo do Hospital Barão de Lucena (HBL). Por meio de uma análise detalhada dos casos de pacientes atendidos no Hospital das Usinas, em seus dez últimos anos de administração (1963-1973) pelos barões do açúcar, foi possível identificar uma série de doenças relacionadas ao trabalho. Do total de pacientes atendidos nesse período, apenas 12% (6.290 de 53.739) eram empregados de usinas e engenhos da Zona da Mata, alguns do Agreste e do Sertão[22], e outros, inclusive, de fora do estado de Pernambuco (Sergipe e Alagoas)[23]. A maior parte dos 88% restantes morava em bairros do Recife. As distâncias que os doentes e os acidentados percorriam para receber atendimento denunciava, em certa medida, a falta de assistência médica no interior do Estado.

Nesse período, foram atendidos desde empregados da parte administrativa das usinas, como advogados e auxiliares de escritório, até encarregados de serviços gerais, tratoristas e mecânicos. A maior parte dos pacientes foi classificada na categoria 'doméstico' (2.601 casos), seguida por trabalhador rural[24] (1.424 casos) e operário[25] (693 casos). Entretanto, o livro de registro dos pacientes não dá detalhes sobre os internados. A ausência de uma anamnese

---

22 Flores (108 pacientes); Canhotinho (4 pacientes); Serra Talhada (1 paciente).

23 Laranjeiras/Sergipe (15 pacientes) e Colônia Leopoldina/Alagoas (sete pacientes).

24 Na categoria 'Trabalhador rural', incluímos: cambiteiro; rurícola; cortador de cana; limpador de cana; trabalho no campo; carreiro e vaqueiro.

25 Na categoria 'Operário', incluímos: maquinista, caldeireiro, torneiro, turbineiro, industriário, fundidor, trat. na moenda, soldador, trab. na estrada de ferro, serralheiro, carpinteiro, tratorista, eletricista, marceneiro, ajudante de eletricista, ajudante de destilador, ferreiro, foguista, ajudante de caminhão, guarda freios, ajudante de oficina, servente, motorista, destilador, chefe de tráfego, pedreiro e mecânico.

completa dificulta o levantamento de dados mais precisos. Mesmo assim, algumas questões podem ser alçadas. Por exemplo, o índice elevado de domésticos (2.464 do sexo feminino e 137 do sexo masculino) pode encobrir uma realidade muito mais complexa: talvez, parte deles fosse, de fato, empregados regulares.

A literatura a respeito já mostrou a importância do trabalho das mulheres e das crianças no complemento da renda familiar na região açucareira. Apesar de grávidas e sob a incumbência de cuidar dos filhos menores, como no caso de Maria Gomes, citada no início deste artigo, a maior parte das mulheres participava, diariamente, das atividades produtivas no setor agrícola. Classificá-los como domésticos, então, eximiria a empresa de encargos trabalhistas decorrentes de afastamentos do trabalho em casos de acidentes. Embora a maioria dos diagnósticos entre os 'domésticos' estivesse relacionada a partos e a problemas decorrentes, identificam-se dezenas de casos de *fratura* (dos ossos da perna, no 1/3 inferior do fêmur, no punho, rádio, falange etc.); *ferimentos* (infecção no dorso da mão esquerda, na face anterior do joelho, no pé etc.); *contusões* (na mão esquerda, no antebraço, no tórax, no dorso do pé etc.) e *entorses* (dorso-lombar, joelho, tornozelo), tipicamente relacionados ao trabalho.

Dos diagnósticos identificados nos livros de registro, aproximadamente 50% foram associados a problemas decorrentes do trabalho (Quadro 1). Na verdade, esse número poderia ser ainda mais elevado se relacionássemos algumas complicações decorrentes dos partos às atividades laborais das mulheres.

Quadro 1 - Frequência dos diagnósticos dos pacientes de usinas e engenhos atendidos no HBL (1963-1973)

Diagnósticos	**Nº de pacientes**	**Porcentagem**
Relacionados ao trabalho	2357	37,5%
Não relacionados ao trabalho	1114	17,7%
Partos e problemas relacionados *(aborto, cervicite, cistocele, prolapso genital, ruptura perineal, retenção de restos ovulares e placentários e eclampsia)*	920	14,6%

Diagnósticos não identificados	1874	29,8%
Outros *(procedimentos clínicos e cirúrgicos)*	25	0,4%
TOTAL	6290	100%

Fonte: Dados coletados a partir dos livros de registro de pacientes (HBL, 1963-1973).

De fundamental importância na manutenção da agroindústria açucareira era a reprodução da força de trabalho. A falta de assistência médica das empresas no momento do parto era suprida, normalmente, pela mobilização coletiva e pela ajuda de parteiras, quando não da assistência sindical que, na medida do possível, enviava os casos mais graves para algum serviço de saúde da capital. No Hospital das Usinas, além de partos, foram registrados vários casos de *aborto*, *prolapso genital* e *cistocele*, que podem ter sido causados por excesso de esforço físico. Como já mencionado, o nível salarial arbitrado pelo setor sucroalcooleiro forçava para que o trabalho de todos da família fosse empregado com vistas a complementar a renda mínima indispensável à sobrevivência. Mesmo grávidas, o serviço das mulheres era imperativo, assim como o das crianças. Apesar de trabalhar, principalmente, em serviços menos pesados, como adubar e semear, na época da safra, partiam com seus esposos e filhos para o corte da cana. O esforço físico dispensado no trabalho não era o único agravante para o número elevado de abortos. Como o médico Nelson Chaves ponderou: "as deficiências dietéticas, durante a gestação, especialmente de proteínas e vitaminas, são responsáveis pela incidência de abortos, prematuros, natimortos, mortes neonatais e malformações congênitas"[26]. Ademais, problemas nutricionais aparentemente inofensivos às mães poderiam prejudicar o concepto.

As mazelas da cana

Representando quase a metade dos diagnósticos identificados, os problemas que decorriam do trabalho estavam ligados a quatro ordens de fatores: *i)* dieta (22% dos casos); *ii)* acidentes (32%)

---

26 CHAVES, Nelson. Ecologia do feto. II – Influência dos fatores nutricionais e sociais. In: CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo...**, *op. cit.*, p. 183.

iii) ergonomia (16% dos casos); e *iv)* fatores biológicos, químicos e físicos (30%).

Na sociedade açucareira do Nordeste, as deficiências nutricionais adquiriram o caráter de problema coletivo, tanto dos trabalhadores do campo quanto dos do setor industrial da produção. Não se tratava de hábitos alimentares inadequados, livremente escolhidos em um leque de opções, mas de um cardápio historicamente infligido. A alimentação inadequada dos trabalhadores acarretava uma série de doenças, como: *esplenomegalia* (156 casos); *colite* (136 casos); *anemia* (110); *cirrose* (56); *desnutrição* (42); *bócio* (11); *enterocolite* (5); *desidratação* (2) *e caquexia* (1).

A fome e a desnutrição provocavam ou facilitavam o aparecimento de outras doenças. A carência protéica provocava distúrbios hormonais que poderiam estar na origem de diversos outros problemas de saúde, como o *bócio*, por exemplo. Infecções benignas entre as populações bem nutridas tornavam-se muito graves na sociedade açucareira. A diminuição da imunidade acentuava a chance de se desenvolverem certas doenças. Ademais, profissões como as de cortador de cana requerem uma alimentação rica e devem variar conforme as condições climáticas e o ambiente físico onde o trabalho é executado, bem como do esforço físico exigido, da carga horária dispensada e das condições higiênicas. As estratégias dos canavieiros para minorar a precariedade de sua dieta variavam de acordo com suas possibilidades: *i*) caçar animais silvestres, com a dificuldade de encontrá-los num ambiente dominado pela monocultura da cana; *ii*) pescar na entressafra, quando os rios estavam menos poluídos pelo derramamento de vinhoto; *iii*) chupar cana escondidos, sob pena de sofrerem penalidades físicas ou de outra ordem; *iv*) tomar cachaça para resistir ao ritmo intenso de trabalho:

> A cachaça serviu para compensar, de certo modo, a ingestão calórica deficiente. Esse estado de subnutrição é ainda mais grave em face das verminoses, especialmente a esquistossomose, que assume proporções alarmantes em

> alguns municípios de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, produtores de cana. A perda de ferro, as pequenas sangrias continuadas pelos vermes vêm tornando anêmicos numerosos indivíduos com redução da capacidade de trabalho. Com o preço elevadíssimo da carne salgada (charque), dos ovos, do leite, da carne fresca, das aves, cada dia foi se reduzindo a cota de proteínas animais. A subnutrição protéica e a esquistossomose contribuem certamente para a grande incidência de cirrose hepática. Os hospitais das capitais e das cidades interioranas nordestinas estão cheios de esplenomegálicos e cirróticos[27].

A deficiência de proteínas decorrente da falta de alimentos nutritivos era agravada pela sudorese abundante provocada pelo trabalho intenso. Com o suor, iam-se também sais e outras substâncias importantes na manutenção do equilíbrio corporal. A desidratação provocava "fadiga, vulgarmente denominada de *fadiga tropical*"[28].

A sorte dos operários do açúcar era semelhante: nas refeições, "alguns operários (...) molha[va]m o pão no mel depositado no *dó* (...), para enriquecerem em alguma coisa sua alimentação. Diz[ia]-se também na usina que os *corumbas* (...) alimenta[va]m-se das calorias necessárias com uma garapa, tomada no próprio trabalho, feita com algum açúcar residual"[29].

* * *

A indústria sucroalcooleira compunha um sistema complexo que envolvia vários setores: *i*) produção agrícola; *ii*) transporte; *iii*) fabricação de açúcar e de álcool; e *iv*) oficinas de manutenção

27 CHAVES, Nelson. O meio e a nutrição no Nordeste brasileiro. In: CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo...**, *op. cit.*, p. 87.
28 Idem, p. 138.
29 LOPES, José Sérgio Leite **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

do parque industrial. Cada uma dessas áreas tinha uma complicada divisão de tarefas com sistemas hierárquicos de poder semelhantes em alguns pontos e distintos em outros. Os riscos de acidentes também eram distribuídos segundo o setor produtivo, com particularidades negativas que os distinguiam. As suposições que se fazem sobre a relativa simplicidade dos trabalhos no campo são, comumente, errôneas. O setor agrícola da agroindústria açucareira compunha uma complexidade de etapas que exigia trabalho diário, intenso e especializado. Ademais, limitações topográficas, aliadas à tecnologia inacessível, restringiam, nos anos 1960 e 1970, o uso mais generalizado de máquinas na Zona da Mata de Pernambuco. Era o trabalho manual, sobretudo, que garantia a produção em terrenos acidentados.

A primeira fase de todo o processo produtivo se iniciava com o preparo do solo. A adequação física, química e biológica do terreno começava pelo desmatamento da área a ser plantada com cana. Nessa fase, eram retirados os restos de outras culturas anteriormente instaladas com a derrubada de árvores. Em seguida, a atividade de roçagem, por meio de estrovengas, servia para eliminar os arbustos menores. Imediatamente depois, com o uso do gancho, o trabalhador reunia todo o material resultante da roçagem, em determinado ponto do terreno, e o queimava.

O arrancamento de soqueira, fase seguinte, era uma das atividades que mais exigia esforço físico. Nessa etapa, o trabalhador arrancava as soqueiras com a enxada em terrenos acidentados, o que exigia, além de força muscular, equilíbrio. Para corrigir os solos, utilizava-se a aplicação de calcário que, em geral, era executada por mulheres e menores de idade. Sem luvas ou máscaras, os trabalhadores lançavam com as próprias mãos ou instrumentos improvisados o produto diretamente no solo. Era a etapa derradeira antes do plantio.

Uma das fases que mais requeria cuidados era o plantio da cana de açúcar. Para garantir um número elevado de socas e minimizar os custos com o manejo do solo ou com a necessidade de outro plantio, era preciso que todo o processo fosse perfeitamente coordenado através de várias tarefas. A primeira delas era

a rebolação. Nessa etapa, a cana a ser plantada era cortada manualmente em pedaços (rebolos) com três a quatro colmos. Essa tarefa era realizada pelo rebolador no próprio local a ser plantado. A sulcagem era a etapa seguinte. Na zona canavieira de Pernambuco, a abertura de sulcos, que afofavam e descompactavam o solo onde seriam depositados os rebolos, era feita, geralmente, de forma manual. A partir dos anos 1980, esse processo sofreu mudanças importantes, visando ampliar o rendimento agrícola. O aumento da concentração de cana semeada exigiu sulcos mais largos e profundos, ampliando o número de golpes de enxada na execução da tarefa. O tipo de solo, seco ou muito argiloso, e os acidentes topográficos tornavam essa operação ainda mais difícil de ser executada. A cobertura dos sulcos, assim como a adubação, também era feita de forma manual. Em todas as etapas, caminhava-se quilômetros, ao longo das ruas de cana, no caso da aplicação de adubos, com sacos de até 20 quilos.

A fase seguinte – tratos culturais – constituía em um conjunto de tarefas que visavam propiciar boas condições para o desenvolvimento da planta. A eliminação das ervas invasoras era feita, na maioria dos casos, de forma manual. Elas concorriam com a cana em umidade, luminosidade, nutrição e temperatura e também poderiam ser hospedeiras de pragas que afetavam os canaviais. Mesmo assim, era praticamente impossível eliminar por completo os insetos e os fungos que atingiam os partidos de cana. O combate às pragas, então, poderia ser feito manualmente, como a catação de gafanhotos ou o despalhamento com foice das folhas inferiores da cana já adulta para evitar a cigarrilha, e por meio do uso de agrotóxicos com pulverizador costal. Nesse caso, em equipes de 10 a 15 pessoas, cada trabalhador bombeava, diariamente, cerca de 240 litros de produtos químicos. Como todas as outras atividades da produção da cana, a aplicação correta dos herbicidas exigia certo treinamento e experiência. Comumente, as empresas não disponibilizavam os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários e expunham os trabalhadores a inúmeros riscos de intoxicação, sem contar as consequências desconhecidas em longo prazo, como, por exemplo, maior probabilidade de

desenvolverem células cancerígenas.

Finalmente, a fase da colheita exigia grande coordenação das atividades. Em princípio, a área destinada ao corte sofria o processo de queima da cana. No dia seguinte, iniciava-se o corte propriamente. A cana semente – utilizada para plantio de renovação do canavial – exigia cuidados especiais e deveria ser colhida crua, com despalha manual, para evitar a destruição dos brotos. O facão deveria ser permanentemente desinfetado e não poderia ferir os nós da cana. Além disso, como a cana semente é sempre de primeiro corte, tende a ser mais grossa e pesada. A colheita da cana crua trazia uma série de inconvenientes: a palha tornava o canavial mais denso, dificultando o trabalho, e a presença de animais peçonhentos agravava o perigo de acidentes.

A gramínea poderia ser cortada de duas formas: amarrada ou solta. No primeiro caso, eram aplicados três movimentos: corte da cana na base; corte na parte superior, para a retirada do "olho"; e corte na altura em torno de 1/3 do topo, dividindo a cana em dois pedaços; em seguida, utilizando-se o próprio "olho da cana", eram feitos feixes com 20 a 25 pedaços. O corte da cana solta, embora mais simples, também exigia grande esforço físico. Ao longo dos anos, a remuneração, antes feita por feixes, foi sendo substituída pelo pagamento por tonelada. Dessa forma, o controle/fiscalização do resultado da produção, antes a cargo dos fiscais da usina, passou a ser exercido pelo próprio trabalhador. Entretanto, o cortador de cana não tinha condições de verificar, ele mesmo, a exatidão da balança usada pelo engenho ou usina.

O esforço físico dispensado no corte manual da cana estava condicionado a variáveis como: *i*) condições topográficas, se em morros, várzeas, terrenos planos; *ii*) a qualidade biológica das variedades de cana cultivadas, isto é, volume cilíndrico e peso; *iii*) a cana ter sido queimada ou não; *iv*) o espaçamento entre as carreiras de cana; *v*) as exigências posteriores ao corte, se solta ou amarrada etc. A produtividade do corte dependia, também, da habilidade de cada trabalhador, de sua capacidade física, experiência, estado nutricional, idade, sexo, altura e índice de massa

corporal[30]: "[havia] uma relação direta entre a qualidade e quantidade dos alimentos consumidos, o ambiente físico, as condições de trabalho, a eficiência muscular e a produtividade"[31]. Naturalmente, o rendimento das atividades, ao longo da jornada diária, diminuía, e isso levava o trabalhador a ficar mais tempo no canavial, sem pausas para descanso. A última etapa da fase de colheita era o transporte da cana até as moendas. Normalmente, após o corte, a cana era levada sobre o lombo de bois e de mulas. Em terrenos acidentados, entretanto, os *cambiteiros* se encarregavam de transportar, nos próprios ombros, os feixes de cana.

As condições de trabalho nos canaviais eram marcadas por uma lógica que privilegia a produção, em detrimento da mão de obra. A herança escravista permitiu que o processo de trabalho, em sua dimensão mais ampla, fosse reproduzido no sistema de *morada*. Com o controle absoluto do tempo de vida e da força de trabalho dos canavieiros, as *plantations* garantiam a manutenção de um rígido sistema de dominação. A rotina dos trabalhadores rurais seguia a monotonia que lhes definia. Na alvorada, tinha início o dia de trabalho. O deslocamento até o local das tarefas, quando não era realizado a pé, por vários quilômetros, era feito por ônibus ou caminhos em péssimo estado. Neles, os trabalhadores eram transportados juntamente com suas ferramentas de trabalho, o que favorecia ainda mais o risco de acidentes. Nos canaviais, os riscos começavam desde o momento da queima da

---

30 SPURR, G. B.; BARAC-NIETO, M.; MAKSUD, M. G. Productivity and maximal oxygen consumption in sugar cane cutters. **American Journal of Clinical Nutrition**, v.30, 1977, p. 316-321.; SPURR, G. B.; BARAC-NIETO, M.; MAKSUD, M. G. Efficiency and daily work effort in sugar cane cutters. In: **British Journal of Industrial Medicine**, v. 34, n.2, May 1977, p. 137-41; SPURR, G. B.; BARAC-NIETO, M.; MAKSUD, M. G. Energy expenditure cutting sugarcane. **Journal of Applied Psychology**, v.39, n.6, 1975, p. 990-996; SPURR, G. B.; MAKSUD, M. G.; BARAC-NIETO, M. Energy expenditure, productivity, and physical work capacity of sugarcane loaders. **The American Journal of Clinical Nutrition**, v. 30, Oct. 1977, p. 1740-1746; SATYANARAYANA, K.; NAIDU, A.N.; CHATTERJEE, B.; RAO, N. Body size and work output. **American Journal of Clinical Nutrition, v.30, 1977, p. 322-325;** VITERI, Fernando; TORUN, Benjamín. Ingestión calórica y trabajo físico de obreros agrícolas en Guatemala: efecto de la suplementación alimentaria y su lugar en los programas de salud. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, v.78, 1975, p. 58-74, 1975; PIMENTEL, David; PIMENTEL, M. **Food, Energy and Society**. London, 1979.

31 CHAVES, Nelson. Alimentação do Trabalhador. In: CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo...**, *op. cit.*, p. 152-153.

cana. A falta de experiência no ofício ou uma inesperada mudança na direção dos ventos poderiam transformar o que era uma atividade "controlada" num incêndio em grandes proporções.

Os dados disponíveis no Hospital das Usinas registram, expressamente, apenas cinco casos de acidentes de trabalho. Todavia, por meio de uma análise mais acurada da relação entre diagnósticos e profissão dos pacientes, foi possível identificar a possibilidade de índice muito mais elevado, como detalha o Quadro 2. Pouco mais de 50% desses casos foram registrados entre trabalhadores rurais, seguidos de domésticos (13%) e operários (7%):

Quadro 2 - Diagnósticos dos pacientes de usinas e engenhos atendidos no HBL relacionados aos riscos de acidentes (1963-1973)

Diagnósticos	**Nº de pacientes**	**Porcentagem**
Fraturas *(ossos da perna, pé, ombro, mão, braço etc.)*	314	41,6
Contusão *(região lombar, pé, perna, joelho, ombro etc.)*	155	20,6
Ferimentos *(tornozelo, perna, tórax, punho, mão etc.)*	147	19,5
Entorse *(dorso-lombar, joelho, tornozelo, punho etc.)*	44	5,8
Luxação *(quadril, ombro, cotovelo, polegar etc.)*	24	3,2
Lesões *(tendões, joelho, punho, polegar etc.)*	15	2,0
Corpo estranho *(punho, perna, face etc.)*	12	1,6
Queimaduras	9	1,2
Traumatismo *(raquimedular, coxa, crânio-encefálico)*	8	1,1
Esmagamento dos ossos da mão	7	0,9
Amputação traumática *(falange, pododáctilo etc.)*	6	0,8
Secção dos tendões	3	0,4

Cicatriz *(pé e mão)*	2	0,3
Hematoma *(região lombar e coxa)*	2	0,3
Escoriações dorso-lombar	2	0,3
Deslocamento da pele do dorso do pé	1	0,1
Deslocamento do fêmur	1	0,1
Disjunção do núcleo epifisário	1	0,1
Torcicolo traumático	1	0,1
TOTAL	754	100%

Fonte: Dados coletados a partir dos livros de registro de pacientes (HBL, 1963-1973).

Não há dúvida de que a falta de EPI pode explicar parte dos casos de *fraturas*, *contusões*, *ferimentos* e *entorses*, mas, provavelmente, não era o único motivo. Além dos próprios riscos inerentes às profissões com objetos cortantes, a maior parte desses acidentes era provocada pela fadiga. Segundo a literatura médica, existe toda uma patologia da fadiga, não somente de certos órgãos, mas, sobretudo, resultante do esforço do organismo para se adaptar a todos os choques e se defender dos desequilíbrios. O cansaço acumulado não só esgotava os músculos dos trabalhadores do açúcar, como também repercutia no conjunto do corpo e do cérebro[32]. Ele fazia com que, para acionar um músculo, fosse necessário um esforço cada vez maior do cérebro. A atenção diminuía e, com ela, a velocidade dos reflexos, que aumentava a tendência a falhas. Em alguns casos, a exaustão poderia desordenar a atividade cerebral a tal ponto que provocava a perda de raciocínio dos movimentos. Ademais, a repetição da atividade de corte da cana fazia com que muitos trabalhadores realizassem as tarefas de

32 CHAUCHARD, Paul. **La Fatigue :** « que sais-je ? ». Le point des connaissances actuelles. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

forma condicionada, e isso aumentava os riscos de acidentes[33].

Os riscos multiplicavam-se com trabalhadores idosos, gestantes e crianças, sem contar os que permaneciam nas atividades mesmo já doentes. A perda natural da habilidade, dos reflexos e do controle sobre os movimentos musculares ampliava a probabilidade de acidentes para os idosos. O aumento de peso, nas gestantes, e outros sintomas da gravidez, somados aos cuidados com o bebê, exigiam do pré-parto hábitos que as empresas não cultivavam. No caso das crianças, a falta de habilidade e de experiência, mais o descompasso entre porte físico e tamanho dos instrumentos ampliavam as chances de acidentes. Além disso, diversos fatores expunham os indivíduos às contusões, até mesmo o menor choque. Segundo a literatura médica, pessoas que não comem alimentos frescos e crus, com carência de Vitamina C ou que não ingerem quantidades suficientes de água têm capilares frágeis e são mais susceptíveis a sofrer contusões.

O esforço físico exigido no corte da cana, sobretudo em terreno acidentado, comumente atingia as articulações, que, submetidas a movimentos bruscos, por vezes, poderiam romper os ligamentos. A má colocação dos pés ou um simples tropeçar que forçasse as articulações a um movimento para o qual não estavam habilitadas poderia provocar uma *entorse*, inclusive com lesões na cápsula fibrosa que reveste a articulação. As *luxações* ocorriam, normalmente, devido a grandes choques, quando o osso era deslocado e deixava de estar unido à articulação. Estudos recentes afirmam que o trabalhador rural que cortar, em média, 12 toneladas de cana por dia o faz à base de 370.000 golpes de facão; 37.000 flexões nas pernas para golpear a gramínea; caminha quase 9.000 metros; carrega nos braços as 12 toneladas de cana, em montes de 15 quilos cada um, completando 800 trajetos[34]. Nesse

---

33 VALENÇA, Vanessa. **Condições de trabalho, produtividade e riscos à saúde do trabalhador na atividade do corte manual de cana**: um estudo de caso na Usina Santa Adélia. São Carlos: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção/UFSCar, 2007.

34 THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Não há nada de novo sob o sol num mundo de *heróis*! (A *civilização* da barbárie na agroindústria canavieira). In: **Pegada**, Presidente Prudente, v.8, n.2, dezembro de 2007.

esforço, os canavieiros perdiam, em média, sete a nove litros de água por jornada, o que resultava na falta de sais e provocava câimbras e náuseas.

A completa ausência de primeiros socorros nos canaviais agravava os casos de acidentes. As usinas e os engenhos não disponibilizavam ambulâncias ou outros meios de transporte. Além disso, as dificuldades de comunicação, associadas a longas distâncias entre os campos de cana e os serviços de saúde mais próximos, faziam com que, nesses casos, os trabalhadores devessem esperar até o final do expediente para ser removidos.

No setor industrial da produção, as condições de trabalho também eram precárias. As atividades requeridas tanto na fabricação do açúcar quanto em todo o complexo de oficinas que existiam para manter a usina em funcionamento, potencializavam os riscos de doenças e acidentes. O antropólogo José Sérgio Leite Lopez descreveu como "as longas jornadas de trabalho exaur[ia]m, de maneira rápida e violenta, os músculos e nervos dos operários"[35]. Devido à profunda especialização das tarefas, alguns operários, por vezes, trabalhavam 24 horas seguidas. Nesses casos, o argumento da classe patronal se embasava no artigo 61º da CLT[36], que permitia a extensão da jornada de trabalho para serviços considerados inadiáveis. A prática, contudo, segundo Leite Lopes, generalizou-se a ponto de transformar o trabalho nas fábricas num "regime de urgência e emergência" absoluto. A própria concepção das construções, o ambiente fabril e seus compartimentos, andares e seções comumente eram projetados sob a lógica produtivista, o que tornava os metalúrgicos do açúcar parte vulnerável do processo[37].

---

35 LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo...**, *op. cit.*, p. 61.

36 CLT, Art. 61. "Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder o limite legal ou convencionado, seja para fazer face a um motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto".

37 "A conjugação do fato de que a própria construção da máquina, numa produção capitalista, nunca incorpora o princípio da segurança física e mental de seu operador humano com o trabalho repetitivo e monótono da longa duração diária característica da usina acarreta tanto a inevitabilidade quanto a frequência dos acidentes de trabalho em todas as seções da usina". LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo...**, *op. cit.*, p, 90.

* * *

Além dos acidentes, grande parte dos problemas de saúde dos trabalhadores da cana era causada por excessos acumulados que não se manifestavam de forma imediata, mas em intervalos prolongados de tempo. Estudos recentes constataram que, comumente, as queixas mais frequentes entre os trabalhadores rurais são: fortes dores no pescoço, nos ombros, nos braços e dores de cabeça. Para a maior parte deles, entretanto, doença poderia significar apenas a impossibilidade de trabalhar. Segundo Eloine Nascimento[38], a concepção de saúde dos canavieiros estava intimamente ligada ao que eles eram capazes de produzir. O trabalho que seu estado físico lhe permitiria executar, para suprir as necessidades familiares, era seu referencial de saúde. Na maioria dos casos, os canavieiros só procuravam um médico quando os sintomas os impediam de trabalhar, mesmo porque um dia sem trabalho significava salários ainda mais reduzidos. Caso contrário, continuavam exercendo suas atividades mesmo com dificuldades, com os riscos de uma recuperação mais prolongada, ou, até, a impossibilidade de continuar a fazer as tarefas habituais.

Nos arquivos do Hospital das Usinas, os problemas mais comuns entre os pacientes de usinas e engenhos foram as *hérnias* (267 casos), provocadas, sobretudo, pelo aumento da pressão abdominal requerido em várias atividades, tanto no setor rural, quanto na parte industrial da produção de açúcar e de álcool. Além disso, a excessiva demanda física sobre a região lombar, por meio de levantamentos de objetos pesados ou movimentos repentinos, podia causar diversos outros problemas.

> O cortador inicialmente se posiciona para o corte ficando com as pernas levemente abertas, com o pé esquerdo mais à frente do direito. A seguir, ele pega com a mão esquerda o feixe de cana a ser cortado (3 a 5 varas de cana), eventualmente

---

38 ALENCAR, Eloine Nascimento de. **Trabalho e saúde do canavieiro**, *op. cit.*

> usando o gancho para aproximar essas varas. Nesse momento, a mão esquerda encontra-se na altura dos ombros, e o braço esquerdo entendido. Em seguida, o cortador se abaixa, e com um movimento em arco do braço direito (acompanhado pelo tronco) ele golpeia as varas de cana próximas à raiz (onde a concentração de sacarose é maior e evitando prejuízos à formação das socas) cortando-a. Eventualmente, esse movimento é feito mais de uma vez, para cortar todas as varas que compõe o feixe. Cortada a base, o cortador ergue-se e continua sustentando o feixe com a mão esquerda aplicando-lhe um movimento de rotação que faz com que as varas aproximem-se da posição horizontal. Ao mesmo tempo, é feito um pequeno movimento de rotação do tronco em torno de seu eixo, de forma a posicionar a ponteira (ponta superior) da cana acima do espaçamento entre as fileiras de planta. Com um novo golpe de facão aplicado com a mão direita, a ponteira é cortada, caindo no solo entre as fileiras. Na mão esquerda ficam as varas de cana, que são colocadas depois no solo (no lado da fila contrário aquele que caiu a ponteira cortada, com mais uma flexão do tronco)[39].

Lesões repetitivas ou pressão exercida sobre os discos intervertebrais poderiam lesar a coluna. A maior parte dos estresses mecânicos provocados pelo trabalho intenso e invariável era absorvida pelos discos que começavam a perder água e, com ela, sua capacidade de atuar como amortecedores das pressões exercidas sobre a coluna. Isso levava mais estresse ao anel externo produzindo mais

39 CAMAROTTO, J. et al. **Análise do processo de corte da cana-de-açúcar**. São Carlos: DEP/UFScar, [s/d] citado por PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. **No coração do canavial**: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira. Rio de Janeiro: UFRJ (Diss. de Mestrado), 1994, p, 198.

fissuras e fazendo com que esse processo de produção de lesões se transformasse em um círculo ininterrupto. Movimentos bruscos ou mau jeito podiam, também, causar *torcicolo* com ferimentos nas articulações da coluna ou na região do pescoço. Outros diagnósticos frequentes de problemas ergonômicos foram: *artrite* e *artrose* (fêmur, coxa, joelho, coluna etc.), 58 casos; *lombalgia* (13 casos); *varizes* (10); *bursite* (3); *esporão do calcanhar* (3); *ciática* (2); *rigidez do joelho* (2); *hemartrose do joelho* (2); *calos nos pés* (1); *discopatia lombar* (1); *distensão lombar* (1); *escoliose dorso-lombar* (1); *mialgia* (1) e *espondilite traumática* (1).

A deterioração dos componentes da articulação (osso, cápsula articular, tendões e cartilagens) era, comumente, provocada por movimentos em excesso, que causavam microlesões ao longo dos anos. Além de dores intensas, as *artrites* e *as artroses* acompanhavam restrições dos movimentos. As *lombalgias* eram causadas por esforços repetitivos, excesso de peso; pequenos traumas; condicionamento físico inadequado; erro postural e posição não ergonômica no trabalho. As longas caminhadas exigidas nos trabalhos agrícolas, bem como a realização de todas as tarefas em pé, sem pausas regulares para descanso, podiam levar à formação de *varizes* e *esporões*, além de *calos* e outros problemas relacionados. Ademais, o excessivo esforço físico, somado com a postura inadequada durante o trabalho, gerava tensões musculares e causava problemas como *ciática* e *mialgia*.

* * *

Se o regime de trabalho, incluindo duração, intensidade e ritmo, representava um dos principais fatores no tocante aos problemas ergonômicos e de acidentes, as condições ambientais em que os trabalhadores viviam e executavam suas tarefas tornavam-nos suscetíveis a uma série de outras moléstias. Todas as pesquisas realizadas sobre as condições de habitação dos *moradores de engenho* no Estado são unânimes em reafirmar sua total precariedade. O relatório já citado do Governo do Estado de Pernambuco, em 1987, constatou que a maior parte da água consumida pela

população da zona canavieira "[era] geralmente proveniente de cacimbas a céu aberto, em precárias condições de higiene e fortemente poluídas, constituindo-se em um dos fatores responsáveis pela ocorrência de grande parte das doenças da região"[40]. A mesma pesquisa relatou deficiências graves no sistema de esgotamento sanitário nas habitações das usinas e dos engenhos.

A maior parte dos casos de problemas de saúde relacionados aos fatores biológicos, químicos e físicos que chagaram ao Hospital das Usinas afetou trabalhadores rurais (aprox. 28%), seguidos de 'domésticos' (23%) e operários (11%). O fator biológico representava risco imediato para tarefas realizadas em locais insalubres e sem uso de equipamentos apropriados. O índice elevado de pacientes atendidos com *parasitoses* (Quadro 3) demonstra a gravidade do problema na zona canavieira. Malaquias Batista defende que elas sejam consideradas doenças ocupacionais, na medida em que os trabalhadores eram coagidos a usar águas contaminadas[41].

Quadro 3: Diagnósticos dos pacientes de usinas e engenhos atendidos no HBL relacionados aos riscos biológicos, químicos e físicos (1963-1973)

Diagnósticos	Nº de pacientes	Porcentagem
Parasitoses *(amebíase, tuberculose, ascaridíase, ancilostomose, giardíase, esquistossomose, febre tifoide, poliomielite, tétano, coqueluche)*	288	40,1
Abscessos *(quirodáctilo, tornozelo, joelho, tórax etc.)*	98	13,6
Tuberculose pulmonar	67	9,3
Bronquite	38	5,3
Úlcera da córnea	30	4,2
Asma	26	3,6
Osteomielite	26	3,6
Conjuntivite *(traumática e subaguda)*	26	3,5

40 PERNAMBUCO. **Levantamento socioeconômico...**, *op. cit.*, p, 16.

41 Entrevista com Malaquias Batista Filho citado por DABAT, Christine R. **Moradores de Engenho...**, *op. cit.*, p. 479.

Pneumonia	25	3,5
Eczema	21	2,9
Gangrena	11	1,5
Dermatite		1,1
Corpo estranho no olho	8	1,1
Estafiloma de córnea	8	1,1
Traumatismo no olho	6	0,8
Ferimento no olho	4	0,6
Leucoma da córnea	4	0,6
Miíase do ouvido	3	0,4
Impetigo	2	0,3
Epistaxe	2	0,3
Micose nasal	2	0,3
Catarata traumática	2	0,3
Pterígio	2	0,3
Infecção do cotovelo	1	0,1
Escabiose	1	0,1
Esporotricose	1	0,1
Empiema pleural	1	0,1
Escrofulose	1	0,1
Alergia nasal	1	0,1
Ceratite	1	0,1
Eritema	1	0,1
Esfacelo da córnea	1	0,1
Hemorragia subconjuntival	1	0,1
Edema das conjuntivas	1	0,1
TOTAL	718	100%

Fonte: Dados coletados a partir dos livros de registro de pacientes (HBL, 1963-1973).

O modo como o espaço era ocupado distribuía, de forma desigual, as possibilidades de indivíduos saudáveis adquirirem certas patologias. Modos diversos de inserção no processo produtivo

definiam tanto os grupos com mais ou menos risco de adquirirem certas doenças, quanto seus efeitos diferenciados[42]. A literatura médica elenca três níveis condicionantes que contribuem para a multiplicação das parasitoses: i) *Bioecológico* (condições ambientais que otimizam a reprodução dos vetores e propiciam a sobrevivência dos parasitos; ii) *Socioecológico* (características ambientais modificadas pela ocupação social do espaço: construções, práticas agrícolas, formas de eliminação dos dejetos etc.) e iii) *Sociocultural* (relacionados a processos históricos e políticos, como o nível educacional, por exemplo)[43]. Ou seja, os níveis de ocorrência e a gravidade que as parasitoses poderiam adquirir estavam relacionados ao ambiente social, econômico e biológico em que vivia o homem na Zona da Mata de Pernambuco, que agravavam o já "espoliado estado de saúde das populações dessa área"[44].

No setor agrícola, os trabalhadores eram expostos a riscos químicos e físicos. Os olhos eram os órgãos mais afetados. A falta de óculos de proteção, poeira, fumaça e fuligem proveniente da queima da palha da cana, o próprio pelo da cana e poluentes lançados no ar pelas chaminés das usinas etc. ampliavam as possibilidades de acidentes. A soma dos casos que envolviam problemas nos olhos (*conjuntivite e catarata traumática; presença de corpo estranh;, estafiloma, traumatismos; ferimentos; leucoma; pterígio; ceratite; esfacelo da córnea; hemorragia subconjuntival* e *edema das conjuntivas*) teve uma representação significativa em relação ao total (13%). Na parte industrial da produção, as condições eram semelhantes: "ambiente impregnado de partículas provenientes do bagaço da cana esmagada, que irrita[va]m o exercício da visão e a respiração dos operários"[45].

A poluição do ar afetava as vias aéreas, provocando uma série

---

42 MOZA, Patrícia Ganzenmüller; PIERI, Otávio Sarmento; BARBOSA, Constança Simões; REY, Luís. Fatores sócio-demográficos e comportamentais relacionados à esquistossomose em uma agrovila da zona canavieira de Pernambuco, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.14, n.1, p. 107-115, jan.-mar. 1998.

43 BARBOSA, C. S. et alii. Esquistossomose: reprodução e expansão da endemia no Estado de Pernambuco no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v.30. n.6, 1996.

44 CHAVES, Nelson. Ecologia e Nutrição: observação no tropico úmido. In: CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo...**, *op. cit.*, p. 137.

45 LOPES, José Sergio Leite. **O vapor do diabo...**, *op. cit.*, p. 85.

de doenças, como *tuberculose pulmonar*, *bronquite*, *asma*, *pneumonia*, *empiema pleural*, *micose* e *alergia nasal*, sobretudo no período da safra[46]. As variações de temperatura também contribuíam com o processo. O trabalho realizado sob o sol escaldante ou forte chuva trazia inconvenientes invisíveis que o setor empresarial não levava em consideração. A inalação dos agrotóxicos dispersos no vento agravava o quadro geral e podia causar graves problemas de pele, como *eczema*, *dermatite*, *impetigo*, *escabiose*, *esporotricose* e *eritema*, inflamações de pele típicas entre os trabalhadores rurais:

> Eu sinto uma agonia no corpo, a gente tem vontade de ir prá uma sombra, mas não pode, a gente vai tomar um repouso ao meio-dia, ai eles tão falando que é pra a gente botar a cana abaixo. A gente não pode sair do sol de jeito nenhum, só quanto ele for embora. Tem muitos que dão agonia, molha a roupa, assa muito a gente, mas pede prá largar, mas eles não querem largar[47].

A poluição ambiental provocada pelas usinas agravava a situação e afetava, direta ou indiretamente, a totalidade da população bem como as 'lavouras brancas', os rios, os poços e os açudes. A água era, em muitos casos, vetor de várias doenças. A exposição a toxinas nocivas no setor fabril geralmente era vista pela classe patronal como um mal menor. Os operários do açúcar também reclamavam das condições no interior das fábricas, onde o vapor do diabo "estoura[va] o couro todinho (...), intestino e fígado, tudo intoxicado":

> Aí eu fui pra fabricação, fui dosar. Continuei dosando aí passei uns oito anos dosando. Depois,

46 CANÇADO, José Eduardo Delfini. **A poluição atmosférica e sua relação com a saúde humana na região canavieira de Piracicaba – SP**. São Paulo: Tese de Doutorado em Medicina/USP, 2003.

47 Fala de um canavieiro citado por ALENCAR, Eloine Nascimento de. **Trabalho e saúde do canavieiro...**, *op. cit.*, p. 83.

> devido ao cheiro do enxofre, eu digo: 'não tá dando', aí eu falei, aí o chefe trocou, ei eu fui pra o esquenta-caldo, e do esquenta-caldo vim pra cá, pra dosagem. Na dosagem, tem épocas onde a fumaça, indo na gente, a gente arrota. É o enxofre puro. A fumaça penetra mesmo. E às vezes, a enxofreira mesmo dá aquele arroto. Aí sai aquele fumaceiro, não tem quem aguente. Olhe, bateu nos olhos é o mesmo que bater pimenta. Arde, arde que nem pimenta[48].

* * *

A complexidade dos problemas para os adoentados que precisavam abandonar, temporariamente ou não, o trabalho para procurar tratamento médico especializado perpassava por um verdadeiro dilema: não podiam abandonar o emprego porque, como José e Maria Gomes no início deste artigo, não contavam com seguro e outros benefícios, mas precisavam dele para alimentar a si próprios e suas famílias.

Os problemas enfrentados pelos trabalhadores doentes afetavam toda a família, não apenas por causa da doença, em si, e todos os inconvenientes que ela trazia em termos de biológicos, mas também porque afetava diretamente a renda familiar. Um membro da família doente significava um braço a menos para o trabalho. Os demais componentes familiares deveriam, então, trabalhar em dobro para garantir a subsistência do grupo. As consequências eram basicamente duas: *i*) ou os demais familiares deveriam ampliar a carga horária de trabalho para garantir o nível de renda mínimo para a sobrevivência ou *ii*) o grupo passaria por um período penoso do ponto de vista alimentar.

* * *

48 LOPES, José Sergio Leite. **O vapor do diabo...**, *op. cit.*, p. 86.

A *plantation* açucareira, em Pernambuco, instituiu, por meio de uma perfeita aritmética da exaustão, uma duradoura indústria dos corpos exauridos. Secularmente pensadas, embora nem sempre claramente manifestadas, as distinções sociais instituídas nesse espaço podiam ser vistas sob vários aspectos que, embora separados, coadunavam-se formando um amálgama perfeito: *i)* da violência física (como *fator econômico*, na medida em que, por vias diversas, ampliava a margem de lucros das empresas; e *fator social*, inscrito na longa duração) contra trabalhadores; *ii)* da fome, que elegia os pobres como seu templo maior; e *iii)* dos acidentes e das doenças do trabalho que perseguiam os corpos cansados dos canavieiros.

As mazelas da cana, de fato, faziam parte de um arquétipo de produção firmado para explorar os despossuídos. Embora as relações de trabalho não fossem condicionantes necessários do processo de adoecimento dos trabalhadores, as condições impostas pelos detentores dos meios de produção e a falta de escolhas daqueles que tinham a própria força de trabalho como único bem a vender representavam a base sobre a qual se firmavam as ligações entre desigualdade de poder, trabalho e doenças na *plantation* açucareira. Nesse sentido, este artigo buscou, basicamente, identificar como esse processo de adoecimento estava intimamente ligado ao trabalho nos engenhos e nas usinas. A histórica exploração do corpo do trabalhador, instituída na *plantation* ao longo de séculos, permaneceu como marca indelével de sua estrutura. Sem amparo legal por parte do Estado, como nos casos ilustres de nossos interlocutores (José e Maria Gomes), no início deste artigo, os *moradores de engenho* que viviam isolados nesses territórios desconhecidos eram submetidos a toda sorte de infortúnios. Eles foram vítimas, e não, vetores dos próprios males.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eloine Nascimento de. **Trabalho e saúde do canavieiro**. João Pessoa: Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública/UFPB, 1993.

AZEVEDO, Carlos Alberto; CALDAS, Rachel; CHACON, Vamireh. **Situação socioeconômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas**. Recife: IJNPS, 1972.

BARBOSA, C. S. et al. Esquistossomose: reprodução e expansão da endemia no estado de Pernambuco no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v.30 n.6, 1996.

BATISTA FILHO, Malaquias et al. **Pesquisa Nutricional na Zona da Mata**. Recife: UFPE Imprensa universitária, 1968.

BATISTA FILHO, Malaquias; SHIRAIWA, Tizuko. Indicadores de saúde para um sistema de vigilância nutricional. **Cadernos de Saúde Pública**, v.5, n.1, p.105-116, 1989.

BERNARDES, Denis A. de M. Octávio Ianni e a Questão Nordeste. In: COSTA LIMA, Marcos (org.). **A Sociologia de Octávio Ianni**: uma abordagem. Recife: EDUFPE, 2005.

BOHAN, Merwin L. (coord.). **Northeast Brazil:** Nutrition Study, March-May 1963. Washington: Department of Defense, 1965.

CABRAL, Pedro Eugênio T. Tempo de morada: a constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na lavoura canavieira Pernambucana. In: SAMPAIO, Yoni. **Nordeste rural**: a transição para o capitalismo. Recife: Ed. Universitária, 1987.

CANÇADO, José Eduardo Delfini. **A poluição atmosférica e sua relação com a saúde humana na região canavieira de Piracicaba – SP**. São Paulo: Tese de Doutorado em Medicina/USP, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CHAUCHARD, Paul. **La fatigue** : que sais-je ? Le point des connaissances actuelles. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

CHAVES, Nelson. Ecologia e Nutrição: observação no trópico úmido. In: CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo**: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente. Coletânea de Artigos. Universidade Federal de Pernambuco, EDUFPE, 2007.

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. **Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul - v. I e II**. Recife: Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM), 1987.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: 2.ed., EdUFPE, 2012.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Malandragem e corpo mole: a naturalização das doenças do trabalho no discurso da classe patronal canavieira em Pernambuco (1960-1975). **Gênero & História**, v.VII, 2011.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos exauridos**: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973). Recife: Dissertação de Mestrado em História/UFPE, 2012.

GARCIA, Marie France. **O Bacurau**: étude de cas d'un marche situe dans une usina. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/Museu Nacional, 1977.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero, 1988.

LINHART, Robert. **O açúcar e a fome**: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MOZA, Patrícia Ganzenmüller; PIERI, Otávio Sarmento; BARBOSA, Constança Simões; REY, Luís. Fatores sócio-demográficos e comportamentais relacionados à esquistossomose em uma agrovila da zona canavieira de Pernambuco, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.14, n.1, p.107-115, jan/mar 1998.

PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**: o Nordeste do Brasil 1955-1964. Tradução: Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. **No coração do canavial**: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção/UFRJ, 1994.

PIMENTEL, David; PIMENTEL, M. **Food, Energy and Society**. London, 1979.

PORTELLA, T.; AAMOT, D.; PASSAVANTE, Z. **Homem-gabiru**: catalogação de uma espécie. São Paulo: Hucitec, 1992.

SPURR, G. B.; BARAC-NIETO, M.; MAKSUD, M. G. Productivity and maximal oxygen consumption in sugar cane cutters. **American Journal of Clinical Nutrition**, v.30, p.316-321,

1977.

SPURR, G. B.; BARAC-NIETO, M.; MAKSUD, M. G. Efficiency and daily work effort in sugar cane cutters. **British Journal of Industrial Medicine**, v.34, n.2, p.137-41, May 1977.

SPURR, G. B.; BARAC-NIETO, M.; MAKSUD, M. G. Energy expenditure cutting sugarcane. **Journal of Applied Psychology**, v.39, n.6, p.990-996, 1975.

SPURR, G. B.; BARAC-NIETO, M.; MAKSUD, M. G. Energy expenditure, productivity, and physical work capacity of sugarcane loaders. **The American Journal of Clinical Nutrition**, v. 30, p.1740-1746, Oct.1977.

SATYANARAYANA**, K.; NAIDU, A.N.; CHATTERJEE, B.; RAO, N. Body size and work output. American Journal of Clinical Nutrition, v. 30, p. 322-325, 1977.**

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de *Heróis*! (A *Civilização* da Barbárie na Agroindústria Canavieira). **Pegada**, Presidente Prudente, v.8, n.2, dez. 2007.

VALENÇA, Vanessa. **Condições de trabalho, produtividade e riscos à saúde do trabalhador na atividade do corte manual de cana**: um estudo de caso na Usina Santa Adélia. São Carlos: Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção/ UFSCar, 2007.

VITERI, Fernando; TORUN, Benjamín. Ingestión calórica y trabajo físico de obreros agrícolas en Guatemala: efecto de la suplementación alimentaria y su lugar en los programas de salud. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, v.78, p.58-74, 1975.

JORNAIS E REVISTAS CONSULTADOS

A Folha de São Paulo, 19 de novembro de 1991.
Veja, 18 de dezembro de 1991.
Diário de Pernambuco, 15 de janeiro de 1997.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo do Hospital Barão de Lucena
Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho (6ª Região)

Uma cultura da esperteza: histórias de ócios, táticas e astúcias no ofício do agave

Mariângela de Vasconcelos Nunes

Este texto compõe-se, basicamente, de parte da tese de Doutorado, defendida na Universidade de Brasília em 2006[1]. Porém, neste capítulo, especificamente, falo sobre as investidas dos trabalhadores de agave dos Cariris Velhos[2] contra o mundo da produção. Mostro como eles, a partir da sua lida no agave, desenvolveram várias formas de resistências, algumas das quais extremamente criativas, como as faltas ao trabalho nas segundas-feiras e os expedientes mais curtos nas sextas-feiras, para sobreviver ao autoritarismo imposto pelos patrões.

---

1 NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o Capa Verde e a Redenção:** a cultura do trabalho com o agave na Paraíba (1937-1966). Brasília: Tese de Doutorado em História/ Universidade de Brasília, 2006.

2 Usei a nomenclatura 'Cariris Velhos' para definir os antigos distritos de Picuí, Cubati e Pedra Lavrada, atualmente já emancipados, porque, de acordo com a categorização do IBGE de 1950, a comarca à qual pertenciam estava localizada na microrregião do Médio Sertão dos Cariris Velhos. Ademais, os entrevistados, notadamente nesses municípios, onde concentrei mais as investigações no Mestrado e no Doutorado, reconhecem-se como caririseiros. Durante esses estudos, realizei pesquisas no município de Cuité e em antigos distritos, como Barra de Santa Rosa e Nova Floresta, e usei, para toda a área pesquisada, a mesma denominação, porquanto existiam muitas aproximações. Ver NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Maldição e Bênção**: algumas histórias do sisal na Paraíba (1930-1953). Brasília: Dissertação de Mestrado em História/Universidade de Brasília, 1996 e NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o Capa Verde e a Redenção:** a cultura do trabalho com o agave na Paraíba (1937-1966), *op. cit.*

A disciplina inscrita nos corpos dos trabalhadores

Para explicar melhor esse comportamento ou essas ações dos trabalhadores no processo produtivo da agavicultura, discutirei brevemente sobre a disciplina imposta nesse trabalho, que está relacionada à expansão da mecanização no processo de desfibramento[3].

Na Paraíba, no desfibramento do agave, isto é, na transformação das folhas em fibras, foram usadas diferentes técnicas, que resultaram em mudanças relacionadas à quantidade e à qualidade das fibras e ao surgimento de novas regras e formas de resistência. Esse processo não foi homogêneo em toda a área estudada na época, que era composta de comarcas e vários distritos. Percebo que a expansão dessas novas tecnologias acontecera, primeiro, em Cuité e em seus distritos e, em seguida, estendera-se para Picuí e seus respectivos distritos, como Pedra Lavrada. Não vejo tal processo como linear, porque a introdução de um novo modelo de racionalidade não implicava, necessariamente, o desaparecimento imediato das técnicas anteriores. Porém, para uma melhor compreensão, identifiquei duas etapas para esse processo: a primeira, caracterizada pelo emprego das máquinas manuais, cuja utilização no agave predominou nos anos de 1940 e prolongou-se, pelo menos, até a década de 1950; já a segunda fase foi pautada na mecanização. Nessa segunda fase, estabeleci uma divisão para a sua história: de meados da década de 40 do século passado até metade da década seguinte. Foram anos marcados pela introdução das máquinas de base fixa, instaladas nas sedes das grandes propriedades. A partir de 1950, começaram a chegar as primeiras máquinas móveis, que se deslocavam até os agaviais. Essas diferentes tecnologias foram complementares em meio à mesma problemática: a disciplinarização dos trabalhadores rurais.

Mas, quem eram os primeiros trabalhadores de agave da área

---

3 O agave só passou a ser cultivado comercialmente, na Paraíba, a partir do final dos anos 1930 e início da década de 1940, em meio ao contexto de crise econômica, ainda vivenciado nesse estado, e em clima de "modernização agrícola". Nesse cenário, os governos estadual e federal buscavam diversificar a produção rural, rompendo com a monocultura e, ao mesmo tempo, atender à demanda internacional criada no mercado das fibras, a partir da conjuntura da II Guerra Mundial.

estudada? A que categoria social esses homens pertenciam? Enfim, que homens deixaram suas antigas experiências de trabalho na agricultura e se aventuraram no desfibramento de agave? Essa categoria era composta de moradores e pequenos proprietários que trabalhavam, basicamente, cultivando a lavoura de subsistência de algodão, milho e feijão. Alguns desses trabalhadores desfibravam uma planta nativa, o caroá, usando máquinas manuais. Porém, na realização dessa atividade, estavam habituados ao trabalho em família e próximos de suas casas. Assim, em todas as suas atividades, faziam um trabalho desgastante e cansativo, mas que era acompanhado de uma boa prosa, de contar as façanhas do dia ou dos sonhos que um dia desejavam transformar em realidade. Nessas conversas nas rodas de trabalho, eram repassados valores, costumes, formas de trabalho, enfim, uma cultura do passado que era reconstruída no presente.

As tarefas nas máquinas mecânicas exigiam, porém, uma complexa divisão de trabalho: estabelecimento de postos exercidos por trabalhadores especializados e atividades interligadas. Para compreender bem mais o processo de desfibramento, descreverei todas as atividades que sofreram pequenas mudanças ao longo do tempo.

A primeira etapa do processo consistia na chamada “broca”, ou “derrubada”. Com o emprego de foices e machados, o mato e as árvores grandes eram arrancados e substituídos pelas mudas do agave. As pessoas que trabalhavam no plantio eram, em geral, trabalhadores alugados. Três a quatro anos depois, a planta estava madura para o primeiro corte (embora, nem sempre, esse prazo fosse respeitado). O processo de desfibramento só começava com o corte das folhas, executado pelo cortador, que utilizava facas e foices. Em seguida, homens denominados de cambiteiros ou tropeiros transportavam as folhas em jumentos ou em carros de boi para os galpões, onde ficavam as máquinas desfibradeiras. Lá estavam os puxadores que desfibravam as folhas ao introduzi-las na máquina, transformando-as em fibras. Os passos seguintes eram a retirada do bagaço e, depois, a pesagem das fibras, feitas pelo bagaceiro ou pesador.

Por fim, cabia, sobretudo, às mulheres e às crianças lavarem as fibras. Antes disso, as fibreiras, lavadeiras ou estendedeiras, como eram chamadas as pessoas que exerciam essas atividades, igualavam as fibras, formando pequenos feixes, chamados de "bonecas", e as mergulhavam nos tanques. As bonecas eram batidas várias vezes contra um banco próximo ao reservatório de água e, em seguida, lançadas em um torno, torcidas e sacudidas. Depois, eram retiradas do torno e estendidas nos estaleiros ou secadores. Apesar da complexidade dessa atividade, as pessoas que a exerciam ainda ficavam "de plantão", pois, caso chovesse, independentemente de ser feriado ou domingo, deveriam correr ao "terreiro" e recolher as fibras, para evitar que se molhassem. Essa atividade foi sendo simplificada ao longo dos anos.

Os salários dos trabalhadores variavam conforme suas funções, todavia as fibreiras eram quem tinha o salário mais baixo, enquanto os puxadores eram os mais bem remunerados, visto que imprimiam o ritmo de trabalho no motor de agave. Por essa razão, esses homens eram os mais hábeis e fortes da equipe. Essa também era a função mais perigosa. Entretanto, nenhuma atividade no desfibramento estava isenta de perigo, desde o simples corte da planta até a secagem das fibras[4].

Todos recebiam por produção. Por isso, o salário dos trabalhadores na agavicultura foi vinculado à sua produção. Tratava-se, portanto, de um dispositivo que visava internalizar, nos corpos e nas mentes dos trabalhadores rurais, um relógio moral marcado por horas impacientes que, agora, corriam velozmente e deveriam ser aproveitadas em todos os seus segundos. Essa era uma forma de criar mecanismos que evitassem a "vadiagem" e tornassem os trabalhadores obedientes à força do capital que estava se ampliando no campo paraibano.

Dessa forma, as atividades descritas acima eram realizadas rapidamente, como contou o Sr. Agenor:

---

4 Durante as atividades do desfibramento, poderia haver espetadas provocadas pelos espinhos da planta, coceiras causadas pelo teor corrosivo das fibras e amputações dos membros superiores - braços e mãos - engolidos pelas máquinas. Esse último risco restringia-se aos puxadores.

> Tem que ser rápido pra num faltar. Senão o puxador perde. O povo diz que quem trabalhava no motor é tudo atrás um do outro, é tudo correndo atrás um do outro, se num for assim, o que demorar ali o outro perde, aí faltou tudo. Tem que ser atrás um do outro, tudo com a moléstia prá num deixar faltar de um para o outro, pra tudo sobrar, é muito serviço, a vida no motor de agave é muito sacrificada, tem que acompanhar aquele ritmo. Cada um tem sua obrigação de fazer aquele seu serviço apertando o outro. Pronto eu vou dar uma informação: olha, os dois puxador tem que apertar o bagaceiro, o bagaceiro já tem que apertar o tropeiro, pra num faltar agave; o tropeiro já tem obrigação de correr atrás do amarrador de agave; o amarrador de agave, já tem que, por obrigação, correr atrás dos cortador, que é pra num faltar pra ninguém[5].

Assim, com o uso das máquinas mecânicas, foi implantado o trabalho por produção, e o desfibramento do agave decomposto em múltiplas tarefas. Estava sendo introduzido nos Cariris Velhos o trabalho em equipe, baseado na divisão das atividades entre os trabalhadores. Nesse caso, cada um deles executava um serviço específico, que correspondia a uma parcela de todo o processo da produção. A forma de trabalho era, portanto, diferente das antigas práticas dos trabalhadores rurais: agora, eles tinham que trabalhar rigorosamente e ocupando funções diferentes, "especializadas" e interligadas de tal forma que a ausência de um membro da equipe interrompia ou prejudicava toda a cadeia produtiva.

A interdependência das atividades, combinadas com o trabalho

5 Agenor Cassimiro de Oliveira, casado com D. Angelina, nasceu na região do Brejo. Aos 11 anos, foi morar com os pais no atual município de Cubati. Desde então, juntamente com a família, foi trabalhar em terras alheias. A partir dos anos 60 do século passado, passou a exercer a função de virador de motor de agave. (Entrevista concedida à autora, em Cubati, setembro, 2003). Todos os entrevistados aqui compuseram as primeiras gerações de trabalhadores do agave da área estudada.

por produção, acionava uma cadeia de vigilância composta pelos trabalhadores, que, de um lado, tornaram-se seus próprios ‘contramestres’ e, de outro, eram ‘contramestres’ dos seus colegas, policiando-os e delatando a seus superiores os considerados ‘indolentes’ e ‘preguiçosos’.

Ademais, eram constantemente patrulhados pelos encarregados do motor ou viradores, como ficaram conhecidos os homens que gerenciavam o trabalho no motor de agave. Alguns deles haviam exercido outras funções no motor, por isso eram capazes de substituir, provisoriamente, qualquer trabalhador faltoso e entendiam o funcionamento das máquinas[6]. Todavia, o que se tornou um pré-requisito para o exercício desse cargo foi o fato de esses homens serem pessoas de extrema confiança dos patrões.

O ambiente do motor do agave era um lugar onde todos se observavam e eram observados. Além de policiados, os trabalhadores do agave estavam sendo habitados por seus vigias: seus corpos teriam que caminhar na ‘ordem’, e a ‘ordem’ passeava dentro deles. Mas, como sobreviver a esse mundo do trabalho, tão disciplinar e autoritário? Como suportar as dores provocadas por seus espinhos?

Com base nas investigações, acredito que os trabalhadores do agave reagiram à disciplinarização que estava sendo introduzida com a mecanização da agavicultura e o cultivo dessa planta em larga escala, o que rompia com os seus costumes, isto, é com o fim da dedicação exclusiva aos roçados, o trabalho em família, entre outros. Essa dinâmica de trabalho subvertia suas noções de tempo, de trabalho e implantava outras formas de assalariamento, como o trabalho por produção, entre outras mudanças que afetaram o universo cultural dos trabalhadores. Nesse cenário, os trabalhadores acionaram um conjunto de práticas para sobreviver à nova cultura do trabalho que lhes era ditada. Denominei esse conjunto de práticas ou táticas empreendidas pelos trabalhadores do agave de ‘cultura da esperteza’: eram astúcias que se apresentavam de várias formas, através das quais os lavradores extraíam elementos de sua

---

6 COSTA, Ramilton Marinho. **O Capa Verde**: transformações econômicas e interesses de classes no curimataú paraibano. Campina Grande: Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural/Universidade Federal da Paraíba, 1989.

própria cultura para se opor a uma 'engenharia agrícola' que eles desconheciam, que os assustava devido à violência, ao trabalho exacerbado e às marcas que deixavam em seus corpos.

O Dia de São Gaxite e outras astúcias

Para alguns moradores do município de Cubati, as segundas-feiras ficaram conhecidas como o "dia de São Gaxite", uma alusão ao irreverente puxador Gaxite, que, como todos da localidade sabiam, não gostava de trabalhar nesse dia. Independentemente de sua carreira na agavicultura, o Sr. Gaxite fora inscrito no imaginário local como astucioso e esperto. Seu apelido não resultara de suas peripécias no motor de agave, mas dos seus dribles no campo do oponente. Desde muito jovem, ele jogava futebol para se divertir. Assim, notabilizou-se por ser lépido e ágil e conseguir com sucesso despistar seus adversários e lhes roubar a bola. Dessa forma, "suas trapaças" e "malandragens" inspiraram o seu apelido.

O cognome do Sr. Gaxite fora extraído e legitimado do/no universo cultural dos lavradores, pois gaxite é um animal conhecido na região estudada, uma espécie de cachorro do mato de hábitos noturnos e bastante rápido. De acordo com os entrevistados, gaxite, o animal, costumava invadir seus roçados à noite, sugar o sumo das melancias e largá-las em seguida sem deixar vestígios aparentes. Quando os agricultores iam coletar as frutas, percebiam que elas já estavam em decomposição, e que o gaxite havia "passado a perna neles", isto é, os enganado.

Assim, o Sr. Gaxite tinha essa alcunha por acionar práticas sorrateiras, fora do campo da visão dos "seus adversários" e que, certamente, foram ressignificados no mundo do motor de agave, um mundo onde, também, as práticas dos trabalhadores ganhavam invisibilidade por serem escorregadias como a de um gaxite na calada da noite.

O Sr. Gaxite, puxador, embora reconhecesse que não trabalhava nas segundas-feiras, negou ter sido o autor do batismo das "segundas de São Gaxite", pelo menos em Cubati, como ele mesmo disse:

> Tentei não. "São Gaxite", quem é esse santo aqui? Gaxite era eu. Eu num sou santo. É que na Bahia tem dia santo lá. Aqui não, porque todo mundo conhece eu. Aí lá num conhece, num tem o dia Santo de São Gaxite, sabe. É porque aqui todo mundo me conhece...[7]

De acordo com a memória que ele guarda do passado, o que o impediu de batizar o feriado com seu nome em sua comunidade de origem foi o fato de que todos ali sabiam que Gaxite era um homem, e não, um santo. Ele relatou que criou o dia de São Gaxite na Bahia, onde todos só o conheciam por seu nome de batismo. Ali, ele tinha um objetivo deliberado de instituir um feriado coletivo para os trabalhadores de agave: "Foi eu mesmo que batizei prá ninguém trabalhar nesse dia". E acrescentou:

> Esse negócio foi o seguinte, eu trabalhava na Bahia, mais o meu padim, aí nos tumava uma cana grande. Aí na segunda-feira, trabalhava na Bahia, num sabe? Aí na segunda-feira ninguém trabalhava, porque não aguentava não, bêbo. Aí eu tomei uma cana no domingo, uma cana grande, aí eu e meu padim amanheci no dia bebo. Eu digo: "padim eu vou dar um dia santo hoje na Bahia", eu digo, "eu vou dar o de Gaxite, dia Santo de 'São Gaxite'". Aí dei o dia santo. Aí quando nós cheguemo no motor, aí disse: "hoje é dia santo de São Gaxite e ninguém trabalha". Tudo besta, aí ninguém num virou o motor. O dia santo, lá na Bahia. Quem deu foi eu[8].

7 Severino Pereira da Silva, conhecido no lugar onde mora como "Sr. Gaxite" – nome que também usarei nesse texto para me referir a ele –, crescera ao lado dos seus pais lavradores e, quando adulto, casou-se com D. Maria. O entrevistado declarou que nunca trabalhou na agricultura e que, antes de iniciar sua carreira no motor de agave, usava seu tempo para brincar e jogar bola. Sr. Gaxite começou a trabalhar no motor de agave aos 16 anos, como cortador no Distrito de Cubati. Logo depois tornou-se puxador, exercendo essa função também no estado da Bahia. Informações obtidas em concessão de entrevista à autora em Cubati, novembro de 2002.

8 Gaxite, entrevista à autora, em Cubati, novembro de 2002.

De acordo com a pesquisa, o batizado das "segundas santas" fora uma atribuição dos grandes produtores e expressava uma censura às práticas disseminadas, notadamente, pelo Sr. Gaxite: "'São Gaxite' era a cana que os cabas do motor tomavam e não iam trabalhar nas segundas-feiras. Aí João Jerônimo e Deusdete diziam que eram o dia de 'São Gaxite'"[9]. Nessa fala, o entrevistado revelou o sentido que os proprietários atribuíram às faltas dos trabalhadores, vinculando-as à irresponsabilidade e às bebedeiras[10]. Com a mecanização da cultura agavieira e a expansão das formas de assalariamento, a prática de beber, bem como outras atividades de lazer, como ir aos bailes, por exemplo, passaram a ser compreendidas pelos patrões como desordens, e os trabalhadores que bebiam ou participavam de bailes eram vistos como desordeiros, preguiçosos e irresponsáveis.

Certamente, a irreverência irônica das "segundas santas" ao trabalhador Gaxite revela o quanto ele devia esmerar-se nas travessuras e na subversão ao mundo da produção e, de um modo mais amplo, ao lugar do instituído e o quanto era criativo, inclusive, na arte de "mentir", pois, certo de que a Bahia poderia representar uma terra distante para seus conterrâneos trabalhadores, ele poderia inventar que implantou por lá esse dia santo, e ninguém teria como investigar. Tal artimanha poderia até servir para mobilizar os mais faltosos nas segundas-feiras quando do seu retorno a Cubati.

A pesquisa mostrou que, independentemente dos lugares em que as "segundas santas" tenham sido instituídas, os expedientes no motor de agave, nesse dia, eram irregulares, notadamente, nos municípios de Cubati e Pedra Lavrada. Os próprios trabalhadores

---

9 Odon Cirilo Nunes era filho de um dos primeiros produtores de agave dos municípios de Cubati e Pedra Lavrada. Esse narrador, nos anos de 1970, tornou-se um político influente no município de Pedra Lavrada, onde também produzia agave. Entrevista à autora em Cubati, julho de 2003.

10 De um lado, com os desdobramentos da mecanização, isto é, com a divisão de trabalho, as faltas dos trabalhadores se tornaram mais visíveis e prejudiciais para a produção; de outro, o assalariamento aumentou o poder de compra dos trabalhadores, permitindo-lhes que consumissem mais, inclusive bebidas alcoólicas. A própria monetarização da região promoveu um incremento na vida cultural, fazendo com que os trabalhadores participassem de mais atividades de lazer como as festas.

falaram sobre o hábito implantado por eles, como disse o Sr. José João: "Eu mesmo fiz isto. É eu ia pra rua tomar cana, aí atrasava. Aí quando chegava, nós tirava o dobro. Nas segunda-feira nunca gostei de virar não. Ia dormir, ia dormir, quando era tarde vinha pro motor"[11].

O Sr. Zuza também contou sobre as faltas das segundas-feiras no desfibramento mecânico do agave:

> Porque eles nunca gostaram, era danado na segunda num virar. Ninguém sabe, porque, se ia farrar no domingo, amanhecia enfadado da ressaca. Aí nunca, era difícil virar uma segunda-feira. Difícil. Quer dizer, uns dizia que ia cuidar do roçado, porque era a folga que tinha. E outros ficavam malandrando mesmo, e num ia nem no roçado, nem ia pro motor[12].

Nesses dias, as mulheres fibreiras usavam seu tempo para fazer as atividades domésticas, como contou D. Maria, porque, se um de seus colegas faltasse ao serviço, suas tarefas no desfibramento não poderiam ser feitas, e elas retornariam às suas casas:

> Vinha pra casa lavar um pano, lavar um prato ou ajeitar uma coisa, fazer uma costura, fazer um remendo, aquele que tivesse com mais necessidade a gente tinha que vir cuidar. Se tivesse dono de

---

11 José João, cujo nome de batismo é Manoel Roque da Silva, era filho de pequenos produtores que possuíam terras no atual município de Cubati. Sua mãe era louceira, ou seja, artesã, e todos os irmãos trabalhavam para ajudar nas despesas domésticas. Esse narrador é conhecido no lugar onde mora por José João, em homenagem ao seu pai, que tinha esse nome, maneira pela qual o chamo neste trabalho. Entre os anos de 1940 e 1950, o Sr. José João começou sua carreira nas atividades relacionadas ao desfibramento, trabalhando não só no município de Cubati, mas também em outros próximos e no interior do Rio Grande do Norte. (Entrevista à autora, em Cubati, setembro de 2003)

12 José Alves dos Santos, casado com D. Marina, com quem tem duas filhas. Herdou do pai alguns poucos hectares de terra, trabalhou como puxador de agave para vários patrões no município de Cubati e próximo a ele. Esse antigo trabalhador de agave é conhecido na região onde vive por Sr. Zuza, tratamento que adoto neste texto. (Entrevista à autora, em Cubati, novembro de 2002).

> casa, já sabia o dono de casa é o roçado. Agora, nós mulher, a gente ajuda tanto dentro de casa, no que for, a num ser uma apanha de algodão, que apanha de algodão é serviço de mulher...[13]

A partir a pesquisa de campo entendo que grande parte dos agricultores faltava ao trabalho porque achava mais importante ficar cuidando de suas casas e dos seus roçados, cavando cacimba, construindo cercas ou, simplesmente, no ócio, como disse o Sr José João, que preferia dormir a assumir seu posto de puxador no local onde trabalhava.

Assim, compreendo essas faltas dos trabalhadores do motor de agave como uma forma de resistir e de recriar o tempo e diferentes concepções de trabalho. Trabalhar, para eles, era prover sua subsistência, garantir seu abastecimento de água, assegurar que seus roçados não fossem invadidos pelos animais e organizar seus afazeres nas próprias casas. Portanto, a disciplinarização coexistia com a 'antidisciplina', porque desejavam se livrar dos horários impostos, trabalhar em paz, sem receber ordens, vigiar e ser vigiado. Era possível escapar à dominação, fugir, provisoriamente, das relações disciplinadoras. Nesse caso, os trabalhadores reinventaram algumas regras, para recusar o cronograma semanal de cinco dias completos. Eles até trabalhavam nas segundas-feiras, porém muitos chegavam atrasados. Portanto, o expediente começava mais tarde, e os horários eram irregulares.

Essas práticas remetem a Michel de Certeau[14], notadamente quando esse historiador afirma que a criatividade humana sobrepõe-se ao autoritarismo ditado pelos sistemas tecnocráticos. Nesse sentido, as pessoas comuns desenvolvem, em seu cotidiano,

---

13 Maria do Carmo Dantas nasceu no município de Pedra Lavrada, onde seus pais viviam, morando em terras de terceiros. D. Maria, como a trato neste texto, foi casada com o Sr. Evaristo, com quem teve 22 filhos. Ela trabalhou no desfibramento do agave para uma família tradicionalmente produtora que tinha terras nos municípios de Pedra Lavrada e Cubati, com quem também mantinha relações de moradia. A entrevistada desempenhou, no desfibramento, a função de fibreira. (Entrevista à autora no município de Pedra Lavrada, em setembro de 2003).

14 DE CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

armadilhas para se desvencilhar do excesso de normas impostas pelas redes institucionais. Os consumidores das normas, das leis, da linguagem, enfim, da cultura transgridem-nas ao se apropriar, melhor dizendo, reapropriar desse conjunto.

Portanto, Certeau rompe com a dicotomia consumo/produção na medida em que concebe os consumidores como produtores: "A uma produção racionalizada, expansionista, além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção qualificada de consumo..."[15]. Em outras palavras, o consumo é uma reinvenção da produção.

Nessa perspectiva, todo consumidor é um produtor por excelência e também transgressor, pois a prática do consumo nunca se dá de forma passiva. E nessa não passividade, esconde-se uma concepção política. Então, 'aqueles que sempre levam a pior' não são vistos como vítimas, mas como sujeitos sociais capazes de empreender respostas às suas experiências cotidianas e culturais. Assim, o agir coletivo e contestador dos trabalhadores rurais era fruto de sua criatividade[16].

Algumas das respostas elaboradas por esses atores sociais eram extremamente astuciosas. Vários trabalhadores afirmaram que não compareciam aos motores no primeiro dia semanal ou se atrasavam para o seu serviço, porque sabiam que um dos seus colegas não iria trabalhar. Essa era a tática que muitos faltosos da segunda-feira usavam, como narrou o Sr. Gaxite: "Na segunda-feira ninguém trabalhava, não. Eu num ia, porque o dono do motor e outro meu párea, que era primo meu, chegava bêbo no motor. Ia buscar o comer veio, a feira com meia légua quando chegava já era de noite[17]".

Nessa narrativa, o Sr. Gaxite apresenta dois motivos para justificar as faltas ou os atrasos nas segundas-feiras. Um deles é que a

---

15 Ibidem, p. 39.

16 Na visão de teóricos como De Certeau (*op. cit.*), as práticas de consumo implicam um ato de reapropriação, de reconstrução cultural, uma espécie de refabricação daquilo que já foi produzido e imposto. Dessa forma, ao manejar o preestabelecido, os consumidores culturais aplicaram-lhes outros fins, diferentes daqueles fixados pela funcionalidade do sistema. Sobre o processo de criação dos consumidores ver Michel de Certeau, op.cit.

17 Sr. Gaxite, entrevista à autora, em Cubati, novembro de 2002.

ausência de alguns colegas ocorria porque, nesses dias, providenciavam a compra dos seus mantimentos semanais. Certamente, a realização dessa tarefa exatamente nas segundas-feiras era uma desculpa, visto que os trabalhadores de Cubati recebiam seus salários nos sábados, quando também compravam seus alimentos. A outra razão é que os seus parceiros estavam ressacados e, previsivelmente, faltariam ao trabalho, portanto sua presença no motor de agave era inútil. Não acredito que os trabalhadores do agave, embora tivessem passado a consumir mais álcool do que quando trabalhavam na agricultura, estivessem ressacados a ponto de não poder trabalhar no primeiro dia de trabalho semanal. Caso contrário, existiria, na região estudada, um alto índice de pessoas acometidas por doenças hepáticas e de alcoólatras. Entretanto, os próprios trabalhadores negaram ter amigos ou colegas alcoólatras ou que apresentassem problemas de saúde atribuídos ao uso do álcool. Ao que parece, na área estudada, no período analisado, os distúrbios provocados por essa droga atingiram, basicamente, o funcionamento das máquinas mecânicas, que ficavam paralisadas ou o seu funcionamento era retardado no primeiro dia de trabalho semanal. Portanto, entendo essa prática dos trabalhadores de não assumirem suas faltas e deixaram o motor no "prego" como uma tática. Dessa forma, eles faltavam, mas usavam como pretexto a possível ausência de um de seus parceiros que, previsivelmente, faltaria.

Nas falas enunciadas, disseram alguns agricultores que, no passado, sempre aconselhavam os colegas, como relatou o Sr. Gaxite: "....vamo virar, home, nós é pai de família. Nós, na terça-feira nós virava, tirava a produção para 2.500, 2.000 mil. Na segunda-feira, quando eles nem bebia do sabó pronto. Aí, na segunda-feira, nós virava. Tirava duzentos quilo, era dois mil, dois e quinhentos"[18].

É curioso, todavia, ouvir do Sr. Gaxite tal disparate, ou seja, que ele insistia com os colegas, "pais de família", para não se atrasarem nas segundas-feiras, porque ele mesmo, anteriormente, dissera que só não criara o "Dia de São Gaxite" na Paraíba porque

18 Ibidem.

todos sabiam que Gaxite era um homem, e não, um santo, e que cultivara a prática das faltas nas segundas. Mas, o que levara esse puxador a recuar e a assumir o discurso da responsabilidade? Entendo que, entre os trabalhadores, existia uma espécie de cumplicidade sigilosa que denunciava a introjeção de uma nova moral. Mesmo se recusando a aceitá-la, os trabalhadores sentiam a necessidade de explicar suas ausências, o que significava que essa moral os regulava. Então, ao eleger os colegas como culpados, apaziguavam suas consciências, pois não poderiam se sentir responsáveis pela falta dos companheiros. Desse modo, explicavam-se diante dos patrões e, ao mesmo tempo, eram transgressores, infringindo as normas, porquanto não se submetiam às imposições da produção racionalizada. Assim, iam estabelecendo alguns códigos para a prática do ócio, da cumplicidade e da 'trapaça'.

Pedaços de rapadura e tardes de sextas: um campo de vitórias dos trabalhadores

Os trabalhadores dos municípios de Cubati e Pedra Lavrada comumente repousavam aos domingos e nos dias em que ocorriam as feiras locais. Assim, o último dia útil da semana, quase sempre, eram as sextas-feiras, quando eles também praticavam outras astúcias em relação aos horários de trabalho, pois o largavam no meio das tardes, por volta de 15 horas, quando os trabalhadores obtinham a produção mínima (2.000/2.5000 quilos de fibras verdes).

Essa meta fora instituída pelos proprietários e era uma forma de extrair mais trabalho dos trabalhadores e levá-los à completa exaustão. Era uma estratégia para evitar o desperdício de tempo por parte dos desfibradores. Para obter esse número, eles tinham que trabalhar mais, o que representava mais desgaste físico e mental.

De acordo com produtores e os trabalhadores desses municípios, fora, sobretudo, a partir da década de 1960/70, que se generalizou o estabelecimento de uma meta mínima de produção semanal, que variava entre 2.000 e 2.500 quilos de fibras verdes. Porém, nos motores de agave, nas sextas-feiras, os expedientes

eram mais curtos. Os trabalhadores largavam seus cargos antes do final do turno, como declarou o Sr. Zuza: "três horas da tarde quando produção fechava a conta. Todo mundo ficar nas suas casas. Quem tinha o roçado ia pro roçado, ia pro roçado no sábo, ajeitar alguma coisa. Alimpar um mato, ou prantar, era"[19].

Essa prática também mostrava que eles resistiam à rotina da mecanização. Interessados em se livrar das cobranças dos patrões e dos viradores, logo que "a produção fechava", ou seja, que atingia a cota mínima semanal, os trabalhadores abandonavam o motor e iam cuidar dos seus roçados, limpar mato, descansar, enfim, fazer outras atividades que mais lhes agradavam. Essa subversão dos trabalhadores fora estabelecida a partir de uma regra imposta pelos próprios patrões. Ao obtê-la, mesmo que estivessem na metade do expediente da tarde, os trabalhadores se recusavam a continuar trabalhando e, consequentemente, produzindo mais, o que lhes proporcionaria um salário melhor.

Então, se 2.000/2.5000 kg para os produtores era o mínimo, para os trabalhadores, representava o máximo. Muito mais do que um número, significava o fim do seu "martírio semanal", de sua "penitência", como sentenciou, em certa ocasião, o Sr. Agenor, ao se referir ao trabalho no agave. Num mundo de regras, de horas que corriam velozmente, a cota mínima simbolizava uma liberdade provisória: longe dos motores, dos viradores, os trabalhadores podiam, por algum momento, parar de observar a si mesmos e aos seus colegas.

Os patrões precisavam dos serviços dos trabalhadores para colocar em funcionamento o processo de desfibramento. Por isso, eram obrigados a recuar e a aceitar, a contragosto, algumas 'conquistas' do mundo do trabalho, por exemplo, as reinvenções do cronograma de trabalho. Nesse sentido, os empregadores acabaram acatando tais ressignificações, como disse o virador Agenor:

> Porque tem muitos motor que se aviceia, só querer pegar adepois do almoço, num-sei-o quê.

19 Sr. Zuza, entrevista à autora em Cubati, setembro de 2003.

> Mais comigo, não. Comigo tinha que pegar de 6 hora, na segunda-feira, porque quando era na sexta-feira, a produção digamos, 2.000 quilo, 2.500, pronto. Quando era meio-dia sortava, pra vão tomar banho. Tá bom dano a produção. Agora, sem dar a produção, ia pro sábo, aí eles já sabia disso, digamos assim, tirava 2.000 quilo, aí eu dizia: "pronto já pode ir pra casa, já fizeram a semana, podem ir embora". Às vez numa sexta-feira, meio-dia. Aí eles aproveitava a sexta, aproveitava o sábo, o domingo, tinham muitos que lucrava, mas tinha muitos que ia é bater bola, jogar, tomar banho, pescar, num se importava com nada na vida, não. É muito irresponsável o povo de motor de agave[20].

A fala desse virador revela aspectos como a rigidez da disciplina no motor de agave e o autoritarismo dos viradores que se sentiam no direito de só liberar os desfibradores depois de atingida a produção. Mas, o que quero mostrar são as brechas desse modelo. O Sr. Agenor, por exemplo, disse que exigia a presença dos trabalhadores nas segundas, porém, nas tardes das sextas-feiras, embora impondo condições, dispensava-os mais cedo, respeitando o cronograma que eles instituíram para esse dia.

Certamente, essa era uma estratégia que estimulava a obediência dos trabalhadores que se esforçavam para atingir a meta rapidamente, evitar o desperdício de tempo e assegurar a produção de forma menos conflitante. O Sr. Agenor exigia a madrugada das segundas-feiras, mas não anulava os trabalhadores. Esses sujeitos atuavam em uma relação de troca. Dessa forma, os patrões eram obrigados a ceder para obter obediência de seus 'subalternos', que, ao perceber esse jogo, tentavam tirar proveito dentro das possibilidades existentes.

Assim, as relações de poder eram 'mais ou menos negociadas'

---

20 Sr. Agenor, entrevista à autora em Cubati, setembro de 2003.

e não, impostas em sua totalidade pelos proprietários. Logo, patrões, viradores e trabalhadores de motor viviam suas experiências em um jogo contraditório, em um âmbito de luta política que, em muito, ultrapassava o lugar do instituído. Compreendo que 'esse não instituído', tradicionalmente, era fruto das práticas transgressoras que negavam ou rejeitavam parcialmente o exercício de um poder totalitário. A experiência de Sr. Gaxite, no motor onde ele trabalhava, dimensiona a vitória silenciosa dos trabalhadores: "Faltava, era. Muita gente, também. As vez tinha caba, tinha um roçado na segunda-feira, o dono do motor liberava para ele ir pro roçado limpar mato. Quem tinha roçado ia pro roçado, o dono do motor liberava"[21].

Os trabalhadores, sobretudo durante o período próximo as chuvas, não abriam mão de cuidar de seus roçados, por isso, combinavam entre si. Uma espécie de 'falta coletiva', como disse Sr. Zuza: "Choveu hoje, todo mundo é pra plantar. A gente combinava, amanhã a gente vai pro roçado; você vai, eu vou, cê vai, pronto, ia prantar todo mundo que tinha roçado ia prantar"[22]. A adesão dos trabalhadores induzia a que os viradores e os donos de motores negociassem esse ponto, o roçado, pois, caso chovesse, os lavradores o priorizariam em relação às suas outras atividades. Nesse caso, os empregadores preferiam respeitar tal norma, instituída por homens como o narrador, a se indispor com os trabalhadores que, por sua parte, acatavam as imposições dos patrões, como disse o Sr. Zuza: "…porque a gente ia com um interessinho qualquer. Aí tinha que ir bem ou cansativo"[23]. Precisavam trabalhar para sobreviver, e o trabalho no agave lhes proporcionava um salário semanal fundamental. Ademais, muitos trabalhadores ainda mantinham relações de moradia com seus patrões, que os pressionavam a trabalhar no desfibramento.

A disciplina do mundo da produção, embora hegemônica, não era totalitária, porque trabalhadores e patrões avançavam e recuavam, mútua e constantemente. Nessa perspectiva, o exercício do

21 Sr. Zuza, entrevista à autora em Cubati, novembro de 2002.
22 Sr. Zuza, entrevista à autora em Cubati, outubro de 2002.
23 Sr. Zuza, entrevista à autora em Cubati, setembro de 2003.

poder é uma via de mão dupla. Sua eficácia mora no movimento que mescla trocas, obrigações, afetividades e necessidades.

Sujeitos como D. Maria, Sr. Zuza, Sr. Gaxite e Sr. Agenor, por exemplo, atuavam em um campo de forças pautado nas relações de 'troca'. Dessa forma, os patrões ou os seus representantes eram obrigados a ceder. Por isso, alguns deles investiam estrategicamente nas relações de afetividade para obter obediência dos seus subalternos, como fazia o Sr. Agenor, antigo virador:

> Tratava, uns tratava bem, porque eu chaleirava eles demais, brincava com eles, fazia tudo possível, porque a gente já sabe que motor de agave, quando diz assim, vai virar o motor de agave, já vai virar uma coisa que só tá esperando problema, porque é o povo todim irresponsável. Mas era difícil ter uma pessoa pra ser conformada no motor de agave. Só trabalha despeitado, só trabalha, muitos só trabalha com raiva, é querendo parar, querendo largar fora de hora, querendo fazer bobagem, para ter uma defesa pra poder num vim. É muito aperreado[24].

Para evitar mais contestações dos trabalhadores, descritos, comumente, como irresponsáveis, o Sr. Agenor também os premiava, ofertando-lhes, diariamente, nacos de rapadura. Por essa razão, esse administrador fora apelidado pelos trabalhadores de "abeinha", isto é, "abelhinha", como ele se orgulha em dizer:

> Todo dia levava um Grajaú de rapadura, lá pra o meio do campo. Chegava lá fora, com um lençol, um pano, quebrava aquela rapadura pr'aqueles pobre comer. Porque eu tinha pena dos pobres morrendo de fome. Aí eu tinha pena, levava, botava. Até de abeinha quando eu custava, aí eles

24 Sr. Agenor, entrevista à autora em Cubati, setembro de 2003.

> diziam: "ai, meu Deus cadê minha abeinha que num chega". Aí porque aquilo só quer o costume, o caba se botar o costume, pronto[25].

Essa forma de agradar aos trabalhadores, servindo-lhes pedaços de rapadura, expressa também o receio desse virador em relação à contestação daqueles sujeitos "com raiva", "com fome". Era preciso, portanto, docilizar um pouco a vida desses homens "impacientes", "irresponsáveis", querendo "fazer bobagens", "largar o motor fora de hora" e paralisar a produção. Mais do que saborear um taco de rapadura, esse era um momento de refestelo dos trabalhadores que, provisoriamente, afastavam-se da "boca da máquina", dos olhares, das cobranças e, por um brevíssimo tempo, descansavam esfriando suas cabeças e suas ideias, notadamente, aquelas que os faziam pensar em parar, sobretudo nas horas mais difíceis, quando estavam vivendo suas agonias, na puxada, no bagaço, no corte, no cambito, na fibra, enfim, no trabalho do motor.

Nesse sentido, o poder entre trabalhadores e patrões era recíproco, embora, assimétrico. Esses poderes exercidos por esses grupos sociais se interpenetravam e se definiam pelo movimento de oposição que um segmento exercia sobre o outro. Os acordos ou concessões não anulavam os conflitos. Ao contrário, pois, ao perceber esse jogo, os trabalhadores tentavam tirar proveito, como observou o Sr. Zuza:

> É mais porque ali é uma produção pra muitos. É pro dono do motor e pr'aqueles oito trabalhando. É muito mais. Agricultura não, porque agricultura só é você, só tem uma pessoa que tá responsável por aquilo ali. E já o motor não, você é um trabalhador do motor, é responsável por tudo aquilo ali. Porque se ele quiser deixar tudinho no prego enrascado, ele deixa. 'É eu

25 Ibidem.

> num vou', ele dizia: 'eu quero ver quem nessa semana come'. Tem caba que fazia isto.
> Porque no motor tem isso, naquele tempo. Hoje, não. Porque hoje, eles tão funcionando com quatro pessoas, com cinco. Mas naquele tempo só funcionava com oito pessoa, o motor de agave. Na hora que um num fosse, o motor tava no prego[26].

Essa fala indica que, em muitos casos, os trabalhadores do agave, criativamente, apropriavam-se da responsabilidade que lhes era atribuída, devido à interdependência das tarefas, reescrevendo-a, usando-a em seu favor para se impor, para dizer não, tentando ganhar no jogo estabelecido pelo adversário. E o faziam, porque sabiam que sua presença era fundamental para o funcionamento do motor de agave, visto que a falta de apenas um trabalhador atrapalhava e até poderia paralisar o serviço no desfibramento. Eles extraíram essa noção de compromisso com o trabalho em equipe da cultura oficial e a viraram do avesso, recriando-a. Essa perspectiva desconstrói a suposição de passividade, baseada na ideia da mera recepção dos artefatos culturais, e aponta para um campo onde se destacam as respostas elaboradas pelas pessoas comuns, que interpretam ativamente a cultura oficial e a adaptam à sua lógica.

Os trabalhadores adotaram a interdependência do trabalho no motor de agave taticamente, conferindo-lhes duas outras funcionalidades diferentes da noção proposta pelos patrões. Primeiro, usando-a como justificativa para suas ausências, pois diziam que não chegavam na hora certa no desfibramento por saber que um ou outro parceiro não estaria presente. Assim, transformaram a interdependência do trabalho em equipe em um espetacular álibi. Segundo, usavam esse sistema de trabalho para barganhar, ameaçar, inverter momentaneamente as cartas do jogo: "eles num trabalham sem eu", como relatou Sr. Zuza. Essa era uma forma de elevar suas atividades.

---

26 Sr. Zuza, entrevista à autora, em Cubati, setembro de 2003.

Entendo que o conhecimento de sua importância na cadeia produtiva permitia aos trabalhadores um melhor posicionamento dentro do jogo do poder, pois o motor não podia parar. Nesse sentido, os viradores compreendiam a força dos trabalhadores e tentavam agir habilmente, isto é, politicamente, para evitar a perda dos trabalhadores transgressores, o que os favorecia no contexto em que eles estavam, conforme relatou D. Maria, ao lembrar que os administradores, mesmo aborrecidos, buscavam superar a raiva, sendo razoáveis com os faltosos:

> Num diziam nada, porque, se for brigar, perde o trabalhador, eles diziam: 'num sou obrigado a trabalhar, eu vou-me embora', mas eles num acham bom não, eles querem que cheguem tudo, na hora certa, na segunda-feira, ainda que nada aconteça. Mas, na segunda-feira de 6 hora, chegue tudo, aquilo é um serviço que eles têm que pegar, sai de madrugada, 5 hora, 4 hora que é pra produção ter aumentado[27].

Certamente, muitos trabalhadores usaram este artifício: o pretexto de ir embora para se livrar dos sermões, da humilhação e da degradação moral perante os colegas, porquanto os trabalhadores usavam as consequências de suas faltas, ou seja, o que elas poderiam acarretar no mundo da produção, para negociar seus atrasos, apaziguar as situações diante dos seus patrões ou gerentes, pois, mesmo não achando bom, eles relevavam alguns "desvios" ou, pelos menos, atenuavam suas palavras, seu tom agressivo e tentavam ser mais razoáveis. Caso contrário, poderiam perder o trabalhador, o que prenunciava deixar o motor parado.

1960/1970: a racionalidade perversa e o "desmantelamento do trabalhador de agave"

Embora as práticas subversivas tenham existido desde a introdução da mecanização do agave e, com ela, a disciplinarização

27 D. Maria, entrevista à autora no município de Pedra Lavrada, setembro de 2003.

imposta pelos patrões, a insubordinação tornara-se mais frequente a partir das décadas de 1960/70. Acerca dessa temática, o Sr. Gentil Palmeira disse: "...não era essa divergência era direito, o trabalhador desmantelou-se a partir de 60"[28]. A expressão "desmantelou-se" foi usada pelo entrevistado para designar as subversões dos trabalhadores - atrasos, doenças, faltas, entre outras práticas que desorganizavam a produção e eram vistas pelos produtores como irresponsabilidade dos trabalhadores, que passariam a ser percebidos e qualificados como "homens desmantelados", "homens desonestos", enfim, "homens que não tinham uma palavra só". Ao se opor ao novo cotidiano, os trabalhadores foram inscritos pelos patrões, no imaginário local, como "irresponsáveis", "preguiçosos" e "desordeiros".

Os trabalhadores de agave eram, portanto, homens desmantelados. Posto isso, acho importante esclarecer algumas questões: o que significava esse "desmantelo" dos trabalhadores? A partir dos anos de 1960/70, eles estavam se tornando mais resistentes às imposições dos patrões. Uso o conceito de resistência para designar a recusa dos trabalhadores a colaborarem passivamente com o mundo da produção, acionando, consequentemente, práticas que provocavam resultados indesejáveis para os patrões. Portanto, entendo o termo 'resistência' não apenas como um amplo confronto deliberado, mas também como pequenos gestos de insubordinação, para usar uma expressão do historiador Peter Burke: "táticas de guerrilhas e não guerra declarada – porém, ainda assim resistência"[29].

Nesse caso, esse conceito subentende uma gama variada de ações continuas à disciplina imposta. Essa oposição, muitas vezes, era murmurada para escapar à vigilância. Sobre esse silêncio contestador, Marilena Chauí disse: "o silêncio, o implícito, o invisível são, frequentemente, mais importantes do que o manifesto"[30]. Assim, gestos aparentemente despropositados que, por exemplo, invadem o mundo de produção, como as operações-tartaruga,

---

28 Gentil Venâncio Palmeira, pertencente à família de grandes e médios produtores de agave do município de Cuité, em entrevista à autora, em Cuité, julho de 1995.

29 BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 124.

30 CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 33.

a produção de peças com defeitos, especificamente no caso dos trabalhadores do agave, as faltas ou os atrasos, os pequenos roubos na hora da pesagem das fibras e as doenças repentinas delatavam uma forma de reação às exigências racionalizadoras. Assim, a disciplina no trabalho com o agave se inscrevia num quadro de lutas, inspirado nas astúcias dos trabalhadores rurais, pois desencadeavam uma sucessão de truques para sabotar as estratégias dos patrões.

De acordo com a filósofa Marilena Chauí, esses movimentos de sabotagem à cultura oficial são perpassados pela ambiguidade, porque eles são enredados por elementos de resistência, entrelaçados à conformação, que desenham um grande tapete, palco das ações. A presença de componentes conflitantes, que combinam elementos opostos, foi destacada pela autora que, ao invés de rotulá-los de dicotômicos ou entendê-los como um desvio obscuro, percebeu-os como um jogo de intercâmbios, quebrando, portanto, a ideia da bipolaridade ou rigidez entre a submissão e a resistência, pois elas se completam[31].

Mas, o que teria acontecido nos anos de 1960, ou, sobretudo, a partir dessa década, para 'desmantelar os trabalhadores'? Desde então, foi se generalizando a instituição da produção mínima de 2.000/2500 quilos de fibras semanais. Certamente, para alcançar essa meta, os trabalhadores tiveram que aumentar o ritmo, a intensidade e a monotonia do trabalho, ultrapassando tudo o que, até então, já lhes havia sido imposto. Penso que esse componente não basta para explicar a contestação dos trabalhadores. As investigações mostraram que três outros aspectos teriam também contribuído para compor um trabalhador mais resistente.

Primeiro, a mobilidade das máquinas itinerantes, que não só se moviam no interior das propriedades dos produtores, como também eram instaladas em outras terras, que não pertenciam aos seus patrões. Trabalhar fora dos domínios da propriedade quebrava a centralidade da casa grande e toda uma lógica de estreitamento de manutenção do poder. De repente, o patrão não

---

31 Ibidem.

era mais o dono da terra onde ele trabalhava e tinha que 'alugar' a terra de outros, ou seja, comprar o agave na folha de outros sujeitos históricos, que eram estranhos aos trabalhadores. Será que o seu patrão não era tão forte como haviam pensado? A ideia de patrão que os trabalhadores rurais tinham estava associada à proteção, ao domínio da terra onde eles moravam e trabalhavam. A ruptura com essa noção, portanto, inspirava questionamentos entre os trabalhadores, que se sentiam mais encorajados para contestar as ordens dos patrões.

Segundo: a expansão das máquinas mecânicas aumentou a demanda da mão de obra e estimulou sobremaneira os proprietários a contratarem trabalhadores que não eram seus moradores, portanto, que não apresentavam o mesmo grau de "lealdade" dos seus agregados. Eram "homens sem senhores", que se sentiam mais livres para desafiar os seus patrões, para mudar de um motor para outro, enfim, reelaborar e desrespeitar a disciplina no trabalho do agave.

Terceiro: no período, aumentou o número de donos de motores, homens economicamente pobres, que, basicamente, só tinham a propriedade das máquinas e se esforçavam para formar suas equipes de trabalhadores, como disse o Sr. Geraldo:

> Aí saia procurando trabalhador pra trabalhar no motor, quem tinha recurso e possui morador, virava o motor com o morador mesmo. Os trabalhador mesmo, num precisava arrumar gente de fora, só com o morador virava dois, três motor. E quem não tinha morador, era o povo que tinha motor e num tinha morador, então ia arrumar trabalhador, arrumava aqui na cidade[32].

O depoimento mostra a composição diferenciada dos

32 Sr. Geraldo da Silva, morador do município de Cuité, casado. Ali iniciou suas atividades no agave, ainda nas máquinas manuais, coletando a planta em terras alheias, onde morava com sua família. Posteriormente, comprou uma máquina móvel e passou a fazer parte da categoria dono do motor, que se tornou mais frequente a partir dos anos de 1960/70. Entrevista à autora em Cuité, setembro de 2003.

trabalhadores empregados pelos grandes e médios produtores e pelos donos de motores, porque os dois primeiros grupos conseguiam grande parte dos seus trabalhadores em suas propriedades, enquanto o segundo os buscava nas cidades próximas e contratava homens 'mais livres', que não moravam nas terras de seus empregadores e, ao mesmo tempo, apresentavam uma origem social basicamente semelhante à de seus patrões/donos de motores, uma vez que ambas as categorias não moravam em casas grandes, não possuíam carros, não mantinham seus filhos estudando em cidades maiores e jamais disputavam cargos públicos nos quadros políticos.

Esse sentimento de identidade, partilhado por homens que viviam experiências sociais e culturais parecidas, contribuía para a despolitização reinvidicativa dos trabalhadores, que se sentiam mais inibidos para exigir seus direitos, como indenização, sobretudo, em caso de acidentes. Mas a cumplicidade entre patrões e empregados beneficiava também esses últimos, que se sentiam mais à vontade diante de um homem que havia sido seu parceiro, com o qual, muitas vezes, brincaram e, juntos, até "trapacearam" seus antigos senhores. Ademais, esse novo patrão não desfrutava do mesmo respeito dos patrões de outrora. Portanto, sua presença não era tão ameaçadora, uma vez que os trabalhadores não lhes deviam 'favores', porque nunca haviam morado em suas terras, afinal, o dono do motor era um homem 'sem status', sem poder econômico, sem-terra, enfim, um homem que, como os demais trabalhadores, mal tinha recursos para se manter. Portanto, um patrão mais fácil de enfrentar.

Quero destacar, nesse cenário, dois importantes elementos: o trânsito dos trabalhadores de um motor para outro, ou seja, das máquinas dos donos de motores para as desfibradeiras dos grandes e médios proprietários, que igualmente já estavam recrutando outros trabalhadores, com quem não tinham vínculo de moradia, e a troca de experiências que ocorria entre os desfibradores. Assim, a rotatividade dos trabalhadores estimulava a circularidade de ideias entre 'homens livres', isto é, 'homens sem senhores', mais acostumados a desafiar seus patrões, tornando o ambiente de trabalho no motor de agave um "centro de irreverência", para

usar uma expressão do historiador Christopher Hill, ao descrever como a mobilidade de determinada população inglesa, no Século XVII, influenciava suas ideias, promovendo ou despertando nesses homens o desejo de encontrar "um novo senhor dentro de si mesmo"[33].

* * *

Dessa forma, os desfibradores do agave ironizaram os horários vigentes, culturalmente estabelecidos e também adotados pelos patrões, e os redefiniram à revelia deles. Essas táticas iam sendo criadas e organizadas com condições muito particulares, das oportunidades que os trabalhadores encontravam ou forjavam dentro do próprio sistema de dominação e das próprias armas. Assim, as redes do poder, ao laçá-los, deixavam escapar malhas por onde homens, como o irreverente Gaxite e outros menos ousados, e mulheres, como a fibreira Maria, teciam 'invisivelmente' seus golpes e contragolpes. Nessa perspectiva, cabia-lhes aproveitar as ocasiões, as brechas que o sistema abria.

Era dessas astúcias, do drible nos campos dos senhores, que os trabalhadores do agave extraíam a matéria-prima para um agir contestador e 'invisível', que entrecruzava confrontos e disciplinas. Assim, o cotidiano relacional entre os proprietários e os trabalhadores do agave era permeado por conflitos: de um lado, estavam os primeiros buscando criar estratégias para minimizar o desperdício do tempo e aumentar a produção; do outro, os trabalhadores, tentando escapar à vigilância, notadamente no que diz respeito aos seus horários de serviços. Alguns desses conflitos eram resolvidos por meio da violência, praticada e alardeada pelos patrões, tal o caso do cambiteiro José Targino, assassinado barbaramente no município de Cubati por seu patrão. Todavia, existiam as querelas "invisíveis", que eram cotidianas, faziam parte da rotina de empregadores e empregados, que tinham relações de dependências recíprocas.

---

33 Christopher Hill. **O mundo de ponta-cabeça**: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 61.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Morais (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: EDUSP, 1987.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA Ramilton Marinho. **O Capa Verde**: transformações econômicas e interesses de classes no Curimataú paraibano. Campina Grande: Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural/ Universidade Federal da Paraíba, 1989.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

HILL, Christopher. **O Mundo de ponta-cabeça**: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

NUNES, Mariângela Vasconcelos. **Maldição e bênção**: algumas histórias do sisal na Paraíba (1930-1953). Brasília: Dissertação de Mestrado em História/Universidade de Brasília, 1996.

NUNES, Mariângela Vasconcelos. **Entre o Capa Verde e a redenção**: a cultura do trabalho com o agave na Paraíba (1937-1966). Brasília: Tese de Doutorado em História/Universidade de Brasília, 2006.

DEPOIMENTOS ORAIS (ENTREVISTAS À AUTORA, informações verbais)

DANTAS, Maria do Carmo. Pedra Lavrada-PB: setembro de 2003. (Entrevista.)

NUNES, Odon Cirílo. Cubati-PB: julho de 1995, novembro de 2002, e fevereiro de 2005. (Entrevista.)

OLIVEIRA, Agenor Cassimiro. Cubati-PB: setembro de 2003.

PALMEIRA, Gentil Venâncio. Cuité-PB: julho de 1995. (Entrevista.)

SANTOS, José Alves dos. Cubati-PB: novembro de 2002 e setembro de 2003. (Entrevista.)

SILVA, Geraldo da. Cuité-PB: julho de 1995 e novembro de 2002. (Entrevista.)

SILVA, Manoel Roque da. Cubati-PB: setembro de 2003. (Entrevista.)

SILVA, Severino Pereira da. Cubati-PB: novembro de 2002. (Entrevista.)

Trabalhadores rurais diante da violência

Maria do Socorro de Abreu e Lima

A violência sempre esteve presente na história do Brasil, em que pesem as tentativas de se passar uma imagem de que o povo brasileiro tem índole pacífica, e é bom e ordeiro por natureza. Desde a chegada dos europeus, que se apossaram das terras e dizimaram a maioria das populações nativas, as relações sociais são marcadas pela violência. Isto aconteceu no sistema de *plantation*, com a riqueza sendo produzida por escravizados negros, fontes de lucro sob a forma de mão-de-obra e como objetos de compra e venda, mas também em diversas outras formas de uso da terra, em que os proprietários impunham-se aos pobres usando seu poder econômico, político e mesmo militar. A Igreja sedimentava essa dominação com um discurso que enaltecia a obediência e a humildade defendendo um modelo de colonização menos agressivo com os nativos, cuja mão-de-obra ela própria tinha interesse em explorar.

Diante desse quadro, os explorados posicionaram-se, muitas vezes, contra a opressão em que viviam. A resistência indígena e negra, atualmente melhor estudada, marcou toda a nossa história. Com a promulgação da Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão (1888), da forma incompleta como foi feita as possibilidades de melhores condições de vida e de trabalho para os trabalhadores do campo em nosso país continuaram cada vez mais distantes. Se iniciativas de contestação apareciam, como foi

o caso memorável de Canudos, do Contestado, do Caldeirão, entre outros, a repressão se fazia feroz.

Ao longo da primeira metade do Século XX, a proletarização dos trabalhadores do campo era geral em Pernambuco, particularmente na Zona da Mata sul. A maioria vivia em casas que pareciam antigas senzalas, sem direito a fazer lavoura. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não lhes foi especificamente concedida, embora lhes permitisse, em tese, por meio dos artigos 76 e 129, o direito ao salário mínimo e a férias desde 1943[1]. E se ainda na segunda metade dos anos 1940, apareceram as Ligas Camponesas, lideradas pelo Partido Comunista do Brasil - PCB, elas foram perseguidas e fechadas a partir de 1947, quando se iniciou a Guerra Fria, e o PCB foi colocado novamente na ilegalidade. Foi a partir dos anos 1950 que os trabalhadores rurais passaram a se organizar de maneira mais significativa, para reagir contra a exploração e a opressão em que viviam.

Em Pernambuco, esse movimento tornou-se marcante, com a fundação da Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), em 1954, cujas bases eram os pequenos proprietários que passaram a ter que enfrentar o dono da terra que pretendia expulsá-los das terras arrendadas. A repressão atribuiu o nome de Liga a essa organização, que ficou conhecida e assumida como Ligas Camponesas.

Com a desapropriação do Engenho Galileia, em 1959, essa organização tornou-se referência para todo o movimento camponês e assumiu, a partir de 1961, no Congresso de Belo Horizonte, a proposta de Reforma Agrária na Lei ou na Marra. Manuel Correia Andrade escreveu que, "em qualquer estado do Nordeste, mesmo onde [a Liga] não fora fundada, era comum um camponês injustiçado dizer para o capataz ou para o patrão: 'Graças a Jesus Cristo a Liga vai chegar. Será nossa liberdade'"[2]. Liberdade de ter direitos, de ser respeitado, de não sofrer violência cotidianamente, como era o dia a dia da maioria dos trabalhadores rurais.

---

1 ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: 2.ed., Brasiliense, 1964, p. 118.

2 Ibidem, p. 249.

Violência que se expressava no excesso de trabalho, na possibilidade, sempre presente, de expulsão, de proibição do plantio ou da criação de pequenos animais. Violência nos preços cobrados pelo barracão, que implicava, muitas vezes, na formação de uma dívida impagável, que obrigava o trabalhador a fugir ou "vender-se" a outro patrão, que lhe adiantaria um pagamento para que pudesse saldar seu antigo débito. Violência no trato com as mulheres, particularmente contra as mais jovens e bonitas, assediadas e, não raras vezes, violentadas por proprietários ou seus prepostos. Violência, enfim, contra a própria vida, pois não era incomum um camponês ser surrado por chupar um pedaço de cana, assassinado por se negar a fazer algum trabalho que considerava inadequado ou protestar contra alguma arbitrariedade ocorrida.

Refletindo sobre a violência contra os trabalhadores da cana, Christine Dabat lembra que "a imensa maioria dos casos estava associada a questões de organização do trabalho e de remuneração (o que se constitui num fator econômico)", mas também "como um meio de dissuasão de lutar: 'os direitos eram perigosos"[3].

No início dos anos 1960, organizaram-se os sindicatos rurais, que lutavam, fundamentalmente, pela implementação da legislação trabalhista no campo, o que só seria efetivado em novembro de 1963, a partir da grande greve dos canavieiros, que selou o Acordo do Campo, mediado pelo governador Miguel Arraes. Além do reajuste de 80% para todos os assalariados agrícolas, no prazo de 60 dias, os trabalhadores deveriam ter suas carteiras de trabalho assinadas, e as empresas fariam o desconto das contribuições sindicais em folha. Porém, as lutas pela efetivação dessas conquistas foram levadas pelos assalariados agrícolas, que enfrentaram muita violência patronal. Dois casos foram marcantes, antes mesmo dessa greve: o primeiro ficou conhecido como o 'Massacre da Usina Estreliana', quando, em janeiro de 1963, cinco trabalhadores foram mortos e mais três feridos ao serem

3 DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, p. 668 e 673.

recebidos a bala numa manifestação devido ao não pagamento do 13º salário. Em agosto de 1963, já no governo Arraes, houve o assassinato de uma liderança trotskista, Jeremias, que atuava em Serrinha, base do sindicato de Itambé, num episódio conhecido como o 'Massacre do Engenho Oriente', quando entre 500 e 1.000 trabalhadores foram reivindicar o pagamento atrasado do 13º salário e foram vítimas de uma emboscada preparada pelo dono do engenho, a qual resultou em cerca de 13 feridos. Apesar de serem indiciados 21 suspeitos, ninguém foi preso. "O promotor foi ameaçado de morte" e "após o golpe civil-militar de 1964, tanto o promotor público como o oficial [designados para o caso] foram exonerados sob a acusação de 'subversão caluniosa'"[4]. Eles só seriam absolvidos em 1978.

Durante sua gestão, o governador Miguel Arraes procurou tomar atitudes, no sentido de diminuir a violência no campo de Pernambuco, chegando a apreender armas em várias propriedades rurais, numa atitude bem ousada. E procurou garantir melhores condições de trabalho para os policiais, para que eles pudessem ter mais autonomia diante dos donos de terras.

No período da ditadura, a violência atingiu amplos setores da população, sob a forma de negação de direitos, intervenções em organizações políticas e sindicais, censura, perseguições, assassinatos, 'desaparecimentos', etc. No que diz respeito aos trabalhadores rurais, as arbitrariedades se intensificaram: muitos foram expulsos de suas terras ou de suas moradas sem nenhuma indenização, e suas necessidades foram ignoradas. Assassinatos vários. Para os grandes projetos vinham os benefícios, mantendo-se o processo de modernização conservadora. A propriedade da terra concentrou-se. Manteve-se o *status quo*.

A resistência no campo, contudo, foi constante. Este texto procura tratar de alguns desses conflitos ocorridos no estado de Pernambuco, particularmente após o golpe de 1964.

De imediato, a repressão generalizou-se. O caso de Gregório

---

4 GALLINDO, José Felipe Rangel. Trotskismo no campo: o Jeremias das caminhadas. **Cadernos de História – Oficina da História**: trabalhadores em sociedades açucareiras, ano 6, n.6, 2010, p. 144.

Bezerra, líder camponês e dirigente do PCB, preso no município de Cortês, levado para Recife e, nas mãos do Coronel Vilocq Viana, torturado em praça pública, chocou muitas pessoas. Também são chocantes os relatos de Paulo Cavalcanti5 sobre a quantidade de presos, particularmente aqueles vindos do campo, as condições em que se deram essas prisões e as dificuldades enfrentadas por esses camponeses, que estavam distante de seus lugares de origem, onde podiam contar com mais solidariedade. Outro relato significativo foi feito pelo então presidente do sindicato rural de Palmares ligado aos comunistas:

> Quando chegamos ao IV Exército, fui empurrado com força para dentro de uma sala, de maneira tão brutal que lasquei a testa numa quina da parede. O sangue correu em abundância. Fiquei todo vermelho de sangue (...) Naquela sala vi muita gente que estava presa. Vi Luiz Portela de Carvalho, ex-prefeito de Palmares. Ele estava de pé, de gravata, pois não tinha cadeira, nem banco para sentar; vi Leônidas, barraqueiro da Usina Caxangá, que participou de um movimento em favor dos camponeses naquela usina. (...) Já o Leônidas estava visivelmente aperriado. Ele tinha uns cabelos brancos e grandes, que por sinal serviam para os soldados pegarem pelos cabelos e baterem com a cabeça dele pelos cantos das paredes dizendo que ali era o lugar de todo mundo prestar contas do que fez[6].

É ainda de José Eduardo o seguinte relato:

> Meia-noite do terceiro dia, chegou um grupo de oficiais com uma lista e chamou também meu

5 CAVALCANTI, Paulo. **Nos tempos de Prestes**. Recife: Guararapes, 1982, p. 319.

6 José Eduardo de Lima Filho *apud* MENEZES, Paulo. **Sindicalismo X repressão**. Recife: Nordestal, 1983, p.42.

> nome. Junto comigo, que me lembro, foram também Agrício Ferreira, Leônidas, que já falei nele, e Manoel Felix da Silva, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, que apanhou tanto na prisão até ficar rebentado. (...) Acompanhamos os oficiais com um certo pavor. De um lado nos contentávamos por não ter vindo com eles nenhum senhor de Engenho – daqueles que o Exército deu carteira para prender e fazer, pois, de vez em quando víamos sair da sala preso seguro por esses senhores de Engenho e voltavam torturados e espancados. Por outro lado nos colocaram em um carro e, em alta velocidade pela beira mar, as praias de Boa Viagem e Pina, sugeriam a nossa imaginação que eles iam nos jogar em alto mar. O temor corria na espinha. Nós éramos como carrego de cana que se levava aonde se quer. Nosso medo era que nos moessem pra tirar o caldo[7].

Embora negado pelas autoridades militares, que, oficialmente, emitiam informes para seus subordinados, orientando-os no sentido de, entre outras coisas, "não permitir que civis efetuem prisões; comunicar imediatamente quando estiver ocorrendo arbitrariedades pelos proprietários; não se colocar a serviço dos patrões, e sim manter-se a serviço do governo"8, temos, no testemunho de José Eduardo, como isso de fato se dava. Também vale ressaltar o temor e a ansiedade que tomavam conta dos presos diante da iminência da tortura e da possibilidade de um destino incerto, sabe-se lá, o pior destino.

É importante assinalar que, apesar de os militares terem tomado o poder sem que houvesse uma resistência efetiva, no campo, foi comum a ida de trabalhadores rurais para os seus sindicatos

---

7 Ibidem, p. 43.

8 **Arquivo DOPS – PE, pasta 29.679**. Serviço de Orientação Rural de Pernambuco – SORPE. (Arquivo Público Jordão Emerenciano – Recife).

em busca de armas para defender o governo constituído, em especial, nos sindicatos ligados aos comunistas assim como nas ligas camponesas. Para eles, era clara a relação entre a conquista de direitos, sua organização sindical e a participação política. Assim, dispunham-se a defender o governo, sobretudo o estadual, de Miguel Arraes. O fato de não existirem armas para organizar a defesa levou a que se dispersassem e, cada um do seu jeito, procurou se proteger ou fugir. Contudo, chegou a haver uma tentativa concreta de resistência em Vitória de Santo Antão, onde se situava a liga camponesa mais importante de Pernambuco: a professora e ativista das ligas, Maria Celeste Vidal, dirigiu-se à rádio local e, de microfone em punho, conclamava o povo a resistir ao golpe, até ser finalmente presa. Seu chamamento fez reunir muitos e muitos camponeses nas principais ruas da cidade.

O então presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Manoel Gonçalo Ferreira renunciou ao seu cargo. Na época, ele era ligado à Igreja, mas também à organização de esquerda Ação Popular (AP), e também presidia uma entidade unitária que estava se formando em Pernambuco e que congregava lideranças do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da AP e da Igreja Católica. Segundo ele próprio, sua renúncia era necessária para evitar uma repressão maior à Federação. Mesmo assim, ficou preso por 97 dias[9]. José Eduardo, presidente do Sindicato de Palmares, conforme já dito, mas também secretário geral da nova Federação Unitária dos Trabalhadores Rurais, também ficou preso por cerca de três meses, tendo sofrido torturas em diferentes momentos no Regimento de Obuzes de Olinda.

A violência contra os trabalhadores rurais, então, tornou-se mais ampla, praticamente irrestrita, porque, agora, os proprietários tinham certeza da impunidade. As Ligas Camponesas foram fechadas, e a quase totalidade dos sindicatos rurais sofreu intervenção em Pernambuco. As forças de esquerda que tentaram atuar no campo foram duramente reprimidas, e os sindicatos passaram por uma fase de extrema legalidade, com muitos interventores

---

9 Entrevista concedida à autora, em Recife, no dia 29 de abril de 2002.

ligados à Igreja, à Delegacia Regional do Trabalho ou mesmo diretamente aos proprietários rurais. Os partidos clandestinos que tentavam atuar no campo eram denunciados pelas diretorias sindicais. Estavam dadas as condições para a implementação de um projeto de modernização conservadora, com os salários defasados, arrochados e as greves praticamente proibidas.

Mesmo agindo dentro da legalidade, a violência contra o movimento sindical continuou, assim como contra trabalhadores rurais que resistiam individualmente à opressão que se intensificava. Um dos casos bastante chocantes aconteceu em 1967, no município de Vicência, quando o delegado sindical, Manoel Tenório da Silva, foi assassinado pelo dono do Engenho Belmonte, e seu corpo, jogado no rio Natuba, na Paraíba. Nesse caso, o assassino chegou a ser preso, mas foi libertado posteriormente[10].

Foram muitos os casos de expulsão de trabalhadores do campo para as chamadas pontas de rua sob diferentes formas. Aos proprietários não era mais interessante ter moradores em suas propriedades, pois eles deveriam, de acordo com a lei, ter carteira assinada e receber os direitos devidos, o que, geralmente, não era cumprido. Em casos extremos, os proprietários mandavam passar o trator sobre o sítio ou soltavam os animais para acabarem com a lavoura do morador. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) entrava com muitas ações na Justiça por conta disso, porém, nem sempre, conseguia resolver o caso a contento. Outro expediente muito usado na década de 1970 foi o de entregar as melhores terras para serem trabalhadas pelos não fichados, conhecidos como trabalhadores clandestinos, e o uso de outros expedientes que faziam o salário dos fichados decrescer[11].

Episódio marcante da violência que imperava foi o chamado "Massacre de Matapiruma", ocorrido em 1972, no município de Escada. Setenta e dois empregados desse engenho haviam

---

10 **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 jan. 1968, p. 9.

11 ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 142. Para mais detalhes, consultar SIGAUD, Lígia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

ingressado com ações na Justiça do Trabalho reivindicando, entre outros direitos não cumpridos, o pagamento de férias e o 13º salário. Apesar de vencerem em todas as instâncias, o senhor de engenho recusou-se a pagar o que devia. Nesse caso, foram agentes do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS - que chegaram ao engenho e passaram a fuzilar os trabalhadores. "Cinco trabalhadores reagiram defendendo-se com foices e facões, enquanto a maioria do grupo fugia. O conflito deixou dois mortos e vários feridos"[12]. Nesse caso, os mortos foram o lavrador José Inocêncio Barreto, um dos líderes do movimento, e o vigia do engenho, capanga do proprietário.

O caso foi abafado, mas o que consta nos arquivos do DOPS é que os camponeses estariam envolvidos em atividades subversivas. Ou seja, nesse massacre, foi o próprio Estado ditatorial que valeu-se diretamente da repressão a serviço dos interesses particulares de um senhor de engenho, indo contra a decisão de outro órgão do Estado - a Justiça do Trabalho - acionada dentro da lei pelos reclamantes.

O Estado também foi o responsável direto pelo assassinato de outras lideranças do campo, como Amaro Luiz de Carvalho (1971), Manoel Aleixo da Silva (1973), Mariano Joaquim da Silva (1971) e Amaro Félix Pereira (desaparecido entre 1971 e 1972). O livro já citado, de Ana Carneiro e Marta Cioccari[13], indica 56 trabalhadores rurais presos e/ou assassinados durante a ditadura no estado de Pernambuco, com base em fontes da FETAPE, da CONTAG ou do MST. Outra publicação indica 73 nomes, mais quatro não nomeados (um bebê, um agricultor, um lavrador e um trabalhador rural), como tendo sido assassinados em Pernambuco entre 1964 e 1986[14]. Essa publicação, que trata de todo o país, foi feita com base em informações confirmadas, embora não inclua "os mortos pela seca e 'pela cerca' no nordeste (...) os envenenados por agrotóxicos, as crianças e adultos mortos

12 CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985**: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010, p. 46.

13 Ibidem.

14 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no campo**: crime e impunidade 1964-1986 (relatório). São Paulo: Global, 1987, p. 578-580.

na lenta agonia dos acampamentos, os lavradores-garimpeiros soterrados sem que tivessem 'bamburrados', ou enterrados pela malária (...), os índios assassinados..."[15]. Ou seja, o número daqueles que sofreram violência no campo é muitas e muitas vezes maior do que se imagina.

Ainda no ano de 1979, ocorreu o caso da Fazenda Primavera, no município de Limoeiro, quando Moisés Dutra se apresentou dizendo que havia comprado a fazenda e querendo expulsar as quinze famílias que arrendavam a terra, algumas há mais de 40 anos. Soltou o gado, proibiu os rendeiros de fazerem benfeitorias e plantou capim. Os trabalhadores foram ao sindicato, arrancaram o capim e solicitaram à Delegacia Regional do Trabalho, assim como ao INCRA, a desapropriação da área. Então, o arrendatário André Lopes de Souza Filho foi baleado por um capanga do proprietário que, depois de ser vitimado, quase sofreu um atentado definitivo em pleno hospital:

> (...) Na sexta-feira, 6 de julho, (Moisés) mandou 4 capangas no Hospital Oswaldo Cruz, em Recife. A missão dos capangas era matar André Lopes de Souza Filho. Dois capangas entraram pelos corredores do Hospital. Diziam que eram parentes de André. Que queriam doar sangue. Os outros dois foram pelo lado de fora. Forçaram a janela da enfermaria onde estava André. André conheceu que um dos capangas era irmão de Moisés. Os doentes alarmaram. Os capangas fugiram. O hospital tomou providências urgentes para proteger André. André já está noutro lugar[16].

Esse relato ilustra a que ponto chegavam os proprietários para fazer valer seus interesses, sem levar em conta o que dizia a lei, como já foi visto no caso de Matapiruma. A edição de *O Vagalume*,

15 Ibidem, p. 18.
16 **O Vagalume – Jornal da FETAPE**, ano 1, n. 3, 1979, p. 15.

jornal da FETAPE, prosseguiu a notícia falando sobre a função social da propriedade e fundamentando o direito dos camponeses com base no Estatuto da Terra, de novembro de 1964.

O mais comum, porém, era que os assassinatos acontecessem. Ainda em 1979, o número seguinte do jornal *O Vagalume* denunciava o assassinato de dois dirigentes sindicais, um deles presidente do sindicato de Serra Talhada, e o outro, militante do Sindicato de Santa Maria da Boa Vista. Em ambos os casos, estava em jogo a questão da terra.

A década de 1980 se iniciou com outra conjuntura. As lutas de massas foram sendo, aos poucos, retomadas a partir da segunda metade dos anos 1970 por diversos movimentos, como o popular, o estudantil, o de trabalhadores, o de mulheres e por anistia. Enfim, em que pese a continuidade do estado de exceção, uma gama muito grande de demandas e mobilizações foi tomando as ruas e pressionando, de várias formas, o regime. O arrocho salarial era denunciado, e o movimento sindical enfrentava os patrões e a legislação de exceção com greves e protestos. Em Pernambuco, não foi diferente. Assim, em 1979, começaram as greves dos canavieiros que, mesmo feitas dentro das normas impostas pelo Ministério do Trabalho, mobilizaram toda a categoria de maneira intensa, apesar das ameaças e das perseguições, contando com o apoio efetivo de muitos setores da sociedade.

Embora, ao longo dos anos 1980, as greves dos trabalhadores dos canaviais de Pernambuco tenham sido praticamente anuais (apenas em 1981 e 1985 elas não aconteceram) [17], e as conquistas para os trabalhadores tenham sido importantes, muitas vezes, os acordos não eram cumpridos pelo patronato, que sempre alegava grandes dificuldades no setor. E os trabalhadores enfrentavam situações de intensa pressão durante as mobilizações e outros tipos de violência ao longo do ano, que iam desde as demissões até a proibição da entrada de lideranças nos engenhos, inclusive dos próprios órgãos de fiscalização. Vigias e capangas permaneciam

---

17 ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical no campo a partir da década de 70**: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia/Universidade de São Paulo, 1994.

armados, e as violências física e psicológica eram permanentes.

Entre os sindicatos pioneiros dessa nova etapa de lutas, estavam os de São Lourenço da Mata e de Paudalho, na Mata norte. Nessa região, concentrava-se, em meados da década, forte onda de violência, conforme denúncia da própria Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco:

> Engenho Petribu I, município de Carpina: No dia 5 de fevereiro, espancamento do trabalhador Alcides e no dia 11 de fevereiro, agressão a cacete e a tiros do delegado sindical Francisco Inácio da Silva pelos novos 'vigias' do engenho. Engenho Carnaúbas, município de Paudalho: em 10 de janeiro de 1984, o trabalhador rural Antonio Rodrigues dos Santos, de 72 anos de idade e mais de 40 anos como morador do engenho depois de se recusar a deixar o sítio e a moradia foi assassinado a tiro por um dos vigias do engenho. Primeira versão da Secretaria de Segurança Pública veiculada em uma das rádios locais: crime passional. Versão final do inquérito policial: disparo acidental de arma de fogo.
>
> Vale registrar que a vítima era sogro do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata e tio do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho...[18]

Essa mesma entidade esclareceu o que chamou de "o lucrativo negócio da violência", quando elencou, no mesmo documento, as vantagens do seu uso para os senhores de engenho e os usineiros que, ao expulsar os moradores, faziam-no sem o ônus da indenização por suas benfeitorias e do pagamento dos direitos trabalhistas. Quando sujeitavam os trabalhadores a uma carga de trabalho

---

18 FETAPE. **Açúcar com gosto de sangue**: violências na zona canavieira de Pernambuco. Recife: FETAPE, 1984, p. 14-15.

ilegal (duplicando ou triplicando o tamanho das tarefas); quando procuravam impedir que eles reclamassem do roubo da balança e da falta de apontamento dos dias trabalhados; quando tentavam impedir reclamações na Justiça do Trabalho e participação nos sindicatos; quando perseguiam, particularmente, delegados e líderes sindicais, tentando desarticular o movimento dos trabalhadores e, até, procurando impedir a ação de fiscalização pelos órgãos competentes, das atividades produtivas levadas, no caso, pelos canavieiros[19].

Se essa questão é crucial na região voltada para a produção canavieira realizada com mão-de-obra assalariada, também o é, de modo geral, em todo o meio rural. Na região de Surubim, no Agreste, ainda na década de 1970, ocorreram conflitos em algumas fazendas, com destaque para Tabu, pois os camponeses resistiram na terra de onde os proprietários queriam expulsá-los. O sindicato passou a ser dirigido por militantes do PCB, destacando-se nas lutas dos camponeses o advogado trabalhista Evandro Cavalcanti, que chegou a ser eleito vereador pelo PMDB. No início de 1987, Evandro Cavalcanti foi assassinado a mando dos proprietários, inconformados com as desapropriações que estavam sendo feitas, fruto das lutas e da capacidade profissional e política do advogado. Seus matadores e agenciadores terminaram presos e condenados. Apesar de toda a pressão feita desde então, os mandantes conseguiram fugir[20].

Durante o governo Sarney, foi promulgado o Plano Nacional de Reforma Agrária em outubro de 1985. Sônia Lessa lembra que, embora o processo de concentração de terra no país seja causa da escalada da violência, ela "também encontra esteio em outros fatores, como as transformações socioeconômicas e o comportamento do Poder Público"[21]. Ao colocar essa afirmação, a autora se refere à maneira como o Estado intervém no campo,

---

19 Ibidem, p. 1.

20 Entrevista concedida à autora por Jucilete Maria Gomes Cavalcanti (Leta), militante do PCB e do PMDB de Surubim e viúva de Evandro Cavalcanti, em 10 de outubro de 2002.

21 LESSA, Sônia. Violência no campo: o PNRA não é um instrumento da paz social. In: PESSOA, Dirceu (coord.). **Política Fundiária no Nordeste**: caminhos e descaminhos. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990, p. 170.

favorecendo, em diferentes aspectos, a grande propriedade, com políticas de isenções, subsídios e apoios financeiros a projetos agrícolas privados. Com a modernização da agricultura, a terra é valorizada e torna-se objeto de especulação, o que aumenta a ameaça de expulsão para posseiros e pequenos proprietários, assim como para arrendatários, parceiros ou moradores.

O Estado é considerado pela autora, ao longo dos anos 1980, como incapaz de levar adiante uma política mais geral de combate à violência, não só em nível federal, mas também e particularmente, em nível estadual. Muitas vezes, "eles próprios são agentes dos conflitos"[22], ou eles próprios coniventes ou omissos diante dessa situação. A impunidade é comum, e não existem medidas preventivas a esse respeito. Os proprietários e os seus prepostos andam e trabalham armados, os assalariados vivem sob a vigilância constante das armas. O isolamento do meio rural e a inexistência ou dificuldades de organizar os movimentos nessas regiões são apontados, ainda, como fatores significativos para a manutenção do quadro de violência no campo, embora Sonia Lessa sinalize para outra leitura: "os fazendeiros, os grileiros, as empresas rurais e o próprio Estado, entre os que se valem da violência, estão tendo dificuldades para manter sua dominação sobre a terra e os trabalhadores, sem o uso desse recurso"[23].

O Estado também se colocou como fator de opressão e violência contra os trabalhadores rurais, nesse período, nos projetos de construção de barragens, no caso específico, na de Itaparica. Ao construir barragens e aumentar a produção de energia elétrica, como também ao implementar projetos de irrigação e modernização agrícolas, dava infraestrutura e atraía os interesses de grandes grupos econômicos para a região do Submédio São Francisco. Era mais uma política modernizadora, com vistas a garantir um maior acúmulo de capital nas mãos da burguesia. Os trabalhadores, porém, não eram levados em conta pelo Estado, quando da elaboração dessas diretrizes nem quando da sua implementação.

Assim sendo, foram necessárias muita organização e lutas

22 Ibidem, p. 171.
23 Ibidem, p. 172-173.

várias, do final dos anos 1970 e por toda a década de 1980, cuja maior reivindicação era expressa na afirmação "Terra por Terra na margem do Lago"[24]. Em todo esse processo, que envolveu municípios de Pernambuco e da Bahia, houve desapropriações e expulsões de moradores, pagamentos irrisórios, sequestros, ameaças de morte e assassinatos. Como a obra era do Estado, muitas vezes, os trabalhadores eram intimados a tratar com advogados da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF - no quartel do Exército[25].

Apesar da CHESF ter prometido concluir os projetos em 1988, os primeiros lotes irrigados só passaram a funcionar a partir de 1993. Como todo o processo foi muito lento, mesmo com várias conquistas, as famílias reassentadas enfrentaram uma situação de grandes dificuldades e desgaste.

Ainda vale lembrar que o início da década de 1980 foi marcado por uma enorme seca em todo o Nordeste. Ao lado do desespero devido à perda da lavoura ou do gado, o desemprego para os assalariados e a falta de trabalho para arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos produtores em geral. Como a falta de água e a fome se acentuaram, o êxodo rural apareceu como a única saída para muitos. Coube ao Estado criar Frentes de Trabalho para fazer face à situação de extrema penúria enfrentada pelos trabalhadores sertanejos. Como costumava acontecer, os grandes fazendeiros viram, nessas horas, mais uma oportunidade para ampliar suas propriedades e fortalecer seu capital. Assim, frequentemente, o alistamento era feito com base em seus interesses e como moeda de troca. Havia casos de protestos e demissões, acompanhadas, muitas vezes, da retenção do salário devido aos trabalhadores[26].

As verbas eram destinadas, praticamente, a trabalhos nas grandes fazendas. Muitos trabalhadores eram obrigados a abandonar suas terras e vendê-las a preços irrisórios ou ficavam à mercê dos comerciantes, que lhes vendiam fiado a preços exorbitantes.

---

24 ARAÚJO, Maria Lia de. **Na margem do lago:** um estudo sobre sindicalismo rural. Recife: FUNDAJ-Massangana, 1990.

25 MOURA, Mariluce. **As ilhas da resistência**: os lavradores no vale do rio São Francisco. Goiânia: CPT, s/d, p. 32.

26 CONTAG. **As lutas camponesas no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981, p. 17.

Mulheres não podiam participar das frentes de trabalho. Diante dessa situação, o movimento sindical procurou interferir. Em 1980, as entidades conseguiram garantir alguma participação, pois a responsabilidade das frentes de trabalho ficou com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que procurou organizar um Plano de Emergência de tal modo que pudesse beneficiar os próprios trabalhadores, suas propriedades e suas famílias. Porém, 1982 era ano de eleição, e as frentes de emergência passaram a ser intermediadas pelas prefeituras. Foi no Nordeste que o PDS, partido da situação, foi mais beneficiado. O que demonstra outra face da violência – a da compra do voto diante de uma necessidade inadiável. Uma violência permitida pelo Estado ainda ditatorial, embora travestido de democrático quando seguia o calendário eleitoral.

De toda essa situação nasceu algo positivo: em decorrência da impossibilidade de as mulheres se alistarem nas frentes de trabalho, começaram a protestar e a se organizar com vistas a essa conquista. E a partir de então, as mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco desencadearam um processo de atuação no meio sindical e no meio rural que se intensificou cada vez mais, com maior participação e conquistas.

Ao tratar da violência no meio rural até o final dos anos 1980, tínhamos como objetivo demonstrar que, sob diferentes formas, ela se manteve ao longo dos anos, mesmo depois do fim oficial da ditadura e das intensas lutas levadas pelos trabalhadores rurais com apoio de tantas entidades e setores comprometidos da sociedade brasileira. Fruto da dominação de classe, da ação ou omissão do Estado, continua através das políticas que têm se colocado a favor dos grandes proprietários que hoje representam algo conhecido como o agronegócio, que comumente passam ao largo do respeito aos preceitos constitucionais da função social da propriedade e não levam em conta, efetivamente, uma política que considere a importância da preservação do meio ambiente e construção de uma sociedade menos desigual em nosso país.

Uma das questões que chama à atenção é que a disputa pela terra e pelo cumprimento dos direitos dos trabalhadores rurais

manteve-se constante, mesmo quando o regime não era mais ditatorial. Após a promulgação da Constituinte de 1988, ou seja, vivendo-se sob um regime dito democrático, continuaram os assassinatos a líderes durante as campanhas salariais ao longo dos anos 1990. Com a intensificação da luta pela terra e a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST - e de outros menos conhecidos, mas voltados para os mesmos objetivos, tornou-se comum o uso da violência em processos de expulsão. No ano de 1997, no engenho Camarazal, em Nazaré da Mata, região norte do Estado, os trabalhadores que haviam ocupado o referido engenho foram surpreendidos à noite por um grupo de homens que chegaram atirando. O saldo foi dois trabalhadores assassinados e seis feridos, inclusive duas crianças[27]. Apesar de, no caso do sindicalismo rural, não serem mais tão comuns essas ações truculentas durante as campanhas salariais, a pressão pelo aumento de produtividade e o uso de trabalho análogo à escravidão também passaram a acontecer em Pernambuco. A ideia de que a propriedade da terra deve ter uma função social, como assevera a lei, ainda parece bem distante dos proprietários e, frequentemente, do próprio Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical no campo a partir da década de 70**: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. São Paulo: Tese de Doutorado em

27 MELO, Paula Reis. **Discurso e recepção**: o sujeito político na recepção das mensagens do MST. Recife: Dissertação de Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural/ Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2000.

Sociologia/Universidade de São Paulo, 1994.

ARAÚJO, Maria Lia de. **Na margem do lago**: um estudo sobre sindicalismo rural. Recife, FUNDAJ/Massangana, 1990.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962 -1985**: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

CAVALCANTI, PAULO. **Nos tempos de Prestes**. Recife: Guararapes, 1982.

CONTAG. **As lutas camponesas no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

GALLINDO, José Felipe Rangel. Trotskismo no campo: o Jeremias das caminhadas In **Cadernos de História**: oficina da história: trabalhadores em sociedades açucareiras. Departamento de História da UFPE – ano 6, n.6, 2009.

LESSA, Sonia. Violência no campo: o PNRA não é um instrumento da paz social. In: PESSOA, Dirceu (coord). **Política Fundiária no Nordeste**: caminhos e descaminhos. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990.

MELO, Paula Reis. **Discurso e recepção**: o sujeito político na recepção das mensagens do MST. Recife: Dissertação de Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural/Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2000.

MENEZES, Paulo. **Sindicalismo X repressão**. Recife:

Nordestal, 1983.

MOURA, Mariluce. **As ilhas da resistência**: os lavradores no vale do Rio São Francisco. Goiânia: CPT, [s/d].

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no campo:** crime e impunidade 1964-1986 (relatório). São Paulo: Global, 1987.

SIGAUD, Lígia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

OUTRAS FONTES

FETAPE. **Açúcar com gosto de sangue**: violências na zona canavieira de Pernambuco. Recife: FETAPE, 1984.

O Vagalume – jornal da FETAPE, Recife, n.3 e 4, 1979.

Jornal Diário de Pernambuco, Recife, 28 jan. 1968.

ENTREVISTAS CONCEDIDAS À AUTORA

- Jucilete Maria Gomes Cavalcanti (Leta). Militante do PCB e do PMDB de Surubim nos anos 80, viúva do advogado sindical Evandro Cavalcanti (10.out.2002). (Entrevista)
- Manoel Gonçalo Ferreira. Sindicato Rural de Panelas e primeiro presidente da FETAPE. Já falecido (29.abr.2002). (Entrevista)

“Com muita vara é que se levanta uma casa e com muita lenha é que se levanta o fogo”[1]: greves e conquistas trabalhistas da classe canavieira em Pernambuco durante os anos 1980[2]

Marcela Heráclio Bezerra

O cenário brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1970, caracterizou-se pela efervescência política de amplos setores da sociedade civil e pelo ressurgimento dos movimentos populares, sobretudo as mobilizações de trabalhadores urbanos e rurais[3]. As denúncias, cada vez mais frequentes, dos atos de autoritarismo e de desrespeito aos direitos humanos praticados

---

1 Depoimento de uma trabalhadora canavieira, durante a greve geral de 1980, na reportagem: PARALISAÇÃO no campo já envolve 250 mil. **Jornal do Commercio**, Recife, 29 set. 1980, p. 12.

2 O presente artigo traz um recorte de minha dissertação de Mestrado em História intitulada **Mulheres (des)cobertas, história reveladas**: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988), sob orientação da professora Christine Paulette Yves Rufino Dabat e defendida em 2012 na UFPE.

3 O fortalecimento da oposição política de setores da sociedade civil e dos movimentos sociais, sobretudo dos trabalhadores urbanos e rurais, frente à crise econômica e contrária às ações arbitrárias dos militares tornou-se mais intenso no final dos anos 70 e início do decênio de 1980. MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 122.

pelos agentes do Estado atuaram como molas propulsoras para a mobilização popular contra o regime ditatorial[4].

No fim dos anos 70, a classe trabalhadora empreendeu um forte movimento de oposição ao regime militar, que marcou o ressurgimento do movimento sindicalista no país. Destacaram-se os '*sindicalistas autênticos*', trabalhadores agrupados em torno dos metalúrgicos do ABC Paulista, que compunham o '*novo sindicalismo*' e os trabalhadores ligados às lideranças políticas tradicionais do movimento sindical e aos militantes dos Partidos de esquerda (Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro), que formavam a '*Unidade Sindical*'[5].

Em Pernambuco, as mobilizações dos canavieiros, retomadas no ano de 1979 e intensificadas na década seguinte, refletiram tanto a organização dos trabalhadores na base do movimento quanto a reestruturação dos sindicatos e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). Nesse contexto, os primeiros desafios a ser enfrentados foram a redemocratização da estrutura sindical e o resgate dos espaços políticos ocupados por diretorias '*pelegas*'.

Para combater as diretorias menos comprometidas com os interesses dos trabalhadores, assessores e líderes políticos de oposição articularam-se com os canavieiros na base do movimento e passaram a exigir uma política sindical mais vigorosa, sobretudo com relação às reivindicações trabalhistas[6]. Aos poucos, os grupos de oposição foram conquistando os espaços dentro da entidade sindical, até assumir a direção da Federação, possibilitando uma ação política sistêmica e mais comprometida com os

---

4 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano – v. 4**- O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX. Rio de Janeiro: 2. ed. Civilização Brasileira, 2007, p. 95-131.

5 Para mais, consultar SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano – v. 4 – O tempo ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX. Rio de Janeiro: 2.ed, Civilização Brasileira, 2007, p. 285-313.

6 ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. Recife: Ática, 1986, p. 51.

interesses dos canavieiros[7].

O movimento dos canavieiros e o sindicalismo rural, de maneira geral, ao longo dos anos 80, adotaram como elementos definidores da ação sindical a promoção das lutas trabalhistas dentro dos parâmetros legais. Daí a importância dos espaços de discussões políticas nas assembleias sindicais e nos congressos trabalhistas, que precediam às campanhas salariais[8].

As campanhas salariais

As campanhas salariais dos canavieiros caracterizavam-se, além do estrito seguimento aos parâmetros constitucionais, pela presença da estrutura sindical na organização do movimento[9]. Partidos políticos[10], religiosos e leigos também estavam presentes nas mobilizações grevistas[11].

As mobilizações trabalhistas iniciavam-se nos meses de setembro, período que antecedia a safra da cana-de-açúcar e momento oportuno para pressionar os empregadores. As entidades classistas e os dirigentes sindicais reuniam-se em congressos para debater sobre a organização das mobilizações e discutir sobre a pauta de reivindicações e as formas de pressionar as classes patronais.

Entre os anos de 1980 e 1988, as campanhas salariais culminaram com a realização de sete Dissídios Coletivos (de 1980 a

---

7 ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005, p. 215-216.

8 ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical no campo a partir da década de 70**: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. 1994. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia/Universidade de São Paulo, 1994, p. 205-310.

9 Atrelados à FETAPE e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as práticas políticas do movimento sindicalista rural em Pernambuco contribuíram tanto para o fortalecimento quanto para o direcionamento das lutas trabalhistas dos canavieiros em Pernambuco. Cf. MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História...**, *op. cit.*, p. 125.

10 Durante as greves no campo, os canavieiros recebiam apoio de filiados do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – criado após o Ato Institucional nº 2 e, posteriormente, PMBD, fundado em partir de 1982 – e do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1984. Cf. ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical...**, *op. cit.*, p. 203-254.

11 Os religiosos e leigos que apoiavam as greves dos canavieiros identificavam-se com o pensamento progressista da Igreja Católica. Entre os grupos leigos, destacam-se a Associação de Cristãos no Meio Rural (ACR), entidade criada em 1965, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975. Cf. ARAÚJO, Maria Lia Corrêa. A transcrição no plano político-ideológico. In: PESSOA, Dirceu (Org.). **Política fundiária no Nordeste**: caminhos e descaminhos. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1980, p. 71.

1984 e em 1986 e 1988) e duas Convenções Coletivas (em 1985 e 1987). A seguir, um breve relato das campanhas salariais nos primeiros anos da década de 1980.

Campanhas e conquistas trabalhistas em Pernambuco entre os anos de 1980 e 1984

As conquistas dos canavieiros na greve de 1979 ultrapassaram os limites das reivindicações trabalhistas. Além de trazê-los novamente à cena política, fortaleceram os sindicatos[12] e reforçaram a ideia de unir os canavieiros com a classe patronal. Sindicatos rurais e Federação orientavam os trabalhadores a se unirem uns com os outros como forma de pressionar os empregadores a cumprirem as cláusulas aprovadas nas Convenções e nos Dissídios Coletivos[13].

Os setores patronais utilizavam inúmeros subterfúgios para desestabilizar as mobilizações dos trabalhadores. As estratégias iam desde a publicação, nos jornais de mais circulação, de notícias tendenciosas sobre a crise do setor sucroalcooleiro contra as greves dos trabalhadores, até o anúncio fictício da contratação de trabalhadores sertanejos, como ocorreu durante a campanha salarial de 1983, em que os fornecedores de cana dos estados da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Infere-se que a intenção desta publicação era pressionar o governo federal através do Instituto do Açúcar e Álcool (IAA), além de manobrar a opinião pública contra os trabalhadores, uma vez que ameaçavam abandonar a produção sucroalcooleira caso o governo não reajustasse os preços do açúcar. Segundo o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Antônio Celso Cavalcanti, os altos preços de insumos agrícolas, sobretudo fertilizantes e maquinários, elevavam os custos da produção e

---

12 ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo...**, *op. cit.*, p. 151.

13 "Você sozinho é muito fraco perante seu patrão. Você deve procurar se unir com os outros companheiros". Texto extraído de um panfleto distribuído pela FETAPE**.** FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Direitos dos trabalhadores rurais da zona canavieira do estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho em setembro de 1980**. Recife, 1980.

diminuíam a quantidade de cana-de-açúcar produzida, tornando a produção sucroalcooleira antilucrativa aos preços da época[14].

Para o movimento canavieiro, as ameaças dos fornecedores de cana eram mecanismos utilizados todos os anos para pressionar as autoridades competentes a elevarem os preços do açúcar, posto que a despeito das reclamações sobre as dificuldades para continuar a produção sucroalcooleira, as classes patronais descumpriam sistematicamente a lei do sítio e aumentavam as áreas de plantio das lavouras canavieiras.

Em 1980, a pauta da campanha salarial reivindicava, entre outros pontos, aumento salarial de Cr$ 6.889,91 mensais, pagamento semanal em envelope fechado com comprovante, alteração no texto da Lei do Sítio, substituindo a expressão "até dois hectares" para "pelo menos dois hectares", a inclusão do direito dos trabalhadores criarem animais, o pagamento de diárias ao trabalhador acidentado, a obrigatoriedade da assinatura na carteira de trabalho do safrista[15], a extensão e a regulamentação, pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), das medidas de segurança no campo, a regulamentação dos dias de serviço, para que os canavieiros pudessem ir às feiras aos sábados, e a estabilidade do emprego dos delegados sindicais[16].

Com essa pauta, no dia 24 de setembro, em meio às negociações, os trabalhadores e as trabalhadoras associados aos sindicatos de São Lourenço da Mata e de Paudalho deflagraram a greve no campo, mobilizando cerca de 18 mil canavieiros[17]. Estes sindicatos, dirigidos, respectivamente, por Agápito Francisco dos Santos e Severino Domingos de Lima (Beija Flor), estavam na dianteira

---

14 "Lockaut na lavoura açucareira". **Jornal do Commercio**, Recife, 25 mar. 1980, p. 12.

15 No município do Cabo de Santo Agostinho, havia cerca de 7. 758 trabalhadores canavieiros no ano de 1980. Desses, 4.054 era temporários ou safristas, e 3.704 trabalhavam permanentemente nos engenhos. Cf. **Pesquisa sobre os assalariados temporários da região canavieira de Pernambuco, coordenada por Expedito Rufino de Araújo, com a participação da pesquisadora Christine Rufino Dabat**. Convênio FETAPE/SUDENE n.º 036/86 com a participação da UFPE (Mestrado em Geografia), 1985-88; e **Relatório para a FETAPE e o STR do Cabo**. Recife, 1990. Mimeo.

16 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Reivindicações dos trabalhadores rurais da lavoura canavieira do Estado de Pernambuco**: Campanha salarial de 1980. Recife, 1980.

17 "Entram em greve 18 mil rurícolas". **Jornal do Commercio**, Recife, 25 set. 1980, p. 14.

das mobilizações grevistas: "Não temos tempo marcado para terminar a greve. Ela é indeterminada e vai durar até que o patrão conceda o que queremos. Fome a gente vive passando há muito tempo, e um mês ou dois a mais não faz diferença"[18].

As notícias sobre a deflagração das greves se espalhavam pelos engenhos, através de distribuição de panfletos, de carros de som e de conversas entre os trabalhadores e os demais companheiros: "[...] Homens e mulheres, unidos na luta, postavam-se em grandes comandos de greves, pelos diversos engenhos, passando a informação àqueles que ainda não sabiam do movimento"[19].

Em depoimento comovente ao *Jornal do Commercio*, uma canavieira informou que, após 38 anos de serviço nos canaviais, não tinha muito o que esperar da vida, além da fome de todo dia, que se agravava com a velhice e a doença. Contudo, esperava que a greve trouxesse ganhos salariais e outros benefícios[20].

A greve geral dos canavieiros contou com a participação de 240 mil trabalhadores. Cerca de 80% das atividades foram paralisadas nos engenhos. Os canavieiros, céticos às promessas de políticos e empregadores, acreditavam que somente a greve poderia trazer ganhos para a classe trabalhadora canavieira, conforme o depoimento de José Alves de Souza Irmão, um trabalhador que, em 1979, recebeu o presidente João Figueiredo no Engenho São José, em São Lourenço da Mata:

> Estou vivendo de modo igual ou pior do que naquele tempo [...] Nada do que ele [o Presidente] prometeu a todos daqui foi cumprido [...] Continuo comendo beira de jabra (carne de charque de má qualidade) com farinha. E agora, [...] só acredito na greve que estamos fazendo. Se ela não melhorar a nossa situação, sei que ninguém mais vai conseguir isso[21].

---

18 "Camponês nem admite a interrupção da greve". **Jornal do Commercio**, Recife, 26 set. 1980, p. 11.

19 Ibidem.

20 "Paralisação no campo já envolve 250 mil". **Jornal do Commercio**, Recife, 28 set. 1980, p. 12.

21 Ibidem.

Após o fim da greve, os canavieiros obtiveram algumas conquistas, destacando-se o início do processo de igualdade salarial entre as regiões da Zona da Mata, antes dividida em duas regiões[22] e o reajuste salarial da 1ª e da 2ª regiões com base no INPC[23] de 43,89%, cujos valores passaram a ser, respectivamente, para Cr$ 5.636,05 e Cr$ 5.315,05.

O reajuste de 12% na produtividade foi indeferido e manteve-se em 4%[24]. O imbróglio sobre a produtividade dos trabalhadores canavieiros foi um elemento constante nas demais campanhas salariais. Os usineiros e proprietários fundiários afirmavam que a baixa produtividade do setor sucroalcooleiro em Pernambuco era em função do descaso dos trabalhadores. Para a FETAPE, as condições topográficas da Zona da Mata e a debilidade física dos canavieiros eram os fatores responsáveis pela baixa produtividade do setor pernambucano[25].

Na campanha salarial de 1981, os trabalhadores conseguiram manter as conquistas consagradas no Dissídio Coletivo de 1980 e ampliar direitos. Além do aumento de 50% nos salários, representantes sindicais e trabalhadores comemoraram a unificação salarial de todos os trabalhadores canavieiros de Pernambuco. Segundo o presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, a reivindicação de unificação salarial era justa, porquanto

> [...] o preço da cana é igual para todos os patrões, as necessidades dos trabalhadores são as mesmas em todos os municípios, as tarefas do trabalhador e o custo de vida também são idênticos em

---

22 A 1ª Região era constituída pelos municípios do Cabo, Igarassu, Moreno, Jaboatão e São Lourenço, enquanto a 2ª era formada pelos outros municípios. Até 1980, os trabalhadores de cada região recebiam salários diferentes, fato que ocasionava transtornos para canavieiros e sindicatos. Após o Dissídio Coletivo de 1980, a diferença salarial entre as duas regiões não poderia ser maior do que 1/3. Essa diferença foi extinta nos dois anos seguintes. "Acordo encerra a greve dos 240 mil canavieiros". **Jornal do Commercio**, Recife, 1º out. 1980, p. 1.

23 O Índice Nacional dos Preços para o Consumidor (INPC) é um indicador econômico utilizado para calcular a variação percentual da inflação sobre os preços dos bens de consumo utilizados pela população.

24 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Direitos...**, *op. cit.,* p. 3.

25 ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical...**, *op. cit.*, p. 207-208.

> qualquer parte, e porque o próprio salário mínimo de toda classe trabalhadora do Estado foi unificado esse ano[26].

A campanha salarial de 1981 demonstrou a força política e a organização do sindicalismo rural na zona canavieira. No sindicato de São Lourenço da Mata, considerado um dos mais atuantes da Zona da Mata, a conquista das 23 reivindicações foi comemorada ao som do "frevo da greve" com trabalhadoras e trabalhadores canavieiros, assessores sindicais e dirigentes da Federação e da Confederação[27].

Das 26 cláusulas propostas pelos canavieiros, três foram julgadas improcedentes. Os juízes do Tribunal Regional do Trabalho não aprovaram o aumento de 12% no percentual de produtividade (permaneceu 4%), o salário unificado de Cr$ 13.900,440 cruzeiros e a responsabilidade dos empregadores em caso de acidente de percurso e de trabalho[28].

Na campanha salarial de 1982, os trabalhadores reivindicaram aumento salarial, modificações nas regras de corte e de moagem de cana, o pagamento do transporte dos trabalhadores que não residiam na propriedade e a garantia das conquistas alcançadas nas campanhas anteriores[29]. Os trabalhadores do campo exigiam salário de Cr$ 29.601,00 cruzeiros, salário-família para os trabalhadores e trabalhadoras que tivessem filhos menores de 14 anos, disciplinamento dos preços pagos pela cana solta e estabilidade das gestantes, extensiva a seis meses após o parto[30].

Essa greve foi deflagrada em 25 de setembro e mobilizou cerca de 250 mil trabalhadores. No final do dissídio, continuaram sendo negados aos trabalhadores a estabilidade do emprego do delegado sindical, o pagamento de transporte para os residentes fora

---

26 "200 mil canavieiros ameaçam fazer greve". **Jornal do Commercio**, Recife, 1º out. 1981, p. 8.

27 "50 mil fazem a festa da vitória". **Jornal do Commercio**, Recife, 1º out. 1981, p. 8.

28 "TRT acata 23 cláusulas do Dissídio". **Jornal do Commercio**, Recife, 3 out. 1981, p. 8.

29 ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical...**, *op. cit.*, p. 227.

30 "Sindicato rural começa luta para melhor salário". **Jornal do Commercio**, Recife, 18 set. 1982, p. 8.

da propriedade e a redução na jornada de trabalho, que permaneceu de 48 horas semanais[31]. Contudo, conquistaram-se o piso salarial de Cr$28.802,15, o pagamento salário-família, o auxílio à doença, o tabelamento da cana solta, a manutenção do percentual de 4% de produtividade[32] e a estabilidade das gestantes, que, depois de 12 semanas de licença, tinham direito a 60 dias de estabilidade empregatícia[33]. Sobre essa última conquista, é fundamental salientar que, pela primeira vez, o sindicalismo rural de Pernambuco incluía, na pauta de reivindicações, direitos considerados exclusivos às mulheres, a despeito de serem fundamentais para todas as famílias canavieiras. Atribui-se essa novidade ao posicionamento de determinadas sindicalistas sobre as questões consideradas específicas às mulheres trabalhadoras.

Desde a segunda metade do decênio de 1970, o movimento feminista e os movimentos de mulheres trabalhadoras foram chamando à atenção para a reflexão de temas sobre os distintos tipos de violência sofrida pelas mulheres trabalhadoras, cujas principais faces eram a violência sexual e a física e a opressão de gênero tanto no cotidiano quanto nas relações de trabalho[34].

Alguns setores do movimento sindicalista posicionarem-se contra as discussões defendidas pelos movimentos feministas e pelos movimentos de mulheres trabalhadoras sobre a discriminação sofrida nas relações de trabalho e no cotidiano e sobre a luta pelos direitos específicos das trabalhadoras, por acreditarem que esses questionamentos poderiam desunir os trabalhadores e enfraquecer o luta dos canavieiros. Contudo, devido aos esforços de assessoras sindicais comprometidas em incentivar a participação das trabalhadoras nas entidades sindicais, gradativamente, o sindicalismo rural de Pernambuco, através da Federação e dos sindicatos, foi conscientizando-se da importância de valorizar,

---

31 ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical...**, *op. cit.*, p. 230.

32 "TRT atende ao pleito dos rurícolas". **Jornal do Commercio**, Recife, 28 set. 1982, p. 3.

33 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Direitos dos trabalhadores rurais da zona canavieira do estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho em setembro de 1982**. Recife, 1982, p. 15.

34 ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo**..., *op. cit.*, p. 200-201.

reconhecer e defender as demandas, consideradas, mais uma vez, específicas das mulheres trabalhadoras, como ocorreu, segundo Maria do Socorro Abreu e Lima, no 1º Congresso da Mulher Pernambucana, realizado em Recife em 1981:

> [...] a Federação chama a atenção para a necessidade que de ela [a mulher], além de atuar nas lutas comuns com os homens, devia participar do seu sindicato para conseguir atingir seus objetivos específicos, entendendo que esses eram os direitos garantidos na lei: a mulher não deve trabalhar em locais insalubres, nem no horário noturno, só podendo trabalhar 48 horas semanais, com direito a descanso antes e depois do parto, além do direito à creche, nas empresas com mais de 30 mulheres com mais de 16 anos, bem como a dois períodos de descanso para a amamentação do filho. Também se fazia menção à luta pelo direito a salário igual para trabalho igual[35].

A presença das trabalhadoras assalariadas na produção era visível. Segundo as pesquisas realizadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho, sem contar o número de trabalhadoras não associadas ao sindicato e a quantidade de fichas cadastrais destruídas devido à precariedade da conservação, 709 trabalhadoras canavieiras estavam associadas à entidade classista até o ano de 1983[36].

Em entrevista, Maria Alves da Silva testemunhou a atuação das mulheres nas greves ocorridas no município do Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 1985 e 1988[37]:

---

35 Ibidem, p. 203.

36 Fichas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho-PE.

37 Nesse período o Sindicato do Cabo era presidido por João Vicente da Silva Filho. Cf. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Ficha individual do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo – área Ribeirão**: Ficha nº 7. Recife, 1985-1988.

> Muitas mulheres participavam. Aqui era uma festa. Isso aqui era de noite a dia aberto. Povo jogando de noite, farravam e no outro dia, de madrugada, nós saia no caminhão pros engenho, pra greve também. E aí, eu participava de reuniões. Participava de muita, participei de muita. Participava de reuniões no sindicato, movimento grevista eu estava dentro. Eu ia pros engenho nos caminhão, sabe. Toda vida eu gostei da luta, eu não vou dizer. Eu, quando dissesse assim: vai parar hoje pra fazer uma greve, eu já tava na cabeça da greve. Eu era assim. Lá em Salgado eu era assim também. E aqui, seu João quando tinha umas reuniões no sindicato, ele mandava me chamar[38].

Na campanha salarial de 1983, os canavieiros apresentaram 42 reivindicações, exigindo aumento salarial de 62,4% (100% do INPC), abono de 8,9% de compensação da inflação, o fim da expulsão e, em caso de dispensa injusta do chefe de família, a garantia do sítio para a mulher, os filhos e as filhas solteiras com menos de 20 anos, salário-família e estabilidade da trabalhadora gestante[39]. Reivindicaram o pagamento em dobro pelos domingos trabalhados, prioridade na contratação dos trabalhadores residentes no município, dispensa, sem desconto salarial, para comparecimento às audiências da Justiça do Trabalho, 60 dias de aviso prévio para demissão sem justa causa e pagamento em dobro em caso de atraso de salários[40].

De maneira estratégica e com o objetivo de diminuir a pressão dos canavieiros, um dia antes das negociações na delegacia do Trabalho, a classe patronal anunciou a proposta de contratação de 50 mil trabalhadores oriundos das áreas atingidas pela seca[41]. Os

---

38 Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

39 "Rurícolas dão prazo de 5 dias para patrões". **Jornal do Commercio**, Recife, 20 set. 1983, p. 3.

40 "Canavieiros ameaçam fazer greve". **Jornal do Commercio**, Recife, 20 set. 1983, p. 10.

41 "Usina quer contratar flagelados". **Jornal do Commercio**, Recife, 21 set. 1983, p. 1.

usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar alegavam que, caso os trabalhadores sertanejos fossem transportados pelo governo de Pernambuco[42], os cofres públicos teriam uma economia de Cr$ 4 bilhões e 500 milhões, em virtude do não alistamento desses trabalhadores nas frentes de emergência existentes no Sertão do Estado.

Segundo a FETAPE, a proposta da classe patronal de empregar 50 mil trabalhadores sertanejos era um meio de minimizar as pressões exercidas pelos trabalhadores canavieiros na véspera da campanha salarial, pois não havia oferta de trabalho suficiente para absorver tamanho número de trabalhadores: "O que está por trás dessa aparente solução para o problema da seca é a perspectiva sombria de alijar do mercado de trabalho, a partir de outubro, 50 mil lavradores disponíveis na Zona canavieira"[43].

Embora o ambiente fosse de redemocratização política e de liberdades democráticas, todas as campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros foram permeadas por práticas arbitrárias e ações violentas promovidas pelas classes patronais e por seus prepostos, como em 1983. A paralisação transcorreu em clima de violência, protagonizada por polícias particulares e capangas dos usineiros e fornecedores de cana. Os trabalhadores denunciaram, na FETAPE e na Delegacia Regional do Trabalho, diversos casos de espancamentos e assassinatos[44].

O Dissídio Coletivo assegurou para os trabalhadores uma conquista significativa: o aumento de 100% no INPC, que lhes garantia um aumento salarial de 62,4%; o estabelecimento de um piso de Cr$65.406,16; o aviso prévio de sessenta dias para o trabalhador com mais de um ano de serviço e de trinta dias para aqueles com menos de um ano; a diminuição da jornada de trabalho para 4 horas diárias nas atividades insalubres; abono, em dinheiro, nas férias, que correspondesse a 50% do valor delas e

---

42 Entre o período de 13 de março de 1983 a 14 de maio de 1986, o estado de Pernambuco esteve sob governo de Roberto Magalhães, do Partido Democrático Social (PDS).

43 "Flagelados podem ser transferidos". **Jornal do Commercio**, Recife, 21 set. 1983, p. 11.

44 Durante a greve dos canavieiros de 1983, dois trabalhadores foram vítimas fatais da violência e dos crimes praticados pela classe patronal. Os trabalhadores rurais, Amaro Vicente e Martins Luiz dos Prazeres, foram assassinados entre os dias 24 e 26 de setembro de 1983. Cf. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Dossiê de violências dos últimos 11 anos (1983-1994)**. Recife, 1994.

a prioridade para a contratação dos trabalhadores residentes no município[45]. Os canavieiros também conquistaram: salário-família, com o percentual de 5% para pais e mães de filhos menores de 14 anos; fornecimento de transporte gratuito e seguro para os serviços fora da propriedade onde residiam os trabalhadores; direito a sítio; salário-doença, com o pagamento dos 15 primeiros dias, como se estivesse trabalhando; salário maior nos serviços perigosos (valeteiro[46] e trabalho com veneno, herbicidas, adubo, salitre, calcário); 13º salário; garantia do trabalhador acidentado (permanência dos canavieiros nos serviços até seis meses após o acidente); obrigatoriedade do fornecimento de água limpa, fria e de forma gratuita nos locais de trabalho[47]; garantia do emprego da trabalhadora gestante; permanência de, no mínimo, 60 dias da canavieira depois das 12 semanas de licença[48].

Como forma de divulgar as conquistas trabalhistas e os direitos dos trabalhadores canavieiros de maneira mais eficaz e para um maior número possível de trabalhadores, a FETAPE e os sindicatos publicaram cartilhas para serem distribuídas nos engenhos e demais espaços de sociabilidades dos trabalhadores canavieiros. A cartilha *Os 10 mandamentos do trabalhador da cana* informava os direitos e as normas de trabalho aprovadas em Convenções e nos Dissídios Coletivos dos canavieiros.

Na campanha salarial de 1984, a deflagração da greve no primeiro dia das negociações, que contou com a participação de, aproximadamente, 240 mil trabalhadores, fortaleceu a

---

45 ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical...**, *op. cit.*, p. 235.

46 Valeteiro era o trabalhador que realizava as atividades no meio dos canais, entre um e outro sulco de cana.

47 Compreendido como um direito básico de todo ser humano, o acesso à água constituiu-se como uma conquista da classe trabalhadora canavieira na campanha salarial de 1983. Os canavieiros geralmente trabalhavam durante todo o dia nas áreas das lavouras, na palha da cana, e a água que levavam consigo não era suficiente para toda a jornada de trabalho, restando-lhes, como fontes de água para beber, os rios e riachos poluídos em virtude dos refugos humanos e das substâncias tóxicas provenientes das usinas. Com a obrigatoriedade do fornecimento de água limpa e fria pelas classes patronais, criou-se uma nova tarefa, a de aguaceira, realizada, sobretudo, pelas trabalhadoras.

48 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Direitos dos trabalhadores rurais da Zona canavieira do estado de Pernambuco garantidos pelo Dissídio Coletivo. Julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho em setembro de 1983**. Recife, 1983.

mobilização e pressionou a classe patronal. Entre as principais reivindicações, os trabalhadores exigiam salário de CR$ 204.085,00 cruzeiros, estabilidade no emprego por um ano e a manutenção dos direitos conquistados nas campanhas anteriores, o que constituiu em uma lista com 45 reivindicações[49].

Depois de nove dias de paralisação, os trabalhadores conseguiram garantir os direitos conquistados nas campanhas anteriores e salário de CR$ 190.024,00, cifra menor do que a reivindicada pela categoria. Outro ponto negativo para os trabalhadores foi o indeferimento da proibição do porte de armas pelos prepostos dentro dos engenhos, durante a jornada de trabalho, uma prática veemente combatida pelo movimento sindical por ser a principal forma de agredir, física e psicologicamente, os trabalhadores canavieiros[50].

A mobilização trabalhista realizada pelos canavieiros de Pernambuco, entre 1979 e 1984, representou sua escalada política e sua organização. Contudo, a existência de direitos e normas trabalhistas não garantiu o efetivo cumprimento de suas conquistas e, geralmente, depois dos períodos de mobilizações grevistas, os trabalhadores defrontavam-se com a realidade de desrespeito aos acordos convencionados por parte das classes patronais.

A seguir, serão apresentadas as análises dos processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho[51], ressaltando-se, sobretudo, os elementos concernentes às ações acionadas pelas trabalhadoras canavieiras.

A luta dos canavieiros pelo cumprimento dos direitos na Justiça do Trabalho

Durante a pesquisa realizada no Arquivo Geral da Justiça do Trabalho da 6ª Região, foram analisados 525 processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo

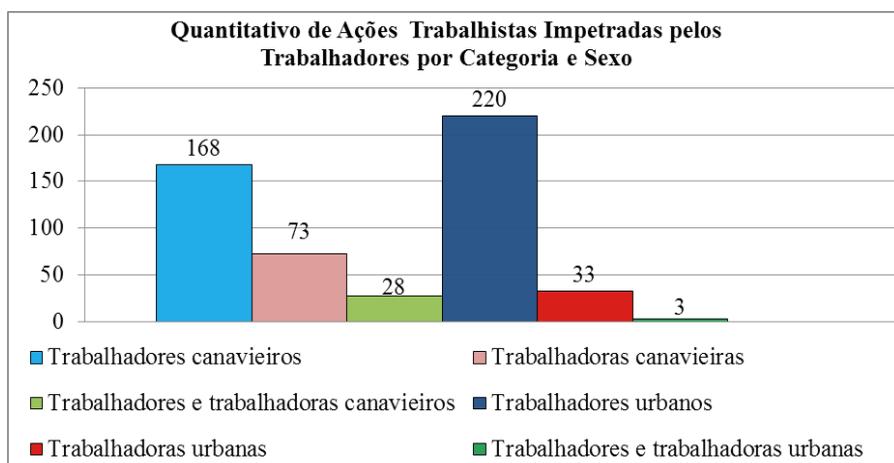
---

49 "Canavieiros em campanha por salários". **Jornal do Commercio**, Recife, 7 set. 1984, p. 1.

50 "Trabalhadores dispostos à negociação". **Jornal do Commercio**, Recife, 7 set. 1984, p. 9.

51 A Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho foi criada pela Lei 5.650, de 11 de dezembro de 1970, e instalada em 19 de agosto de 1971. Os processos impetrados ali, durante os anos 1980, encontram-se arquivados no Arquivo Geral da Justiça do Trabalho da 6ª Região, localizado no munícipio de Vitória de Santo Antão.

Agostinho (JCJ/Cabo). Desse número, 269 foram processos abertos por trabalhadores rurais, sendo 168 impetrados por homens, 73 por mulheres e 28 por homens e mulheres em litisconsórcio. Entre as 269 ações trabalhistas impetradas pelos trabalhadores urbanos, 220 foram acionadas por homens, 33 por mulheres e 3 por homens e mulheres, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Discriminação das ações impetradas pelos trabalhadores na 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 1980 e 1985 – Análise de 525 processos

Fonte: Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Processos Trabalhistas da 1ª JCJ/ Cabo. (Gráfico elaborado pela autora).

A partir da análise dos processos trabalhistas, constatou-se a ausência de processos impetrados pelos associados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho, o que sugere o posicionamento político do sindicato, o último a ser

reconquistado por grupos contrários aos militares[52]. Por outro lado, as ações impetradas pelos associados aos sindicatos de Barreiros e de Rio Formoso, demonstram o comprometimento desses sindicatos com os trabalhadores.

As principais reclamações relacionavam-se ao pagamento de aviso prévio, 13º salário, férias, FGTS, diferença salarial por tarefas remuneradas abaixo do valor previsto pela tabela de tarefas, salário-maternidade, salário de produção, salários cortados nos dias de greve, anotação na carteira de trabalho, indenização, cumprimento de convenção, restauração da casa, descanso semanal remunerado, retidos, salário-família, seguro desemprego, assinatura na carteira profissional e indenizações, como demonstraram as análises realizadas nos processos impetrados pelas canavieiras nos anos de 1980 e 1985.

Gráfico 2 – Relação dos direitos reclamados pelas trabalhadoras canavieiras na 1ª JCJ do Cabo de Santo Agostinho (1980 e1985) - Análise de 101 processos

Direitos Trabalhistas Reclamados pelas Canavieiras

	Número de ações
13º	15
Atestado Médico	5
Anulação de suspensão	1
Anotação na CTPS	4
Aviso Prévio/Indenização	15
Comparecimento à JCJ	1
Cumprimento de Convenção	3
Dias de Greve	9
Dias Santos e Feriados	14
Diferença Salarial	3
Férias	15
FGTS/PIS	2
Horas Extras	15
Permanência no Sítio	1
Reposição Salarial	12
Repouso Semanal	3
Salário Família	2
Salário Maternidade	34
Salário por Produção	9
Salários Retidos/Cortados	3

52 Como reação à atuação política do Sindicato do Cabo de Santo Agostinho, as lideranças de trabalhadores do município fundaram, em 1º de janeiro de 1964, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontes dos Carvalhos, uma exceção à regra do sindicalismo rural, posto que cada município deveria ter apenas um sindicato. Na data da fundação, contava com 867 trabalhadores. Cf. FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Ficha individual do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontes dos Carvalhos – área de Ribeirão**: Ficha nº 20. Recife, 1964.

Fonte: Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Gráfico elaborado pela autora).

Conforme o levantamento realizado nas 269 ações, 156 foram conciliadas, 57 arquivadas por ausência dos trabalhadores durante as audiências, 27 julgadas procedentes, 16 improcedentes e 13 arquivadas por desistência tácita dos trabalhadores. Em comparação ao universo dos canavieiros, apenas uma parte acionava a Justiça do Trabalho. Alguns motivos eram o medo das represálias dos patrões, a falta de orientação por parte dos sindicatos e, até mesmo, o entendimento de que tinham relações harmoniosas com os empregadores. Também faziam acordos informais e encerravam as relações de trabalho sem o cumprimento da maioria dos direitos, obtendo remuneração abaixo do previsto em lei:

> Quando eu saí de lá, eu peguei logo minha ficha e fui resolver minhas contas lá. Me pagaram minhas contas pela metade porque eu fiz acordo né, mas com isso eu tô aqui, graças a Deus. Quando faz acordo a gente não ganha tudo né, mas teve gente que saiu de lá e ganhou inté readubação de cana que foi trabaiá em carrabuçu, nesses cantos. Elas butaram e receberam. Mas eu não precisei disso, graças a Deus, eu saí com o que eles me deram. Eu saí de lá com 3 mil[53].

Em outros casos, a presença dos sindicatos era fundamental para garantir os direitos dos trabalhadores:

> Meu marido botou doutor Rinaldo na justiça. Ele era um rendeiro que tinha. Era o dono do engenho morto nesse tempo que meu marido trabalhou desde do tempo que não tinha esse negocio de ser fichado. Trabalhava assim, por conta

53 Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

> do bode! Aí foi quando chegou o tempo dele se aposentar e ele não tinha tempo de serviço. Ai, ele teve de botar na justiça pra botar o processo. E conseguiu em 1986. (...) O sindicato ajudou a gente. Naquele tempo eu era aquelas matuta do brejo. Eu não sabia de nada e fui pro sindicato. Doutor Rinaldo botou 3 anos na ficha dele. Aí quando chegou no Ministério do Trabalho, não era 3, era 5. Aí ele ganhou e eu comprei essa casa aqui com o dinheiro do meu marido[54].

Em relação às análises de 101 processos, referentes às ações impetradas pelas trabalhadoras, 58 ações foram conciliadas, 15 arquivadas por desistência da parte reclamante, 13 julgadas procedentes para as trabalhadoras, seis conciliadas e posteriormente arquivadas em virtude da ausência da parte reclamante, três julgadas improcedentes e o mesmo número para as ações arquivadas por desistência tácita das trabalhadoras. Aproximadamente 1% das ações foi julgado e conciliado. O mesmo percentual para as ações julgadas improcedentes e, depois, conciliadas, e para os processos conciliados e arquivados por desistência[55]. Contudo, o dado mais pertinente da amostra foi a verificação dos ganhos percentuais significativos das trabalhadoras nas ações conciliadas, fato que contraria a norma recorrente dos processos trabalhistas impetrados nos anos anteriores. Das 58 ações conciliadas, quatro processos tiveram 50% dos valores reclamados, 22 apresentaram ganhos percentuais de 64,31% a 76,03%, três obtiveram entre 82% a 89,6%, um, 100% do valor solicitado e dois apresentaram ganhos entre 111,3% e 119,4%. Os demais processos, 28 ao todo, obtiveram o percentual de ganhos solicitados de acordo com o entendimento do juiz responsável, posto que o valor requerido na petição inicial ficou a cargo do juiz competente.

---

54 Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

55 Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho.

Foi impossível, neste trabalho, realizar o percentual de ganho das trabalhadoras através da comparação entre os valores solicitados e os valores recebidos.

Em virtude da impossibilidade de analisar os processos trabalhistas por meio de séries maiores, é imprudente afirmar quais elementos poderiam explicar o aumento percentual das ações conciliadas entre as trabalhadoras e as classes patronais. Contudo, através dos indícios, alguns questionamentos, que serão discutidos em trabalhos futuros, emergiram nas discussões e nas análises da documentação, tais como: o aumento do percentual de ganho das trabalhadoras, verificado entre os anos de 1980 e 1985, representou, de fato, uma alteração do posicionamento político da Justiça do Trabalho em relação aos anos anteriores? Os ganhos conquistados pelas canavieiras foram possíveis graças apenas à luta empreendida pelos sindicatos ou ao posicionamento pessoal dos juízes responsáveis pelo julgamento das ações? As trabalhadoras de outros municípios e de outros sindicatos também conquistaram ganhos percentuais semelhantes? A realização de conciliações, mesmo com ganhos percentuais significativos para as trabalhadoras, representou uma conquista para a classe canavieira ou evidenciou o continuísmo do descumprimento da legislação trabalhista pelas classes patronais e o consequente não pagamento da plenitude dos direitos trabalhistas dos canavieiros?

Campanhas e conquistas trabalhistas em Pernambuco durante os primeiros anos da Nova República

No ano de 1985, a posse do primeiro presidente civil, depois de 21 anos de sucessivos governos militares, provocou alterações conjunturais no quadro político brasileiro. O lançamento

do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)[56] e a extensão dos benefícios da Previdência Social aos trabalhadores do campo, anunciados pelo Presidente José Sarney, demonstraram o quanto o governo federal atendia timidamente às demandas da classe trabalhadora rural[57].

Em 1985, os canavieiros não fizeram greve. O governo federal, de maneira estratégica, reajustou os preços da cana-de-açúcar e do álcool anteriormente, e os trabalhadores canavieiros tiveram um aumento de 100% do INPC sobre os salários (Cr$ 655.424,00), 8% de produtividade e, a partir desse ano, o salário da categoria seria sempre 8% maior do que o salário mínimo, além de garantir os direitos conquistados nos dissídios anteriores[58].

Em 1986, a disputa eleitoral para o governo de Pernambuco foi polarizada entre Miguel Arraes – candidato do PMBD e ex-governador de Pernambuco deposto durante o golpe de 1964, amplamente apoiado pelos trabalhadores rurais da zona da Mata Sul[59] – e o usineiro José Múcio Monteiro – candidato do PFL, autêntico filho da classe latifundiária do Estado e que recebia total apoio das elites dominantes regionais. No final do processo eleitoral, Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco com 1.587.726 mil votos, contra 1.008.800 do candidato José Múcio[60].

Para os canavieiros, o "pai Arraia" apresentava-se como o candidato das massas trabalhadoras. Desde o Acordo do Campo, em 1963, os canavieiros jamais esqueceram a conquista dos direitos

---

56 O Plano Nacional de Reforma Agrária, criado em meio ao processo de ampla participação dos setores da sociedade que apoiaram a transição política brasileira, era uma tentativa do governo federal de diminuir as tensões ocorridas no campo e promover a justiça social. Contudo, devido à influencia política dos políticos ruralistas, o PNRA, desde sua aprovação em 18 de outubro de 1985, apresentou um desempenho medíocre quanto à efetivação da reforma agrária, o que frustrou os trabalhadores rurais e demais segmentos da sociedade comprometidas com as causas do homem do campo. Ver GALINDO, Osmil; LESSA, Sônia. O Plano Nacional de Reforma Agrária. In: PESSOA, Dirceu (org.). **Política fundiária no Nordeste**: caminhos e descaminhos. Recife: Fundaj; Ed. Massangana, 1980, p. 83-95.

57 ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical...**, *op. cit.*, p. 254.

58 ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo...**, *op. cit.*, p. 153.

59 "Arraes promete emprego na Mata para trabalhadores canavieiros". **Jornal do Commercio**, Recife, 12 set. 1986, p. 2.

60 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. **Eleições 1986. Resultados**. Disponível em: www.tre-pe.gov.br. (Acesso em: 27 jan. 2012).

trabalhistas através do efetivo cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural em Pernambuco. O prestígio político de Miguel Arraes no meio rural não tinha precedentes na história de Pernambuco. Maria Alves, em outro momento de sua entrevista, comentou as razões pelas quais havia votado em Arraes nas eleições para governador em 1986:

> Votei, munca deixei de votar, nunca. Só não votei mais quando ele não foi mais nada. Mas enquanto ele foi candidato, eu votava nele, minha mãe, porque a gente dormia sabe como, no tempo da minha mãe, numa cama de vara, catatau de vara e esses catatau de vara era forrado sabe como, de saco, saco que as carne vinha, que hoje vem em plástico, mas no meu tempo vinha em saco. Aí eles vendiam ou davam a gente lá na venda ou lá na rua comprava, pra forrar pra dormir em cima deles. No meu tempo de adulto já tinha cama de mola. Eu comecei a comprar minhas coisas quando Arraes entrou. Antes não, era cama de vara mermo, mas Arraes, quando ele entrou aí foi quando o povo tiveram o direito a comprar uma cama patente, que hoje nem tem mai, cama patente, que ela era forrada com mola. Tiveram direito a comprar uma cristaleira, que hoje o povo nem fai mais. E comecemo a comprar mesa, cadeira, foi esse tempo de Arraes[61].

Em entrevista à autora, Santina Tertunila, ao relembrar a campanha eleitoral de 1986, declarou que, durante toda a vida, votou em Miguel Arraes, e justificou: "Ele foi o melhor governo e eu ainda concordo entendeu. E a gente também ficou pedindo voto

61 Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

pra Arraes porque ele dizia vinha pra poeira, vinha pros pobre"[62].

Na campanha de 1986, ao contrário do que ocorrera em 1985, os trabalhadores deflagraram uma greve de 13 dias, a maior verificada ao longo do decênio de 1980, porquanto paralisou, aproximadamente, 80% de todos os trabalhadores canavieiros na Zona da Mata, que reivindicavam um salário de Cz$ 1.200,00 e a aprovação da Tabela de Tarefas proposta pela categoria[63]. No final do dissídio, eles conseguiram: a aprovação do aumento salarial no rendimento básico, com base no reajuste integral do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), de Cz$ 1.032,07, abaixo do pleiteado, porém retroativo a 8 de outubro, data-base da categoria; a regulamentação da Tabela de Tarefas por braças e cubos com cinco carreiras; o acréscimo de 6% de produtividade e a proibição do uso de armas pelos prepostos dos usineiros e fornecedores de cana, reivindicação que havia sido julgada improcedente no ano de 1985[64].

No ano de 1987, o contexto da convocação da Assembleia Nacional Constituinte e das perspectivas positivas em relação ao Governo Arraes possibilitou ao sindicalismo rural de Pernambuco promover discussões entre as entidades classistas em nível de estruturação do movimento sindical, uma vez que a desarticulação sindical dos trabalhadores rurais em diferentes categorias, fichados, não fichados, associados e não associados às entidades classistas, dificultava e fragilizava a participação ativa dos trabalhadores do campo no direcionamento das lutas e na representatividade dos canavieiros como um todo[65].

Durante os oito dias de paralisação, as classes patronais apresentaram a habitual resistência em negociar as cláusulas com os trabalhadores canavieiros, além de inúmeros registros de violência física contra eles em vários municípios da Zona Canavieira.

---

62 Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

63 "Greve no campo paralisa cerca de 80% dos canavieiros no Estado". **Jornal do Commercio**, Recife, 30. set. 1986, p. 1.

64 "Rurícolas voltam ao campo segunda-feira". **Jornal do Commercio**, Recife, 11. out. 1986, p. 9.

65 ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical...**, *op. cit.*, p. 276

Usineiros e fornecedores de cana agrediram e ameaçaram de morte os trabalhadores, que também foram surpreendidos pela forte repressão governamental ao movimento, mesmo com a garantia de neutralidade da Polícia Militar[66].

Através da organização regional dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais dos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, os canavieiros pressionaram, de maneira mais eficaz, as classes patronais promovendo uma grande paralisação, com a participação aproximada de um milhão de trabalhadores. Nesse movimento, os cortadores de cana de Pernambuco iniciaram a campanha salarial, cuja pauta de negociação reivindicava, entre outras demandas, salário de Cz$ 6.300,00 e reajuste salarial de 20%, sempre que o piso nacional de salário ultrapassasse o salário dos canavieiros. Exigiam o estabelecimento de medidas contra a violência nos locais de trabalho, geralmente realizada pelos prepostos da usina ou por policiais por ordem dos usineiros e proprietários fundiários. Ademais, reivindicavam a garantia dos direitos conquistados nas campanhas salariais anteriores[67].

Durante a greve, um grupo de trabalhadoras rurais de diversos municípios, inclusive da zona canavieira, reuniu-se com o governador Miguel Arraes para denunciar as precárias condições de vida e de trabalho, a falta de terra para a agricultura familiar, os baixos salários recebidos pelas mulheres assalariadas, a discriminação contra elas nas frentes de emergência e os inúmeros casos de violência física e ameaças de morte cometidas por usineiros e proprietários fundiários nos primeiros dias de greve[68].

O posicionamento das trabalhadoras em relação aos problemas enfrentados demonstrou o gradativo aumento da participação das mulheres no sindicalismo rural. Essa atitude foi defendida por assessoras sindicais mais comprometidas com a valorização das mulheres nas entidades de classe desde o início dos anos 1980.

---

66 "FETAPE denuncia violência no campo contra canavieiros". **Jornal do Commercio**, Recife, 23. set. 1987, p. 1.

67 "Um milhão de canavieiros ameaçam entrar em greve já nessa 2ª feira". **Jornal do Commercio**, Recife, 19. set. 1987, p. 1.

68 "Governador recebe mulheres grevistas". **Jornal do Commercio**, Recife, 23. set. 1987, p. 9.

Depois de oito dias de greve e de mais de 40 horas de negociação entre trabalhadores canavieiros e empregadores do setor sucroalcooleiro, o Governador Miguel Arraes de Alencar, principal mediador do Acordo do Campo realizado em 1963, conseguiu aprovar, em seu segundo mandato, o 2º Acordo do Campo. No periódico distribuído pela Federação e pelos sindicatos rurais, a memória das conquistas do 1º Acordo do Campo projetava-se sobre o desfecho da campanha salarial de 1987[69].

Os trabalhadores conseguiram a aprovação de 48 das 54 cláusulas propostas durante a campanha salarial, entre elas, a estabilidade do delegado sindical, antiga reivindicação da categoria. Os trabalhadores passaram a receber Cz$ 4.100,00 retroativos à data-base e, a partir de novembro, Cz$ 4.200,00. Foi garantido o reajuste de 10%, caso o Piso Nacional Salarial ultrapassasse o salário dos trabalhadores canavieiros[70].

No ano de 1988, a campanha salarial dos canavieiros de Pernambuco realizou-se, pela terceira vez, de maneira unificada com os demais trabalhadores canavieiros do Nordeste, como meio de pressionar eficazmente as classes patronais[71].

Reunidos em prol da defesa dos direitos trabalhistas conquistados pelos demais trabalhadores assalariados da zona canavieira dos estados da Bahia - Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte - os canavieiros de Pernambuco reivindicavam, entre outros direitos, salário de Cz$45.000,00, garantindo-se o reajuste de 25% sobre o piso nacional do salário, manutenção dos direitos conquistados nas campanhas salariais anteriores, proibição de trabalho em domingos, feriados e dias santos, assinatura da carteira de trabalho e Previdência Social dos trabalhadores permanentes e de contratos trabalhistas entre os trabalhadores safristas, garantia de transporte aos trabalhadores canavieiros, em caso de acidente, doença ou parto, anotação da frequência dos trabalhadores durante os dias parados, em virtude de mobilizações grevistas, garantia de pausas ao longo da jornada de trabalho para as mães

69 "Arraes: um ato que exalta Pernambuco". **Primeira Página**, Recife, 28 set. 1987, p. 2.
70 "Arraes sela acordo salarial no campo". **Jornal do Commercio**, Recife, 28. set. 1987, p. 8.
71 "Canavieiros definem campanha salarial. **Jornal do Commercio**, Recife, 7. set. 1988, p. 8.

amamentarem os filhos menores de um ano, salário-família, direito a sítio (essas duas excluídas da Convenção de 1987), construção de abrigos para os trabalhadores em dias de chuva e para realizar as refeições, com condições adequadas de higiene e a existência de equipamentos sanitários.[72]

No dia 6 de outubro de 1988, representantes dos canavieiros e das classes patronais iniciaram as negociações. Contudo, repetindo o mesmo posicionamento das negociações anteriores, os empregadores não aceitaram as propostas relativas ao aumento salarial, o que provocou a deflagração da mobilização grevista e a instauração do dissídio coletivo[73]. Durante a greve, a violência dos usineiros e dos fornecedores de cana aconteceu de maneira semelhante aos outros anos. A polícia militar, sob as ordens do Governador Miguel Arraes, deveria atuar nos engenhos para garantir o direito de greve dos trabalhadores canavieiros. Porém os policiais envolveram-se em vários conflitos contra os trabalhadores e confiscaram seu material de trabalho e agrediram os trabalhadores nos piquetes. Além disso, usineiros e proprietários de engenhos ameaçaram inúmeros trabalhadores que se recusavam a trabalhar e os representantes dos sindicatos que faziam mobilizações dentro dos engenhos[74].

Nos últimos dias da paralização, o movimento apresentava sinais evidentes de desgaste, principalmente na base do movimento, pois, cada vez mais, os trabalhadores retornavam às atividades. Com efeito, mesmo sendo um direito garantido pela legislação trabalhista, bastante reclamado, inclusive, nas ações trabalhistas impetradas por canavieiros e canavieiras, os trabalhadores grevistas não recebiam salários durante os dias de paralização e se valiam da colaboração dos sindicatos e dos comerciantes locais para se abastecer de gêneros alimentícios.

É imprescindível lembrar que a remuneração era semanal.

---

72 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Reivindicações dos trabalhadores rurais assalariados da zona canavieira de Pernambuco**: Campanha Salarial 1988. Recife, 1988.

73 "Canavieiros firmes e polícia de prontidão". **Jornal do Commercio**, Recife, 11. out. 1988, p. 1.

74 "Greve no campo: há grande tensão". **Jornal do Commercio**, Recife, 12. out. 1988, p. 1.

Então, quando não se trabalhava, durante os dias de paralisação, por exemplo, não havia pagamento e, por conseguinte, os trabalhadores não dispunham de recursos para comprar alimentos para a manutenção familiar. Ademais, as pressões exercidas pelos empregadores sobre os canavieiros, atreladas ao descompromisso político de determinados grupos, eram fatores que enfraquecem qualquer mobilização grevista tanto dos trabalhadores rurais quanto dos urbanos.

No final da mobilização, trabalhadores e empregadores conciliaram um salário de Cz$35.000,00 cruzados, conquistaram a garantia do pagamento dos dias de greve, a estabilidade empregatícia da trabalhadora por 210 dias, ou seja, 120 dias mais os 90 aprovados pela Constituição de 1988, o intervalo de 30 minutos por turno para amamentar os filhos de até seis meses e conseguiram garantir todas as conquistas aprovadas na Convenção de 1987[75]. Uma das principais para a classe trabalhadora, em especial, para as mulheres, foi o direito à estabilidade por seis meses, depois do parto, e os intervalos para amamentar os filhos menores de seis meses. Esses dois direitos contribuíam para melhorar as condições de vida das famílias canavieiras, sobretudo as crianças recém-nascidas, que passariam a gozar, caso o direito fosse respeitado pelas classes patronais, de uma fonte de nutrientes fundamentais para o seu desenvolvimento.

A despeito de ser fundamental a amamentação dos filhos até pelo menos os seis primeiros meses de vida, os recém-nascidos não gozavam desse direito elementar à vida humana, em virtude da exploração dos empregadores sobre as famílias canavieiras, que obrigavam as mães a retornarem ao trabalho, assalariado ou não, assim que os filhos nasciam.

Geralmente, as trabalhadoras retornavam ao trabalho um mês de afastamento e, raramente, continuavam a amamentar os filhos, conforme declarou Maria Alves da Silva: "Passava um mês em casa, que nesse tempo ainda não existia essa lei de 4 meses a gente passar em casa. Então um mês que eu passava em casa dava

---

75 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Boletim da Campanha Salarial de 1988**. Recife, 1988.

de mamar. Depois arranjava uma pessoa pra ficar com meu menino novo e eu ia trabalhar"[76].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As campanhas salariais realizadas de 1979 a 1988 foram importantes para trazer à cena política os trabalhadores dentro da conjuntura nacional de redemocratização. Organizados pelo sindicalismo rural em Pernambuco, os canavieiros direcionaram suas lutas, sobretudo, para as questões salariais, fundamentais para a categoria que sobrevivia numa realidade de carência material constante, e para as conquistas e a garantia de direitos trabalhistas, sociais, previdenciários e políticos.

As trabalhadoras e os trabalhadores afirmaram-se como sujeitos sociais atuantes na realidade histórica, marcada por vitórias e derrotas. Através de manifestações públicas, passeatas, deflagração de movimentos grevistas, impetração de processos trabalhistas na Justiça do Trabalho, a classe canavieira buscou, a partir dos condicionantes históricos aos quais estavam atrelados, caminhos para superar as desigualdades sociais[77].

Além da necessidade de se organizar melhor para poder enfrentar usineiros e proprietários fundiários, trabalhadoras e trabalhadores conviviam cotidianamente com o desrespeito aos direitos trabalhistas e sociais e com a manifestação concreta de violência no campo, seja por meio da exclusão e da negação do status de cidadão, seja de maneira objetiva, com expulsões dos campos, agressões verbais, físicas, sexuais e assassinatos.

Foi nesse ambiente em que os canavieiros de Pernambuco, auxiliados pelas entidades classistas, promoveram o embate contra as classes patronais, resistindo às ações arbitrárias dos empregadores e solidarizando-se com os demais trabalhadores da categoria, reconhecendo-se e conscientizando-se como classe social. Em relação às canavieiras, o processo de conscientização política como integrantes da classe trabalhadora ocorreu, ao longo do decênio

---

76 Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

77 MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História...**, *op. cit.*, p. 211.

de 1980, em paralelo às discussões sobre as relações de opressão de gênero, que oprimiam as mulheres nos distintos espaços de sociabilidades vivenciados pelas trabalhadoras canavieiras, fossem no cotidiano familiar, frente às classes patronais ou no interior do próprio movimento sindical. Nesse sentido, os embates travados pelas trabalhadoras canavieiras foram fundamentais para enfrentar e tentar superar as discriminações de gênero.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Ed. Oito de Março, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. Recife: Ática, 1986.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação sindical no campo a partir da década de 70**: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia/Universidade de São Paulo, 1994.

BEZERRA, Marcela Heráclio. **Mulheres (des) cobertas, história reveladas**: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988). Recife: Dissertação de Mestrado em História/ Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil**

republicano – v. 4 – O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.95-131.

GALINDO, Osmil; LESSA, Sônia. O Plano Nacional de Reforma Agrária. In: PESSOA, Dirceu (org.). **Política fundiária no Nordeste**: caminhos e descaminhos. Recife: Fundaj; Ed. Massangana, 1980, p.83-95.

LESSA, Sônia Sampaio Navarro. **O movimento sindical rural em Pernambuco (1958-1968)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE,1985.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano – v. 4 – O tempo ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 285-313.

ENTREVISTAS

Edith Cecília de Oliveira. Entrevista realizada em 20 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Maria Alves da Silva. Entrevista realizada no dia 5 de maio de 2011 no município do Cabo de Santo Agostinho.

Marieta Gomes de Lima. Entrevista realizada em 5 de maio de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Santina Tertunila de Belo. Entrevista realizada em 29 de abril de 2011, no município do Cabo de Santo Agostinho.

OUTRAS FONTES

Jornal do Commercio, Recife, 1979-1988.

Processos movidos durante os anos de 1980 e 1985 na 1ª Junta de Conciliação e Justiça do Cabo de Santo Agostinho.

Relatórios, informativos, cartilhas e documentos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). 1979-1988.

A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa[1]

Christine Rufino Dabat

INTRODUÇÃO

Desafio para os historiadores, a história dos trabalhadores é também um campo imenso de pesquisa e descobertas. Embora estes sejam os mais numerosos entre os atores sociais e criadores da riqueza, sua presença em arquivos conservados é bem esparsa. O Judiciário é, a esse respeito, um poder público que revela preciosos documentos úteis para reconstituir a vida e as condições de trabalho de pessoas que, geralmente, são ausentes de outras fontes.

Desde a Inquisição até os tribunais laicos contemporâneos, a documentação do Judiciário teve um processo de criação e conservação próprio da dinâmica da instituição produtora, traço que foi benéfico para os eruditos posteriores. Emmanuel Le Roy Ladurie utilizou os primeiros para reconstituir toda a vida social da aldeia de Montaillou[2], e sublinhou o quanto eles requerem

---

1 Texto oriundo da participação na mesa redonda "Sindicatos de trabalhadores rurais e luta por direitos no Nordeste brasileiro". I Ciclo de Debates sobre História e Trabalho. Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 13.08.2013. Agradeço o convite e o estímulo do Professor Tiago Bernardon ao propor o presente texto.

2 LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Montaillou**: cátaros e católicos numa aldeia francesa (1294-1324). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

disciplina metodológica e analítica. Historiador da Nova História, sensível às mentalidades e à vida cotidiana das populações visitadas pelo Santo Ofício no Século XIII, ele não hesitou em detalhar a forma como suas fontes foram produzidas. Tais cuidados metodológicos na análise dos fatos e das palavras registrados são úteis para abordar outros conjuntos documentais.

Nas páginas a seguir, será tratado o exemplo dos arquivos do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6), sob a guarda da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), particularmente aqueles que dizem respeito aos trabalhadores rurais e industriais. Essa parceria já durou um decênio e oferece resultados acadêmicos interessantes que ilustram a riqueza de tais fontes para o historiador.

Grandes historiadores como "*gigantes*"[3]

Grandes autores, como E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Louise Tilly e Joan Scott[4], entre muitos outros, verdadeiras escolas historiográficas no Brasil, conseguiram, com muita competência, aproveitar arquivos de polícia e da Justiça, não só para descrever os embates em que trabalhadores estavam envolvidos, mas também para reconstituir aspectos diversos de suas vidas e, até, induzir questões complexas de mentalidades.

Recentemente, Arlette Farge publicou um estudo detalhado[5], em que tentava traçar, com esmero, um retrato das classes populares no final do Antigo Regime na França, utilizando arquivos de polícia. Jürgen Kuczynski, outro grande exemplo, reuniu informações precisas, inclusive estatísticas, sobre os trabalhadores de diversas regiões do mundo. Sua obra, em colaboração com um elenco importante de pesquisadores, é imensa: 38 volumes, intitulados, muito justamente, *A História da situação dos*

3 No sentido cunhado por Bernard de Chartres, filósofo platônico do Século XII, "Somos como anões nos ombros de gigantes [os autores antigos], de modo que enxergamos mais coisas do que eles, e aquelas mais distantes. Isto, não porque nossa visão seria mais poderosa ou nosso tamanho maior, mas porque somos carregados e erguidos pela estatura dos gigantes".

4 SCOTT, Joan. **Women, Work and Family**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1978.

5 FARGE, Arlette. **La déchirure** : souffrance et déliaison sociale au XVIIIe siècle. Paris: Bayard, 2013.

trabalhadores sob o capitalismo[6]. No volume 28[7], por exemplo, ele tratou de uma das categorias de trabalhadores mais explorados do Século XX (fora os campos de trabalho, Gulags etc.), ou seja, os operários e as operárias da indústria têxtil de Xangai, na China, particularmente, nas empresas que pertenciam a cidadãos estrangeiros – britânicos, mas também franceses ou japoneses – que haviam arrancado do governo chinês direitos abusivos sobre o país, inclusive seus habitantes.

No caso da China, assim como no da Europa, outras fontes importantes podem complementar os dados dos arquivos judiciais. Assim são os relatórios de visitas efetuadas por médicos e outros encarregados pelo Estado de avaliar as condições desses trabalhadores. Foi o caso, por exemplo, de Louis Villermé, ou de vários outros relatores que Karl Marx cita com frequência[8], quando descreve a exploração dos trabalhadores na Inglaterra, ou Engels, em seu estudo a respeito da situação do proletariado inglês. O Dr. Villermé visitou fábricas em toda a França, do Norte ao Sul e, a partir delas, elaborou um retrato avassalador da situação do proletariado francês na indústria têxtil que ocupava, até a metade do século, a maioria dos operários industriais desse país. A parte mais importante de seus efetivos era composta de operárias. Intitulado *Quadro do estado físico e moral dos operários empregados nas manufaturas de algodão, lã e seda*[9], essa obra marcou os espíritos nas classes dominantes, a ponto de originar a Lei de 1841, que limitava o trabalho das crianças nessas empresas[10]:

---

6 KUCZYNSKI, Jürgen (org.). **Die Geschichte der Lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus – 38 v**. Berlim: Akademie Verlag, 1960-1972.

7 KUCZYNSKI, Jürgen. **Die Geschichte der Lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus – Teil II Band 28**: Die Lage der Arbeiter in der Baumvollindustrie Shanghais insbesondere in den englischen Fabriken. Berlin: Akademie Verlag, 1964.

8 Por exemplo, no primeiro volume de O Capital, quando descreve a condição dos proletários urbanos e, às vezes, rurais.

9 VILLERMÉ, Louis. **Tableau de l'état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton, de laine et de soie**. Paris, 1840. Disponível em: http://sspsd.u-strasbg.fr/IMG/pdf/Villerme1.pdf (Acessado em 15 de junho de 2014).

10 Ela tratava apenas das crianças ocupadas em empresas com mais de 20 empregados. No entanto, foi o ponto de partida da sequência de medidas legais de proteção aos trabalhadores considerados mais frágeis, ou seja, as crianças e as mulheres.

> Uma escrupulosa exatidão era tão mais indispensável que a ignorância e a parcialidade divulgaram graves erros a respeito dos operários de nossas manufaturas. Ora, como me ocorre defender opiniões contrárias àquelas que muitas pessoas adotam conscienciosamente, e que muitas outras defendem por cálculo, era para mim um dever rigoroso descrever os fatos tais como os havia visto[11].

Na China do início do Século XX, o neozelandês Rewi Alley, também veterano de guerra, como Villermé, mas, dessa vez, da Primeira Guerra Mundial, em vez das campanhas de Napoleão, ocupou funções muito parecidas. Nomeado chefe inspetor das Fábricas pela Câmara Municipal de Xangai, em 1932, seus relatos evocam literalmente a descrição que Dante fez do inferno para retratar as condições de trabalho dos operários e, sobretudo, operárias têxteis nesse contexto semicolonial. A respeito desses relatórios, em particular, sobre o trabalho das crianças, Kuczynski ressaltou o quanto "estreito é o trabalho conjunto dos historiadores e arquivistas"[12]. O cruzamento de tais fontes fornece elementos sólidos que permitem uma análise pormenorizada e segura do assunto. Gilberto Freyre, embora mais do que sucinto a respeito do trabalho nos canaviais, menciona também esse tipo de documento a respeito dos escravos domésticos e dos operários[13].

Quando se trata de trabalhadores rurais, as fontes são ainda mais precárias do que para outras categorias, sobretudo as urbanas. É também o caso do Brasil, particularmente do Nordeste,

---

11 VILLERMÉ, Louis. **Tableau...**, *op. cit.* Une scrupuleuse exactitude était d'autant plus indispensable, que l'ignorance et l'esprit de parti ont répandu de graves erreurs sur les ouvriers de nos manufactures. Or, comme il m'arrive de soutenir des opinions contraires à celles que beaucoup de personnes adoptent consciencieusement, et que beaucoup d'autres défendent par calcul, c'était pour moi un devoir rigoureux de décrire les faits tels que je les avais vus.

12 KUCZYNSKI, Jürgen. **Die Geschichte der Lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus – Vol. 9:** Hardenbergs Umfrage über die Lage der Kinder in den Fabriken und andere Dokumente aus der Frühgeschichte der Lage der Arbeiter. Berlin: Akademie Verlag, 1960, p. vii.

13 Assim, ele cita JOBIM, José Martins da Cruz. **Discurso sobre as molestias que mais affligem a classe pobre do Rio de Janeiro**. (Rio de Janeiro, 1835) *apud* FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos** (Tomo II). Rio de Janeiro: 7.ed., José Olympio, 1985, p. 423.

na segunda metade do Século XX. Nem mesmo a importância numérica ou econômica, secular no caso do açúcar, garante-lhes visibilidade na documentação, a não ser genérica. No entanto, a geografia não é suficiente para garantir arquivos consistentes e extensos, pois, para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, poucos são os estudos de campo, como o de João Batista de Vasconcelos Torres, *Condições de vida do trabalhador na Agroindústria do Açúcar*,[14] publicada pelo Instituto de Açúcar e do Álcool (IAA) em 1945.

Informações importantes, embora sucintas, são dadas em raros relatórios de pesquisa de médicos, geralmente evocados em matéria de jornal. Mais tardiamente, missões científicas focaram as questões da fome e de suas consequências, complementando, em larga escala, os trabalhos pioneiros de Josué de Castro[15], Nelson Chaves[16], ou Malaquias Batista[17]. Em época mais recente, o livro de Nancy Sheper-Hughes, *Death without Weeping*[18], deixou uma marca nos meios acadêmicos norte-americanos pela força de sua descrição da vida e da morte de pessoas na região canavieira.

Mais diversos em seus enfoques são os relatos de pessoas estrangeiras sobre a região. É o caso, por exemplo, de jornalistas famosos cujas matérias, embora breves, ficaram como marcos importantes na memória coletiva. Eles retrataram a condição dos sertanejos flagelados da seca, com uma atenção tal que despertou o interesse da sociedade urbana e da sulista. Heróis da grande obra cinematográfica de Glauber Rocha, herdeiro, nesse sentido, de Euclides da Cunha, que, em Os *Sertões*, também valorizava os que ele chamava de "jagunços". Apesar de sua miséria rebelde, os

---

14 TORRES, João Batista de Vasconcelos. **Condições de vida do trabalhador na agroindústria do açúcar**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1945.

15 CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão**. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1964.

16 CHAVES, Nelson. **Fome, criança e vida**. Recife: Massangana, 1982; CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo**: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente. Recife: EDUFPE, 2007.

17 BATISTA FILHO, Malaquias. **Pesquisa Nutricional na Zona da Mata**. Recife: UFPE, Imp. Univ., 1968; DACONA. **Projeto de Nutrição, Pernambuco**: conclusão. Recife: UFPE, 1972.

18 SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death without weeping**: the violence of everyday life in Brazil. Berkley: University of California Press, 1992.

sertanejos foram novamente inscritos no panorama mental e na consciência dos brasileiros letrados que, até então, haviam centrado sua concepção do país na parte litorânea. Mas não houve um Euclides da Cunha para a zona canavieira nem para os operários das indústrias urbanas de Recife, de Paulista ou do Cabo. Nem José Lins do Rego, nem Gilberto Freyre alcançaram esse patamar.

Jornalistas talentosos como Antônio Callado e Tad Szulc ganharam, no entanto, um destaque que continua decênios depois. Com efeito, seus escritos levaram a um público urbano e estrangeiro (os leitores de o *Cruzeiro* de Rio de Janeiro e do *New York Times*, respectivamente) um retrato assustador da condição de miséria dos trabalhadores da região mais rica do Nordeste, nas palavras de Celso Furtado, que iria, em breve, assumir a direção da SUDENE. O que realmente despertou o interesse desses dois jornalistas foram, naturalmente, os eventos que se intensificavam no sentido da organização reivindicativa desses trabalhadores, as Ligas Camponesas. Em termos de conhecimento mais próximo e de qualidade literária realmente esplêndida, são os textos de seu líder, Francisco Julião[19], que conseguem, além da competência oratória, trazer a beleza poética mais próxima de *Os Sertões*.

Além de alguns textos escritos por testemunhos e atores sociais que descrevem a condição dos canavieiros, unânimes em qualificá-la como miserável, não há, propriamente, grandes conjuntos documentais que contemplem suas condições de vida e de trabalho como um todo, além dos arquivos do Judiciário. Alguns atores e dirigentes políticos deixaram testemunhos. Em breves páginas, Gregório Bezerra, por exemplo, líder do Partido Comunista, deputado constituinte e vítima de todas as ditaduras que enlutaram a história do Brasil no Século XX, conta sua vida de criança,

19 Além de livros como *Cambão*, artigos publicados no jornal *A Liga* e panfletos dirigidos aos canavieiros são notáveis tanto pelo conteúdo quanto pela qualidade poética da escrita. Cf. JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009; JULIÃO, Francisco. ABC do camponês, **A Liga**, n. 4, 30 out. 1962, p. 4; JULIÃO, Francisco. Avança a união operária camponesa, **A Liga**, n.1, 9 out. 1962, p. 1; JULIÃO, Francisco. Escuta, irmão do campo, **A Liga**, n.3, 23 out. 1962, p. 3; JULIÃO, Francisco. **A cartilha do camponês**. Recife, 1960. Sobre o autor, ver a biografia recente: AGUIAR Cláudio. **Francisco Julião**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

empregada, junto com a mãe, num engenho da Mata Sul[20]. É uma palavra preciosa pela raridade, pois descreve a história dos canavieiros "vista de baixo".

Com efeito, os trabalhadores rurais que criaram, durante cinco séculos, a maior riqueza na região não escreveram suas experiências de vida nem as relataram longamente para alguém que soubesse escrever. Não há um Miguel Barnet[21] nordestino, nem foram filmados os cortadores de cana. A não ser em tomadas de longe, como no noticiário da inauguração do Engenho Tiriri, no município do Cabo, Pernambuco, em julho de 1963, cujas imagens foram divulgadas pelo notável filme *Jango*[22], de Sílvio Tendler. Somente com o documentário do saudoso Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*[23], rodado, em parte, antes do golpe, mas que só seria concluído na época da redemocratização, líderes das Ligas Camponesas entraram em cena, literalmente, para representar seus próprios papéis, como Elisabeth Teixeira. Antônio Montenegro, em seu artigo, *Cabra marcado para morrer. Entre a memória e a História*[24], analisou essa extraordinária aventura.

Os arquivos sindicais ou de outros tipos de organização de trabalhadores, que seriam os mais propícios para dar informações precisas sobre suas condições de vida e de trabalho, e as modalidades de sua organização foram destruídos ou por seus membros, para se proteger da polícia durante o regime militar,

---

20 BEZERRA, Gregório. **Memórias – v. I**: *Primeira Parte - 1900-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

21 Escravo fugitivo, Miguel Barnet, já quase centenário, contou sua vida a pesquisadores cubanos, logo depois da Revolução, num grande projeto de salvamento da memória da escravidão, e mais geralmente, do povo cubano. Projetos similares foram levados a cabo em outros países, inclusive nos Estados Unidos. Cf. BARNET, Miguel. **Memórias de um Cimarron**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1986.

22 TENDLER, Sílvio. **Jango**. (117 min.) Rio de Janeiro: Caliban, 1984. Roteiro Maurício Dias e Sílvio Tendler; trilha sonora Milton Nascimento e Wagner Tiso. Edição Francisco Sérgio Moreira. Produtores associados: Denise Goulart e Hélio Paulo Ferraz.

23 COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado para morrer** (119 min.). Rio de Janeiro: Mapa Filme, 1984.

24 MONTENEGRO, Antônio Torres. Cabra marcado para morrer. Entre a memória e a História. In: Soares, Mariza de Carvalho e Jorge Ferreira (orgs.). **A História vai ao cinema**: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 179-192.

ou, então, pelos próprios órgãos de segurança, antes que esses arquivos fossem tornados públicos há alguns anos. Pouco subsiste deles nos dossiês do DOPS antes dos anos 1980. A Comissão da Verdade, que realiza o notável trabalho de inquérito a respeito dos crimes da ditadura, enfrenta grandes dificuldades – seja em escala pernambucana, seja nacional – para reconstituir o destino de trabalhadores anônimos (sobretudo os rurais) vitimados pela repressão.

Os arquivos do TRT 6ª Região

Existem, ainda, alguns fundos de arquivo que permitem delinear, pelo menos parcialmente, as condições de vida e de trabalho dos canavieiros. É o caso dos arquivos dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT). Órgãos da Justiça Federal já doaram ou cederam a guarda de seus arquivos a instituições de ensino superior com o mesmo propósito, como, por exemplo, o TRT da 15ª Região, em Campinas; a 18ª, em Goiana; a 21ª, no Rio Grande do Norte; a 3ª, em Minas Gerais; a 5ª, na Bahia; a 9ª, no Paraná; e a 16ª, no Maranhão. Na Paraíba, na 13ª Região, um grande esforço de salvar os arquivos da Justiça do Trabalho foi empreendido pelo Professor Tiago Bernardon. No Rio Grande do Sul, o empenho pioneiro da Juíza e historiadora Madga Biavaschi[25] provou a importância dessa documentação até mesmo dos processos arquivados.

Há dez anos, a Universidade Federal de Pernambuco conseguiu, depois de longas negociações – ocasião de afinar as respectivas percepções e construir entendimentos comuns – que o TRT 6ª Região lhe cedesse a guarda de parte dos seus arquivos. Desde então, orientandos dos docentes do Departamento de História, além de outros pesquisadores, usam esse considerável acervo com resultados promissores, como será detalhado adiante.

Preservar, eventualmente, salvar e conservar arquivos é uma missão cara para muitos, particularmente nas Universidades. Os historiadores defendem que manter para as gerações futuras a riqueza de informação, a possibilidade de conhecer o passado é um

---

25 Cf. BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil, 1930-1942**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007.

dever, sobretudo, para as diversas instituições públicas. Pouco a pouco, tenta-se convencer os responsáveis do valor de tais conjuntos documentais, embora ainda persista, infelizmente, certa visão em considerá-los apenas como quantidade de metros cúbicos de 'montes de papéis velhos'. Para nós, que fazemos a universidade, explorar academicamente esses documentos, propondo à sociedade os resultados de nossas pesquisas, justifica, em parte, nossa própria existência como historiadores. Nesse sentido, os imensos recursos dos arquivos da Justiça do Trabalho têm um papel de destaque no horizonte da evolução do saber histórico, sobretudo em relação aos trabalhadores.

Esse esforço da Justiça do Trabalho e da Universidade corresponde a uma tendência atual em escala mundial, no sentido preciso de dedicar recursos e trabalho à manutenção de conjuntos documentais. São valorizadas, na imprensa e nas organizações internacionais, por exemplo, as instituições que se consagram, inteira ou parcialmente, a conservar arquivos imponentes sobre assuntos do passado, mesmo que sejam dolorosos. Além daqueles cuja qualidade estética ou significado religioso podia já lhe motivar a conservação, outros são, no entanto, objeto de devotados cuidados. Basta citar, a título de exemplo, os de Arolsen[26] e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha[27], além do Centro de Arquivos do Mundo do Trabalho[28], em atividade desde 1993, em Roubaix, na França. Como os arquivos da Justiça do Trabalho, foi sua conservação que permitiu aos historiadores refutar tentativas revisionistas de interpretação. O grande historiador inglês, Eric Hobsbawm, recomendava-nos firmeza diante dos extremismos que tentavam manipular a história. A respeito de colegas indianos que haviam mostrado as inverdades propagadas pelo partido hoje no poder na maior democracia do mundo, o Partido

26 26 km de prateleiras abrigam, nessa pequena cidade alemã, mais de 30 milhões de documentos oriundos dos campos de concentração nazistas no International Tracing Service. Sua gestão foi assumida pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) de 1954 a 2012. https://www.its-arolsen.org/en/homepage/index.html Acessado em 15 de junho de 2014.

27 Em Genebra, a instituição tem documentações sobre os conflitos internacionais e internos desde sua fundação, em 1864. http://www.icrc.org/eng/resources/icrc-archives/index.jsp Acessado em 15 de junho de 2014.

28 http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/camt/ Acessado em 15 de junho de 2014.

do Povo Indiano (Barathiya Janata Party – BJP), o historiador inglês alertava:

> Gostaria de poder dizer que isso teve muitas consequências para o crescimento do partido hindu que provocou o incidente [conflito a respeito da mesquita de Aodhya], mas pelo menos cumpriram seu dever como historiadores, em benefício daqueles que podem ler e estão expostos à propaganda de intolerância, hoje e no futuro. Vamos cumprir o nosso[29].

O que Hobsbawm mencionou é também apropriado quando se trata de questões de classe. E nesse sentido, pela própria definição de seu papel de gerir os conflitos entre empregados e empregadores, os arquivos TRT da 6a Região constituem um conjunto sem par. A relativa antiguidade dos documentos, desde o início dos anos 1940, ou seja, na época da promulgação da CLT, é um dos traços mais importantes. Outro concerne seu vulto, pois é o maior acervo textual disponível em Pernambuco, no que diz respeito às relações de trabalho, área de conhecimento que, felizmente, ganha força.

Tal fonte, por seu próprio porte – centenas de milhares de documentos – fornece informações de muitos tipos que enriquecem as várias facetas da descrição do mundo do trabalho em nossa região, tanto do urbano quanto do rural. Isso é particularmente verdadeiro para os trabalhadores do campo, historicamente o maior contingente de assalariados no estado, envolvidos na atividade sucroalcooleira. Embora centrais na história da região, existem muito poucas fontes documentais a seu respeito. Os processos do TRT, nesse sentido, são preciosos.

A gestão do convênio TRT 6ª Região – UFPE está, há vários anos, sob a responsabilidade do Professor Antônio Montenegro, do Departamento de História. Sua equipe está empenhada, com

---

29 HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 20.

muito zelo e sucesso, em manter esse empreendimento vivo. Desdobram esforços para que os documentos sejam bem mais acessíveis aos pesquisadores. Assim, uma parte considerável foi tratada, catalogada, digitalizada e colocada na internet para consulta. O Professor Montenegro já publicou vários trabalhos a partir dos arquivos assim conservados: *O Trabalhador Rural nas Barras da Justiça do Trabalho (1964-1974)*[30] e *Direitos trabalhistas e assassinato em tempos de regime civil-militar (1972-1973): o indiciamento dos irmãos Barreto*[31].

Apenas para exemplificar, apresenta-se a seguir alguns aspectos de pesquisas empreendidas a respeito da zona canavieira de Pernambuco que utilizam esses arquivos. Elas ilustram o quanto fértil se revela uma documentação que, à primeira vista, pode parecer extremamente sucinta e repetida. Numa época em que são prezadas, sobretudo, as narrativas animadas e instigantes, o aspecto árido dos dossiês é um desafio inicial. Mas, como o constatava Jules Michelet, quando andava entre as prateleiras dos Arquivos Nacionais em Paris, então sob sua responsabilidade, nos arquivos da Justiça do Trabalho, também se pode ouvir o murmúrio daqueles que estão mencionados nos documentos.

O potencial da história da região do ponto de vista dos trabalhadores

Há alguns anos, uma jovem estudante paraibana me procurou para testar uma ideia de trabalho de monografia sobre os canavieiros da região do Brejo na época das Ligas Camponesas. Ela temia que a temática já tivesse sido esgotada e tudo o que havia a escrever a propósito desse movimento já o tivesse sido. De qualquer modo, não haveria documentação suficiente, objetava, e a que existia era bastante explorada. Como havia ouvido a mesma

30 **Territórios e fronteiras** (Online), v.7, p. 128-146, 2014. Pode ser assinalado também MONTENEGRO, Antônio Torres; Acioli, Vera Lúcia Costa. Acervos Documentais do Departamento de História da UFPE: da colônia à atualidade. **Estudos Universitários** (UFPE), v. 28, p. 319-335, 2012.

31 MONTENEGRO, Antônio Torres. Direitos trabalhistas e assassinato em tempos de regime civil-militar (1972-1973): o indiciamento dos irmãos Barreto. **Revista Mundos do Trabalho**, v.6, n.11, p. 91-106, 2014.

coisa antes de terminar minha tese, pude, em consciência, assegurar-lhe que teria ainda muito trabalho a efetuar, até mesmo com fontes que tivessem sido já visitadas por outros historiadores. Quanto à escassez das fontes, se os arqueólogos podem reconstituir sociedades inteiras a partir de alguns alicerces de construções e pedaços de cerâmica, quanto mais nossos alunos e colegas, com documentos diversos e bem mais completos.

Obviamente, grandes obras já foram escritas sobre a região canavieira e constituem os fundamentos de qualquer pesquisa. Festejaram-se, em 2013, os 50 anos da primeira edição de *A Terra e o Homem no Nordeste*, de Manuel Correia de Andrade, uma obra imprescindível para se entender a região. Caio Prado, que havia identificado o talento e a seriedade do jovem advogado e cientista social lendo um artigo de sua autoria, estimulou-o a fazer um grande trabalho de pesquisa para descrever o Nordeste como geógrafo, além de historiador. Em 1943,

> Caio Prado Júnior publicou um artigo sobre o "Problema humano no Brasil", em uma revista da Casa do Estudante do Brasil, chamada Rumo, que era dirigida por Carlos Lacerda – veja as coisas como são. Ele propunha a realização de uma reforma agrária com divisão das propriedades. Eu, estudante de Direito, metido a besta, li e não concordei com aquele tipo de reforma agrária. E fiz um artigo dizendo que reforma agrária tinha que ser adaptada a cada região e a cada tipo de cultura dominante. Por exemplo, na área do açúcar, era mais prático fazer a reforma agrária nas usinas, sem tocar na terra. Mas dividindo as usinas em cooperativas, fazendo com que elas fossem cooperativas dos trabalhadores. Então, haveria um controle. Mandei para ele uma cópia. E ele, com uma paciência franciscana, fez uma carta de quatro páginas para mim [32].

32 ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de (org.). **O fio e a trama**: depoimento de Manuel Correia de Andrade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002, p. 98-99.

Pesquisar, no entendimento de Caio Prado, como havia sido para Villermé, era uma tarefa minuciosa. Seu mestre, o geógrafo francês, Pierre Deffontaine, por exemplo, gostava de andar, como Elisée Reclus – sobre o qual Manuel Correia publicou um livro de grande interesse[33] –, pois reputava que era a maneira mais correta de examinar a região em estudo. Em 1986, na caravana da campanha eleitoral que iria eleger Miguel Arraes para seu segundo mandato como governador de Pernambuco – o que pareceu, na época, como uma revanche sobre sua deposição pelo golpe militar, já que o lema era "A esperança está de volta" –, Manuel Correia de Andrade fazia, para os militantes que o acompanhavam nessa viagem de muitos encontros e eventos políticos num interior ainda traumatizado pela ditadura, comentários vivos e muito instrutivos a respeito das paisagens que desfilavam ao longo das estradas, compartilhando seu conhecimento preciso de todos os recantos do estado de Pernambuco. Suas diversas obras testemunham a importância cabal dessa intimidade com a região, nas dimensões interdisciplinares que ele praticava com esmero: historiador, geógrafo, mas também jurista, com um quê de economista, já que ocupara um cargo de responsabilidade no primeiro governo Arraes, organizando cooperativas e providenciando crédito para os pequenos produtores rurais[34].

Além do inevitável Gilberto Freyre que, de fato, escreveu muito pouco sobre os trabalhadores do eito, obras importantes foram elaboradas a respeito da região por novas gerações de historiadores e cientistas sociais, como, particularmente, os pesquisadores da Escola do Museu Nacional, no Rio de Janeiro; antropólogos, como Moacir Palmeira, que propôs uma leitura desafiadora em termos de análise marxista do estado de desenvolvimento da região. Sua tese[35], posteriormente revisada em artigos objetivando aspectos precisos da condição dos canavieiros, ofereceu um

33 ANDRADE, Manuel Correia de (org.). **Elisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

34 Diretor superintendente do Grupo Executivo da Produção de Alimentos.

35 PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. **Latifundium et capitalisme**: lecture critique d'un débat. Paris: Université de Paris, Fac. Lettres et Sciences Humaines, 1971.

afresco teórico sobre a terra dos canaviais. Lygia Sigaud[36], Beatriz Heredia[37], Afrânio Raul Garcia[38] e Marie France Garcia-Parpet[39] enriqueceram e atualizaram sobremaneira a literatura disponível. Suas obras são, também, imprescindíveis para os que querem desvendar novos aspectos sobre a atividade rural em geral, tanto em Pernambuco, quanto na Paraíba e em Alagoas. José Sérgio Leite Lopez trouxe uma visão de antropólogo sobre os operários da indústria do açúcar numa obra importante[40]. É preciso realçar, ainda, obras de brasilianistas inspiradores, como Stuart Schwartz[41] e Peter Eisenberg[42], que traçam um retrato histórico preciso e muito abrangente do Nordeste açucareiro em suas diversas fases. Suas teses já fazem parte dos grandes clássicos.

Para os períodos mais recentes, os recursos da história oral também podem ser aproveitados pelos historiadores compondo novos documentos, para cruzar com fontes como as da Justiça do Trabalho. Assim, é associada uma documentação inédita a fontes já conhecidas, como os arquivos de polícia e a própria imprensa. Os resultados não precisam, sempre, oferecer fatos fundamentalmente novos no aspecto geral. Sempre se afirmou que as famílias canavieiras, por exemplo, viviam na mais absoluta miséria. Toda a documentação confirma essa asserção. Mas os historiadores conseguem tonar mais complexo o panorama, dar provas contundentes e pormenorizadas a respeito das antigas afirmações

---

36 SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

37 HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agro-indústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero, 1988.

38 GARCIA, Afrânio Raul. **O Sul**: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989.

39 GARCIA, Marie France. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.7, n.19, jan. 1992.

40 LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo.** O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

41 SCHWARTZ, Stuart B. **Sugar plantations in the formation of Brazilian Society**: Bahia 1550-1835. London/NY: Cambridge UP, 1985. Sua versão em português foi publicada pouco depois: **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Essa obra tem como objeto o Recôncavo baiano, mas muito de conteúdo se aplica a Pernambuco.

42 EISENBERG, Peter L. **The sugar industry in Pernambuco**: modernization without change. 1840-1910. PHD thesis, Columbia University, New York, 1969. (Berkley: Univ. of California, 1974.) Versão em português: **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

gerais e, sobretudo, talvez, distinguir aspectos genéricos – como a pobreza, a exploração etc. – da miríade de experiências pessoais dos trabalhadores. Afinal, chegaram a alguma decisão aqueles que apresentaram uma reclamação às Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJs). Isso significa que se trabalha de forma inovadora, embora o assunto seja muito antigo.

Para essas novas abordagens, obras inovadoras podem ser aproveitadas. Entre as mais importantes, algumas oriundas de disciplinas irmãs, como os escritos de Sidney W. Mintz, antropólogo norte-americano que pesquisou as sociedades do Caribe. Sua obra publicada em 2010, *Three Ancient Colonies*[43], trata, além de Porto Rico, seu primeiro campo de pesquisa, da Jamaica e do Haiti, outras terras de açúcar, como diria Gilberto Freyre. É também o autor da melhor história do açúcar até hoje, ainda inédita em português (fato espantoso), *Sweetness and Power*[44].

O peso do passado na região: polarização fundiária e social

Se Caio Prado Júnior afirmou que o Brasil era um dom do açúcar, traçando um paralelo enobrecedor, isso se restringiu aos grandes proprietários e aos seus comanditários da Europa colonizadora. Fator determinante para a prosperidade dessa atividade foi o 'pacote tecnológico', que incluía competências indianas, persas, islâmicas, entre outras, ou seja, expressava uma globalização *avant la lettre* e associava mão de obra ameríndia e africana e terra e água ameríndias. Sua difusão, em áreas cada vez mais extensas, fez com que a escravidão que lhe era associada imprimisse características originais duráveis à sociedade brasileira. "História de persistência em vez de mudança"[45], segundo Stuart Schwartz, consistia, em primeiro lugar, numa exploração feroz da mão de obra: no Século XVIII, a produção de uma tonelada de açúcar consumia, em média, a vida de um escravo.

Nenhuma característica cultural específica, regional ou outra,

---

43 MINTZ, Sidney W. **Three Ancient Colonies**: Caribbean, Themes and Variations. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2010.

44 MINTZ, Sidney W. **Sweetness and power**. New York: Viking Penguin, 1985.

45 SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos...** *op. cit*, p. 220.

abrandava decisivamente o regime desumano desse sistema, que Jacob Gorender chamou de "escravismo colonial"[46]. Se o debate é possível quanto à análise, em termos teóricos, o autor tem a dupla competência de propor uma solução que proteja a originalidade do devir histórico do Brasil, ao mesmo tempo em que expressa a dupla violência do sistema que deixou sua marca nas relações de trabalho até hoje, sobretudo no campo.

Embora o Estado mantivesse uma presença forte durante os séculos de colonização e independência, era notável sua omissão em relação aos trabalhadores, afora o aspecto repressivo. As leis "destinavam-se essencialmente a limitar as ações e a mobilidade dos cativos e a impor um severo controle sobre a força de trabalho. Elas não interferiam no controle do senhor sobre seus escravos"[47]. Tal comportamento das autoridades públicas em relação aos trabalhadores – presença repressiva, de um lado, sua omissão, de outro – perdurou até épocas bem posteriores à própria abolição da escravidão. Com efeito, depois da Lei Áurea, nenhuma medida rumo à cidadania veio mudar as circunstâncias gerais em que se encontravam os criadores da riqueza da região (segundo o próprio discurso da classe dominante), tampouco foi alterada a estrutura fundiária extremamente concentrada. Esse traço, constante até hoje, impedia o acesso ao principal meio de produção para aqueles que trabalhavam a terra, gerações a fio, isto é, impossibilitava qualquer alternativa ao assalariamento precário.

Assim, não houve brecha para que se garantisse a existência de produtores rurais independentes, a famosa classe média do campo. Por uma curta temporada, no início dos anos 1960, alguma reorganização fundiária foi pensada como necessária à paz social, devido ao aspecto obsoleto do latifúndio monocultor, ponto de vista amplamente compartilhado por diversos matizes políticos antes do Proálcool. Uma operação-piloto destinada a modernizar a atividade, tanto em termos técnicos quanto sociais, foi até tentada na zona canavieira de Pernambuco: a Cooperativa de Tiriri[48],

46 GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1988.

47 SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos...**, *op. cit.*, p. 221.

48 DABAT, Christine Rufino. Os primórdios da Cooperativa Agrícola de Tiriri. (Reedição revisada e aumentada). **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n.23, p. 129-169, 2005.

onde a terra era apenas arrendada, e não, desapropriada. Outras raras operações, já no regime militar, tiveram como propósito demonstrar a intrínseca impossibilidade de realizar qualquer tipo de reforma agrária ou de reorganizar a produção na região[49]. Era preciso assegurar o fracasso dessas tentativas, porque separar o produtor dos meios de produção é a condição primeira da relação capitalista de trabalho. Nesse sentido, os canavieiros foram, desde os primórdios, proletários. Sua força de trabalho era vendida por traficantes – de uma vez – e por eles próprios, depois da abolição.

Mesmo depois da Lei Áurea, seus beneficiários não tiveram alternativas de trabalho, ainda que a liberdade formal tivesse sido alcançada. Pois, no final das contas, ela resumia-se a mudar de senhor de engenho e, posteriormente, a se empregar nas cidades como serventes de pedreiro. O analfabetismo entre adultos, preponderante até épocas muito recentes[50], não só os privava da possibilidade de serem eleitores, como também de terem acesso a uma formação profissional e a alternativas impregatícias.

Não os tocavam nem mesmo as garantias da Lei, porque o governo de Getúlio Vargas resolveu responder a anseios somente da classe trabalhadora urbana e industrial, em 1943, quando proclamou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, apesar da gênese desse processo, em boa parte, fruto das lutas dos trabalhadores nos decênios anteriores e das boas intenções de alguns dos autores dos instrumentos legais – como Joaquim Pimenta – não contemplava, a não ser em alguns dispositivos, os trabalhadores do campo.

Os legisladores cediam, assim, às pressões dos grandes proprietários, que não queriam que o Estado interferisse nas relações de trabalho. Eram mantidas tão próximas quanto possível da escravidão pela fome, como o sublinhara Mintz, pois, doravante, era ela que obrigava os trabalhadores a se submeterem a quaisquer condições de emprego que pudessem encontrar.

---

49 Ver, a esse respeito, o estudo de Joaquim Correia sobre Caxangá: ANDRADE, Joaquim Correia Xavier. **Usina Caxangá**: uma experiência de Reforma Agrária. Recife, Relatório CNPq - mimeo, 1987.

50 Os números do Censo Demográfico de 1980, por exemplo, são eloquentes.

A extensão dos dispositivos principais da CLT aos trabalhadores rurais foi objeto de outra longa luta. As pressões dos empregadores rurais fizeram, por exemplo, João Goulart perder seu cargo de Ministro do Trabalho do segundo governo de Vargas em 1954. Talvez tal situação fosse favorecida nas chamadas 'elites', no caso, nos meios governamentais, por certo desprezo pela coisa rural na tradição ocidental, que considera tudo o que foi rural como intrinsecamente atrasado[51]. Tal convicção, até hoje muito divulgada, tornava tolerável a situação anacrônica de ausência de uma lei que garantisse aos assalariados rurais os mesmos direitos dos trabalhadores da indústria e dos urbanos.

A consolidação da democracia e sua penetração em regiões não urbanas permitiu, por pouco tempo, a eclosão de movimentos sociais no campo. Esses dispositivos legais foram então alargados para os âmbitos rurais. O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) foi promulgado quase 20 anos depois da CLT e 75 anos depois da Abolição, após quatro séculos e meio de exploração da mão de obra rural nos canaviais. Na mesma época, instalavam-se Juntas de Conciliação e Julgamento, ainda em número reduzido, na zona canavieira de Pernambuco: Palmares, Escada, Jaboatão, Nazaré da Mata e Goiana.

Um dos efeitos da longevidade da exploração extrema e da banalização da condição miserável dos canavieiros foi sua naturalização. No discurso dominante, a cana é a grande responsável, por exemplo, pela desnutrição acentuada das populações rurais da região mais rica do estado. Sidney Mintz lembra que o açúcar foi uma descoberta tardia para os europeus, na oportunidade das cruzadas. Mais tardia ainda foi a disseminação de seu uso frequente ao comum dos mortais: em primeiro lugar, na forma de melaço, mais barato. Nesse sentido, o autor sublinha ainda que a curva ascendente do seu consumo na Inglaterra acompanha os progressos da Revolução Industrial, isto é, um fenômeno recente

51 Cf. DABAT, Christine Rufino. Linhagens literárias na representação negativa do campesinato. In: MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARAES NETO; Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (orgs). **História, Cultura, Trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: EDUFPE, 2011, p. 153-175.

e nada 'natural' que, no entanto, costuma ser apresentado aqui como imposto pela natureza, pois a cana exigiria os trópicos e o latifúndio. Por essa lógica, só quem aguenta trabalhar no calor e no sol são apenas os não europeus. Portanto, latifúndio e mão de obra subjugada seriam traços naturais numa região também não europeia, obviamente destinada ao plantio de cana. A miséria e a suposta passividade da mão de obra teriam, segundo parte da literatura, algo de banal, ligado ao tipo de atividade agrícola, ditada pelo "fatalismo geográfico"[52]. Todo mundo já sabe, por exemplo, que os trabalhadores da cana eram muito miseráveis. O próprio patronato levantava isso – genericamente – como prova de que o Estado deveria financiar, ainda mais generosamente, seus empreendimentos. Isto constitui um notável paradoxo, pois esses trabalhadores eram empregados, gerações a fio, nesses mesmos estabelecimentos, produzindo riqueza e vivendo na miséria. A naturalização de uma situação de classe extrema era, consequentemente, eternizada com recursos do erário público, em virtude de uma suposta vocação natural da região. Em *Moradores de Engenho*[53], tentei trazer a opinião dos trabalhadores a respeito da evolução de sua condição.

Sua voz permite, assim, questionar posicionamentos meio dogmáticos da historiografia, como a periodização, e lembrar, utilmente, a centralidade do trabalho para analisar uma sociedade de classes, de acordo com os conceitos marxistas inevitáveis para abordar uma estrutura de produção e relações de trabalho tão essencialmente capitalistas. Os arquivos do Judiciário – nesse caso, a Justiça do Trabalho – permitem um tratamento mais preciso e amplo (em termos de abrangência geográfica e número de casos) do que a documentação até então disponível.

Condições de trabalho

Nos processos da Justiça do Trabalho, ilustra-se o fato já bem

---

52 AZEVEDO, F. A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 66.

53 DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: 2.ed. rev., Editora Universitária da UFPE, 2012.

conhecido das penosas condições de trabalho dos canavieiros, bem como das categorias urbanas/industriais. Eles fornecem elementos que permitem alguma medição, criando séries dos dossiês que apresentam esse tipo de informação. Apesar de esparsos, dados sobre a duração do trabalho, jornadas sem fim nos canaviais ou no engenho na época da safra, até mesmo durante a noite, por exemplo, são constantes em suas indicações.

Assim, no processo 111/64 da Junta de Palmares, um trabalhador rural afirma que "trabalhou para seu empregador 5 meses. 3 meses trabalhou em media 22 horas entre dias e noites digo no período de uma noite e um dia, só recebia 8 horas por dia nos 3 meses q trabalhou (...), nos 2 meses seguintes trabalhou em media 15 horas no período de uma noite e um dia, só recebia 8 horas por dia"[54].

A questão da remuneração encontra-se estreitamente ligada ao tempo de trabalho. Ora, se a CLT, como todas as legislações medievais e contemporâneas, limitava a jornada de trabalho desde 1943, foi preciso esperar vinte anos para que um dispositivo similar fosse atribuído ao campo, com o Estatuto do Trabalhador Rural, mas, sobretudo, com a negociação da Tabela de Tarefas, em agosto de 1963, que lhe é complementar. Esse instrumento fundamental estabelecia a relação entre a quantidade de trabalho nas diversas tarefas e a diária de oito horas.

Em 1965, outro canavieiro declarou ao juiz que trabalhava "das 5:00 até às 23:00 horas. Que tinha dia que não descansava para o almoço. (...) que era espoliado em seus direitos pelo rendeiro da Usina"[55]. Os ritmos de trabalho e sua intensificação, de acordo com a sazonalidade da atividade ou a mudança de empresário refletem-se nos processos, assim como a evolução mais geral das condições de emprego no ramo, de acordo, também, com a situação política da sociedade maior.

Detalhes das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e que motivam suas queixas enriquecem o conhecimento sobre sua situação. Além dos horários extensos de trabalho cotidiano,

---

54 **Processo 111/64**, Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares.
55 **Processo 4428/65**, Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares.

a sequência dos dias trabalhados ou não era e é significativa. Ou seja, junto com a duração diária de trabalho, sua extensão semanal e anual foi estipulada legalmente para todos os assalariados[56], reservando ao trabalhador o direito ao repouso remunerado e a férias anuais, portanto, que fosse empregado continuamente. Em Jaboatão, no processo 823/64, o reclamante assegurou que "trabalhava uma semana de meio-dia à meia-noite e outra semana de meia-noite ao meio-dia; que trabalhava todos os dias da semana, inclusive dias santos e feriados"[57]. Muitos outros processos mencionam circunstâncias parecidas, em desrespeito ao direito assegurado por lei. Em outros casos, os empregadores garantiam que a sequência dos dias trabalhados, exigida por lei para se beneficiar do repouso remunerado, fosse interrompida por meio de manobras ou dando tarefas que não poderiam ser cumpridas em um só dia de trabalho, ou "negando serviço" algum dia na semana. O mesmo procedimento se verifica para as férias.

Em todos os âmbitos de trabalho - industrial, comercial ou agrícola - uma questão fundamental, além da própria regulamentação, é o quanto o patronato respeitava ou não os direitos estipulados pela Lei. Nessas situações, o próprio movimento do trabalhador, ao "colocar o caso na justiça", ganhava toda a sua plenitude, pois denunciar situações em que o empregador não respeitava a lei podia ser oportunidade de pressões, intimidações ou, até, violência. No caso rural, inúmeras arbitrariedades patronais, até assassinatos, foram repertoriadas. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) publicou um documento, *Açúcar com gosto de sangue*[58], em que retratou tais circunstâncias. É também uma inquietação de vários pesquisadores que examinaram mais cuidadosamente os processos o número expressivo de desistências dos trabalhadores em relação a reclamações que haviam iniciado[59], seja por declaração da

56 Com a exceção durável dos domésticos que ganharam legislação equivalente apenas em anos recentes.

57 **Processo 823/64**. Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão.

58 FETAPE. **Açúcar com gosto de sangue**. Recife: FETAPE: 1984.

59 É uma das temáticas abordadas por José Marcelo Marques Ferreira Filho, como se verá a seguir.

Junta, seja pela simples ausência no dia da audiência. A grande frequência desses casos leva a considerar a possibilidade de medidas de intimidação e de ameaças.

A imensa maioria dos casos de violência contra os canavieiros estava imediatamente associada a questões de organização do trabalho e de remuneração. Em jogo, estavam o tipo e a quantidade de trabalho (tarefa grande demais), horas de trabalho e falta de respeito à remuneração acordada por dada tarefa. O brasilianista norte americano, Anthony Pereira, sublinhou, nesse aspecto, o caráter do fator econômico da violência ou ameaça de violência patronal[60]. Os trabalhadores rurais não são muito prolixos a respeito da violência. Para eles, esse é um assunto difícil, por causa das memórias cruéis que evoca. Um dos raros testemunhos diretos é a entrevista que José Antônio de Lima concedeu:

> Existia uma relação muito acordante, agora existia uma relação muito cruel. Essa relação acordante era muito cruel, muito rígida. Na época do inverno era mais calmo, porque não existia aperto para a colheita. Todo aperto é no tempo da colheita. Mas na colheita, muitas pessoas eram apertadas. Trabalhavam dia e noite. Trabalhavam a pulso. Enchiam carro de máquina a pulso. Era muito rígida. E a relação com os trabalhadores era um pouco cruel. Uns patrões eram mais mansos, uns empregados eram mais mansos, mais amigos, mas outros eram bem metidos a brabos, matavam gente. Davam em trabalhador, jogavam a polícia em cima sem o trabalhador fazer nada. Muitas vezes, por besteira, matavam um trabalhador. Arrastavam um trabalhador, amarrado atrás de um cavalo e outro cavalo pisando atrás. Ainda cheguei a ver isto[61].

60 PEREIRA, Anthony Wynne. **The End of the Peasantry**: the rural labor movement in Northeast Brazil, 1961-1988. Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh Press, 1997.

61 DABAT, Christine Rufino. **Moradores...**, *op. cit.*

No mesmo sentido, entrevistado por Moema Miranda, autora de um estudo notável sobre uma Junta de Conciliação e Julgamento na Mata Sul, um presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais declarou:

> Bem, antes dos direitos era pisada de burro. Muitas vezes, eu presenciei o administrador chegar e cortar a corda da rede do trabalhador porque não podia esticar a rede fora da hora, e o cabra sair na carreira, embaixo de cacete. O direito era esse, era pau vale e vale mesmo. Eu mandava o meu capanga lá e era pronto, meu direito era esse. O trabalhador morria ou tinha que ir mesmo. Porque o meu pai mesmo, só não trabalhou a pulso no engenho. Repousou porque minha mãe trancou a porta e o administrador foi na porta com um revólver para ele sair, para atirar nele, para ele trabalhar a pulso. (...) Ele queria que ele fosse encher carro a pulso, de dez horas da noite, chuva ... Ai ele disse: Não vou. No outro dia a gente saiu fugido para não morrer, com a família com a mobília nas costas. (...) Antes desses direitos, o direito era pau[62].

Outro aspecto importante que pode ser levantado nos arquivos da Justiça do Trabalho é a presença ou ausência de resolução financeira dos processos. Os níveis de indenização, por exemplo, aparecem muito estandardizados quando se trata de trabalhadores rurais, quase que sem relação com o tempo de serviço, enquanto que, no meio urbano, essas indenizações são muito frequentes nos casos de rescisão de contrato, e sua diversidade corresponde a níveis na hierarquia do trabalho e a tempo de trabalho.

---

62 MIRANDA, Moema Maria Marques de. **Espaço de honra e de guerra**: etnografia de uma junta trabalhista. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991, p. 100.

Várias outras dimensões aparecem pontualmente nos processos: a presença dos órgãos de defesa do trabalhador; o jogo das argumentações entre advogados; as manobras patronais para adiar a resolução do caso, até mais de 16 anos de duração em certos casos, ou seja, precisava ter heroica paciência e persistência para seguir os trâmites legais, recursos dos empregadores etc. Alguns trabalhadores faleceram antes que eles fossem concluídos.

Os estudos mencionados a seguir exploraram, em parte, todas as temáticas acima mencionadas, com muito detalhamento e precisão, em âmbitos geográficos e de setores econômicos variados.

Trabalhos já realizados por área temática: dimensões múltiplas

Essa história dos trabalhadores, através dos processos da Justiça do Trabalho, pode sempre ser aproveitada, aprofundada e iluminada de vários modos. Dependendo dos interesses e do aparato conceitual que resolver utilizar, o pesquisador centra os holofotes, por assim dizer, num ou noutro aspecto: questão de gênero, saúde dos trabalhadores, aspectos ambientais e dimensões políticas e sindicais das quais a Professora Maria do Socorro de Abreu e Lima tratou com muitos detalhes em sua obra[63].

Várias pesquisas ilustram todas essas possibilidades e o benefício notável de cruzar essas fontes com relatos orais, arquivos de polícia, do DOPS, do movimento sindical, da imprensa e de instituições médicas etc. A riqueza e a diversidade desse florescer de estudos e enfoques dá uma ideia do âmbito ainda por investigar. A cada passo, o aprofundamento na descrição e o relevo distinto que pode ser traçado com dados numerosos e precisos, oriundos dos processos trabalhistas, complementam os conhecimentos já angariados e levantam perguntas e dúvidas a serem respondidas por mais pesquisas e cruzamento com outras fontes. Esses estudos complementam marcadamente o panorama historiográfico da região e incitam a continuar a pesquisa.

Entre os trabalhos acadêmicos, serão citados aqui alguns que

63 ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: 2.ed., EDUFPE. 2012

basearam suas pesquisas, principalmente, nos arquivos do TRT da 6ª Região, e outros que os usaram parcialmente, junto com outras fontes primárias. Todos, obviamente, aproveitaram a vasta bibliografia sobre o período e o assunto da condição de vida e de trabalho dos assalariados tanto urbanos quanto rurais, nesse caso, particularmente, os autores mencionados acima.

No elenco desses estudiosos, no Departamento de História da UFPE, existem desde alunos de graduação até doutorandos e doutores. Organizados tematicamente, já que a variedade é muito grande, tanto nos assuntos específicos quanto nos focos ou nas abordagens, os tópicos tratados são os seguintes: situação das trabalhadoras e questões de gênero; movimentos sociais e outras formas de organização (sindicatos, Igreja); ação da Justiça e temáticas ligadas ao Estado; condições de trabalho na cidade e no campo, entre outros pontos de convergência.

No que diz respeito à condição das trabalhadoras, seja na indústria ou nos canaviais, duas dissertações de mestrado se destacam: a de Luciana Rodrigues Ferreira Varejão, que tratou, inicialmente, do assunto na monografia *A Justiça do Trabalho pernambucana no início da década de 1960: uma leitura das ações impetradas pelos trabalhadores têxteis do Recife.* Em sua dissertação[64], a historiadora aprofundou o estudo das condições de trabalho e da participação nas lutas num período de relativa democracia.

A autora escolheu como objeto a indústria têxtil, destaque no setor da transformação em Pernambuco durante muito tempo, tanto em termos de importância econômica quanto pelo número de pessoas empregadas. As demandas das classes trabalhadoras do ramo foram estudadas com base nos processos na Justiça do Trabalho dos anos 1960. São destaques, neste estudo, os problemas enfrentados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, em virtude de grande número de horas extras não pagas; férias nunca desfrutadas; suspensões consideradas arbitrárias quando levadas a juízo etc. Luciana Varejão se deteve, particularmente, nas demandas

---

64 VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. **Nos fios da resistência feminina**: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960-1964). Recife: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

femininas, como auxílio maternidade, salário gestante e demissão por motivo de gravidez. Essa ênfase tem como justificativa principal o fato de o setor empregar majoritariamente mulheres. Ela revela, com base nas informações fornecidas pelos processos, o quanto a legislação trabalhista era constantemente burlada pelo patronato. Seu trabalho se apoia, do ponto de vista teórico, nos grandes historiadores ingleses, como Thompson, por exemplo. Ela mostra, assim, a frequência dos casos de desistência de estabilidade "por livre e espontânea vontade"[65], assunto também frequente no campo[66], analisado, nesse caso, por Lygia Sigaud[67].

Compondo um perfil dessa mão de obra, listando suas reclamações e associando as informações a respeito das condições de trabalho, Luciana Varejão cruzou as fontes judiciárias com as da imprensa, como o jornal *Folha do Povo*. O papel do sindicato também recebeu um enfoque frente às ameaças recebidas pelas trabalhadoras.

Sua orientadora, Maria do Socorro de Abreu e Lima, havia investigado a temática das lutas na indústria têxtil durante o decênio anterior, pesquisa que resultou no livro *Tecendo lutas, abrindo espaços: Mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*[68]. Outra orientanda de Socorro Abreu, Daniely Fernandes Marinho, explorou a dimensão de lutas dos trabalhadores, ou, melhor dizendo, dos/as trabalhadores/as do sector durante sua iniciação científica**.** Ela apresentou a comunicação *Enfrentando o patronato: ações trabalhistas do Setor Têxtil do Recife, 1956 – 1960*[69], durante o XV Congresso de Iniciação Científica da UFPE, quando discutiu sobre a incorporação da mulher no sistema fabril. A autora dedicou ênfase à dinâmica do trabalho feminino, entendido

---

65 Ibidem, p. 85.

66 A mesma temática foi tratada por FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Discussão acerca das rescisões de contrato por "livre e espontânea vontade" nas usinas e nos engenhos de Escada 1963-1964. In: **Anais Eletrônicos da 2ª Oficina Sociedades Açucareiras**. Recife, 2007.

67 SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos...**, *op. cit.*

68 ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Tecendo lutas, abrindo espaços**: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50. Recife: Oito de março, 2004.

69 MARINHO, Daniely Fernandes. Enfrentando o patronato: ações trabalhistas do setor têxtil do Recife, 1956 – 1960. **XV Congresso de Iniciação Científica da UFPE (XV Conic)**, 2007.

como as ocupações menos qualificadas e mais mal remuneradas. Os arquivos da Justiça do Trabalho (varas de Recife) lhe permitiram angariar muitos dados a respeito da frequência e das razões do recurso à Junta de Conciliação e Julgamento em busca da aplicação das leis trabalhistas, que figuram no trabalho, *Mulher operária: o trabalho feminino no setor têxtil de Pernambuco*[70].

Colega de curso, Michel Gomes da Rocha, atualmente pós-graduando na Universidade de São Paulo, tomou como fonte principal uma das mais antigas JCJ, contemporânea daquelas de Recife, a de Paulista. A presença de uma grande indústria têxtil, a empresa dos Lundgrens, estudada com grande competência pelo antropólogo José Sérgio Leite Lopes, em *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*,[71] torna os arquivos dessa Junta de Conciliação e Julgamento particularmente interessantes. O grande antropólogo realizou, em colaboração com Rosilene Alvim Brandão, um filme documentário, *Tecido Memória*[72], no qual se coloca em cena a memória de trabalho e de luta dos/as empregados/as da indústria que entrevistaram demoradamente, seguindo os preceitos de relação "sem violência" editados por Pierre Bourdieu[73]. Michel Rocha, inspirado por tamanho exemplo de perícia e precisão analítica, procurou um complemento de fontes nos arquivos da Justiça do Trabalho, para seu trabalho, *A presença feminina nos autos processuais da jcj de Paulista*: u*ma*

---

70 MARINHO, Daniely Fernandes. Mulher operária: o trabalho feminino no setor têxtil de Pernambuco. In: **Anais da 2ª Oficina Sociedades Açucareiras**, Recife, UFPE, 2007 p. 96-101.

71 LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

72 LOPES, José Sérgio Leite; ALVIM, Rosilene; BRANDÃO, Celso. **Tecido Memória** (70 min.). Rio de Janeiro: Estrela do Norte, 2008. À contracorrente do esquecimento de sua importância social, os trabalhadores têxteis de Pernambuco reconstituem a sua vida cotidiana no auge do poder patronal sobre cidades e bairros industriais e narram a saga de suas lutas por direitos sociais e melhores condições de trabalho e moradia até os anos recentes. Baseado em pesquisa antropológica e historiográfica, feita desde 1976, e retomada para filmagem entre 2006 e 2008. Filme de Sérgio Leite Lopes, Rosilene Alvim e Celso Brandão, em parceria com o Sindicato dos Tecelões de Paulista, PE, Associação dos Aposentados de Paulista, PE, Movimento dos Trabalhadores Cristãos de Pernambuco. Fotografia e câmera: Celso Brandão. Montagem: Maya DaRin e Sílvia Boschi. Desenho de som e mixagem: Mariana Barsted. Música: Bernardo Barros, Edmundo Pereira e Fernanda Aoki Navarro. Tratamento de Imagem: Daniel Canela. Duração: 70 min.

73 BOURDIEU, Pierre (org.). **La misère du monde**. Paris: Seuil, 1993.

análise dos movimentos de gênero[74].

Na área rural, Marcela Heráclio Bezerra realizou um estudo de vulto. Ela pesquisou tanto os arquivos da Justiça do Trabalho (no Arquivo central do TRT 6ª região, em Vitória de Santo Antão) quanto os do Sindicato dos Trabalhadores do Cabo nos anos 1980. Conduziu entrevistas com muitas mulheres que ainda eram ou foram trabalhadoras rurais, cruzando fontes de diversas proveniências. Com ânsia, às vezes, temerária de se aproximar o máximo da realidade vivida por suas interlocutoras, Marcela Heráclio visitou engenhos e ruelas de agrovilas e cidades médias. Ela também cruzou utilmente essas diversas fontes obtendo resultados, às vezes, surpreendentes, distintos daqueles de outras juntas e outros períodos. Sua dissertação *Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988)*[75] traz novas perguntas, ao mesmo tempo em que se embasa num alicerce conceitual que a autora havia explorado em sua monografia do Curso de Especialização a respeito do tratamento da mulher no trabalho, do ponto de vista historiográfico.

Entre os assuntos mais prementes da situação da mão de obra, sobretudo a rural, até épocas muito recentes, está a questão da saúde, particularmente da nutrição. Além da longa tradição de estudos sobre o consumo de açúcar, desde Gilberto Freyre, no âmbito da iniciação científica, Luciana Siqueira Walter dedicou-se, de acordo com os dados colhidos nos arquivos de uma JCJ de Nazaré da Mata, a analisar o impacto na alimentação dos trabalhadores de elementos como o nível salarial e o acesso a barracão e/ou a feiras[76].

---

74 ROCHA, Michel. A presença feminina nos autos processuais da JCJ de Paulista: uma análise dos movimentos de gênero. In: **Anais Eletrônicos da V Oficina Sociedades Açucareiras**, Recife, UFPE, 2010.

75 HERÁCLITO, Marcela Bezerra. **Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas**. Relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988). Recife: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

76 WALTER, Luciana Siqueira. **Açúcar e nutrição: a condição de vida dos trabalhadores da cana em Nazaré da Mata (1950-1970)**. Recife: Relatório de Programa de Iniciação Científica (PIBIC), Universidade Federal de Pernambuco, mimeo., 2010.

A situação de saúde dos trabalhadores ocupa outro pesquisador, José Marcelo Marques Ferreira Filho, que explorou amplamente as fontes da Justiça do Trabalho e o resumo dos prontuários conservados do antigo Hospital dos Trabalhadores do Açúcar, hoje Hospital Barão de Lucena. Em sua dissertação, intitulada *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*[77], um estudo muito inovador, o pesquisador deu todo o relevo dos dados médicos ao que já se sabia genericamente sobre o que os canavieiros sofrem em seus corpos devido às condições de vida e de trabalho extremamente duros.

O Professor da Universidade Estadual do Ceará, Samuel Carvalheira de Maupeou, defendeu sua tese de doutorado, na Universidade de Toulouse, a respeito da CPT: *La Commission Pastorale de la Terre dans le Nord de la zone de la canne à sucre du Pernambouc : une nouvelle manière d'être église ? (de 1988 au début des années 2000)*[78]. A versão portuguesa a ser publicada pela EDUFPE faz a relação entre os conflitos de terra na Mata Norte e os arquivos da Justiça do Trabalho, o que permite traçar um perfil mais preciso e inteligível da situação desesperadora em que se encontravam os trabalhadores que empreenderam a luta pela terra.

Nessa dimensão mais política, Pedro Henrique Dias Inácio redigiu sua dissertação sob a orientação da Professora Maria do Socorro de Abreu e Lima, intitulada *Estado, Trabalho e Justiça: trabalhadores do Recife no tempo de Pelópidas da Silveira (1955-1959)*[79]. Michel Cavassano Galvão, por sua vez, também havia tratado da atuação em defesa dos trabalhadores. Na 2ª Oficina Sociedade Açucareiras, apresentou a comunicação *A organização*

---

77 FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos exauridos**: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973). Recife: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

78 MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. **La Comission Pastorale de la Terre dans le Nord de la zone de la canne à sucre du Pernambuco**: une nouvelle manière d'être église? (de 1988 au début des annés 2000). Toulouse: Thèse de doctorat/Université de Toulouse II Le Mirail, 2012.

79 INÁCIO, Pedro Henrique Dias. **Estado, trabalho e justiça**: trabalhadores do Recife no tempo de Pelópidas da Silveira (1955-1959). Recife: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

sindical à luz dos processos trabalhistas na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão dos Guararapes (1963-1964)[80]. A bolsista de iniciação científica, Ana Karolina Pinto da Silva, conseguiu revelar o papel multifacetado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata, então sob a presidência do saudoso fundador, Euclides do Nascimento, debatendo, com cuidado, sobre as interpretações que podem ser dadas, em regime de ditadura, ao fenômeno da negociação e do acordo entre as partes, em *Trabalhadores rurais nas 'Terras do Açúcar': conflitos trabalhistas segundo os arquivos da Justiça do Trabalho da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata, 1964*[81].

Michel Cavassano Galvão, em *Tempos de mudança: as relações de trabalho em Jaboatão dos Guararapes no ano de 1963*, utilizou os processos da JCJ de Jaboatão, da mesma forma que José Marcelo Marques Ferreira Filho o fez para a JCJ de Escada, em *A Justiça, os homens e o conflito: relações de trabalho no município de Escada, Zona Canavieira de Pernambuco (1963-1964)*[82]. O autor se deteve na predominância dos autos de conciliação (em vez de julgamento), conforme não só a denominação desses tribunais do trabalho – Juntas de Conciliação e Julgamento – como este propósito qualificando cabalmente sua atuação. Para tanto, estudou essa questão de modo mais aprofundado, em *Quando a conciliação esconde as diferenças: os canavieiros e as lutas na justiça do trabalho (1963-1966)*[83]. Premiado no Congresso de Iniciação Científica da UFPE (CONIC 2009), ele publicou, de forma resumida, seus resultados em *Entre 'direitos' e 'justiça': os trabalhadores*

---

80 GALVÃO, Michel Cavassano. A organização sindical à luz dos processos trabalhistas na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão dos Guararapes (1963-1964). In: **Anais da 2ª Oficina Sociedades Açucareiras**, Recife, UFPE, 2007.

81 SILVA, Ana Karolina Pinto da. **Trabalhadores rurais nas "Terras do Açúcar"**: conflitos trabalhistas segundo os arquivos da Justiça do Trabalho da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata, 1964. Recife: Relatório de Iniciação Científica (PIBIC), UFPE/FACEPE, 2013.

82 FERREIRA FILHO, Marcelo Marques. A Justiça, os homens e o conflito: relações de trabalho no município de Escada, zona canavieira de Pernambuco (1963-1964). In: **Anais Eletrônicos do III Encontro Cultura e Memória**, Recife, UFPE, 2007.

83 FERREIRA FILHO, Marcelo Marques. Quando a conciliação esconde as diferenças: os canavieiros e as lutas na Justiça do Trabalho (1963-1966). Trabalho apresentado durante a **3ª Oficina Sociedades Açucareiras**: abordagens e perspectivas. Recife, UFPE, 2008.

do açúcar frente à Junta de Conciliação e Julgamento de Escada/PE (1963-1969)[84] nos *Cadernos de História*. Com o mesmo sentido de explorar as modalidades de ação e os resultados do trabalho da Justiça do Trabalho, Michel Gomes da Rocha analisou a mesma temática a partir dos resultados obtidos em Paulista: *Entre cerceamentos e lutas: os trabalhadores do campo, a conciliação e a Justiça*[85]. Com objetivo paralelo, esses pesquisadores procuram associar as condições de vida e de trabalho tal como aparecem nos autos ao resultado das ações: dimensões diversas; a questão salarial; horários e tempo de trabalho; tempo de serviço; tipos de trabalho; violência eventual ou ameaça dela, que se traduz, muitas vezes, em desistência da ação na Justiça.

No mundo urbano, as mesmas preocupações também foram tratadas. Pedro Henrique Dias Inácio intitulou seu artigo *Arquivos da Justiça do Trabalho: fontes para estudo de relações de vida e emprego no Recife, 1955-1959*[86]. Ele havia trabalhado uma temática semelhante em *Balanço das ações trabalhistas no setor têxtil dos anos 50*[87]. Michel Cavassano Galvão ganhou o 2º Prêmio de Ciências Humanas com sua apresentação no CONIC-UFPE de 2008, intitulada *Os trabalhadores rurais e industriais e os embates legais, na Justiça do trabalho após o Golpe militar de 1964, a partir da análise dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão 1963-1969.* Em outro encontro científico, dedicou-se ao estudo preciso de uma ação coletiva. Se não é tão raro encontrar vários trabalhadores numa mesma ação, quando se trata de uma família (adultos e menores, ou irmãos) ou pessoas amigas, colegas de trabalho e vizinhos, o processo em questão é

---

84 FERREIRA FILHO, Marcelo Marques. Entre 'direitos' e 'justiça': os trabalhadores do açúcar frente à Junta de Conciliação e Julgamento de Escada/PE (1963-1969). **Cadernos de História – Oficina da História**: Trabalhadores nas sociedades açucareiras. Ano VI, n.6, p. 211-247, 2009.

85 ROCHA, Michel Gomes da. Entre cerceamentos e lutas: os trabalhadores do campo, a conciliação e a Justiça. Trabalho apresentado na **3ª Oficina Sociedades Açucareiras**: abordagens e perspectivas. Recife, UFPE, 2008.

86 INÁCIO, Pedro Henrique Dias. Arquivos da Justiça do Trabalho: fontes para estudo das condições de vida e emprego no Recife, 1955-1959. **Cadernos de História – Oficina da História**: Trabalhadores nas sociedades açucareiras. Ano VI, n.6, p. 164-190, 2009.

87 INÁCIO, Pedro Henrique Dias. Balanço das ações trabalhistas no setor têxtil dos anos 50. In: **Anais Eletrônicos da 2ª Oficina Sociedades Açucareiras**. Recife: UFPE, p. 96-101.

mais singelo, pois diz respeito a 65 trabalhadores de um engenho, o que configura uma situação de alcance maior. Sob o título *Luta e opressão: trabalhadores rurais e proprietário de engenho num embate trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão em 1964*[88], o mesmo pesquisador procurou evidenciar o máximo de elementos presentes nesse caso. Um bom resumo de seus resultados foi publicado no artigo *Processos de trabalhadores da agroindústria açucareira na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão/PE, 1963 a 1965*[89].

Dimensões diversas ainda podem ser tratadas com base nos mesmos processos e naqueles que ainda não foram examinados. As perspectivas temáticas e os aparatos conceituais podem ser muito variados. Assim, o Professor Thomas Rogers, então da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, atualmente na Universidade Emory, criou um novo conceito: *Labouring Landscape*[90], integrando, criativa e pertinentemente, a dimensão ambiental à do trabalho. Ele também expôs essa temática em *Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata Pernambucana*[91]. Sua tese de doutorado dá um novo impulso aos estudos que dizem respeito à questão das relações de trabalho na Zona da Mata e foi publicada com o título *The Deepest Wounds: the laboring landscapes of sugar in Northeastern Brazil*[92].

A obra de Thomas Rogers, como dos outros historiadores acima citados, entre vários outros, demonstra a variedade e a amplitude das temáticas que podem ser abordadas de forma inovadora a partir dos arquivos da Justiça do Trabalho. Espera-se que sirvam

---

88 GALVÃO, Michel Cavassano. Luta e opressão: trabalhadores rurais e proprietário de engenho num embate trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão em 1964. **Anais eletrônicos do III Encontro Cultura e Memória**, Recife, UFPE, 2007.

89 GALVÃO, Michel Cavassano. Processos de trabalhadores na agroindústria açucareira na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão/PE, 1963 a 1965. **Cadernos de História – Oficina da História**: Trabalhadores nas sociedades açucareiras. Ano VI, n.6, p. 248-271, 2009.

90 ROGERS, Thomas. O conceito de 'Labouring Landscape'. In: **Anais Eletrônicos da 2ª Oficina Sociedades Açucareiras**. Recife: UFPE, 2007.

91 ROGERS, Thomas. Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata Pernambucana. **Cadernos de História – Oficina da História**: Trabalhadores nas sociedades açucareiras. Ano VI, n.6, p. 13-28, 2009.

92 ROGERS, Thomas. **The deepest wounds**: a labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

de incentivo para novos pesquisadores e convençam as autoridades e o público de que essa documentação continua preciosa para as gerações futuras, pois contém uma parte importante da história desse país e daqueles que o construíram.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. 2.ed. Recife: EDUFPE. 2012

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Tecendo lutas, abrindo espaços**: mulheres nos movimentos sociais dos anos 50. Recife: Oito de Março, 2004.

AGUIAR Cláudio. **Francisco Julião**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ANDRADE, Joaquim Correia Xavier. **Usina Caxangá**: uma experiência de Reforma Agrária. Recife, Relatório CNPq - 1987. (mimeo).

ANDRADE, Manuel Correia de (org.). **Elisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de (org.). **O fio e a trama**: depoimento de Manuel Correia de Andrade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

AZEVEDO, F. A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARNET, Miguel. **Memórias de um Cimarron**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1986.

BATISTA FILHO, Malaquias. **Pesquisa nutricional na Zona**

da Mata. Recife: UFPE, Imp. Univ., 1968.

BEZERRA, Gregório. **Memórias – v. I**: Primeira parte: 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil, 1930-1942**: A construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr, 2007.

BOURDIEU, Pierre (org.). **La misère du monde**. Paris: Seuil, 1993.

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão**. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1964.

CHAVES, Nelson. **Fome, criança e vida**. Recife: Massangana, 1982.

CHAVES, Nelson. **O homem além do tempo**: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente. Recife: EDUFPE, 2007.

DABAT, Christine Rufino. Linhagens literárias na representação negativa do campesinato. In: MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARAES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (orgs). **História, cultura, trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: EDUFPE, 2011, p.153-175.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2. ed. rev. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

DABAT, Christine Rufino. Os primórdios da Cooperativa

Agrícola de Tiriri (Reedição revisada e aumentada). **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 23, p.129-169, 2005.

DACONA. **Projeto de Nutrição, Pernambuco**: conclusão. Recife: UFPE, 1972.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FARGE, Arlette. **La déchirure**: souffrance et déliaison sociale au XVIIIe siècle. Paris: Bayard, 2013.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos exauridos**: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973). Recife: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Discussão acerca das rescisões de contrato por "livre e espontânea vontade" nas usinas e engenhos de Escada 1963-1964. In: **Anais Eletrônicos da 2ª Oficina Sociedades Açucareiras**. Recife, 2007.

FERREIRA FILHO, Marcelo Marques. A Justiça, os homens e o conflito: relações de trabalho no município de Escada, zona canavieira de Pernambuco (1963-1964). In: **Anais Eletrônicos do III Encontro Cultura e Memória**, Recife, UFPE, 2007.

FERREIRA FILHO, Marcelo Marques. Entre 'direitos' e 'justiça': os trabalhadores do açúcar frente à Juta de Conciliação e Julgamento de Escada/PE (1963-1969). **Cadernos de História – Oficina da História**: trabalhadores nas sociedades açucareiras. Ano VI, n.6, p. 211-247, 2009.

FERREIRA FILHO, Marcelo Marques. Quando a conciliação

esconde as diferenças: os canavieiros e as lutas na Justiça do Trabalho (1963-1966). Trabalho apresentado durante a **3ª Oficina Sociedades Açucareiras**: abordagens e perspectivas. Recife, UFPE, 2008.

FETAPE. **Açúcar com gosto de sangue**. Recife: FETAPE: 1984.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos.** 7.ed. – Tomo II. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

GALVÃO, Michel Cavassano. A organização sindical à luz dos processos trabalhistas na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão dos Guararapes (1963-1964). In: **Anais da 2ª Oficina Sociedades Açucareiras**, Recife, UFPE, 2007.

GALVÃO, Michel Cavassano. Luta e opressão: trabalhadores rurais e proprietário de engenho num embate trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão em 1964. **Anais eletrônicos do III Encontro Cultura e Memória**, Recife, UFPE, 2007.

GALVÃO, Michel Cavassano. Processos de trabalhadores na agroindústria açucareira na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão/PE, 1963 a 1965. **Cadernos de História – Oficina da História**: trabalhadores nas sociedades açucareiras. Ano VI, n.6, p. 248-271, 2009.

GARCIA, Afrânio Raul. **O Sul**: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GARCIA, Marie France. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.7, n.19, jan. 1992.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo:

Ática, 1988.

HERÁCLITO, Marcela Bezerra. **Mulheres (des)cobertas, histórias reveladas**. Relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na Zona da Mata Sul de Pernambuco (1980-1988). Recife: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agro-indústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero, 1988.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INÁCIO, Pedro Henrique Dias. Arquivos da Justiça do Trabalho: fontes para estudo das condições de vida e emprego no Recife, 1955-1959. **Cadernos de História – Oficina da História**: trabalhadores nas sociedades açucareiras. Ano VI, n.6, p. 164-190, 2009.

INÁCIO, Pedro Henrique Dias. Balanço das ações trabalhistas no setor têxtil dos anos 50. In: **Anais Eletrônicos da 2ª Oficina Sociedades Açucareiras**. Recife: UFPE, p. 96-101.

INÁCIO, Pedro Henrique Dias. **Estado, trabalho e Justiça**: trabalhadores do Recife no tempo de Pelópidas da Silveira (1955-1959). Recife: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

JULIÃO, Francisco. **A cartilha do camponês**. Recife, 1960.

JULIÃO, Francisco. ABC do camponês, **A Liga**, n.4, 30 out. 1962, p.4.

JULIÃO, Francisco. Avança a união operária-camponesa, **A Liga**, n.1, 9 out. 1962, p.1.

JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009.

JULIÃO, Francisco. Escuta, irmão do campo, **A Liga**, n.3, 23 out. 1962, p.3.

KUCZYNSKI, Jürgen. **Die Geschichte der Lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus – 38 v**. Berlim: Akademie Verlag, 1960-1972.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Montaillou**: cátaros e católicos numa aldeia francesa (1294-1324). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo.** O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARINHO, Daniely Fernandes. Enfrentando o patronato: ações trabalhistas do setor têxtil do Recife, 1956 – 1960. **XV Congresso de Iniciação Científica da UFPE (XV Conic)**, 2007.

MARINHO, Daniely Fernandes. Mulher operária: o trabalho feminino no setor têxtil de Pernambuco. In: **Anais da 2ª Oficina Sociedades Açucareiras**, Recife, UFPE, 2007 p. 96-101.

MAUPEOU, Samuel Carvalheira de. **La Comission Pastorale de la Terre dans le Nord de la zone de la canne à sucre du Pernambouc**: une nouvelle manière d'être église? (de 1988 au début des annés 2000). Toulouse: Thèse de doctorat/Université

de Toulouse II Le Mirail, 2012.

MINTZ, Sidney W. **Sweetness and power**. New York: Viking Penguin, 1985.

MINTZ, Sidney W. **Three Ancient Colonies**: Caribbean, Themes and Variations. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2010.

MIRANDA, Moema Maria Marques de. **Espaço de honra e de guerra**: etnografia de uma junta trabalhista. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

MONTENEGRO, Antônio Torres; Acioli, Vera Lúcia Costa. Acervos documentais do Departamento de História da UFPE: da colônia à atualidade. **Estudos Universitários** (UFPE), v.28, p.319-335, 2012.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Cabra marcado para morrer. Entre a memória e a História. In: Soares, Mariza de Carvalho; Jorge Ferreira (orgs.). **A História vai ao cinema**: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.179-192.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Direitos trabalhistas e assassinato em tempos de regime civil-militar (1972-1973): o indiciamento dos irmãos Barreto**. Revista Mundos do Trabalho**, v.6, n.11, p.91-106, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. O trabalhador rural nas barras da Justiça do Trabalho (1964-1974). **Territórios e fronteiras** (Online), v.7, p.128-146, 2014.

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. **Latifundium et capitalisme**: lecture critique d'un débat. Paris: Université de Paris,

Fac. Lettres et Sciences Humaines, 1971.

PEREIRA, Anthony Wynne. **The end of the peasantry**: the rural labor movement in Northeast Brazil, 1961-1988. Pittsburgh: Univ. of Pittsburgh Press, 1997.

ROCHA, Michel Gomes da. Entre cerceamentos e lutas: os trabalhadores do campo, a conciliação e a Justiça. Trabalho apresentado na **3ª Oficina Sociedades Açucareiras**: abordagens e perspectivas. Recife, UFPE, 2008.

ROCHA, Michel. A presença feminina nos autos processuais da JCJ de Paulista: uma análise dos movimentos de gênero. In: **Anais Eletrônicos da V Oficina Sociedades Açucareiras**, Recife, UFPE, 2010.

ROGERS, Thomas. Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata Pernambucana. **Cadernos de História – Oficina da História**: trabalhadores nas sociedades açucareiras. Ano VI, n.6, p.13-28, 2009.

ROGERS, Thomas. O conceito de Labouring Landscape. In: **Anais Eletrônicos da 2ª Oficina Sociedades Açucareiras**. Recife: UFPE, 2007.

ROGERS, Thomas. The deepest wounds: a labor and environmental History of Sugar in Northeast Brazil. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death without weeping**: the violence of everyday life in Brazil. Berkley: University of California Press, 1992.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Joan. **Women, work and family**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1978.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Ana Karolina Pinto da. **Trabalhadores rurais nas "Terras do Açúcar"**: conflitos trabalhistas segundo os arquivos da Justiça do Trabalho da Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata, 1964. Recife: Relatório de Iniciação Científica (PIBIC), UFPE/FACEPE, 2013.

TORRES, João Batista de Vasconcelos. **Condições de vida do trabalhador na agroindústria do açúcar**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1945.

VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. **Nos fios da resistência feminina**: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960-1964). Recife: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

VILLERMÉ, Louis. **Tableau de l'état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton, de laine et de soie**. Paris, 1840.

WALTER, Luciana Siqueira. **Açúcar e nutrição: a condição de vida dos trabalhadores da cana em Nazaré da Mata (1950-1970)**. Recife: Relatório de Programa de Iniciação Científica (PIBIC), Universidade Federal de Pernambuco, mimeo., 2010.

DOCUMENTÁRIOS CITADOS

COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado para morrer**. (119 min.). Rio de Janeiro: Mapa Filme, 1984.

TENDLER, Sílvio. **Jango**. (117 min.) Rio de Janeiro: Caliban,

1984.

LOPES, José Sérgio Leite, ALVIM, Rosilene e BRANDÃO, Celso. **Tecido Memória**. (70 min.). Rio de Janeiro: Estrela do Norte, 2008.

Autos do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região citados:

Processo 111/64, Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares.

Processo 4428/65, Junta de Conciliação e Julgamento de Palmares.

Processo 823/64, Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão.

Sítios eletrônicos citados:

Archives Nationales du Monde du Travail:

http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/camt/ Acessado em 15 de junho de 2014.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha:

http://www.icrc.org/eng/resources/icrc-archives/index.jsp Acessado em 15 de junho de 2014.

International Tracing Service:

https://www.its-arolsen.org/en/homepage/index.html Acessado em 15 de junho de 2014.

A biografia de Monsenhor Luigi Pescarmona e as lutas sociais na Diocese de Guarabira-PB

Francisco Fagundes de Paiva Neto

> A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que "civilizou" a economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo enormemente para sua eficiência.
>
> Pierre Bourdieu

Ficamos com a responsabilidade de discutir, dentro da proposta de mesa-redonda intitulada "Lutas sociais em Guarabira: duas biografias", a participação do Monsenhor Luigi Pescarmona nas mobilizações de camponeses na Comissão Pastoral da Terra, mormente, entre os anos de 1980 e 1990, em alguns municípios da Diocese de Guarabira, na Paraíba.

Nossa apresentação se assenta em uma pesquisa que realizamos durante o Doutorado sobre a biografia do padre em questão, a partir da seguinte problemática: como se colocou o religioso diante de duas transições passadas pela Igreja Católica no Século

XX: o Concílio do Vaticano II, na década de 1960, e o avanço do neoconservadorismo católico na América Latina, a partir do papado de João Paulo II?

Nessa trajetória, tivemos uma série de cuidados, porque, comumente, a escrita da biografia de religiosos pode seguir dois percursos: ou tende à tradição hagiográfica, ou seja, das pessoas que são consideradas santas pela Igreja, em virtude da associação da profissão com a ascese ou com o sagrado[1], ou, em virtude da participação de alguns religiosos no campo político, alguns biógrafos encontram substrato para elaborações de hodiernos panegíricos[2], quer à direita, quer à esquerda[3]. Por essa razão, buscamos nos aportes de Pierre Bourdieu[4] a noção de trajetória, procurando analisar a biografia do sacerdote, desde suas alocações e deslocamentos no campo religioso, até os níveis de integração e de conflitos com outros campos do espaço social, considerando, assim, as relações presentes entre a religião e a política.

A trajetória religiosa e política do monsenhor Luigi Pescarmona sofreu impactos tanto do Concílio do Vaticano II – considerando

---

1 Ver: SILVEIRA, Ildefonso; REIS, Orlando dos (orgs.). **São Francisco de Assis**: escritos e biografias de São Francisco de Assis. Petrópolis: Vozes, 2000; FORTES, Carolina Fortes. A produção literária dominicana no Século XII: uma breve visão sobre a hagiografia. In: COSTA, Sandro da; SILVA, Andréia C. L. F. da; SILVA, Leila R. (orgs.). **Atas do Ciclo**: A Tradição Monástica e o Franciscanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003; LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2001; LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

2 Conforme o **Littré Dictionnaire de la langue française**, "o Panegírico exprime mais do que um elogio. O elogio contém, sem dúvida, o louvor da personagem, mas não exclui uma certa crítica, alguma censura. O panegírico não contém censura nem crítica" ("PANÉGYRIQUE, ÉLOGE: Panégyrique dit plus qu'éloge. L'éloge contient sans doute la louange du personnage, mais n'exclut pas une certaine critique, un certain blâme. Le panégyrique ne comporte ni blâme ni critique"). Ver: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mira-Sintra; Mem Martins: Publicações Europa-América, 1983; MORADIELLOS, Enrique. **Las caras de Clío**. Madri: Siglo XXI Editores, 2001.

3 Estabelecemos essa distinção a partir da associação desses religiosos com os campos políticos em questão: SOBREIRA, Azarias. **O Patriarca de Juazeiro**. Petrópolis: 1968; SANTANA, Manoel Henrique de Melo. **Padre Cícero do Juazeiro**: condenação e exclusão eclesial à reabilitação histórica. Maceió: EDUFAL, 2009; PEREIRA, Nilo. **Dom Vital e a questão religiosa no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária/UFPE, 1996; LE BRETON, Binka. **Todos sabiam**: a morte anunciada de Padre Josimo. Edições Loyola, 2000; LE BRETON, Binka. **A dádiva maior**: a vida e a morte corajosas da irmã Dorothy Stang. Editora Globo, 2008; MURPHY, Roseanne. **Mártir da Amazônia**: a vida de Dorothy Stang. São Paulo: Paulus, 2008. Os religiosos receberam nesses títulos um sentido laudatório, tanto em virtude da vida política, quanto de perseguições ou até mesmo do martírio.

4 BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

os seus matizes, que vão do desenvolvimentismo às relações com a Teologia da Libertação (TL)[5] – até o neoconservadorismo católico, cuja pujança refletiu, no lugar ocupado por nosso biografado no campo católico, uma convivência entre o trabalho na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as práticas assistencialistas em uma organização não governamental chamada "Comunidade Talita", responsável pelo trabalho de abrigar jovens do sexo feminino que enfrentaram situações de violência sexual, a partir do ano 2000, e se prolonga até a presente data.

Não nos cabe lançar juízo de valor sobre a questão do assistencialismo católico, contudo percebemos, nessa prática, uma forma de aproximação com o Estado, que reflete uma relação política entre o Estado e a Igreja com fortes semelhanças com o período da neocristandade (1916-1955), sobretudo pela associação com políticos proeminentes da política (nacional ou estadual) para, através do beneplácito estatal, obter vantagens para a instituição[6], fosse por meios materiais ou pela relação de reconhecimento social, demarcando, junto com as demais religiões, a importante manutenção e reprodução do capital simbólico católico. Diante dos limites de assistência social, coube à Igreja o trabalho assistencial realizado pelos religiosos ou leigos responsáveis por abrigos para idosos ou orfanatos. Mais recentemente, numa fase de mundialização da economia e do neoconservadorismo católico (entre os papados de João Paulo II e Bento XVI), encontramos uma entidade católica presidida pelo Monsenhor Pescarmona, a Comunidade Talita,

---

5 A TL forneceu um repertório de análise/prática a religiosos que optaram tanto pela via democrática quanto pela luta armada. Ver: BETTO, Frei. **Batismo de sangue**. Rio de Janeiro: 6.ed., Civilização Brasileira, 1983; CAMPO, German Guzman. **Camilo, el cura guerrillero**. Bogotá: Servicios Especiales de Prensa, 1967.

6 Conforme Scott Mainwaring (**A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 43), a Igreja ficou fragilizada com a separação do Estado, o laicismo e o cosmopolitismo no Brasil no início do Século XX, adotando a estratégia de reaproximar e de forjar uma nova aliança. Assim, a Igreja precisava lidar com sua fragilidade institucional sem modificar sua posição conservadora na sociedade. No governo Vargas (1930-1945), quando chegou ao apogeu o modelo da neocristandade, a Igreja garantiu a influência católica no sistema educacional, na moralidade, no anticomunismo e no antiprotestantismo. Nessa fase, influiu ainda no sistema de comunicação; na organização dos trabalhadores urbanos (Círculos Operários e Juventude Operária); na gestão da caridade, de orfanatos e abrigos para idosos, como missão social; na preservação de uma rígida hierarquia entre os clérigos e os leigos etc.

que, devido aos limites estatais, empreende práticas caritativas, com o apoio de voluntários e de auxílios públicos, influindo na assistência social a partir de novas práticas filantrópicas associativas entre Igreja e Estado, cujo efeito é uma sempre possível modalidade de clientelismo, conforme refere Cláudia Neves da Silva:

> A década de 90 (...) trouxe uma nova perspectiva para a assistência social, que passou a figurar como política pública, constituindo-se o Estado como o grande responsável pelo enfrentamento à pobreza, e os usuários como cidadãos de direito, não sendo mais objeto da caridade de voluntários da sociedade civil. Porém, se no âmbito legal e do discurso houve essa ruptura com o cotidiano das ações assistenciais, verificamos que, se a lei e seus artigos apresentam um caráter não religioso, mas secular, garantindo direitos aos usuários da assistência, os voluntários- aqui nos referimos aos católicos - porque ainda são em maior número, continuam a atuar, mantendo uma certa hegemonia nas práticas e serviços nessa área, sob a perspectiva da caridade (...) Por esse motivo, avaliamos que é importante e necessário desmistificar a ideia, largamente difundida em nossa sociedade, de que assistência à população carente de bens e serviços deve pautar-se na concepção de caridade, a qual, inadvertida ou deliberadamente, é utilizada por diferentes atores sociais, subordinados ou não a uma instituição religiosa[7].

A relação entre o catolicismo e o assistencialismo tende a ter uma reprodução em algumas instituições, como a Comunidade Talita (em sincronia com as práticas instauradas na década de

---

7 SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan.-jun. 2006, p. 349-350.

1990), que também passa a ser um espaço de disputa e busca por legitimidade de diversos grupos sociais[8]. Não obstante, para fins de elaborar este texto em sintonia com a proposta da organização do evento, bem como pela exiguidade do espaço, lançaremos o nosso olhar sobre a fase das mobilizações do religioso com a questão agrária.

Trajetória religiosa-política: ambiências sociais e experiências do *habitus* partisão

Na década de 1960, aportaram no Brasil vários grupos de religiosos estrangeiros, principalmente europeus, que se estabeleceram nas mais variadas regiões do país. Muitos desses padres e freiras chegaram aos trópicos imbuídos de uma ação clerical orientada pelos princípios do Concílio do Vaticano II (1962-1965), caracterizado pelo ecumenismo e pela descentralização, e que se chocava com os padrões do catolicismo tradicional, afeito ao centralismo, especialmente, por causa das tensões originadas do liberalismo, do socialismo, do comunismo e das igrejas protestantes.

Realizamos um trabalho de história oral de vida, através de entrevistas semiestruturadas, com um padre italiano chamado Luigi Alberto Pescarmona, cuja primeira área de atuação no Brasil foi Teófilo Otoni (Minas Gerais), onde acompanhou, na década de 1960, as populações de trabalhadores das minas e camponeses. Muitos desses trabalhadores realizaram migrações em decorrência da crise do setor minerador. Para isso, elegeram como destino a Região Norte ou áreas metropolitanas, devido à violência no campo.

Depois dessa fase, o Padre Pescarmona transferiu-se para o estado da Paraíba, no fim da década de 1970, e radicou-se na área sob a responsabilidade do Bispo auxiliar, D. Marcelo Carvalheira. Quanto ao caráter mais específico deste trabalho, algumas questões nortearam nossa abordagem: como se deu a militância política de um padre estrangeiro no agreste paraibano nas décadas

---

8 PAIVA NETO, Francisco Fagundes. **A trajetória religiosa-política do padre Luigi Pescarmona (1960-2000)**: entre o habitus partisão e o assistencial. Campina Grande: Tese de Doutorado em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

de 1980 e 1990? Quais os limites dessa prática nas fronteiras dos campos político e religioso? Como um conflito no campo religioso também foi instaurado? Assim, objetivamos analisar como foi feita a prática de um agente da Teologia da Libertação (TL) em uma área, até então, pautada pelo catolicismo de bases anteriores ao Vaticano II.

Nosso primeiro contato com o Padre Luigi Pescarmona foi no ano de 2004, quando fizemos algumas incursões na Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o objetivo de visualizar a dinâmica da atuação da Igreja na área da Diocese de Guarabira, na Paraíba. Encontramo-nos no momento de uma refeição e tomamos uns goles de café juntos, enquanto conversamos animadamente sobre as razões de minha presença na CPT, fazendo leituras de recortes de jornais e de relatórios. O padre, então, abriu um flanco a partir de narrativas sobre a questão agrária na Paraíba e o seu envolvimento com as áreas de conflito. Elaboramos um projeto e o procuramos para outra conversação, em que fizemos o convite para realizar a série de entrevistas, que ocorreram na sala de reunião da CPT (quando os serviços e as pastorais se concentravam em um prédio vizinho ao Palácio Episcopal, nas proximidades da Catedral de Guarabira) e, eventualmente, na residência do padre ou na Comunidade Talita. O trabalho de entrevistas prolongou-se por cerca de um ano e, no fim, submetemos as transcrições para eventuais correções, que demandaram novas entrevistas, visando esclarecimentos. Isso prolongou mais um pouco o trabalho e, por fim, obtivemos um documento firmado em cartório, autorizando a publicação de trechos ou da totalidade dos registros.

A opção pelo estudo da trajetória associou-se à metodologia da história oral com o cruzamento de outras fontes em nossa pesquisa: jornais, relatórios, processos-crimes, cartas e trabalhos acadêmicos. Quanto à história oral, buscamos em Saltalamacchia dois fundamentos metodológicos: o primeiro, a questão do "sentido", e o segundo, o caráter da coinvestigação. O termo "sentido" é definido como

> el lugar que ocupan los hechos en la "estructura

> de relevancias" que organizan la percepción activa del sujeto. Esa estructura de relevancias está fundada (...) en los valores, saberes y certezas que, según se supone, el interpelado comparte, en algunos casos, con casi todos sus contemporáneos y en otros con sólo algunos de ellos (...) La historia de vida permite preguntar al entrevistado sobre ese sentido particular que para él tuvieron los actos en el momento de ocurrir[9].

Essa é uma forma de estabelecer possibilidades de análise dos conteúdos da memória. Já o caráter da coprodução nos sugere uma experiência de pesquisa em que se visualiza o contexto a partir de um caráter dinâmico, fruto das relações do indivíduo com diversos campos sociais com os quais se relaciona. Assim, a pesquisa aponta para alguns focos, em que

> el entrevistador (...) aportará a las entrevistas sus instrumentos analíticos, su entrenamiento en el análisis de situaciones y un conocimiento quizás más global sobre el proceso; conocimiento logrado tanto mediante el previo estudio de fuentes secundarias como de otras entrevistas (...) La entrevista debe ser entendida como el marco de una elaboración teórica conjunta en la que no necesariamente surgirán acuerdos totales o aprovechamientos semejantes; pero sí interpretaciones que no existían antes de la relación hipotéticamente un alerta sobre los posibles efectos del paso del tiempo en la estructuración del recuerdo; se pueden analizar las posibles alteraciones que provengan de las varías interferencias a las que nos refiriéramos en el apartado anterior[10].

---

9 SALTALAMACCHIA, Homero. **La Historia de Vida**: reflexiones a partir de una experiencia de investigación. Puerto Rico: Ediciones SIJUP, 1992.

10 Ibidem.

A questão da coprodução permite um conjunto de análises e a aplicação dos critérios éticos exigidos pela história oral, pois nem todas as memórias, mesmo quando narradas, são publicadas, e isso exige o estabelecimento de um acordo entre entrevistador e entrevistado. A partir dessas possibilidades metodológicas, realizamos pesquisas em outras fontes, visando construir um conjunto de referências para perscrutar a participação do Padre Luigi Pescarmona na CPT e sua relação com os conflitos no campo. Alguns eixos, inicialmente, fizeram gravitar nossas entrevistas: a vida na Itália na fase da II Guerra Mundial (II GM) e o início da vida como padre no Brasil nos anos 1960. As duas temporalidades nos traziam uma série de imagens a partir das narrativas do padre, cuja família tinha vínculo com a resistência italiana ao fascismo, através dos grupos de guerrilheiros *partigiani* (constituídos por uma variedade de tendências políticas, como católicos, liberais, socialistas e comunistas) atuantes em várias frentes. O segundo eixo nos fez dialogar longamente sobre sua formação de padre durante o Concílio do Vaticano II e sua preparação para atuar no Brasil. Posteriormente, detivemo-nos em sua militância na CPT e junto aos camponeses da Paraíba.

As narrativas sobre a infância nos arrabaldes da cidade de Alba (Cuneo), região do Piemonte, no curso da II GM, com o desenvolvimento de uma série de conflitos entre os *partigiani* e as tropas nazifascistas[11], deram-nos condições para perceber a formação de um *habitus*[12] relacionado às questões sociais. A Diocese de Alba teve uma especificidade no contexto político italiano: a

11 Tratamos dessa questão em um artigo publicado com o título: PAIVA NETO, Francisco Fagundes. A Ação Católica: a resistência piemontesa ao fascismo (1933-1944). **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.58, maio 2013.

12 A noção de *habitus*, para Pierre Bourdieu (Esboço da teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu** – Sociologia. Trad. Paula Monteiro. São Paulo: 2.ed., Ática, 1994, p. 61), é a de um "sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente 'regulamentada' e 'reguladas' sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto ação organizadora de um regente". Aqui, encontramos uma tensão entre o indivíduo e a estrutura social, pois o *habitus* é produto, mas é igualmente produtor como um princípio gerador de práticas e representações.

presença de D. Luigi Grassi, cuja proximidade com os guerrilheiros do Norte da Itália o fez ficar conhecido como o "bispo partisão"[13]. Ademais, a condição de camponês trabalhador[14], em Canale D'Alba[15] de Cesare Pescarmona (pai de Luigi Pescarmona), de opção política socialista e membro da resistência (na condição de apoiador), possibilitou a convivência com processos sociais relacionados às experiências de classe do campesinato e do operariado piemontês, bem como à formação de uma memória sobre lutas sociais. O contato com um contexto social marcado pela exploração figura como um estímulo ao trabalho de memória sobre a experiência paterna (e dos demais trabalhadores) e de suas modalidades organizativas. Os camponeses-trabalhadores, os "braccianti" e demais camponeses proletarizados fizeram parte de um contexto de conflitualidade, que aflorou na memória do religioso por sua relação familiar, a partir dos enleios com a participação política. Esse fato pode estar associado a algumas questões da experiência e das vicissitudes apontadas na biografia por Giovanni Levi do padre piemontês Giovan Battista Chiesa, um exorcista do Século XVIII[16]. De acordo com Jacques Revel,

---

13 Cf. GRASSI, Luigi Maria. **La tortura di Alba e dell'albense (1944-1945)**. Alba: San Paolo, 3.ed., 1994.

14 O camponês trabalhador tem as seguintes características: 1) Sua condição é de uma adaptação permanente e de longa duração, que tem emergido em resposta às mudanças estruturais dentro das sociedades industriais. Essa categoria é histórica, tem existido desde o Século XVIII, na Itália, e se desenvolvido desde a II GM; 2). É um processo que se relaciona com a dinâmica familiar e as fases da vida, tais como casamento, reprodução, educação de crianças e aposentadoria; 3) Os camponeses-trabalhadores persistem ao longo da gerações. (Cf. HOLMES, D. R. A peasant-worker model in a northern Italian context. In: **American Ethonologist**, v. 10, n. 4, nov. 1983, p. 734-748 *apud* MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002, p. 46.). Essa classificação define um proletário de uma aldeia, cujos rendimentos são obtidos fora da sua comunidade. O camponês-trabalhador realiza trabalhos não agrícolas na cidade e ofícios agrícolas em sua aldeia por longas horas. O cultivo de uvas e a atividade vinícola eram conhecidos pelos Pescarmona, mas Cesare Pescarmona também trabalhava numa empresa de farináceos.

15 Alba localiza-se próximo a Turim, centro de agitações operárias na década de 1920.

16 O título do livro de Giovanni Levi, **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII. (Tradução: Cynthia M. de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000), refere-se ao prestígio do pai, que foi herdado pelo padre Chiesa. O prestígio foi resultante da rede de relações de propriedade e de todo o jogo de influências no tocante ao exercício do poder em Santena e região. Assim, o padre Chiesa está enredado nesse contexto maior em que, a rigor, os exorcismos praticados figuram como uma espécie ponto de partida para explorar uma realidade mais profunda.

> Todas as estratégias pessoais e familiares talvez tendam a parecer atenuadas em meio a um resultado comum de relativo equilíbrio. Todavia, a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais na realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais. A intenção anuncia-se claramente: a abordagem micro-histórica deve permitir o enriquecimento da análise social, torná-la mais complexa, pois leva em conta aspectos diferentes, inesperados, multiplicados pela experiência coletiva[17].

No caso do exorcista piemontês, Giovan Chiesa, as questões que lhe tocavam mais diretamente diziam respeito às estratégias do religioso na Igreja e na aldeia de Santena, em uma região afetada por conflitos entre camponeses, entre as perspectivas em torno do sagrado e da política referente às tensões das comunidades diante da centralização estatal[18].

Em relação ao padre Luigi Pescarmona, essas interações passavam também pelas questões de ordem política, pois atualizavam alguns aspectos experienciados pelo próprio religioso na fase em que viveu na casa paterna. Em nossa pesquisa, chamamos esse *habitus* de "partisão" por sua relação com uma experiência política e de classe. Realizando um estudo sobre memórias, Connerton[19] visualizou como a memória pode motivar ações em indivíduos, no sentido de se tornarem herdeiros dos acontecimentos

---

17 REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança...**, *op. cit.*, p. 18.

18 GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de escala**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1998, p. 129.

19 CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Lisboa: Celta, 1993, p. 47-48.

marcantes de sua classe. O ato de lembrar e de expressar para outrem uma memória (através da palavra ou dos atos políticos) expressa a constituição de um passado em que se gestou um *habitus* de classe passível também de ressignificação na própria *performanc*e de um religioso empenhado em uma pastoral relacionada à reforma agrária. Assim, o *habitus* é estruturado e estruturante, como um ato de rememorar, e conjuga tempos verbais pretéritos e do presente. Isso explica que, embora um indivíduo tenha como profissão a vida religiosa, podemos perceber elementos relacionados a um *habitus* de classe por meio da própria socialização primária relacionada à experiência familiar. Esse *habitus* faz vibrar no tempo presente vozes e ecos do passado.

É necessário levarmos em conta a importância da oposição da população piemontesa ao fascismo. Essa área, devido à sua industrialização, tinha uma forte tradição comunista entre os trabalhadores urbanos e nas áreas rurais ocorreram conflitos sociais intensos, que foram duramente reprimidos pelos fascistas entre 1918 e 1922[20]. O norte italiano tinha o seu cotidiano marcado pelo movimento operário com uma organização sindical e partidária fortemente vascularizada, responsável pela eleição parlamentar do próprio Antonio Gramsci[21], na fase anterior ao fascismo[22]. Porém, a partir de 1944, a presença das tropas aliadas no sul da Itália desestabilizou o governo fascista. Assim, houve ações de tropas regulares e a adesão de muitos civis aos grupos da resistência que, com ataques em diversas áreas, capilarizaram as ações bélicas sufocando os nazifascistas. Avaliando os movimentos de resistência europeus, Hobsbawm caracterizou uma diversidade e níveis de participação:

> Duas coisas se deve dizer (...). Primeiro, sua importância militar (com a possível exceção da Rússia) foi insignificante antes de a Itália retirar-se da guerra em 1943, e não decisiva em parte alguma,

20 SASSOON, Donald. **Mussolini e a ascensão do fascismo**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Agir, 2009, p. 24.

21 MAESTRI, Mário e CANDREVA, L. **Antonio Gramsci**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

22 Sobre o fascismo como regime (1926-1943), sugerimos a leitura de: LUPO, Salvatore. **Il fascismo**: la politica in um regime totalitario. Roma: Donzelli Editore, 2005.

> com exceção talvez de partes dos Bálcãs. Deve-se repetir que seu significado foi político e moral. Assim, a vida pública italiana foi transformada, após mais de vinte anos e um fascismo que desfrutara de considerável apoio até mesmo entre os intelectuais, pela mobilização impressionante e generalizada da Resistência em 1943-45, incluindo um movimento *partisan* armado no Centro e Norte da Itália de por volta de 100 mil combatentes, com 45 mil mortos (...) Enquanto os italianos podiam deixar a memória de Mussolini para trás com a consciência limpa, os alemães, que tinham apoiado o seu governo até o fim, não podiam colocar distância entre eles próprios e a era nazista de 1939-45 (...) A segunda observação sobre a Resistência é que (...) com a notável exceção da Polônia, sua política pendia para a esquerda. Em cada país os fascistas, os radicais de direita, os conservadores, ricos locais e outros cujo principal terror era a revolução social, tendiam a simpatizar, ou pelo menos não se opor aos alemães (...). O mesmo, não se deve esquecer, fizeram os elementos profunda e intransigentemente anticomunistas na Igreja Católica e seus exércitos de religiosos convencionais, embora a política da Igreja fosse demasiado complexa para ser classificada simplesmente como 'colaboracionista' em qualquer parte[23].

Essas considerações nos aguçam a perceber a existência de brechas na sociedade italiana que, mesmo sob as violências do regime fascista, pôde dar uma demonstração de resistência política a partir de grupos de civis em armas, demonstrando como as ações dos *partigiani* junto com os aliados foram eficazes para a derrota de Mussolini em 1945.

---

23 HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 165-166.

Com o fim da guerra, o esforço para reconstruir a sociedade italiana tomou corpo, por meio de um processo de pacificação que envolveu vários agentes políticos: a Democracia Cristã, os socialistas e os comunistas. Sobre a reestruturação italiana depois da II GM, obtivemos algumas referências que demonstram o nível de participação na política: os traumas em relação ao fascismo e os temores diante de outro governo que pudesse flertar com uma feição autoritária, no caso específico dos comunistas simpáticos a Iosif Stalin. Segundo o Padre Luigi Pescarmona,

> as eleições de 1948, que foram decisivas para a Itália, porque havia a possibilidade do comunismo entrar pela ideia, por eleição na Itália. E não entrou por acaso. Então o comunismo ficou por quarenta anos numa oposição legal, firme, mas sem revolução numa atuação mesmo partidária. Estavam numa oposição democrática. Mas em 1948, os comunistas estavam na hora de ganhar, mas erraram no modo de fazer a propaganda, a publicidade. Salientaram muito o *eliminaremos*: eliminaremos a Igreja, eliminaremos não sei o quê. Então não calcularam a base católica histórica da Itália, que (...) Antonio Gramsci dizia: *Na Itália o comunismo tem que tomar conta, tem que calcular que a base é católica.* Se tivessem observado essa parte e eliminado as críticas à religião, à Igreja (...) Porque qualquer italiano como comunista manda os filhos estudar em escolas católicas (...) Foi nesse clima de efervescência política, no ano de 1948, quando eu ainda era criança, que ficava circulando pelas ruas e presenciando as manifestações políticas na minha cidade.

É importante ressaltar que as disputas entre os comunistas e os fascistas foram tão acentuadas nos anos anteriores à II GM

quanto nos posteriores[24]. Um aspecto significativo para a constituição da trajetória de vida do Padre Pescarmona foram as socializações primárias e as secundárias firmadas ou tangenciadas em campos políticos sinalizados pela esquerda. Essa condição permite-nos referenciar, a partir de Fentress e Wickham[25], que a memória é sempre social, pois os homens não são autômatos, mas relativamente autônomos diante das instituições sociais. Por outro lado, é necessário considerar uma dimensão da memória cuja expressão também se delimite pela herança dos acontecimentos marcantes da classe no núcleo familiar[26]. Inicialmente, a casa junto com o pai, um socialista; na sequência, as experiências em Minas Gerais durante a ditadura militar; e, por fim, os vínculos com os movimentos políticos dos camponeses na Paraíba. Embora esses vínculos tenham sido estabelecidos com os grupos de esquerda, havemos de perceber uma relação de equidistância, na medida em que o próprio Concílio do Vaticano II fazia críticas ao capitalismo no sentido de reformá-lo para garantir a dignidade entre os homens.

A Igreja, ciente do caráter universalista da religião, não quis se prender à dimensão de exclusividade para uma "classe", mas para o seu rebanho, sem fazer distinções. Esse foi o primeiro ponto que identificamos, no que se refere aos limites da TL entre os religiosos e no caso do Monsenhor Pescarmona, especificamente. Um dos fatores confirmadores dessa nossa análise foi a nova romanização realizada pelo Papa João Paulo II, cujo alvo foi a TL, o que implicou sanções contra alguns teólogos e a saída de outros de suas fileiras, como Leonardo Boff. Entre os leigos, esse fator resultou na formação de um movimento social com um maior

---

24 No ano de 1969, a Itália vivenciou o chamado "Outono quente", em virtude de greves e ocupações de fábricas pelos membros dos Conselhos de Fábrica. Em meio às tensões com os setores políticos conservadores, os neofascistas e os serviços secretos italianos e dos EUA, ocorreu uma violenta repressão, que acentuou o ânimo de setores comunistas que ingressaram nas Brigadas Vermelhas e no Poder Operário com práticas de política armada até o começo da década de 1970. Cf. MODONESI, Massimo. **Subalternidade, antagonismo, autonomia**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; Prometeo Libros, 2010.

25 FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

26 CONNERTON, Paul. **Como as sociedades...**, *op. cit.*

quantum de autonomia, mesmo mantendo abertura para dialogar com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e com a CPT. Estamos nos referindo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O segundo eixo das nossas entrevistas foi o da formação contemporânea ao Vaticano II e sua vinda para o Brasil. Aqui nos defrontamos com alguns elementos sobre uma rígida formação em um seminário italiano, às expensas do pai e de um irmão. O monsenhor nos destacou a qualidade da formação proporcionada aos seminaristas, pois o seminário tinha professores de renomadas universidades europeias, como as de Budapeste, de Louvain ou de outras localizadas na Alemanha, conforme mostra este trecho da entrevista:

> Eu entrei para o seminário com catorze anos. Pelos meus cálculos foi por volta de 1951-52 (...) Então eu quis continuar no seminário, que era pago, tal qual um colégio particular. Os estudos no seminário eram caros. Diziam-me às vezes: *Você não vai pagar!* (risos). Mas eu recebi ajuda, né? Recebi ajuda de papai, do meu irmão, logo depois de mim, que trabalhava muito para me ajudar a dar conta dos estudos, para pagar o seminário, os livros... No período em que estava no seminário me senti influenciado (...) com dois grandes representantes da democracia-cristã: a Itália, com De Gasper, e a Alemanha, com Adenauer. Os dois fundaram o Partido Democrata-Cristão (...) e conseguiram grande popularidade. Ambos eram remanescentes de grupos de resistência ao fascismo e ao nazismo. E os dois eram católicos fervorosos.

Encontramos mais elementos para entender uma formação religiosa atenta às questões políticas do mundo inteiro. Mas a entrevista nos faz depreender que, mesmo tendo a influência paterna

socialista, o campo religioso católico, representado pela democracia cristã, promoveu um grau de erosão em relação ao pensamento político de esquerda. Provavelmente, os traumas da II GM vivenciados pela sociedade europeia colaboraram para reflexões em instituições como a Igreja Católica, que sentiu a necessidade de um *aggiornamento* por meio de um novo concílio, o que pôde influir no curso da política por meio de um partido próprio: a Democracia Cristã, que, a rigor, distanciava-se de qualquer modalidade de experiência política socialista. Então, sempre é necessário, de acordo com a dinâmica da trajetória social de um indivíduo, ter a acuidade para se verificar o nível de tensão com a estrutura, ou, em outros termos, de um indivíduo com o campo. A relação entre determinado *habitus* e o campo em que o indivíduo se movimenta pode representar tanto a manutenção de uma dada estrutura social quanto sua reversão. Conforme a reflexão de Giovanni Levi,

> Não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há um estilo próprio de um grupo. Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências e confins sociais e que suscita a mudança social[27].

Assim, destacamos que, mediante as condições sociais, o campo de possibilidades pode se apresentar com brechas, cuja mobilização de determinado grupo/classe social pode manifestar estratégias específicas quanto à ordem social. Em outro momento das entrevistas, o padre mencionou as reflexões sobre a história contemporânea durante o período de formação religiosa, como mostra este fragmento:

> No nosso seminário, havia uma ligação muito

---

27 LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 182.

> grande com a história contemporânea. Recebíamos informações explícitas (...) sobre os diversos países: sobre a China, a Iugoslávia, a Rússia, a África, a América do Norte (...) Todo o movimento político ou de revolução ou de blocos (...) Nós sabíamos, líamos... Por exemplo, eu era um não-alinhado sobre pensamento, entre os blocos, do Muro de Berlim para lá e para cá! Eu era um não-alinhado! Eu acompanhava com atenção os países, que estavam emergindo, a exemplo da Iugoslávia, do Egito de Nasser, da Argélia de Ben Bella (...) Procurei manter vivo o meu senso crítico em todos os momentos[28].

Ao que parece, a Igreja realizou, em alguns seminários, um trabalho preparatório para os novos desafios oriundos do pós-guerra, considerando a bipolaridade decorrente das tensões entre os EUA e a URSS e os seus aliados. Em uma escala de análise voltada para o contexto italiano, deve-se levar em conta a busca pela Igreja de garantir a autonomia diante do Estado italiano e das tentativas intervencionistas como as de Mussolini. Sobre os embates políticos na década de 1960 na Itália, o Padre Pescarmona rememorou:

> E quando, em 1960, houve um governo filo-fascista, isto é, depois de anos e anos as pessoas voltavam a defender ideias fascistas. Eu me lembro que era um seminarista, perto já da batina, e fui para uma manifestação em Parma (...) para demonstrar o meu repúdio ao fascismo. Fui com um grupo de seminaristas para participar de uma manifestação (...) Havia tambores, tambores, que fazia muito barulho para demonstrar a indignação dos manifestantes contra as ideias da

28 Monsenhor Luigi Pescarmona. Entrevista ao autor.

> extrema-direita (...) Fui ordenado em setembro de 1961, em Alba. Lembrando que o Concílio de Vaticano II iniciou em 1962. E eu estreei no Brasil em 1966[29].

A vinda para o Brasil foi fruto de alguns contatos, no ano de 1965, com o bispo de uma Diocese recém-criada, a de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, que estava participando do Concílio do Vaticano. A nova diocese necessitava de padres devido à dispersão da população. A Igreja realizava cursos preparatórios para os padres que vinham para a América Latina, conforme esta narrativa:

> Informei-me e fique sabendo que havia um curso, em Roma, de preparação para América Latina, com quinze dias de atividades. E logo me inscrevi. Era em setembro-outubro. Fiz estudos sobre a América do Sul e o Brasil, também. Não me falaram nada do golpe de Estado. Estudamos mais os aspectos sociológicos e religiosos. Não falaram nada do político. Acho que não haviam ainda se dado conta ainda, pois estávamos em 1965 e o golpe havia ocorrido em 1964 (...) Ainda era inicial. E também a Igreja, com medo do comunismo, não percebeu onde havia caído. Então nos quinze dias, estudamos a sociologia das religiões do Brasil, as cidades. E eu, então em 1965, aceitei e fiz um contrato com o bispo, que me enviava na Itália, e com o bispo, que me recebia, e me aceitava em Minas Gerais[30].

Provavelmente, como os mestres da Igreja se encontravam em uma fase de transição, não se detiveram na discussão sobre os golpes de Estado na América Latina, buscando uma convivência dos religiosos com a ordem política, ou tenham acreditado que o

29 Idem.
30 Idem.

terrorismo de Estado não fosse estimular a ativa participação de membros do clero com organizações de esquerda. O trabalho do padre, como certamente de tantos outros, foi feito no sentido de atender, mais imediatamente, às necessidades espirituais dos fiéis da paróquia, como foi rememorado:

> Por isso, os primeiros anos foram só de adaptação, de conhecimento (...) Então, em 1969 não havia uma linha, havia uma abertura. Escutava, lia, participava de encontros. Mas depois de 69, em 70 eu estava decidido em participar em uma linha popular de mudança de governo. Havia uma necessidade premente de se constituir no Brasil um governo que verdadeiramente criasse oportunidades para todos. E também procurei me aproximar mais dos estudantes e dos trabalhadores. Nos anos 60 em Minas Gerais, já havia feito a sua expulsão de pequenos produtores e sitiantes dos campos. E os campos estavam cheios de fazendas, quase que vazias de pessoal. A diferença é que no Nordeste a expulsão é posterior. Aqui os campos ainda estavam cheios de famílias. Lá em Minas muitos haviam partido para Rondônia, para o Maranhão, por conta do projeto do governo militar de *Integrar para não entregar* (...) E depois aquele projeto do governo tornou-se um fracasso[31].

A narrativa demonstra problemas sociais referentes aos trabalhadores desprovidos de terra e que se viram obrigados a migrar para outros estados ou a permanecer num processo de marginalização social nos subúrbios das cidades médias ou de grande porte. A indignação com as dificuldades oriundas do modelo econômico adotado pelos militares dava claros sinais, através das

---

31 Idem.

migrações, que resultavam na fragilização de comunidades e pelo fato de acentuar as condições de miséria e de pobreza, além de comprometer o próprio trabalho religioso. O fim da década de 1960 serviu como uma primeira experiência para se perceberem os problemas de ordem social no Brasil. Queremos salientar um ponto em relação à citação passada, quanto à pergunta feita sobre a participação política no Brasil: a referência à decisão de participar de uma linha popular de mudança de governo e a "necessidade premente de se constituir no Brasil um governo que verdadeiramente criasse oportunidades para todos". Essa demanda esteve presente nas preocupações dos simpatizantes da TL, como uma forma alternativa de falar da "opção preferencial pelos pobres". Assim, o religioso concluiu sua narrativa:

> (...) porque nós iniciamos em 1967-68 ao ponto de sermos chamados de "padres de passeata", porque acompanhávamos os estudantes da UNE nas manifestações estudantis, que possuíam questões ideológicas boas (...) Não assustava se o bispo de Belo Horizonte torcia pelo Galo (Atlético Mineiro), mas se assustavam quando nós torcíamos pela UNE (risos)[32].

Setores da Igreja foram tocados pelas dificuldades enfrentadas pelos fiéis, dando vazão às práticas relacionadas à Doutrina Social da Igreja. O envolvimento do padre Luigi Pescarmona com camponeses vítimas da violência motivaram as ameaças de um proprietário rural da área de Teófilo Otoni, que resultou em sua transferência para outra diocese. Em uma entrevista realizada com um camponês sobre a violência contra o padre Luigi por um fazendeiro, em Minas Gerais, foi-nos narrado:

> Eu entendia que o sindicato dos trabalhadores rurais não podia ser só um município e que teria

32 Idem.

> que ser mais ampliado, porque aí é que a gente podia fazer o trabalho no município de Teófilo Otoni, no município de Ataléia, de onde ele também celebrou, o padre Luís celebrou, mas teve que vir correndo para não ser matado lá em Ataléia, (...) É poucos os fazendeiros que não tem pistoleiros contratados nas fazendas deles. E nessa história toda, o padre Luís falava a verdade, como fala até hoje, e um pistoleiro de latifúndio imprensou ele, que saiu correndo. E ele chegou em Teófilo Otoni (...) Na hora que ele saiu o padre pediu mais uma comunidade para celebrar missa e no mesmo dia ele foi celebrar fora de Teófilo Otoni. Eu fui encontra ele lá e ele estava desfigurado, quando eu encontrei ele lá (...) Ele foi lá não só para celebrar, mas para ver se o coração voltava a bater forte e aquela coisa toda, porque naquele momento ele estava fugido do latifúndio[33].

Em seguida, deu curso à transferência para a Paraíba (1977), tocada pela violência, depois de alguns anos de aprendizagem da língua portuguesa, da necessidade de dissolver um grupo de padres italianos e dos caminhos a serem seguidos na via da TL. Sobre a chegada e a realização do trabalho junto com Dom Marcelo Carvalheira, em uma diocese marcada pela presença de padres estrangeiros (excetuando-se dois brasileiros: Joaquim, de Araruna, e Epitácio, da Serra da Raiz), recordou que a Igreja era mais sacramentalista em 1977. Porém a situação ganhou nova configuração quanto à questão agrária a partir de 1979, quando o monsenhor apresentou

> a Dom Marcelo um mapa da Paraíba num isopor, marcando várias comunidades com alfinetes de cabeças coloridas: amarelo, verde, vermelho,

33 Sílvio Rodrigues. Entrevista ao autor.

> negro e azul. Eram cinco níveis, que marcavam visualmente a situação da paróquia da catedral de Guarabira, junto com Araçagi, Pilõezinhos, Cuitegi, Alagoinha. Então, apresentei dentro de dois anos, 79 e 80, esse mapa visual, que havia o nome do lugar, o alfinete e a legenda, que trazia um diagnóstico da situação. Suponhamos: comunidade onde só havia terço, novena, festa de padroeiro; comunidades que, além disso, se reunia para discutir os problemas locais; comunidades onde havia discussão e enfrentamentos de problemas e exigências, com reuniões e mobilizações; e, por fim comunidades que são abertamente envolvidas com a questão trabalhista, agrária ou a questão da mulher, que eram pontuadas com uma cor mais forte, o vermelho, né? Então essas cores demonstravam que uma dada comunidade estava ligada a um ou a outro aspecto[34].

Alguns padres (sobretudo, Cristiano e Leonardo) se empenharam em adquirir experiências no projeto de uma Igreja mais voltada para os problemas dos pobres rurais e urbanos. Monsenhor Pescarmona dedicou-se, prioritariamente, às questões referentes à organização dos trabalhadores rurais, que denominou de imagem de um tripé: a organização das comunidades, a constituição de chapas para eleições dos sindicatos de trabalhadores rurais isentas da cooptação dos proprietários rurais e as discussões iniciais sobre um partido ainda novo, o Partido dos Trabalhadores (PT).

A partir de então, várias foram as "estratégias de subversão", no sentido bourdieusiano[35], adotadas para mitigar as condições de miséria rural, que passaram por obras em algumas comunidades, como pequenos açudes; resistência às expulsões de camponeses

34 Monsenhor Luigi Pescarmona. Entrevista ao autor.

35 LOYOLA, Maria Andréa. **Pierre Bourdieu**: entrevistado por Maria A. Loyola. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

das terras de trabalho (após a morte do proprietário e da partilha entre os herdeiros, ou das dispensas do trabalho depois da limpeza dos terrenos para o plantio de capim, no caso da expansão da atividade criatória, ou da cana, que atendia ao setor sucroalcooleiro); coordenação de "entradas" (no sentido de ocupar as terras), em áreas de onde os camponeses haviam sido expulsos; apoio às mobilizações de trabalhadores urbanos, que não tinham um salário digno; romarias da terra; acampamento de camponeses em praças públicas de João Pessoa, com o objetivo de denunciar a lentidão dos processos de reforma agrária; manifestações em quartéis ou delegacias para denunciar as prisões arbitrárias de camponeses ou de membros da CPT; realização de programas de rádio, com o objetivo de fazer uma leitura da Bíblia, sob a ótica da TL; e, por fim, publicação de livros de cânticos com as músicas cantadas pelos camponeses, visando popularizá-las para que fossem também cantadas nas missas.

A partir das narrativas do monsenhor, pudemos verificar que o trabalho na CPT e com os camponeses se estendeu do final da década de 1970 até os anos da década de 1990. Sua militância ao lado dos camponeses resultou em tentativas de atentados contra sua vida, além de ameaças de morte, processos com o fim de conter o trabalho com os camponeses, acusações de estar organizando movimentos com táticas de guerrilha; além de violências simbólicas[36]. O monsenhor respondeu vários processos

36 Para Bourdieu (**Razões...**, *op. cit.*, p. 171), "A violência simbólica é essa violência que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em 'expectativas coletivas', em crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, a teoria da violência simbólica apoiando-se (...) em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las". A violência simbólica assume o aspecto de uma "persuasão clandestina", sendo implacável por fazer parte da "ordem das coisas" servindo como esteio à dominação e à política (BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löic. **Respuestas**: por una Antropología reflexiva. Mexico (DF): Ed. Grijalbo, 1995, p. 120). O Padre Luigi narrou-nos o uso de adjetivações por setores relacionados às classes dominantes agrárias (e conseguimos também atestar em processos e jornais), com o intuito de comprometer, diante da sociedade civil, o trabalho realizado com os camponeses: "padreco filho da puta" (por querer tomar "as terras dos outros"), "padre comunista" (porque "fazia política"), "terrorista" e "palestino" (pois andava com camponeses "armados" com foices e facões) e que "tinha um caso com uma jovem advogada" (como forma de desacreditá-lo diante dos fiéis, em virtude de um questionamento moral).

na Justiça, inclusive um de expulsão baseado na extinta Lei de Segurança Nacional, que virou jurisprudência no final da década do ano de 1990.

A disposição dos proprietários para praticar violências resultou na morte de um participante de uma Romaria da Terra e da presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (1983); torturas de camponeses; tiros de carabinas de calibre 12 contra mulheres e crianças (Dona Inês e Campo de Santana); prisões arbitrárias; violências que resultaram em abortos em áreas em que camponeses sofreram processos de despejos; necessidade de cirurgias reparadoras em crianças após a desocupação de áreas; destruições de casas e de plantios, entre outras.

Contudo, apesar das situações de violência física ou simbólica, as classes dominantes agrárias[37], no Agreste e no Brejo paraibanos, criaram estratégias para conservar seus patrimônios, por meio de manobras jurídicas, do uso da imprensa ou mesmo de uma opção católica antissocialista através de menções a um modelo de Igreja e de religiosos afeitos unicamente aos ritos ou, quando vinculados à política, à política dos proprietários de terra ou dos grupos conservadores. Um exemplo clássico foi o de Frei Damião, que, em suas pregações pelo Nordeste com sua prática missionária, combatia todas as formas de socialismo e, com alguma frequência, aparecia em palanques em campanhas eleitorais[38] de políticos associados aos proprietários de terras ou às oligarquias regionais, como no caso de Fernando Collor de Mello.

Em contrapartida, a organização da CPT e dos camponeses

---

37 Referimo-nos aqui às frações dos proprietários de terra assentados historicamente em latifúndios, que remontam ao Século XIX, com atividades produtivas consorciadas pela produção de cana-de-açúcar e/ou pecuária, mesmo durante a fase de modernização agrícola com o PROALCOOL. Manifestaram-se como classe no campo político, em momentos como os processos eleitorais, na contenção das Ligas Camponesas (década de 1960), no combate às ações da Pastoral da Terra, nas décadas de 1980 e 1990, usando artifícios junto ao Judiciário (local e nacional) e da imprensa como forma de reproduzir o poder político. Cf. PAIVA NETO, Francisco Fagundes. Reforma agrária e justiça. **Anais do 35º. Encontro anual da ANPOCS**, 2011. Para uma leitura sobre a classe dominante agrária, ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. **A classe dominante agrária**: natureza e comportamento (1964-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

38 Sobre essa questão, ver: CRUZ, João Everton da. **Frei Damião**: a figura do conselheiro no Catolicismo Popular do nordeste brasileiro. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010, p. 11-12.

resultou em cerca de 48 assentamentos na área da Diocese de Guarabira. A partir da luta pela terra, com a concretização da reforma agrária, coube à CPT captar recursos nas entidades estrangeiras e fazer a mediação com o Estado, com o objetivo de facilitar e garantir o êxito de outra fase na construção e na consolidação dos assentamentos, a chamada “luta na terra”, para dar viabilidade a um projeto de reforma da sociedade, em um tempo de tantos impactos sobre os camponeses, em decorrência da mundialização e do agronegócio.

REFERÊNCIAS

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mira-Sintra; Mem Martins: Publicações Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löic. **Respuestas**: por una Antropología reflexiva. México (DF): Ed. Grijalbo, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Esboço da teoria e da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu** – Sociologia. Trad. Paula Monteiro. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

CAMPO, German Guzman. **Camilo, el cura guerrillero**. Bogotá: Servicios Especiales de Prensa, 1967.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Lisboa: Celta, 1993.

CRUZ, João Everton da. **Frei Damião**: a figura do conselheiro no Catolicismo Popular do nordeste brasileiro. Belo Horizonte:

Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FORTES, Carolina Fortes. A produção literária dominicana no Século XII: uma breve visão sobre a hagiografia. In: COSTA, Sandro da, SILVA; Andréia C. L. F. da; SILVA, Leila R. (orgs.). **Atas do Ciclo**: a tradição monástica e o franciscanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2003.

GRASSI, Luigi Maria. **La tortura di Alba e dell'albense (1944-1945)**. Alba: San Paolo, 3.ed., 1994.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1998, p121-150.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE BRETON, Binka. **A dádiva maior**: a vida e a morte corajosas da irmã Dorothy Stang. Editora Globo, 2008.

LE BRETON, Binka. **Todos sabiam**: a morte anunciada de Padre Josimo. Edições Loyola, 2000.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII. Tradução: Cynthia M. de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

LOYOLA, Maria Andréa. **Pierre Bourdieu**: entrevistado por Maria A. Loyola. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

LUPO, Salvatore. **Il fascismo**: la politica in um regime totalitario. Roma: Donzelli Editore, 2005.

MAESTRI, Mário e CANDREVA, L. **Antonio Gramsci**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A classe dominante agrária**: natureza e comportamento (1964-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MODONESI, Massimo. **Subalternidade, antagonismo, autonomia**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; Prometeo Libros, 2010.

MORADIELLOS, Enrique. **Las caras de Clío**. Madri: Siglo XXI Editores, 2001.

MURPHY, Roseanne. **Mártir da Amazônia**: a vida de Dorothy Stang. São Paulo: Paulus, 2008.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes. A Ação Católica: a

resistência piemontesa ao fascismo (1933-1944). **História – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.58, maio 2013.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes. **A trajetória religiosa-política do padre Luigi Pescarmona (1960-2000)**: entre o habitus partisão e o assistencial. Campina Grande: Tese de Doutorado em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes. Reforma agrária e justiça. **Anais do 35º. Encontro anual da ANPOCS**, 2011. (Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=181&limit=20&limitstart=0&order=hits&dir=ASC&Itemid=280>. Acesso em 05/02/2014).

PEREIRA, Nilo. **Dom Vital e a questão religiosa no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária/UFPE, 1996.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7-37.

SALTALAMACCHIA, Homero. **La historia de vida**: reflexiones a partir de una experiencia de investigación. Puerto Rico: Ediciones SIJUP, 1992.

SANTANA, Manoel Henrique de Melo. **Padre Cícero do Juazeiro**: condenação e exclusão eclesial à reabilitação histórica. Maceió: EDUFAL, 2009.

SASSOON, Donald. **Mussolini e a ascensão do fascismo**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n15, p.326-351, jan.-jun. 2006.

SILVEIRA, Ildefonso e REIS, Orlando dos (orgs.). **São Francisco de Assis**: escritos e biografias de São Francisco de Assis. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOBREIRA, Azarias. **O Patriarca de Juazeiro**. Petrópolis: 1968.

ENTREVISTAS:

Monsenhor Luigi Pescarmona, coordenador da CPT/Guarabira. Entrevistas concedidas ao autor entre 2008 e 2010.

Sílvio Rodrigues, ex-sindicalista. Entrevista concedida ao autor em Montes Claros-MG, 19 de maio de 2010.

Sobre os autores

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva é licenciada em História pela Universidade Federal da Paraíba (2005) e mestre em Direitos Humanos (Direito/ Ciência Política) pela Universidade de Manchester, Inglaterra (2009). Foi professora de História da Rede Estadual de Ensino da Paraíba e é doutoranda em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde desenvolve, com bolsa da CAPES, a tese *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*, com previsão de defesa para fevereiro de 2016. Integra o Grupo de Pesquisa "Trabalho, Cultura e Poder – UEPB" e o Grupo de Estudos "Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras – UFPE".

Christine Paulette Yves Rufino Dabat graduou-se em História pela Universidade de Genebra e fez seu doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (2003), instituição na qual trabalha como professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História. Realizou estágio de pós-doutorado na École des hautes études en sciences sociales, em Paris. Tem experiência de pesquisa na área de História da Agricultura, com ênfase em História do Açúcar principalmente nos seguintes temas: história da sacaricultura; história das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco; história fundiária e história das relações homem/natureza. Ministra também disciplinas em História Medieval e Introdução à História da China contemporânea,

integra o Grupo de Pesquisa "Poder e Relações Sociais no Norte e Nordeste" e coordena o Grupo de Estudos "Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras". Dentre seus trabalhos, destaca-se *Moradores de Engenho. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*, que teve sua 2ª edição publicada pela editora da UFPE em 2012.

Cristiano Luís Christillino é professor do Departamento de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, localizado em Guarabira. Tem graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2001), Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004) e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2010). Fez estágio de Pós-Doutorado em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde também é professor do Programa de Pós-graduação em História e integra os Grupos de Pesquisa "Poder e Relações Sociais no Norte e Nordeste" e "O Mundo Atlântico". Suas pesquisas dão ênfase a investigações sobre a história agrária no Brasil do Século XIX, em particular, a questões relacionadas aos homens livres pobres do Rio Grande do Sul. Coordena o Grupo de Trabalho "Terra" da ANPUH-PB.

Eltern Campina Valle é graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Já foi professor substituto do Departamento de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, em Guarabira, e é professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão, localizado no município de Delmiro Gouveia. Em continuidade à pesquisa desenvolvida em seu mestrado, atualmente, é doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco, com o projeto *Relações de trabalho, cotidiano e formação de classe: a experiência dos têxteis da cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1924-1950)*, vinculado à linha de pesquisa "Relações de poder, sociedade e ambiente". Integra o Grupo de Pesquisa "Trabalho,

Cultura e Poder – UEPB" e o Grupo de Estudos "Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras – UFPE".

Francisco Fagundes de Paiva Neto é professor do Departamento de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus de Guarabira, onde ministra disciplinas nas áreas de História do Brasil e Memória e Patrimônio Cultural. Desenvolve atividades de extensão e orienta pesquisas nas áreas de cultura política, religião e política, usos políticos da memória, biografia, movimentos sociais, questão agrária, patrimônio cultural e produção de identidades. É membro do Grupo de Pesquisa/CNPQ "Campesinato, migrações e políticas públicas". Autor do livro *Mitologias do "País de Mossoró"* e de artigos em periódicos. Concluiu sua graduação (licenciatura e bacharelado) em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde também defendeu seu mestrado em Ciências Sociais. Defendeu seu doutorado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande, na área de concentração "Desenvolvimento, ruralidades e políticas públicas".

Frederico Duarte Bartz é doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também trabalha como Técnico em Assuntos Educacionais. Ao longo dos anos, suas pesquisas têm se voltado para os problemas políticos da mobilização dos trabalhadores durante a Primeira República, especialmente para temas relacionados com o impacto da Revolução Russa entre os operários organizados e a construção de uma alternativa revolucionária durante o período das grandes greves, entre 1917 e 1922. Uma de suas principais preocupações é analisar o caráter transregional da ação dos trabalhadores, ressaltando o protagonismo dos militantes do Sul e do Nordeste nas lutas do movimento operário brasileiro.

José Marcelo Marques Ferreira Filho, professor do curso de História da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), é licenciado (2012) e bacharel (2009) em História pela Universidade

Federal de Pernambuco (UFPE), onde também obteve o título de mestre em História, em 2012, com a dissertação *Corpos Exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. Integrante do Grupo de Pesquisa "Poder e Relações Sociais no Norte e Nordeste" e do Grupo de Estudos "Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras – UFPE", desenvolve pesquisa de Doutorado com bolsa CAPES na mesma instituição, intitulada *Arquitetura espacial da* plantation *açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, Século XX)*. Dentre outros artigos, publicou: Conflitos trabalhistas nas 'terras do açúcar': Zona da Mata pernambucana (anos 1960). *Revista Crítica Histórica*. v.5, p.124-148, 2012; e Usos da Natureza na Construção dos Desiguais: dos Zoológicos Humanos aos Canaviais Pernambucanos. *Gênero & História*. v. 8, p.136-161, 2013.

Marcela Heráclio Bezerra (IFPE) formou-se em Licenciatura Plena e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), instituição onde integra o Grupo de Estudos "Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras" e também obteve os títulos de especialista em História Contemporânea do Século XX e mestre em História. Foi professora da Rede Pública de Ensino do estado de Pernambuco e, atualmente, trabalha no Instituto Federal de Pernambuco – Campus Ipojuca – como Técnica em Assuntos Educacionais, onde desenvolve atividades na Divisão de Pesquisa e Extensão e é líder do Grupo de Pesquisa "Mulheres em diálogo: relações de trabalho, lutas políticas e experiências cotidianas". Sua dissertação de Mestrado intitulou-se *Mulheres invisíveis trabalho, lutas e cotidiano das trabalhadoras rurais da cana-de-açúcar da região da Mata Sul do estado de Pernambuco (1980-1988)*.

Matheus Silveira Guimarães é licenciado e mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituição a que permanece vinculado através do Grupo de Pesquisa "Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista". Também possui graduação

em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). É membro da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO). Atua como professor de História do Ensino Básico (Fundamental II) da Rede Pública do Município de João Pessoa. Tem interesses em áreas como: história do Mundo Atlântico; história social da escravidão no Brasil colonial e imperial; e história da Paraíba.

Maria do Socorro de Abreu e Lima é graduada (1975) e mestre em História pela Universidade de São Paulo (1995). Defendeu o Doutorado na Universidade Federal de Pernambuco, em 2003, onde também é professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História e pesquisa e orienta trabalhos na perspectiva de História Social, com ênfase no Brasil República, sobre os seguintes temas: mundos do trabalho, com ênfase nas relações capital x trabalho e nas relações sociais de gênero; direitos e mulheres; sindicalismo rural e urbano; a resistência política e social durante o regime militar. Integrante do Grupo de Pesquisa "Poder e Relações Sociais no Norte e Nordeste", é uma das coordenadoras do Grupo de Estudos "Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras" e do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais/UFPE. Entre suas obras, destaca-se o livro *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*, publicado pela Editora da UFPE em duas edições (2005 e 2012).

Mariângela Vasconcelos Nunes é graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (1987), mestre (1996) e doutora (2006) em História pela Universidade de Brasília (UnB). Toda a sua formação acadêmica volta-se para a área de História Local e enfatiza, sobretudo, questões relacionadas ao mundo agrário paraibano e ao universo cultural dos trabalhadores rurais da Paraíba. Atualmente, é professora do Departamento de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), atuando, principalmente, nos seguintes temas: ensino de História, música, estágio supervisionado e cultura do trabalho rural.

Osvaldo Batista Acioly Maciel, professor dos cursos de Graduação e Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), é graduado em História pela mesma universidade (1994) e mestre (2004) e doutor (2011) em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de História, com ênfase em História e historiografia de Alagoas, Teoria e metodologia da História e História Social do Trabalho. Também trabalhou na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Dentre suas obras, destacam-se os livros *A Perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió*, publicado pela editora da UFPE em 2011; *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*, publicado pela editora da UFAL em 2009; e organização de obras de fontes e fac-símiles sobre a história do trabalho em Alagoas, como *A Semana Social*.

Paulo Giovani Antonino Nunes graduou-se em Comunicação Social (1988) e Licenciatura em História (1990) pela Universidade Federal da Paraíba, onde também se tornou mestre em Ciências Sociais (1996). Em 2003, defendeu o Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Presidente da Comissão da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, é professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, onde é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Século XX (GEPHiS20), na linha de pesquisa "Estruturas Econômicas e Culturas Políticas no Século XX" e do Grupo de Pesquisa "História Política – Culturas políticas na História".

Solange Pereira da Rocha é professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente, coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas/NEABI, o Grupo de Pesquisa "Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista",

e atua como vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (biênio 2015-2017). É mestra (2001) e doutora (2007) em História pela UFPE, com participação em Programa Sanduíche/Intercâmbio na UFF no ano de 2004. Recebeu o Prêmio-Tese da ANPUH do Biênio 2007-2009, com o trabalho *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*, publicado pela Editora da UNESP em 2009. É autora de artigos e livros sobre o Brasil Imperial, enfocando temas como sociedade escravista e pós-abolição, abordando a história de mulheres negras, homens negros letrados e crianças cativas em interface com o Ensino de História.

Tiago Bernardon de Oliveira é doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Entre 2010 e 2014, foi professor do curso de Licenciatura em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em Guarabira-PB, onde coordenou o Grupo de Pesquisa Trabalho, Cultura e Poder e o processo de estruturação do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades (NDH-CH/UEPB). Atualmente, é professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), integra o Grupo de Pesquisa Mundos do Trabalho - UFF e é diretor da Associação Nacional de História - Seção Paraíba (ANPUH-PB).

Waldeci Ferreira Chagas tem graduação em História, pela Universidade Federal da Paraíba (1992), Mestrado em História, pela Universidade Federal de Pernambuco (1996), e Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). É professor do Departamento de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, Campus de Guarabira, coordenador do Grupo de Pesquisa "Cotidiano, Cidadania e Educação" e integra o Grupo de Pesquisa "Trabalho, Cultura e Poder – UEPB". Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando, principalmente, nos seguintes temas: cultura, cidade, história, cotidiano, religiões de matriz africana e educação étnico-racial.

Programação do I Ciclo de Debates sobre História do Trabalho – NDH-CH/UEPB Guarabira–PB, 12, 13 e 14 de agosto de 2013

12 de agosto	13 de agosto	14 de agosto
13h – Abertura – Participação do Grupo de Pesquisa *Dandá Ê* **14h – 17h – O trabalho na sociedade escravocrata brasileira** Luciano Mendonça de Lima (UFCG) Solange Pereira da Rocha (UFPB) Cristiano Luís Christillino (UEPB) Mediadora: Ivonildes Fonseca (UEPB)	**14h-17h – Sindicatos de trabalhadores rurais e lutas por direitos no Nordeste brasileiro** Maria do Socorro de Abreu e Lima (UFPE) Christine Paulette Yves Rufino Dabat (UFPE) Marcela Heráclio Bezerra (IFPE) Mediador: Francisco Fábio Dantas (UEPB)	**14h-17h – Modernização e tradição na esfera do trabalho na Paraíba** Regina Célia Gonçalves (UFPB) Mariângela Vasconcelos Nunes (UEPB) Waldeci Ferreira Chagas (UEPB) Mediadora: Luciana Calissi (UEPB)
19h-22h – Organizações políticas de trabalhadores urbanos Osvaldo Batista Acioly Maciel (UFAL/UNEAL) Eltern Campina Valle (UFAL) Paulo Giovani Antonino Nunes (UFPB) Mediador: Tiago Bernardon de Oliveira (UEPB)	**19h-22h – Trabalho e saúde** José Marcelo Marques Ferreira Filho (Doutorando UFPE) Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (Rede Estadual de Ensino – PB/Doutoranda UFPE) Nelson Aleixo da Silva Júnior (UEPB) Mediador: João Batista Gonçalves Bueno (UEPB)	**19h-21h30min – Lutas sociais em Guarabira: duas biografias** Francisco Fagundes de Paiva Neto (UEPB) Irene Rodrigues da Silva Fernandes (Fundação Casa de José Américo) Mediadora: Marisa Tayra Teruya (UEPB) **21h30min – Encerramento**

Ao longo das últimas quatro décadas, a história social do trabalho se tornou um dos mais consolidados ramos da historiografia brasileira. Seus temas, objetos, temporalidades e enfoques teórico-metodológicos se diversificaram, permitindo confrontar distorções e ampliar questões acerca da história da classe trabalhadora do Brasil e de suas relações com as outras classes e com o Estado. Parte dessa diversidade encontra-se reunida neste livro, composto por capítulos que tratam de balanços historiográficos e de aspectos das experiências históricas de classe de trabalhadores e trabalhadoras escravizados, libertos, "livres", urbanos, rurais, sindicalizados ou não, de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Trata–se de uma contribuição coletiva, que almeja servir tanto ao público acadêmico, em especial a estudantes de graduação e de pós-graduação, quanto aos trabalhadores e trabalhadoras, agentes de sua própria história.

NDH-CH
UEPB
eduepb